



PRINCIPAL



IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
e dos Recursos Naturais Renováveis

GADASTRADO NA DICO
SUPES/BAHIA
EM 20/03/09
[Assinatura]
ASSINATURA

MIGRADO PARA O SEI

NOME:

ANO:

PROCEDÊNCIA:

DIGITALIZADO IBAMA

REFERÊNCIA:

ASSUNTO:

Etiqueta processo

IBAMA/MMA GEREX I/BA

PROCESSO: 02006.000358/2009-54

INTERESSADO: BRASKEM S.A.

ASSUNTO: 21101

DATA: 19-03-2009 10:34:02


DOCUMENTO PROCEDENCIA: AI 476534/D TA 526975/C TD 526976/C

POR TER EM CATIVEIRO VARIAS ESPECIMES DA FAUNA SILVESTRE BR
SEM ORIGEM DECLARADA



ANDAMENTO

ÓRGÃO	DATA	ÓRGÃO	DATA	ÓRGÃO	DATA	ÓRGÃO	DATA	APENSAÇÃO ANEXAÇÃO
DICOP	18/03/09							Defeito anexação
JCP-José								02006.000358/09-54
ILHERNE	02/10/09							
207	18.02.10							
250411								
BAHIA SUPES/BA	020611							
DESUR	09/06/11							
PTE	09/06/2011							

Procedimentos Doclbama	
Conferido até folha	Responsável
01 a 74	



Ministério do Meio Ambiente - MMA

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

Diretoria de Proteção Ambiental - DIPRO

NÚMERO

476534

AUTO DE INFRAÇÃO

☒ MULTA☐ ADVERTÊNCIA

SÉRIE D

01. CÓDIGO DA CATEGORIA DO AUTUADO

02. CPF/CNPJ

42.150.391/0018-19

IBAMA/BA

03. NOME DO AUTUADO

BRASKEM S.A.

FL.

04. FILIAÇÃO

05. NATURALIDADE

06. C. IDENT./TÍTULO ELEITOR/ C. PROFISS.

07. EST. CIVIL

08. ENDEREÇO

RUA OXIGÊNIO, 765

09. BAIRRO OU DISTRITO

COPEC

10. MUNICÍPIO (CIDADE)

CAMAÇARI

11. UF

BA

12. CEP

42.810-000

13. DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO

TER EM CATIVEIRO 01 JACARÉ DO PAPO AMARELO (*Cayman latirostris*), 01 *Guaranapiza caeruleus*, 16 JABUTIS, 06 CAÇADOS, 01 (UM) *CEBUS FLAVUS* E 04 (QUATRO) *Saguinus mydas* SEM A ORIGEM DECLARADA, DE ACORDO COM O DESPACHO AS FOLHAS 401/402 DO PROCESSO 02006.000693/94-60

COORD. GEOGRÁFICAS: 12° 39' 21,3" S 038° 18' 28,0" W

INFRAÇÃO DE ACORDO COM O

14. ART.	ITEM / PARÁGRAFO	COM ART.	ITEM / PARÁGRAFO	15. ART.	ITEM / PARÁGRAFO	COM ART.	ITEM / PARÁGRAFO	16. ART.	ITEM / PARÁGRAFO	COM ART.	ITEM / PARÁGRAFO
70		72	11, IV	3º	11, IV	24	§3º, III				

DA / DO

LEI FEDERAL 9.605/98

DA / DO

DECRETO FEDERAL 6.514/08

DA / DO

OBS:

O INFRATOR TEM PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS, CONTADOS DA DATA DA CIÊNCIA DA AUTUAÇÃO, PARA PAGAR OU APRESENTAR A DEFESA AO IBAMA.

AO PAGAMENTO EFETUADO DENTRO DO PRAZO, SERÁ CONCEDIDO O DESCONTO DE 30%. JÁ AO REALIZADO APÓS ESSA DATA, SERÁ APLICADA A MULTA DE 10%, SE O ATRASO FOR ATÉ 30 (TRINTA) DIAS, E 20%, SE O ATRASO FOR SUPERIOR A 30 DIAS, ALÉM DISSO, SERÁ APLICADO JUROS EQUIVALENTE À SELIC.

EM CASO DE INÉRCIA DO AUTUADO, OU SEJA, NÃO REALIZAR O PAGAMENTO DA MULTA NEM OFERECER DEFESA, ESTE INCORRERÁ EM MORA, DEVENDO O DÉBITO SER INSCRITO EM DÍVIDA ATIVA E O SEU NOME INCLuíDO NO CADASTRO DE INADIMPLENTE - CADIN.

17. CÓDIGO DA UNIDADE / CONVÊNIO

201.201-4

18. CÓDIGO DA MULTA

509902

19. VALOR R\$

14.500,00

20. HORA DA AUTUAÇÃO

12:15

21. LOCAL DA INFRAÇÃO

CRIADOURO BRASKEM CS

22. MUNICÍPIO

CAMAÇARI

23. UF

BA

24. DATA DA AUTUAÇÃO

16/03/2009

25. DATA DE VENCIMENTO

05/04/2009

26. MATRÍCULA DO AUTUANTE

1249544

27. ASSINATURA DO AUTUADO

CPF: 822.794.895-20

28. ASSINATURA E CARIMBO DO AUTUANTE

José G. Dias de Oliveira

Analista Ambiental - IBAMA

MOD.07.034

1ª VIA (BRANCA) PROCESSO;

2ª VIA (AZUL) ADM. CENTRAL;

3ª VIA (AMARELO) JAB/IBAMA;

4ª VIA (ROSA) UNIDADE EMITENTE

EM BRASILE



Ministério do Meio Ambiente - MMA

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

Diretoria de Proteção Ambiental - DIPRO

NÚMERO

526975

SÉRIE C

TERMOS:

APREENSÃO ☒DEPÓSITO ☐EMBARGO/INTERDIÇÃO ☐

1 - BENS APREENDIDOS

PRODUTOS / SUBPRODUTOS FLORESTAIS E PESQUEIROS ☐ANIMAIS SILVESTRES ☒ARMAS / PETRECHOS DE CAÇA E PESCA ☐OUTROS(AS) ☐

02 - NATUREZA DO EMBARGO/INTERDIÇÃO

FLORESTAIS ☐COMERCIAL / INDUSTRIAL ☐OUTROS ☐

03 - AUTUADO/DEPOSITÁRIO

BRASKEM S.A

04 - FILIAÇÃO

05 - NATURALIDADE

06 - C. IDENT. / TÍTULO ELEITORAL C. PROFISS

07 - EST. CIVIL

08 - ENDEREÇO

RUA OXIGÊNIO, 765

09 - BAIRRO/OU DISTRITO

COPEC

10 - MUNICÍPIO (CIDADE)

CAMAÇARI

11 - UF

BA

12 - CEP

42.840-000

13 - EM FUNÇÃO DO NÃO CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO VIGENTE DE ACORDO COM O AUTO DE INFRAÇÃO

Nº 476534-D

DATA

16/03/2009

14

☒ APREENDI/DEPOSITEI☐ EMBARGUEI / INTERDITEI

TERMO LAVRADO ÀS:

HORA

DIA

MÊS

ANO

12:30 | 16 | MARÇO

2009

15 - LOCAL DA APREENSÃO OU EMBARGO/INTERDIÇÃO

BRASKEM SA, PLANTA CLOROSODA, 12° 39' 21,3" S 038° 18' 28,0" W

16 - DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS, PETRECHOS APREENDIDOS E OUTROS OU JUSTIFICATIVA DO EMBARGO/INTERDIÇÃO

FICAM APREENDIDOS:

- 01 (UM) JACARÉ DO PAPO AMARELO (*Caiman lateralis*);
- 06 (SEIS) CAGADOS;
- 16 JABUTIS;
- 01 (UM) *Celus flavus*;
- 04 (QUATRO) *Saguinus mydas*.

FICA O DEPOSITÁRIO ADVERTIDO DE QUE NÃO PODERÁ VENDER, EMPRESTAR OU USAR OS MENCIONADOS BENS, ZELANDO PELO SEU BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, SENDO RESPONSÁVEL POR QUALQUER DANO QUE VENHA A SER CAUSADO AOS MESMOS ATÉ A DECISÃO FINAL DA AUTORIDADE COMPETENTE, QUANDO OS RESTITUIR NAS MESMAS CONDIÇÕES EM QUE OS RECEBEU (ARTIGOS 1.265 A 1.281 DO CÓDIGO CIVIL).

17 - LOCAL DO DEPÓSITO

18

AOS BENS APREENDIDOS CONSTANTES DESTES TERMOS FOI ATRIBUÍDO O VALOR DE R\$ (.....)

19 - ASSINATURA DO AUTUADO

x RENE CPF: 822.794.895-20

21 - ASSINATURA DO DEPOSITÁRIO

20 - ASSINATURA E CARIMBO DO AUTUANTE

José G. Dias de Oliveira

Analista Ambiental - IBAMA

Mat. 1249544

22 - 1ª TESTEMUNHA (NOME)

ERIK GAERTNER PETRIC

24 - ENDEREÇO

IBAMA SUPES BA

26 - ASSINATURA

23 - 2ª TESTEMUNHA (NOME)

GILBERTO FRANCISCO DA SILVA

25 - ENDEREÇO

IBAMA SUPES BA

27 - ASSINATURA

258875

EMBAIXADA

DEPOSITO

X

X

258875

258875

258875

258875

258875

X

258875

258875

258875

258875

258875

EM BRANCO

AMBAIXADA

258875

258875



Ministério do Meio Ambiente - MMA

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

Diretoria de Proteção Ambiental - DIPRO

IBAMA

FL. 03

RUB. NÚMERO

526976

SÉRIE C

TERMOS:

APREENSÃO ☐DEPÓSITO ☒EMBARGO/INTERDIÇÃO ☐

1 - BENS APREENDIDOS

PRODUTOS / SUBPRODUTOS FLORESTAIS E PESQUEIROS ☐ANIMAIS SILVESTRES ☒ARMAS / PETRECHOS DE CAÇA E PESCA ☐OUTROS(AS) ☐

02 - NATUREZA DO EMBARGO/INTERDIÇÃO

FLORESTAIS ☐COMERCIAL / INDUSTRIAL ☐OUTROS ☐

03 - AUTUADO/DEPOSITÁRIO

BRASKEM S.A.

04 - FILIAÇÃO

05 - NATURALIDADE

06 - C. IDENT. / TÍTULO ELEITORAL C. PROFISS.

07 - EST. CIVIL

08 - ENDEREÇO

RUA OXI GÊNIO, 765

09 - BAIRRO OU DISTRITO

COPEC

10 - MUNICÍPIO (CIDADE)

CAMAÇARI

11 - UF

BA

12 - CEP

42810-900

13 - EM FUNÇÃO DO NÃO CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO VIGENTE DE ACORDO COM O AUTO DE INFRAÇÃO

14

☒ APREENDI/DEPOSITEI☐ EMBARGUEI / INTERDITEI

TERMO LAVRADO ÀS:

HORA

DIA

MÊS

ANO

Nº

476534

DATA

16/03/09

12:40

16

MARÇO

2009

15 - LOCAL DA APREENSÃO OU EMBARGO/INTERDIÇÃO

BRASKEM S.A, PLANTA CLOROSOPA, 12° 39' 21,3" S 038° 18' 28,0" W

16 - DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS, PETRECHOS APREENDIDOS E OUTROS OU JUSTIFICATIVA DO EMBARGO/INTERDIÇÃO

FICAM DEPOSITADOS:

- 01 (UM) JACARÉ DO PAPO AMARELO (*Cayman latirostris*);
- 06 (SEIS) CAÇADOS;
- 16 (DEZESES) JABUTIS
- 01 (UM) *Celus flavus*
- 04 (QUATRO) *Saguinus mydas*

FICA O DEPOSITÁRIO ADVERTIDO DE QUE NÃO PODERÁ VENDER, EMPRESTAR OU USAR OS MENCIONADOS BENS, ZELANDO PELO SEU BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, SENDO RESPONSÁVEL POR QUALQUER DANO QUE VENHA A SER CAUSADO AOS MESMOS ATÉ A DECISÃO FINAL DA AUTORIDADE COMPETENTE, QUANDO OS RESTITUIRÁ NAS MESMAS CONDIÇÕES EM QUE OS RECEBEU (ARTIGOS 1.265 A 1.281 DO CÓDIGO CIVIL).

17 - LOCAL DO DEPÓSITO

BRASKEM S.A, RUA OXI GÊNIO, 765, CAMAÇARI/BA

18

AOS BENS APREENDIDOS CONSTANTES DESTES TERMOS FOI ATRIBUÍDO O VALOR DE R\$ (.....)

19 - ASSINATURA DO AUTUADO

21 - ASSINATURA DO DEPOSITÁRIO

x Brine CPF: 822.794.895-20

22 - 1ª TESTEMUNHA (NOME)

ERIK GARTNER PETRIC

24 - ENDEREÇO

IBAMA SUPES BA

26 - ASSINATURA

20 - ASSINATURA E CARIMBO DO AUTUANTE

José G. Dias de Oliveira
Analista Ambiental - IBAMA
Mat. 1249544

23 - 2ª TESTEMUNHA (NOME)

GILBERTO FRANCISCO DA SILVA

25 - ENDEREÇO

IBAMA SUPES BA

27 - ASSINATURA

653656

X

X

000-38234

000-38234

X

000-38234

000-38234

000-38234

EM BRANCO

000-38234

000-38234

000-38234

000-38234

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE
E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
DIRETORIA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - DIPRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL-CGFIS

IBAMA
FL. 05
Rub. *[assinatura]*

IBAMA
FL. *[assinatura]*
Rub. *[assinatura]*



TERMO DE INSPEÇÃO Nº

O Agente de Fiscalização infra-qualificado, em cumprimento a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e demais regulamentos em vigor, possibilitando, ainda, subsidiar exigência contida no Art. 41 do Código de Processo Penal Brasileiro, procede a presente inspeção.

01. UNIDADE RESPONSÁVEL

IBAMA/SUPER/BA.

02. DESCRIÇÃO DO OBJETO DA INSPEÇÃO

ANIMAL SILVESTRE EM CATIVEIRO

QUALIFICAÇÃO DO INSPECIONADO

03. NOME OU RAZÃO SOCIAL

BRASKEN S.A.

04. APELIDO OU NOME FANTASIA

05. CPF OU CGC

42150391/0018-19

06. ENDEREÇO

RUA OXIGÊNIO, Nº 765

07. BAIRRO OU DISTRITO

COPAC

08. MUNICÍPIO

CANAÇARI

09. CEP

42810-000

10. UF

BA

11. Nº DO REGISTRO NO IBAMA

510524

12. CATEGORIA

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

LATITUDE

12°39' 21,3" S

14. LONGITUDE

038°18' 28,0" W

15. RELATÓRIO DA INSPEÇÃO

FLORA

a) Natureza da Inspeção:

- ☐ Extração/exploração
☐ Transporte
☐ Armazenamento/depósito/consumo
☐ Beneficiamento/comercialização

b) A renovação do Registro encontra-se atualizada?

- ☐ SIM
☐ NÃO

c) Transporte/recebimento de produtos/subprodutos florestais:

- ☐ Com ATPF
☐ Sem ATPF
☐ Em desacordo com a ATPF

d) Ficha de Controle Mensal - ATPF

☐ Entrada: () entrega no prazo () em atraso () em desacordo

☐ Saída: () entrega no prazo () em atraso () em desacordo
☐ Sem autorização

e) Desmate, exploração e manejo florestal:

☐ com autorização

Tipo do desmate/exploração constatado:

- ☐ Mecanizado
☐ Manual
☐ Outros (especificar):

Tipo de vegetação:

- ☐ Primária
☐ Secundária: () estágio médio de regeneração () estágio avançado de regeneração
☐ Antropizada
☐ Incentivada
☐ Outros (especificar):

As áreas sob controle (preservação permanente/reserva legal) estão devidamente preservadas?

- ☐ SIM ☐ NÃO
☐ Com autorização ☐ Sem autorização

g) Extração de mineral, areia, pedra e outros em área de domínio público e de preservação permanente:

h) Utilização de fogo:

- ☐ Com autorização ☐ Conforme normas estabelecidas
☐ Sem autorização ☐ Sem observar normas estabelecidas

- ☐ Em florestas ☐ Carnaúva
☐ Limpeza de pasto ☐ Outros (especificar):

i) Constatado irregularidade e/ou dano ambiental, descreva no campo 16.

PESCA

a) Natureza da Inspeção:

- ☐ Captura/exploração
☐ Transporte
☐ Armazenamento/depósito/consumo
☐ Beneficiamento/comercialização

b) A renovação do Registro encontra-se atualizada?

- ☐ SIM
☐ NÃO

c) Licença/Autorização para a atividade (ex: pesca, pesquisa, coleta, importação):

- ☐ Com Licença/Autorização
☐ Sem Licença/Autorização

d) Constatada atividade de pesca proibida?

- ☐ Piracema ☐ Espécie proibida
☐ Defeso ☐ Quantidade superior à permitida
☐ Tamanho mínimo ☐ Petrechos e métodos proibidos
☐ Outros (especificar):

- ☐ NÃO
☐ Áreas proibidas
☐ Substâncias tóxicas/explosivos
☐ Transporte

- ☐ Beneficiamento
☐ Comercialização

e) Entrega de Mapa de Bordo:

- ☐ SIM ☐ NÃO

f) Dados de produção mensal:

- ☐ SIM ☐ NÃO

g) Relação de estoque:

- ☐ SIM ☐ NÃO

FAUNA

a) Natureza da Inspeção:

- ☐ Captura/coleta
☐ Transporte
☐ Armazenamento/dépósito/consumo/comercialização
☒ Criadouros/Zoológicos ☐ outros (especificar):

b) A renovação do Registro encontra-se atualizada?

- ☐ SIM
☐ NÃO

c) Licença/Autorização para atividade (ex: coleta, import. export. e transporte)

- ☒ Com licença/Autorização
☐ Sem licença/Autorização

d) Atos praticados contra a fauna

- ☐ Apanha ☐ Matar
☐ Perseguição ☐ Impedir a procriação da fauna
☐ Caça ☐ Outros (especificar):

SIM (assinalar)

NÃO

e) Espécie ameaçada

- ☐ SIM
☐ NÃO

f) Constatado irregularidade e/ou dano ambiental, descreva no campo 16.

DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

a) Natureza da Inspeção

- ☐ Fonte de degradação/poluição
☐ Transporte
☐ Armazenamento/dépósito/consumo/comercialização

b) A renovação do Registro encontra-se atualizada?

- ☐ SIM
☐ NÃO
☐ outros (especificar):
☐ Sólido

c) Licença/Autorização para a atividade (ex: obras, serviços e importação)

- ☐ Com Licença/Autorização
☐ Sem Licença/Autorização

d) Lançamento/emissão de efluentes/resíduos poluidores:

- Estado físico: ☐ Líquidos ☐ Gasoso
 Dano ambiental: ☐ Gasosos ☐ Corpos d'água (ex: mar, rios e lagos)

e) Utilizando produtos/substâncias nocivos?

- ☐ SIM
☐ NÃO

Produtos/substância registrado

- ☐ SIM
☐ NÃO

Não

Atmosfera

Existência de estoque?

- ☐ SIM
☐ NÃO

Impacto ambiental

- ☐ Ser humano ☐ Atmosfera
☐ Flora ☐ Corpos d'água
☐ Fauna

f) Existência de área degradada?

- ☐ SIM ☐ NÃO

g) Constatado irregularidade e/ou dano ambiental, descreva no campo 16.

16. OUTRAS INFORMAÇÕES ADICIONAIS DA INSPEÇÃO/DESCRIÇÃO DA IRREGULARIDADE E/OU DANO AMBIENTAL

17. DOCUMENTOS EMITIDOS

AUTO DE INFRAÇÃO		TERMO DE APREENSÃO E DEPÓSITO		TERMO DE EMBARGO/INTERDIÇÃO	OUTROS
NÚMERO	VALOR(R\$)	NÚMERO	NÚMERO	NÚMERO	

18. ANEXOS

- ☐ AMOSTRAS ☒ FOTOGRAFIAS ☐ CROQUI ☐ OUTROS (especificar)

Esta inspeção foi acompanhada por:

18. NOME ALINE VIANA
 19. CPF 82279489520
 20. ENDEREÇO RUA DA GRAVILHA, Nº 264
 21. BAIRRO/DISTRITO CAMILLO DIN 22. MUNICÍPIO SAVADOR 23. CEP 40000-000 24. UF BA
 25. ASSINATURA DO ACOMPANHANTE DA INSPEÇÃO ANEXOS
16/03/09 X Aline

Este Termo de Inspeção foi lavrado:

26. HORA 11:55 27. LOCAL E DATA Camacari de 16-03-2009
 28. CARIMBO/ASSINATURA/MATRÍCULA DO COORDENADOR DA EQUIPE
Prof. J. Dias de Oliveira
 Analista Ambiental - IBAMA
 Matr. 1249544

29. DATA E ASSINATURA DO PROPRIETÁRIO OU REPRESENTANTE LEGAL



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

IBAMA

FL. 06

Rub.

IBAMA/BA

FL.

Rub.

RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO

Auto de Infração nº. 476534-D

Agente: José Guilherme Dias de Oliveira

Matrícula: 1249544

Auto de Infração nº. 476561-D

Agente: Erik Gaertner Petric

Matrícula: 1511424

1- NARRAÇÃO DO FATO:

1.1 DATA:

16 de março de 2009

1.2 ORDEM DE FISCALIZAÇÃO Nº

Despacho às fls. 403v do processo

2006.000693/1994-60

1.3 MOTIVAÇÃO:

Relatório de Vistoria às fls. 374/381 e Despacho às fls. 401/402 do processo 2006.000693/1994-60, apontando irregularidades no funcionamento do criadouro conservacionista da Braskem S.A.

1.4 EQUIPE:

Erik Gaertner Petric (SUPES/BA), Gilberto Francisco da Silva (SUPES/BA) e José Guilherme Dias de Oliveira

1.5 LOCALIZAÇÃO:

Criadouro Conservacionista localizado nas dependências da Planta de Cloro-Soda da Braskem S.A., na Rua Oxigênio, 765, no Pólo Petroquímico de Camaçari

1.6 COORDENADAS GEOGRÁFICAS:

12°39'21,3"S 38°18'28,0"W

Petric

JG

Mat. 239059

EM BRANCO

IBAMA
FL. 07
RUB.

IBAMA/BA
FL. 08
RUB.

1.7 DESCRIÇÃO DOS FATOS:

Em 30 de agosto de 2006 foi realizada uma vistoria no então Criadouro Conservacionista Salgema, no Pólo Petroquímico de Camaçari. Na oportunidade foram observadas irregularidades na conduta do criadouro, tais como, recintos em desacordo com a IN 04/2002, ausência de sistema de marcação dos animais, recebimento de animais, sem autorização do IBAMA. Estas informações constam do Relatório de Vistoria às fls. 374/381 do processo 02006.000693/1994-60.

O Despacho do NUFAU, às fls 401/402 do processo 02006.000693/1994-60, registra a entrada de 01 exemplar de jacaré do papo amarelo (*Cayman latirostris*), em 2001, sem documentação de origem; desaparecimento de um exemplar de *Geranospiza caerulescens*, em 2002, que não teve origem comprovada; observação de 10 pombas do Pará, 16 jabutis, 06 cágados e 01 *Cebus flavius*, sem origem declarada anteriormente e de 04 *Saguinus mydas*, com recebimento irregular de acordo com documento emitido pelo responsável técnico do criadouro.

Além disso, o Despacho supracitado dá conta de desaparecimento de 02 exemplares de jabutis (*Geochelone carbonaria*), 06 exemplares de pavão verde (*Pavo cristatus*), 04 exemplares de *Ara araruana* e 01 exemplar de *Geranoeatus melanoleucus*, sem qualquer documento indicando destinação ou óbito, contrariando, portanto, a Portaria 139-N/93, além da mudança de gênero de dois espécimes de *Amazona aestiva* sem justificativa técnica.

A Informação nº 29/2007-NUFAU/IBAMA-BA, de 16 de abril de 2007, às fls 403 do processo 02006.000693/1994-60, solicita do criadouro a adoção de medidas para melhoria na manutenção e manejo dos animais sob responsabilidade da empresa e, no verso, encaminha o processo à Divisão de Fiscalização para realização de ação fiscalizatória.

Da análise do processo, constatou-se, de acordo com os fatos registrados nos documentos supracitados, a incorrência em infrações ambientais, quais sejam: ter em cativeiro animais silvestres sem origem declarada e fazer funcionar criadouro contrariando as normas legais.

Assim, em 16 de março de 2009, a equipe formada pelos servidores Erik Gaertner Petric, Gilberto Francisco da Silva e José Guilherme Dias de Oliveira se deslocou até o criadouro da Braskem S.A. no Pólo Petroquímico de Camaçari, para Ação Fiscalizatória.

Foi realizada um vistoria para verificação da situação dos animais, cuja manutenção em cativeiro se dava de forma irregular. Foi verificado que o espécime de *Cebus flavus*, trata-se de uma fêmea, esta fêmea acasalou com os machos da espécie *Cebus apella*, tendo dado à luz um filhote, que se encontrava com ela à época da vistoria. Os *Saguinus mydas* também procriaram, tendo sido encontrados oito animais desta espécie no criadouro em 16 de março de 2008.

Com relação às pombas do Pará, há duas considerações a serem feitas: a primeira é de que trata-se da *Streptopelia risória*, uma espécie domesticada originada provavelmente de uma espécie selvagem africana, portanto, sua manutenção em cativeiro não se trata de infração ambiental; a segunda é que em 16 de março de 2009 só havia no recinto 07 animais e não 10, como registrado nas vistoria anterior.

Foram constatados ainda, dois jabutis, além dos dezesseis registrados anteriormente, quatro cágados, além dos seis registrados anteriormente e um jacaré do papo amarelo, conforme registros anteriores.


Pôde-se observar também que a circulação de funcionários da fábrica continua ocorrendo próximo aos recintos.

Diante do exposto, foram lavrados dois autos de infração: um por ter em cativeiro animais silvestres sem autorização ou permissão e outro por fazer funcionar criadouro contrariando as normas legais e lavrados os Termos de Apreensão e Depósito dos animais que se encontravam irregularmente em cativeiro.

Com relação ao Termo de Depósito, foi opção da equipe deixar os animais no criadouro até definição de encaminhamentos pelo Núcleo de Biodiversidade e CETAS Chico Mendes.

Rea JF [assinatura]

EM BRANCO

IBAMA
FL. 08
Rub. 

IBAMA/BA
FL. 
Rub. 

2. AUTORIA E QUALIFICAÇÃO:

2.1 AUTORIA:

BRASKEM S.A.

CNPJ: 42.150.391/0018-19

END.: Rua Oxigênio, 765, COPEC, Pólo Petroquímico de Camaçari, Camaçari-BA

2.2 QUALIFICAÇÃO:

Criadouro Conservacionista

2.3 RAZÃO:

AI 476534-D: Ter em cativeiro espécimes da fauna silvestre sem origem declarada e

AI 476561-D: Fazer funcionar criadouro conservacionista, contrariando normas legais

2.4 ENQUADRAMENTO:

AI 476534-D: Art. 70 e Art. 72, incisos II e IV da Lei 9.605/98, Art 3º, incisos II e IV e Art. 24, § 3º, inciso III do Decreto nº 6.514/2008.

AI 476561-D: Art. 70 e Art. 72, incisos II e IV da Lei 9.605/98, Art 3º, incisos II e IV e Art. 66, *caput*, do Decreto nº 6.514/2008 e Arts. 4º e 5º da Portaria IBAMA 139-N/1993

3. SANÇÕES:

3.1 MULTA/VALOR:

AI 476534-D: R\$ 14.500,00 (quatorze mil e quinhentos reais)

AI 476561-D: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)

3.2 DOSIMETRIA:

AI 476534-D: R\$ 500,00 (quinhentos reais) por espécime

AI 476561-D: de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

3.3 APREENSÃO/EMBARGO/DEPÓSITO:


Ficaram apreendidos e depositados no próprio criadouro 01 jacaré do papo amarelo (*Cayman latirostris*); 06 (seis) cágados; 16 (dezesseis) jabutis; 01 (um) *Cebus flavius* e 04 (quatro) *Saguinus mydas*

4. RESUMO DE DOCUMENTOS:

AUTO DE INFRAÇÃO		TERMO APREENSÃO/DEPÓSITO	TERMO EMBARGO/INTERDIÇÃO	NOTIFICAÇÃO
NÚMERO	VALOR (R\$)	NÚMERO	NÚMERO	NÚMERO
476534-D	14.500,00	526975-C e 526976-C		
476561-D	5.000,00			

5. ANEXOS:


<input checked="" type="checkbox"/>	Relatório Fotográfico
<input checked="" type="checkbox"/>	Termo de Inspeção
<input checked="" type="checkbox"/>	Certidão de Testemunhas
<input type="checkbox"/>	Cálculo de Área de Polígono a Partir de Coordenadas UTM / UPS
<input type="checkbox"/>	CBA



EM BRANCO

6. LOCAL E DATA:

Salvador / BA, 17 de março de 2009.

IBAMA
FL. 09
RUB. 

IBAMA/BA
FL. 
RUB. 

7. CARIMBO E ASSINATURAS:


MAT. 239059


José G. Dias de Oliveira
Analista Ambiental - IBAMA
Mat. 124604


Erik Gaertner Petric
Analista Ambiental
Mat.: 1511424

EM BRANCO

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO



Foto 01: Fêmea *Cebus flavus* com filhote



Foto 01: Fêmea *Cebus flavus* com filhote



Foto 03: pombas do Pará *Streptopelia risoria*

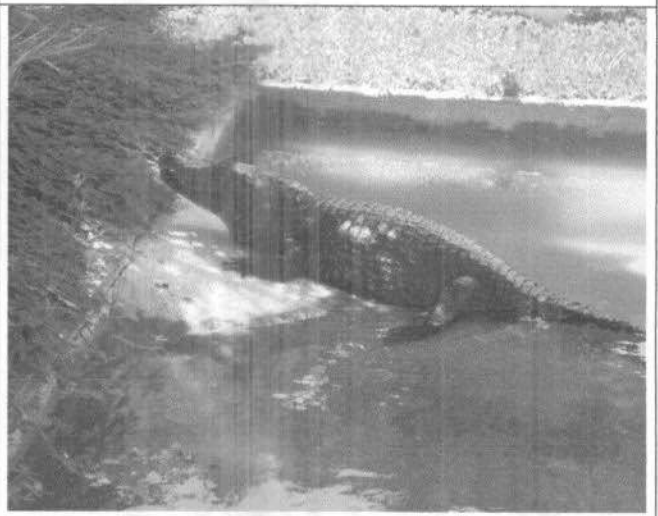


Foto 04: *Cayman latirostris*



Foto 05: *Saguinus mydas*



Foto 06: *Saguinus mydas*

Roth

JJ

Alto

EM BRANCO

IBAMA/BA
FL. 10

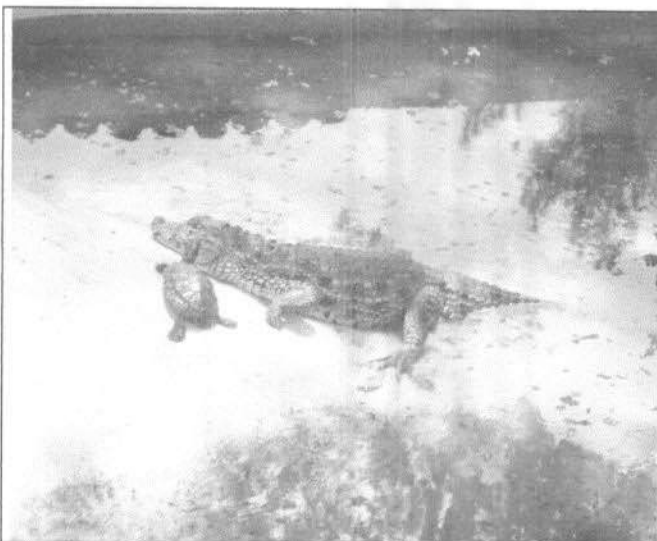


Foto 07: Cágado



Foto 08: Jabutis

Rat

JF

10/10

IBAMA
FL. 11
Rub.

R

EM BRANCO

IBAMA

FL. 12

Rub. 18

IBAMA/BA

FL.

Proc. 0693/94

Fls. 401

Rub. 18



Ministério do Meio Ambiente - MMA
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS
NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
SUPERINTENDÊNCIA DO IBAMA/BA
NÚCLEO DE FAUNA

DESPACHO

Ao Chefe da DIPRAM,
Sr. José Luis Maria,

Em relação ao Criadouro Conservacionista em questão, temos a informar que foi realizada vistoria por este NUFAU, cujo relatório encontra-se às folhas 374 a 381, apontando a necessidade de serem adotadas **medidas** para:

1. Implementação de área de fuga no recinto dos tucanos.
2. Reforma no recinto dos macacos para recompor o piso, sendo que este deve ser de concreto com terra batida por cima para evitar ferimentos aos animais.
3. Implementação de técnicas de enriquecimento ambiental no recinto dos macacos com a disponibilização de equipamentos e objetos que exercitem as habilidades físicas e motoras, o que evita o estresse e estimula os animais.
4. Reforma no recinto das araras para trocar a tela de proteção, trocar poleiros de ferro pelos de madeira, distribuir a alimentação em mais de um comedouro, que devem ser no alto. A alimentação deve fornecer quantidades adequadas de sais minerais (sementes). Deve ser construído um espelho d'água neste recinto.
5. Implementação de área de fuga no recinto dos papagaios.
6. Separação dos papagaios de outras espécies que encontram-se no mesmo recinto (filhotes de pato e ganso).
7. Conserto da área de segurança do recinto das pombas do Pará.
8. Foi observado que os recintos dos animais ficam na área de trânsito dos funcionários da empresa, o que não é recomendado pela Portaria 139-N de 29 de dezembro de 1993. A visitação deve ser monitorada e de caráter didático ou técnico. Essa medida deve ser implementada para resguardar os animais do contato humano não monitorado, evitando estresse comportamental e a oferta de alimentação indevida.
9. O criadouro deve apresentar sistema de marcação dos animais, que não foi observado.

Quanto a estas observações, será encaminhada por este NUFAU correspondência solicitando readequação do criadouro, com posterior vistoria para avaliação.

EM BRANCO

IBAMA
FL. 13
RUB.

IBAMA/BA
FL.
RUB.

Proc. 0693/94
Fls. 402
Rub. RAO

Foi também realizado um trabalho de revisão e levantamento do histórico dos dados plantel deste criadouro (fls. 390 a 400), sobre o qual destacamos algumas **irregularidades** a serem apuradas:

10. O desaparecimento de 02 exemplares de jabutis (*Geochelone carbonaria*) 1999, sem que exista qualquer documento indicando destinação ou óbito.
11. A entrada de 01 exemplar de jacaré do papo amarelo (*Cayman latirostris*) em 2001 sem a documentação de origem.
12. O desaparecimento de 06 exemplares de pavão verde (*Pavo cristatus*) em 1999 sem documentação que comprove destinação ou óbito.
13. Em 2001 um macho e uma fêmea de *Amazona aestiva* passaram a ser identificados como de sexo indeterminado, sem justificativas técnicas.
14. O desaparecimento de 04 exemplares de *Ara araruana* em 2001, sem documentação comprovando a destinação ou óbito.
15. O desaparecimento de um exemplar de *Geranoeatus melanoleucus* em 2002 sem documentação de destinação ou óbito.
16. Óbito de um exemplar de *Geranoospiza caerulescens* em 2002 que não teve origem comprovada.
17. Em 2006 foram observados durante a vistoria no criadouro, 10 pombas do Pará, 16 jabutis, 06 cágados e 01 de *Cebus flavius* sem origem declarada anteriormente. Além destes, 04 exemplares de *Saguinus mydas* foram observados no criadouro e documento apresentado pelo responsável técnico do criadouro (fl. 382) comprova o seu recebimento.

De acordo com a Portaria 139-N/1993, os criadouros só podem receber animais de depósito quando solicitado pelo IBAMA ou qualquer outra autoridade, o que não ocorreu e por isto, tanto o criadouro quanto o seu responsável técnico, o Sr. Marco Túlio Rodrigues Brasileiro, agiram em desacordo com a legislação. Assim como a origem dos animais deve ser comprovada, o óbito também deve ser documentado, o que não ocorreu em alguns casos citados acima.

Colocamos estas observações às considerações da Chefia da DIPRAM informando que em relação aos itens de 1 a 9 por se tratarem de pendências técnicas o NUFAU tratará diretamente com o Criador. Quanto aos itens de 10 a 17, por se tratarem da constatação de irregularidades, sugerimos que o processo seja encaminhado à Divisão de Fiscalização para que sejam adotadas as medidas pertinentes.

Sobre a destinação dos primatas (*Saguinus mydas*), estamos aguardando o pronunciamento do Centro de Proteção de Primatas Brasileiros.

Atenciosamente,


Samanta Levita Coutinho
Analista ambiental/NUFAU
Matrícula nº 1461922
SUPES-BA

 Samanta Levita Coutinho
Analista Ambiental
Mat. 1461922
IBAMA-BA

EM BRANCO



INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
Diretoria de Proteção Ambiental - DIPRO

476561

AUTO DE INFRAÇÃO



MULTA



ADVERTÊNCIA

SÉRIE D

01. CÓDIGO DA CATEGORIA DO AUTUADO

02. CPF/CNPJ

42.150.391/0018-19

03. NOME DO AUTUADO

BRASKEM S.A.

04. FILIAÇÃO

05. NATURALIDADE

06. C. IDENT./TÍTULO ELEITOR/ C. PROFISS.

07. EST. CIVIL

08. ENDEREÇO

R. ORIGÊNIO, N° 765

09. BAIRRO OU DISTRITO

COPEC

10. MUNICÍPIO (CIDADE)

CAMAÇARI

11. UF

BA

12. CEP

42810-000

13. DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO

FAZER FUNCIONAR ESTABELECIMENTO UTILIZADOR DE RECURSOS NATURAIS, CRIADOURO CONSERVACIONISTA DE FAUNA SILVESTRE NATIVA, CONTRARIANDO AS NORMAS LEGAIS CONFORME DESPACHO FLS. 401 E 402 DO PROCESSO 2006.000693/94-60.

COORD: 12°39'21,3"S e 038°18'28,0"W

INFRAÇÃO DE ACORDO COM O

14. ART.	ITEM / PARÁGRAFO	COM ART.	ITEM / PARÁGRAFO	15. ART.	ITEM / PARÁGRAFO	COM ART.	ITEM / PARÁGRAFO	16. ART.	ITEM / PARÁGRAFO	COM ART.	ITEM / PARÁGRAFO
70	-	72	II	3º	II	66	CAPT	4º	-	5º	

DA / DO

CEI FED. 9605/98

DA / DO

DEC. FED. 6514/08

DA / DO

PORT. IBAMA 139-N/1993

OBS:

. O INFRATOR TEM PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS, CONTADOS DA DATA DA CIÊNCIA DA AUTUAÇÃO, PARA PAGAR OU APRESENTAR A DEFESA AO IBAMA.

. AO PAGAMENTO EFETUADO DENTRO DO PRAZO, SERÁ CONCEDIDO O DESCONTO DE 30%. JÁ AO REALIZADO APÓS ESSA DATA, SERÁ APLICADA A MULTA DE 10%, SE O ATRASO FOR ATÉ 30 (TRINTA) DIAS, E 20%, SE O ATRASO FOR SUPERIOR A 30 DIAS, ALÉM DISSO, SERÁ APLICADO JUROS EQUIVALENTE À SELIC.

. EM CASO DE INÉRCIA DO AUTUADO, OU SEJA, NÃO REALIZAR O PAGAMENTO DA MULTA NEM OFERECER DEFESA, ESTE INCORRERÁ EM MORA, DEVENDO O DÉBITO SER INSCRITO EM DÍVIDA ATIVA E O SEU NOME INCLUIDO NO CADASTRO DE INADIMPLENTE - CADIN.

17. CÓDIGO DA UNIDADE / CONVÊNIO

201201-4

18. CÓDIGO DA MULTA

609906

19. VALOR R\$

5.000,00

20. HORA DA AUTUAÇÃO

12:15

21. LOCAL DA INFRAÇÃO

CRIADOURO CONSERVACIONISTA
BRASKEM - CS

22. MUNICÍPIO

CAMAÇARI

23. UF

BA

24. DATA DA AUTUAÇÃO

16/03/09

25. DATA DE VENCIMENTO

05/04/09

26. MATRÍCULA DO AUTUANTE

1511424

27. ASSINATURA DO AUTUADO

28. ASSINATURA E CARIMBO DO AUTUANTE

Erik Gaertner Petric

MOD.07.034

1ª VIA (BRANCA) PROCESSO;

2ª VIA (AZUL) ADM. CENTRAL;

3ª VIA (AMARELA) ANALISTA AMBIENTAL; 4ª VIA (ROSA) UNIDADE EMITENTE

Mat.: 1511424

EM BRANCO

IBAMA
FL. 15
RUB.

MMA - IBAMA

Documento

02006.001013/09-47

BA/PROTOCOLO

Data: 20/03/09 Prazo: 1/1



Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO IBAMA NA BAHIA

Eu, MARCO TULLIO RODRIGUES BRASILEIRO,
(nacionalidade) BRASILEIRO, (profissão) MÉDICO VETERINÁRIO,
portador (a) de Carteira de Identidade nº 3282057 expedida pelo
SSP - BA, em 15/03/06 e do CPF nº 363040935-00
residente MONTE CONSELHO, nº 45, RIO VERMELHO
CEP 41940370 Cidade SALVADOR, UF BA
telefone (71) 8427-3007, e-mail TULLIOBR@IG.COM.BR

Na qualidade de:

☐ Procurador "Adjuditia" et extra"

☐ Representante com procuração nos autos

☐ Titular do direito ou interesse

☒ Terceiro interessado RESP. TÉCNICO PELO CRIANÇOURO
BRASKEM

Processo Administrativo nº 02006.000358/2009-54

Quanto ao objeto do requerimento:

☐ Vista dos autos em repartição ☒ Cópia do inteiro teor dos autos ☐ Cópia parcial dos autos

Com a finalidade de:

DEFESA

Salvador, 20 de MARÇO de 2009

Marco Tullio Rodrigues
Assinatura do requerente

recebido em 23/03/09
Bline

Constituição Federal de 1988:

O Art. 5º da Constituição trata dos direitos e garantias fundamentais e dos direitos e deveres individuais e coletivos - Incisos XXXIII e XXXIV, alíneas a e b.

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Superintendência do Ibama no Estado de São Paulo

GUIA DE RECOLHIMENTO

Data do documento	Nº do documento	Nosso Número
20/03/2009		00000000015061925
(=) Valor do documento	(-) Desconto / Abatimento	(-) Outras deduções
4,90		
Nome: BRASKEM S.A. CPF/CNPJ: 42.150.391/0018-19 Endereço: Rua Oxigênio, nº 765 CAMACARI - BA CEP: 42810-000		
Info: Rec: Unid: Bani: Fina: 0200		

LD: 00199.58412 000000.000000 15061.925218 6 41860000000490

CAIXA Loterias CAIXA

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

OUVIDORIA CAIXA 0800 725 7474

082-743510125-8

03/MAR/2009

HORA DE 11:14:43

001.3.003670-4

TERM 002088

LOCALIDADE: SALVADOR

86, VINCULADA: 1517

COMPROVANTE PAGAMENTO DE
BLOQUETO BANCOS

DATA DE VENCIMENTO: 24/03/2009

VALOR DO PAGAMENTO: 4,90

0019958412 000000000000
15061925218 6 41860000000490

082-743510125-8

VIA DO CLIENTE

CAIXA Loterias CAIXA



Serviço Público Federal
Ministério do Meio Ambiente - MMA
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
Superintendência na Bahia - SUPES/BA

IBAMA
FL. 17
RUB. 10

16

Ofício Nº. 343/09 – GAB/SUPES/BA

Salvador, 02 de abril de 2009

À VOSSA EXCELENCIA

DR. ANTONIO SÉRGIO MENDES

PROMOTOR DE JUSTIÇA - COORDENADOR DO NÚCLEO MATA ATLÂNTICA

Ministério Público do Estado da Bahia - MPE

Rua Pedro Américo, nº 13, 3º andar, Jardim Baiano

Salvador – BA Cep: 40.050-340

"NÚCLEO MATA ATLÂNTICA" DO
MINISTÉRIO PÚBLICO
Recebido em 03.04.09
[Assinatura]

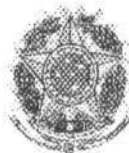
REF: COMUNICAÇÃO DE CRIMES AMBIENTAIS

Excelentíssimo Senhor Promotor,

Com os devidos cumprimentos, encaminhamos, em anexo, cópia dos Autos de Infração (AI) abaixo relacionados, bem como demais anexos referentes a crimes ambientais, ocorridos em municípios do Núcleo Mata Atlântica deste MPE, objetivando atender à Lei Federal nº. 9.605/98 (Lei de Crimes Ambientais):

AI nº.	TAD/TEI nº.	AUTUADO	PROCESSO nº.	MUNICÍPIO	DATA DA LAVRATURA
368040 D	573112 C TAD	Antonio Laurêncio dos Santos	02006.000387/2009-16	Itabuna/BA	13/03/2009
476263 D	526934 C TAD 525720 C TAD	Antonio Raimundo Filgueira de Souza	02006.000401/2009-81	Camaçari/BA	20/03/2009
476262 D	576951 C TAD	Antonio Sergio Couto de Carvalho	02006.000373/2009-01	Mata de São João/BA	17/03/2009
476520 D	526974 C TAD	Augusto Augusto Alimentos Ltda	02006.000390/2009-30	Salvador/BA	13/03/2009
476534 D	526975 C TAD 526976 C TAD	Braskem S.A	02006.000358/2009-54	Camaçari/BA	16/03/2009
476561 D	*****	Braskem S.A.	02006.000367/2009-45	Camaçari/BA	16/03/2009
476094 D	525042 C TAD 525050 C TAD	João Alves de Jesus	02006.000364/2009-10	Salvador/BA	07/03/2009
476093 D	525041 C TAD 525476 C TAD	Joilson dos Santos de Santana	02006.000365/2009-56	Salvador/BA	07/03/2009
368043 D	573114 C TEI	Jonas da Silva Cerqueira	02006.000389/2009-13	Mascote/BA	12/03/2009

EM BRANCO



IBAMA

FL. 18

Rub.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA - SUPES/BA

OFÍCIO Nº. 343/09 – GAB/SUPES/BA

Salvador, 02 de abril de 2009

AI nº.	TAD/TEI nº.	AUTUADO	PROCESSO nº.	MUNICÍPIO	DATA DA LAVRATURA
476098 D	525040 C TAD 525043 C TAD 525047 C TAD 525048 C TAD	Raimundo Jorge Urbano Teixeira	02006.000352/2009-87	Salvador/BA	07/03/2009
549164 D	526170 C TAD 526171 C TAD	Wilde Carlos Ferreira de Freitas	02006.000397/2009-51	Itabuna/BA	18/02/2009
368039 D	573111 C TEI	Wilson Almeida Nunes	02006.000388/2009-61	Camacan/BA	11/03/2009

Sem mais para o momento, desde já agradecemos as providências adotadas e nos colocamos à disposição de V. Ex^a. para o que se fizer necessário.

Atenciosamente,

Celio Costa Pinto
Superintendente
IBAMA-BA

EM BRANCO

IBAMA
FL. 39
Rub. 10

MMC & ZARIF
A D V O G A D O S

**ILMO. SR. GERENTE REGIONAL DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO
AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA/BA:**

Documento
02006.001315/09-14

BA/PROTOCOLO

Data: 16/09/09 Prazo: 1/1

MMA - IBAMA

Ref. Autos de Infração nº 476534 e nº 476561

BRASKEM S.A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 42.150.391/0018-19, com sede na Rua Oxigênio, nº 765 - Camaçari – BA - CEP: 42.810270, vem, perante V. Sa., por suas advogadas *in fine* assinadas, regularmente constituídas na forma do instrumento de Mandato anexo (**Doc 01**), face à lavratura dos Autos de Infração acima referenciados, prestar os seguintes esclarecimentos:

Em 16/03/2009, a Braskem tomou ciência da lavratura dos Autos de Infração acima referenciados. O Auto de Infração nº 4765340 consigna a seguinte infração:

“Ter em cativeiro 01 jacaré do papo amarelo (cayman latirostris), 01 geranospiza caerulescens, 16 jabutis, 6 cágados, 01 (um) cebus flavus e 04 (quatro) saguinusmydas sem origem declarada, de acordo com o despacho às folhas 401/402 do processo 02006.000693/94-60.”

Já o auto de infração nº 476561, assim descreve a infração:

EM BRANCO

IBAMA
FL. 20
Rub.

[Handwritten signature]

MMC & ZARIF
A D V O G A D O S

[Handwritten signature]

“Fazer funcionar estabelecimento utilizador de recursos naturais, criadouro conservacionista de fauna silvestre nativa, contrariando as normas legais conforme despacho fls.401 e 402 do processo 02006.000693/94-60.”

Em 30/08/06, foi realizada pelo IBAMA uma vistoria ao criadouro conservacionista da Braskem, tendo sido constatada a presença de alguns animais em cativeiro fruto de doações efetuadas pela comunidade local, que, pela distância, tem dificuldades em encaminhá-los ao Centro de Triagem do IBAMA. Ademais, o IBAMA identificou necessidade de algumas melhorias nos recintos dos animais e de implementação de sistema de marcação dos mesmos.

Em 16/04/2007, o IBAMA encaminhou à Braskem a informação nº 29/2007, solicitando a adoção das referidas medidas de melhoria na manutenção e manejo dos animais presentes no criadouro.

Visando cumprir a determinação do IBAMA, foi então iniciada uma sequência de reformas no criadouro e estudo sobre as novas técnicas de medidas e marcação que seriam adotadas. Ademais, foram encaminhados ao IBAMA, por duas vezes (05/10/06 e em 22/03/07), ofícios **(Docs. Anexos)** informando acerca da presença de animais doados pela comunidade e colocando estes animais à disposição deste órgão ambiental federal.

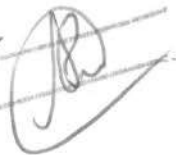
Sem embargo, infelizmente, não houve resposta a estes ofícios por parte do IBAMA, tendo os referidos animais permanecido sob a guarda do criadouro da Braskem.

Diante do exposto, foi com surpresa que a Braskem tomou conhecimento de que a nova inspeção realizada pelo IBAMA, em 16/03/09, gerou a lavratura de dois autos de infração e aplicação de penalidades de multa (R\$14.500,00 e R\$5.000,00), respectivamente, pela manutenção em cativeiro de animais sem autorização ou permissão, e por fazer funcionar criadouro em desacordo com as normas legais.

Embora entenda a Braskem que sua conduta não justifica a aplicação das penalidades de multa, já estão sendo adotadas as medidas para quitação dos valores referentes às multas em questão. Ademais, diante das dificuldades que vêm sendo enfrentadas junto ao IBAMA, a Braskem

EM BRANCO

IBAMA
FL. 21
RUB.



MMC & ZARIF
A D V O G A D O S

adotará as medidas cabíveis para viabilizar o fechamento do Criadouro Conservacionista e para promover a adequada destinação dos animais.

Sem mais para o momento, renovamos votos da mais alta estima.



Salvador, 06 de março de 2009.



Roberta Casali Bahia Damis

OAB- Ba 12.817

Vânia Rapold Valois Nunes

OAB-Ba 19.959

2009/03/06

EM BRANCO

DOCUMENTO

IBAMA

FL. 22

RUB.

02006 005342/06-83

IBAMA MMA - SUP. ESTADUAL BA

DATA 05.10.06

Salvador, 05 de outubro de 2006

Ilm^a Dr^a Conceição Pires
Coordenadora do setor de vida silvestres/ IBAMA - Ba

Pelo presente documento venho comunicar a Vsa, que se encontra nas dependências do Criadouro Conservacionista de Animais Silvestres - Braskem, tendo este a minha pessoa como responsável técnico, quatro Sagüis da Amazônia (Saguinus mydas), sendo 1 macho e 1 fêmea adulta, e um casal (filhotes) procriados no criadouro, fato não comunicado anteriormente, pois os mesmos haviam sido doados a minha pessoa por uma senhora que os criavam (os dois adultos, quando doados a fêmea estava prenha), como estavam debilitados e bastantes estressados, levei-os ao criadouro afim de prestar a estes assistência veterinária e fornecer a estes um período de melhor conforto e recuperação, melhoras comprovadas por seu desempenho comportamental e sanitário. Diante do exposto, coloco a vossa disposição as quatro espécimes, caso julgue necessário tira-los de nosso criadouro, mostro-me ao inteiro dispor de leva-los presencialmente a vossa ilustre pessoa, pois acredito que tomarás o posicionamento correto do destino destes animais.

Aproveito a ocasião para lhes comunicar a evasão de uma de nossas araras, alojadas no viveiro maior de araras, fato que também seria comunicado no Censo 2006.

Em prol de nossa eterna luta pela preservação da vida silvestre, agradeço a vossa compreensão e mostro-me ao seu inteiro dispor para quaisquer tipo de informação.

Atenciosamente,


Marco Túlio Rodrigues Brasileiro

Médico Veterinário - CRMV.BA 1341

Responsável Técnico pelo Criadouro Conservacionista de Animais
Silvestres / Braskem-UCS

EM BRANCO

Camaçari, 22 de março de 2007

IBAMA/MMA - SUP. ESTADUAL/BA

DATA:

22/03/07

IBAMA

FL. 23

Rub. 8

Ilm^a Dr^a Maria Conceição Pires
Coordenadora do Setor de Vida Silvestre - IBAMA / Ba

Fazendo-se cumprir com a Portaria de nº 139 - N / Artigo 6, venho na qualidade de responsável técnico pelo Criadouro Conservacionista de Animais Silvestres - Braskem, apresentar (anexo) o censo 2007.

Tendo em vista a ocorrência de óbito de um primata, da espécie *Cebus apella*, sexo: feminino, ocorrido no dia 01 de novembro de 2006, venho apresentar (anexo) o laudo de necropsia, realizado pelo Prof^o Dr^o Eduardo Luiz Trindade Moreira, médico veterinário e professor do curso de Medicina Veterinária da União Metropolitana de Educação e Cultura (Universidade UNIME), ressalvo que no item 6 do referido laudo de necropsia, o animal apresentou achados anátomo- patológicos que permitiram concluir que a "causa mortis" deveu-se ao quadro de insuficiência renal crônica decorrente de rins policísticos congênitos. O animal quando em vida nada apresentava a nível de sinais clínicos, nem tão pouco a nível de exames laboratoriais, por se tratar de uma enfermidade congênita, sua morte foi de caráter súbito.

Gostaria também de lhes comunicar que estamos colocando a disposição desta conceituada instituição (conforme ofício protocolado de nº 02006.005342/06-88 de 05 de outubro de 2006), quatro (4) primatas da espécie *Saguinus mydas*, sendo um casal adulto e um casal juvenil (sendo 2 doados ao criadouro e 2 já nascidos aqui), e 16 jabutis da espécie *Geochelone carbonária*, sendo 11 machos e 5 fêmeas, e 10 cágados (sendo 8 fêmeas e 2 machos). Todos esses animais foram entregues ao criadouro voluntariamente por pessoas que tiveram notícia de nossa existência; aos animais foram dispensados toda a assistência, desde a parte de recintos, alimentação e aspecto sanitário.

Aproveitamos a oportunidade para lhes informar, que em decorrência do período de férias das universidades conveniadas, começamos os periódicos (exame de fezes, sangue, urina e secreções) dos animais do criadouro no dia 09 do mês corrente, visando estes estabelecer um monitoramento zoonosológico dos nossos animais; ao concluir todo este processo, estaremos lhe enviando os resultados.

Por finalizar, comunico a Vsa que iniciamos a reforma dos viveiros (recintos) dos animais, dando prioridade aqueles de caráter emergencial.

Atenciosamente,

Dr^o Marco Túlio Rodrigues Brasileiro
Médico Veterinário - CRMV.Ba 1341
Responsável Técnico pelo Criadouro Conservacionista - Braskem

EM BRANCO

Braskem

IBAMA
FL. 24
Rub. 18

23
28

SUBSTABELECIMENTO

Substabeleço, com reserva de iguais, os poderes que me foram conferidos por **BRASKEM S.A.**, sucessora por incorporação da **TRIKEM S.A.**, esta última anteriormente denominada **CPC - COMPANHIA PETROQUÍMICA CAMAÇARI**, com sede na Rua Eteno, 1561, Complexo Petroquímico, Camaçari/BA, inscrita no CNPJ sob o nº 42.150.391/0001-70, às Dras. **ROBERTA CASALI BAHIA DAMIS, VANIA RAPOLD VALOIS NUNES e TAÍS DE SOUZA ANDRADE**, brasileiras, advogadas, inscritas na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção da Bahia, sob os nºs 12.817, 19.959 e 24.232, respectivamente, integrantes da sociedade de advogados **MENEZES, MAGALHÃES, COELHO E ZARIF SOCIEDADE DE ADVOGADOS**, com Contrato Social registrado na OAB - BA sob nº 1090/2003 SI, escritório na Av. Tancredo Neves, 1.632, 19º andar, Torre Sul, Salvador/BA, especialmente para, agindo em conjunto ou isoladamente, independentemente da ordem de nomeação, defender os direitos e interesses da **BRASKEM S.A.** nos autos do Inquérito Civil nº 003.0.181693/2008, perante o Ministério Público do Estado da Bahia, podendo impugnar, acordar, transigir, conciliar, receber documentos, requerer e retirar certidões, receber notificações e intimações, sendo expressamente vedado o substabelecimento a terceiros, exceto os poderes para obtenção de vistas e cópias reprográficas.

Camaçari/BA, 13 de janeiro de 2009



Cristiane Silvestre
CRISTIANE SILVESTRE
OAB/SP nº 173.604

Reconheço por Semelhança a Firma(s) SEM VALOR economico
de: **CRISTIANE SILVESTRE**,
SAO PAULO, 14 de Janeiro de 2009. Total: R\$ 2,90 11:55:09
ALEXANDRE ROBERTO DA SILVA NETO - ESCRIVENTE AUT.



AA031388

EM BRANCO

Braskem

BKM-073/2008

IBAMA
FL. 25
RUB.

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de mandato e na melhor forma de direito, **BRASKEM S.A.**, atual denominação social de **COPENE - PETROQUÍMICA DO NORDESTE S.A.**, com sede na Rua Eteno, 1561, Pólo Petroquímico, Camaçari/BA, inscrita no CNPJ sob o nº 42.150.391/0001-70, neste ato representada por seus Diretores infra-assinados, nomela e constitui seus bastantes procuradores os Drs. **CRISTIANA LAPA WANDERLEY SARCEDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 173.114 e no CPF/MF sob nº 281.798.748-93; **CRISTIANE SILVESTRE**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 173.604 e no CPF/MF sob nº 265.924.308-50; **DENISE PASELLO VALENTE NOVAIS**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 228.271-B e no CPF/MF sob nº 026.915.949-55; **MARCELLA MENEZES FERREIRA DE SOUZA FAGUNDES**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 219.773 e no CPF/MF sob nº 971.113.927-87, residente e domiciliada na Al. Franca, 63 - apto. 72 - Jardim Paulista, São Paulo/SP; **MAURÍCIO DANTAS BEZERRA**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/BA sob o nº 17.868 e no CPF/MF sob nº 861.028.185-04; **RODRIGO OLIVEIRA DO AMARAL SANTOS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/SP sob o nº 227.502 e no CPF/MF sob nº 214.649.808-02; **SUSAN BARRIO**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 238.887 e no CPF/MF sob nº 283.038.528-41 e **TALITHA CORRÊA CHAVES**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 196956 e no CPF/MF sob nº 269.181.368-10, todos com escritório na Avenida das Nações Unidas, 4.777 - 3º andar - Alto de Pinheiros, São Paulo/SP, aos quais confere poderes especiais para defender os direitos e interesses da Outorgante em quaisquer procedimentos judiciais e/ou administrativos, conferindo-lhes os poderes da cláusula "AD JUDICIA ET EXTRA" para o foro em geral, perante qualquer instância ou Tribunal, inclusive perante repartições públicas federais, estaduais e municipais, autarquias, empresas públicas, privadas ou de economia mista, conselhos regionais e federais, sindicatos e demais associações de classe, incluindo, mas não se limitando, perante delegacias, secretarias e inspetorias dos fiscos federal, estadual e municipal, órgãos da Previdência Social, Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Banco Central do Brasil, Juntas Comerciais, podendo, ditos procuradores, que agirão em conjunto ou isoladamente, independentemente da ordem de nomeação, propor e acompanhar ações, contestar, impugnar, interpor recursos, confessar, acordar, concordar, discordar, transigir, desistir, receber e dar quitação, firmar termos e compromissos, receber citações, notificações e intimações, ser e nomear preposto, promover quaisquer processos cautelares ou preparatórios, preventivos ou incidentes, interpelações e notificações, promover levantamentos de depósitos, podendo, ainda, defender os direitos e interesses da Outorgante em quaisquer assembleias, comitês e órgãos de credores em processos de falência e recuperação judicial ou extrajudicial, votando e deliberando sobre quaisquer matérias no melhor dos interesses da Outorgante, inclusive substabelecer, no todo ou em parte, desde que com reserva de poderes.

Camaçari/BA, 25 de novembro de 2008

BRASKEM S.A.

Maurício Roberto de Carvalho Ferro
RG 453.069 SSP/DF
CPF 371.505.961-34
brasileiro, solteiro, Advogado

Carlos José Fagundes
RG 03.538.534-02 SSP/BA
CPF 566.401.703-82
brasileiro, casado, Adm. do
Empresar



EM BRANCO

Salvador • Terça-feira
13 de agosto de 1998
Ano LXXX • Nº 16.292

[illegible]

$$R = 0,001 \times [1 - (\sum p)^n]$$

[illegible][illegible]

COMPANHIA ARREIA, C/CMH S.A. - 43.558.326/0001-54. ATA DE REUNIAO DO CONSELHO DE ADMINISTRACAO, DIARIA DE CLASSE E LOCAL EM 10 de Junho de 1996, às 20 horas, na sede da Companhia, localizada na Rua Heringham, nº 1.941, Polo Poliville/Imboá, Camaguiã - MESA, J. de A. Pereira de Faria, Presidente, e Maria Afonso de Carvalho - Secretária. **FALANCA** - Maioria das ações do Centro de Administração DELIBERACAO O Conselho de Administracao, decidindo-se, ao disposto no Art. 21, § 1º, do Estatuto Social da Companhia, deliberar, que a unanimidade dos membros presentes, autorizar a aquisicao pelo Conselho, de 2.565.177,359 ações da Companhia, a critério de transacao da Salgueiro Industrial Quilómetros S.A., representadoras de 68,55% do capital da Companhia, inscrita no CNPJ nº 06.908.918/0001-09 do Brasil S.A., através da celebracao, com a referida empresa, de 33 contratos de cessao e transferencia de Ações a Dúvida Arreia, pelo valor global de R\$ 33.770.000,00, sob as seguintes condicoes: a) R\$ 1.811.744,649 egados, correspondente a 100% das ações adquiridas pela EPR no Lote de Desestatizacao da Salgueiro, pelo valor de R\$ 24.556.350,71, sendo 100% desta importancia quitada à vista, e o restante mediante cessao parcial à Companhia, EPR, em RNDOS, em R\$ 604,80, pelo qual a EPR assume obrigacoes decorrentes do Contrato de Cessao e Transferencia de Ações a Dúvida Arreia, e 1.691 A.D.I. 93.1.082 A.D.I. e 95.3.093 A.D.I. - firmadas por J. de A. Pereira de Faria, respectivamente. **BANCO PRIMUS S.A.** - **BANCO BANDEIRANTES S.A.** - **BANCO NOROESTE S.A.** - **BANCO NOROESTE S.A.**, passando a Companhia a ser responsavel, portanto, por obrigacoes pecuniarias em RNDOS, no valor de R\$ 11.921.881,34, a ser pago em prestações mensais, com vencimentos até 15 de maio de 1997 e 15 de novembro de 1997, acrescidas de juros à taxa de 5% ao ano, mais a J.B.P. Taxa de Juros de Longo Prazo, de 12,5% ao ano, e 5,5% ao ano, acrescidas a totalidade das ações adquiridas pela EPR junto a COPEL. **Primiguarda** - O Conselho de Administracao, deliberando, que R\$ 11.322.991,49, sendo 100% desta importancia quitada à vista, e o restante mediante cessao, a Companhia, dos instrumentos Participacoes do Classe e Transferencia de Ações e Outros Ações e de Confissao da Dívida com Prestação de Garantias, celebrados entre as referidas empresas, passando a Companhia, portanto, a ser responsável por obrigações pecuniarias em RNDOS, no valor de R\$ 10.315.909.318,84, a ser pago nas mesmas condições previstas no Contrato de Cessao e Transferencia de Ações a Dúvida Arreia, e 1.691 A.D.I. e 95.3.093 A.D.I. - firmadas por J. de A. Pereira de Faria, respectivamente. **Primiguarda** - O Conselho de Administracao, deliberando, que R\$ 11.322.991,49, sendo 100% desta importancia quitada à vista, e o restante mediante cessao, a Companhia, dos instrumentos Participacoes do Classe e Transferencia de Ações e Outros Ações e de Confissao da Dívida com Prestação de Garantias, celebrados entre as referidas empresas, passando a Companhia, portanto, a ser responsável por obrigações pecuniarias em RNDOS, no valor de R\$ 10.315.909.318,84, a ser pago nas mesmas condições previstas no Contrato de Cessao e Transferencia de Ações a Dúvida Arreia, e 1.691 A.D.I. e 95.3.093 A.D.I. - firmadas por J. de A. Pereira de Faria, respectivamente. **Primiguarda** - O Conselho de Administracao, deliberando, que R\$ 11.322.991,49, sendo 100% desta importancia quitada à vista, e o restante mediante cessao, a Companhia, dos instrumentos Participacoes do Classe e Transferencia de Ações e Outros Ações e de Confissao da Dívida com Prestação de Garantias, celebrados entre as referidas empresas, passando a Companhia, portanto, a ser responsável por obrigações pecuniarias em RNDOS, no valor de R\$ 10.315.909.318,84, a ser pago nas mesmas condições previstas no Contrato de Cessao e Transferencia de Ações a Dúvida Arreia, e 1.691 A.D.I. e 95.3.093 A.D.I. - firmadas por J. de A. Pereira de Faria, respectivamente. **Primiguarda** - O Conselho de Administracao, deliberando, que R\$ 11.322.991,49, sendo 100% desta importancia quitada à vista, e o restante mediante cessao, a Companhia, dos instrumentos Participacoes do Classe e Transferencia de Ações e Outros Ações e de Confissao da Dívida com Prestação de Garantias, celebrados entre as referidas empresas, passando a Companhia, portanto, a ser responsável por obrigações pecuniarias em RNDOS, no valor de R\$ 10.315.909.318,84, a ser pago nas mesmas condições previstas no Contrato de Cessao e Transferencia de Ações a Dúvida Arreia, e 1.691 A.D.I. e 95.3.093 A.D.I. - firmadas por J. de A. Pereira de Faria, respectivamente. **Primiguarda** - O Conselho de Administracao, deliberando, que R\$ 11.322.991,49, sendo 100% desta importancia quitada à vista, e o restante mediante cessao, a Companhia, dos instrumentos Participacoes do Classe e Transferencia de Ações e Outros Ações e de Confissao da Dívida com Prestação de Garantias, celebrados entre as referidas empresas, passando a Companhia, portanto, a ser responsável por obrigações pecuniarias em RNDOS, no valor de R\$ 10.315.909.318,84, a ser pago nas mesmas condições previstas no Contrato de Cessao e Transferencia de Ações a Dúvida Arreia, e 1.691 A.D.I. e 95.3.093 A.D.I. - firmadas por J. de A. Pereira de Faria, respectivamente. **Primiguarda** - O Conselho de Administracao, deliberando, que R\$ 11.322.991,49, sendo 100% desta importancia quitada à vista, e o restante mediante cessao, a Companhia, dos instrumentos Participacoes do Classe e Transferencia de Ações e Outros Ações e de Confissao da Dívida com Prestação de Garantias, celebrados entre as referidas empresas, passando a Companhia, portanto, a ser responsável por obrigações pecuniarias em RNDOS, no valor de R\$ 10.315.909.318,84, a ser pago nas mesmas condições previstas no Contrato de Cessao e Transferencia de Ações a Dúvida Arreia, e 1.691 A.D.I. e 95.3.093 A.D.I. - firmadas por J. de A. Pereira de Faria, respectivamente. **Primiguarda** - O Conselho de Administracao, deliberando, que R\$ 11.322.991,49, sendo 100% desta importancia quitada à vista, e o restante mediante cessao, a Companhia, dos instrumentos Participacoes do Classe e Transferencia de Ações e Outros Ações e de Confissao da Dívida com Prestação de Garantias, celebrados entre as referidas empresas, passando a Companhia, portanto, a ser responsável por obrigações pecuniarias em RNDOS, no valor de R\$ 10.315.909.318,84, a ser pago nas mesmas condições previstas no Contrato de Cessao e Transferencia de Ações a Dúvida Arreia, e 1.691 A.D.I. e 95.3.093 A.D.I. - firmadas por J. de A. Pereira de Faria, respectivamente. **Primiguarda** - O Conselho de Administracao, deliberando, que R\$ 11.322.991,49, sendo 100% desta importancia quitada à vista, e o restante mediante cessao, a Companhia, dos instrumentos Participacoes do Classe e Transferencia de Ações e Outros Ações e de Confissao da Dívida com Prestação de Garantias, celebrados entre as referidas empresas, passando a Companhia, portanto, a ser responsável por obrigações pecuniarias em RNDOS, no valor de R\$ 10.315.909.318,84, a ser pago nas mesmas condições previstas no Contrato de Cessao e Transferencia de Ações a Dúvida Arreia, e 1.691 A.D.I. e 95.3.093 A.D.I. - firmadas por J. de A. Pereira de Faria, respectivamente. **Primiguarda** - O Conselho de Administracao, deliberando, que R\$ 11.322.991,49, sendo 100% desta importancia quitada à vista, e o restante mediante cessao, a Companhia, dos instrumentos Participacoes do Classe e Transferencia de Ações e Outros Ações e de Confissao da Dívida com Prestação de Garantias, celebrados entre as referidas empresas, passando a Companhia, portanto, a ser responsável por obrigações pecuniarias em RNDOS, no valor de R\$ 10.315.909.318,84, a ser pago nas mesmas condições previstas no Contrato de Cessao e Transferencia de Ações a Dúvida Arreia, e 1.691 A.D.I. e 95.3.093 A.D.I. - firmadas por J. de A. Pereira de Faria, respectivamente. **Primiguarda** - O Conselho de Administracao, deliberando, que R\$ 11.322.991,49, sendo 100% desta importancia quitada à vista, e o restante mediante cessao, a Companhia, dos instrumentos Participacoes do Classe e Transferencia de Ações e Outros Ações e de Confissao da Dívida com Prestação de Garantias, celebrados entre as referidas empresas, passando a Companhia, portanto, a ser responsável por obrigações pecuniarias em RNDOS, no valor de R\$ 10.315.909.318,84, a ser pago nas mesmas condições previstas no Contrato de Cessao e Transferencia de Ações a Dúvida Arreia, e 1.691 A.D.I. e 95.3.093 A.D.I. - firmadas por J. de A. Pereira de Faria, respectivamente. **Primiguarda** - O Conselho de Administracao, deliberando, que R\$ 11.322.991,49, sendo 100% desta importancia quitada à vista, e o restante mediante cessao, a Companhia, dos instrumentos Participacoes do Classe e Transferencia de Ações e Outros Ações e de Confissao da Dívida com Prestação de Garantias, celebrados entre as referidas empresas, passando a Companhia, portanto, a ser responsável por obrigações pecuniarias em RNDOS, no valor de R\$ 10.315.909.318,84, a ser pago nas mesmas condições previstas no Contrato de Cessao e Transferencia de Ações a Dúvida Arreia, e 1.691 A.D.I. e 95.3.093 A.D.I. - firmadas por J. de A. Pereira de Faria, respectivamente. **Primiguarda** - O Conselho de Administracao, deliberando, que R\$ 11.322.991,49, sendo 100% desta importancia quitada à vista, e o restante mediante cessao, a Companhia, dos instrumentos Participacoes do Classe e Transferencia de Ações e Outros Ações e de Confissao da Dívida com Prestação de Garantias, celebrados entre as referidas empresas, passando a Companhia, portanto, a ser responsável por obrigações pecuniarias em RNDOS, no valor de R\$ 10.315.909.318,84, a ser pago nas mesmas condições previstas no Contrato de Cessao e Transferencia de Ações a Dúvida Arreia, e 1.691 A.D.I. e 95.3.093 A.D.I. - firmadas por J. de A. Pereira de Faria, respectivamente. **Primiguarda** - O Conselho de Administracao, deliberando, que R\$ 11.322.991,49, sendo 100% desta importancia quitada à vista, e o restante mediante cessao, a Companhia, dos instrumentos Participacoes do Classe e Transferencia de Ações e Outros Ações e de Confissao da Dívida com Prestação de Garantias, celebrados entre as referidas empresas, passando a Companhia, portanto, a ser responsável por obrigações pecuniarias em RNDOS, no valor de R\$ 10.315.909.318,84, a ser pago nas mesmas condições previstas no Contrato de Cessao e Transferencia de Ações a Dúvida Arreia, e 1.691 A.D.I. e 95.3.093 A.D.I. - firmadas por J. de A. Pereira de Faria, respectivamente. **Primiguarda** - O Conselho de Administracao, deliberando, que R\$ 11.322.991,49, sendo 100% desta importancia quitada à vista, e o restante mediante cessao, a Companhia, dos instrumentos Participacoes do Classe e Transferencia de Ações e Outros Ações e de Confissao da Dívida com Prestação de Garantias, celebrados entre as referidas empresas, passando a Companhia, portanto, a ser responsável por obrigações pecuniarias em RNDOS, no valor de R\$ 10.315.909.318,84, a ser pago nas mesmas condições previstas no Contrato de Cessao e Transferencia de Ações a Dúvida Arreia, e 1.691 A.D.I. e 95.3.093 A.D.I. - firmadas por J. de A. Pereira de Faria, respectivamente. **Primiguarda** - O Conselho de Administracao, deliberando, que R\$ 11.322.991,49, sendo 100% desta importancia quitada à vista, e o restante mediante cessao, a Companhia, dos instrumentos Participacoes do Classe e Transferencia de Ações e Outros Ações e de Confissao da Dívida com Prestação de Garantias, celebrados entre as referidas empresas, passando a Companhia, portanto, a ser responsável por obrigações pecuniarias em RNDOS, no valor de R\$ 10.315.909.318,84, a ser pago nas mesmas condições previstas no Contrato de Cessao e Transferencia de Ações a Dúvida Arreia, e 1.691 A.D.I. e 95.3.093 A.D.I. - firmadas por J. de A. Pereira de Faria, respectivamente. **Primiguarda** - O Conselho de Administracao, deliberando, que R\$ 11.322.991,49, sendo 100% desta importancia quitada à vista, e o restante mediante cessao, a Companhia, dos instrumentos Participacoes do Classe e Transferencia de Ações e Outros Ações e de Confissao da Dívida com Prestação de Garantias, celebrados entre as referidas empresas, passando a Companhia, portanto, a ser responsável por obrigações pecuniarias em RNDOS, no valor de R\$ 10.315.909.318,84, a ser pago nas mesmas



SFD - 0928



nebraska
800/NEBRASKA

Ficam convocados os Senhores Ações da Companhia para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a se realizar no dia 27 de agosto de 1906, às 14 horas, no salão nobre, situado na Rua Herington, nº 3120, Pólo Petróleo, Município de Camargos, Estado de Roraima, a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia:

a) Eleição de membros do Conselho de Administração e do Conselho de Revisão (previsto no art. 23 do Estatuto Social).
Obs.: Na forma do art. 1º da Instrução CIM nº 156, de 1/1/1991, o percentual mínimo do capital votante para eleger o voto realizado é de 5% (cinco por cento).

b) Outros assuntos de interesse da companhia.

Caracas, 16 de Agosto de 1996.
SEBASTIÁN GUERRA PÉREZ
 Presidente del Consejo de Administración

DEI - 0382 - 3-1

15A 13 ABR 07

S. Paulo

Estevão Nêtor
ESCREVA EM
CHUVA COM O

CARTÃO DE AUTENTICAÇÃO

1059AC528020

EM BRANCO



Serviço Público Estadual - Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração - Junta Comercial do Estado da Bahia - Certeiro - Certificado que foi arquivado nesta Autarquia sob o nº 96247539 por decisão da 4ª Turma a cópia do ato de AGE do CPC COMPANHIA PETROQUÍMICA CAMAÇARI realizada em 12.03.96, e protocolada sob o nº 960667049. Ceto Mária Pêtra Marques, Secretário Geral, Junta Comercial do Estado da Bahia, 26 de agosto de 1996.

IMPRESSO EM PAPEL RECICLADO

mabrasca
empresas gráficas



PREFEITURA MUNICIPAL DE CANEAS
ESTADO DA BAHIA
REGIÃO METROPOLITANA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Caneas / Secretaria de Administração tem a honra de convocar a licitação com o seguinte:
01 - Processo Licitatório / Tomada de Preços nº 001/96; 02 - Fornecedor: Ministério da Educação - MEC; 03 - Critério de Julgamento: Menor Preço / Melhor Qualidade; 04 - Objeto: Aquisição de 100 unidades de Material de Consumo para a Prefeitura Municipal de Caneas - BA; 05 - Lote nº 1 - 100 unidades; 06 - Adesão das Propostas: 15/09/96; 07 - Local e Horário: Praça Municipal Lota Viana Filho - Quilômetro Negro - Secretaria de Administração às 14 horas. Preço de Referência R\$ 70,00, Máquinas Industriais - Fone: 801-3721 ramais 132/339.

Caneas, 29 de agosto de 1996.

EDÉSIO DUARTE DA SILVA
Presidente da Comissão de Licitação

SED-1192-AP

SED-1193

QUEM DISSE QUE TAMANHO NÃO É DOCUMENTO?

O arquivamento de documentos importantes dispensa o acúmulo de papéis velhos. A Empresa Gráfica da Bahia pode transformar o seu arquivo morto num prático e pequenino filme de consulta. Contate o Departamento de Microfilmagem da EGBA e veja como guardar com segurança e economia de espaço a memória de sua empresa. Não importa o tamanho do documento.



Empresa Gráfica da Bahia



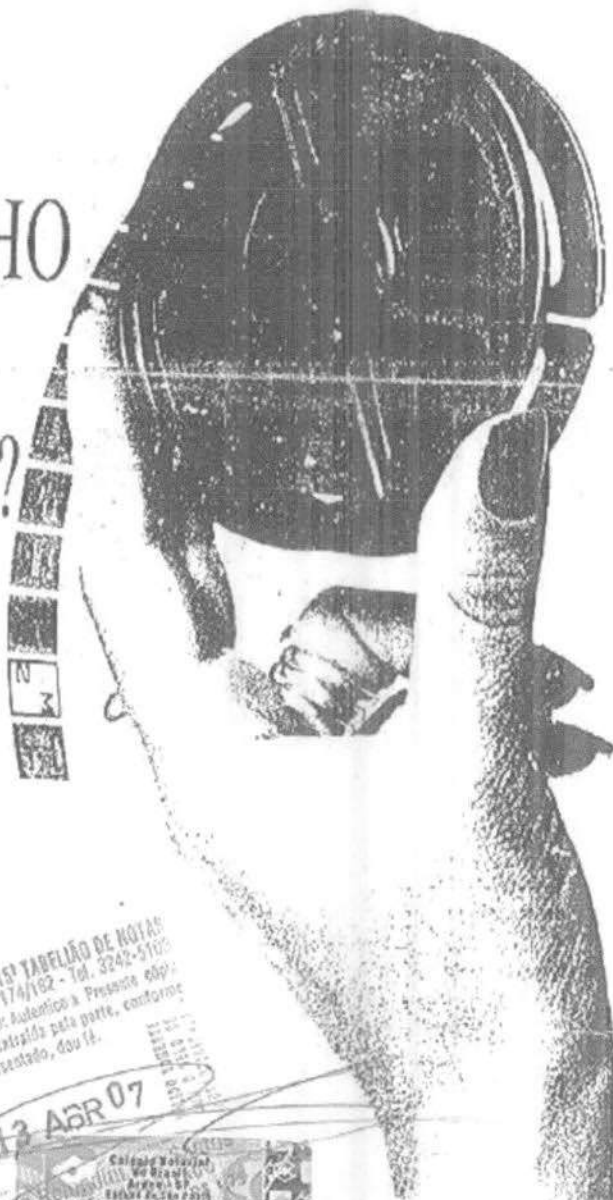
Também através do seu arquivo de microfilmes, a EGBA possibilita consultas a números antigos do Diário Oficial. Maiores informações pelo telefone (071) 380-2800.

CARTÓRIO DO 1º TABELÃO DE NOTAS
Rua da Glória, 174/182 - Tel. 3242-5100
AUTENTICAÇÃO: Autentico a Presença e a reprodução extensa para parte, conforme original apresentado, dou fé.

S. Paulo

13 ABR 07

Autenticação
JOSYAC528040



EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO

Alexandro Morgado da Silva Neto
ESCREVENTE AUTORIZADO
TUSTAS CONTR. P. VERBA - RJ

EM BRANCO

EM BRANCO

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA
CNPJ 04.202.464/0001-11
SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E FISCALIZAÇÃO
DESPACHO DO SUPERINTENDENTE

[illegible]

SED-0807-AF

[illegible]

SED-0309-AP

[illegible]

SED 608-AP

CARTÃO TRANSFÉRIL
Av. Dr. Carlos de Azevedo, 100
Esq. da Rua do Comércio, 100
AUTENTICAÇÃO
1059AG110973
Escritório de Registro Civil
de São Paulo
S. Paulo
15^º 07 JAN 2008
Alexandre Mourão de Almeida Neto
ESCREVENTE AUTORIZADO
JUSTIÇA CONTRA FALSIFICAÇÃO

EM BRANCO



REF. 184 - A FLORESTA DO BRASIL - ESTADO DA BAHIA

BAMA
FL. 32
Rub. 4

Diversos

[illegible]

SFD-DEAR-AP



CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DA BAHIA

CAP-NE LABORATORY INC.

EXTRATO - CONTRATO

[illegible]

SED-0649-AP

S/A CERÂMICA FEIRA VELHA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

COPYRIGHT © 1980

... 2010-2011

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

CONFERENZA DI STAMPA EXTRAORDINARIA
Lunedì 10 febbraio 2003, ore 10.00, presso la Sala del Consiglio della Camera dei Deputati, Palazzo di Montecitorio, Roma. L'evento sarà trasmesso in diretta televisiva su Raiuno e Raiuno HD. Per informazioni e biglietti, visitate il sito www.camera.it.

SED-0874-3.2

GUARDA DE DOCUMENTOS



A Cuba no mundo digital

O arquivo de sua empresa

guardado em local seguro

è disponibile per consulto

a qualquer hora.

PRIMO SCHINCARIOL INDUSTRIA DE CERVEJAS E REFRIGERANTES
DO NORDESTE S.A.

 $C_{149}/A_{49} = 0.279 \pm 0.0034$ (12)

Received 29 December 2001

RAI EXTRAORD

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - EDITAL DE
CONVOCAÇÃO

[illegible]

SFD-0872.1.2

egba



www.sgbo.be.gov

~~CARTÃO DO 15º ANIVERSÁRIO
Ac. Or. Cardozo, 15 de Maio de 1960
Univ. de A. P. 1960-1965
NASCIMENTO: 15 de Maio de 1945
Morte: 15 de Maio de 1960
15 de Maio de 1960~~

Colégio Notarial
do Brasil
Brasão - SP
Seção de São Paulo

AUTENTICAÇÃO

1059AG110956

15 07 JAN 2009

Alexandra Machado da Silva Neto
ESCREVENTE AUTORIZADO
JUSTAS CONTRAS. IV VERBA - NS

EM BRANCO

EM BRANCO



Histórico do débito

De: BRASKEM S.A. CPF/CNPJ: 42.150.391/0018-19 N° Pessoa: 510524 Unid. Controle: BA/SUPES
O débito: 2462638 Tipo: Auto de Infração (AI: 476534/D) Processo: 02006.000358/2009-54
Cimento: 05/04/2009 Valor original: R\$ 14.500,00 Redução: 0,00
O vencimento: Acréscimo de Reincidência: 0,00 Compensação: 0,00

Atualização Atual do Débito: Para homologação/prazo de defesa

Histórico do Débito		Lançamento		Situação	Alteração
do a partir do Sistema de Fiscalização	homologação/prazo de defesa	20/03/2009 - Marta Matias dos Santos Santana	20/03/2009 - Marta Matias dos Santos Santana	20/03/2009	20/03/2009 11:34:15 - Marta Matias dos Santos Santana
		20/03/2009 - Marta Matias dos Santos Santana	20/03/2009 - Marta Matias dos Santos Santana	20/03/2009	20/03/2009 11:34:15 - Marta Matias dos Santos Santana

IBAMA
FL. 35
Rub.

EMBRANCO



Relação dos Débitos - Todos os débitos da Pessoa

Nome da Pessoa: BRASKEM S.A.

Número da Pessoa: 510524

CPF/CNPJ: 42.150.391/0018-19

Endereço: Rua Oxigênio, nº 765 Bairro: COPEC - CAMACARI - BA CEP: 42.810-000

GEREX	Nº Débito	Documento	Vencimento	Moeda	Valor Original	Processo	Status Atual
BA/SUPES	2462656	476561/D	05/04/2009	R\$	5.000,00	02006.000367/2009-45	Para homologação/prazo de defesa
BA/SUPES	2462638	476534/D	05/04/2009	R\$	14.500,00	02006.000358/2009-54	Análise adm./mérito da defesa ao Superint/Gerente
BA/SUPES	290000067795	2004 / 1	31/03/2004	R\$	2.250,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	290000075329	2004 / 2	30/06/2004	R\$	2.250,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	290000075330	2004 / 3	30/09/2004	R\$	2.250,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	290000075331	2004 / 4	30/12/2004	R\$	2.250,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	290000081122	2005 / 1	31/03/2005	R\$	2.250,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	290000091123	2005 / 2	30/06/2005	R\$	2.250,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	290000093974	2005 / 3	30/09/2005	R\$	2.250,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	290000094117	2005 / 4	30/12/2005	R\$	2.250,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	290000096378	2006 / 1	31/03/2006	R\$	2.250,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	566865	2006 / 2	30/06/2006	R\$	2.250,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	566866	2006 / 3	29/09/2006	R\$	2.250,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	566867	2006 / 4	29/12/2006	R\$	2.250,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	1125851	2007 / 1	30/03/2007	R\$	2.250,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	1125852	2007 / 2	29/06/2007	R\$	2.250,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	1125853	2007 / 3	28/09/2007	R\$	2.250,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	1125854	2007 / 4	31/12/2007	R\$	2.250,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	1595146	2008 / 1	31/03/2008	R\$	2.250,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	1595147	2008 / 2	30/06/2008	R\$	2.250,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	1595148	2008 / 3	30/09/2008	R\$	2.250,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	1595149	2008 / 4	30/12/2008	R\$	2.250,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	2010995	2009 / 1	31/03/2009	R\$	2.250,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	2010996	2009 / 2	30/06/2009	R\$	2.250,00		Aguardando pagamento ou notificação
BA/SUPES	2010997	2009 / 3	30/09/2009	R\$	2.250,00		Aguardando pagamento ou notificação
BA/SUPES	2010998	2009 / 4	30/12/2009	R\$	2.250,00		Aguardando pagamento ou notificação

IBAMA
FL. 36
Rub.

Emitido em: 07/04/2009 11:05:23
Por: MARIA ALICE DIAS GOMES
Ambiente: Produção

EM BRANCO

Processo 02006.000358/2009-54

IBAMA
FL. 37
RUB.

Interessado: Braskem S.a.

Cgc/cpf/matr:

Telefone:

Endereço:

Bairro:

Cep:

Município:

Tipo Interessado: Pessoa Jurídica

Resumo Assunto: Por Ter Em Cativo Várias Espécies da Mais..

Assunto: Auto de Infração

Data Protocolo: 19-03-2009 10:34:02

Documento Original: Ai 476534/d Ta 526975/c Td 526976/c

Seq	Destino	Tipo Destino	Data	Tipo Movimento	Despacho	Movimentado por
1	Ssa/dicof	Ibama	19-03-2009 10:34:02	Entrada	01 Jacare Papo Amarelo, 06 Cagados, 16 J Mais..	Btania

Dicof

Para análise da. no, 02006-001315/09, ao processo acima, e demais providências.

Em, 08/04/09

Yudeolus
Jurema Melo de Oliveira
19/04/2009
03-02006-001315-09

EM BRANCO

CPF, CONSULTA (CONSULTA BASE CPF)

RFB

IBAMA
FL. 38
Rub.

USUARIO: ANA

03/10/2009 16:15

38

NI-CPF : 822.794.895-20

REGULAR

INSCRICAO: 27/12/1999

NOME : ALINE VIANA BARBOSA

DT NASC: 19/06/1981

MAE : ESTHER VIANA BARBOSA

TIT. ELEITOR: 01.006.752.205-07 SEXO: F ESTRANGEIRO: N OBITO:

NATURAL DE :

ENDERECO: R DA GRAVIOLA, 264, AP901

41820-360 CAMINHO DAS ARVORES, SALVADOR

DDD : 0071 TELEFONE: 34513169

FAX:

COD.MUN.: 3849 BA

EMAIL : ALINE.VIANA@BRASKEM.COM.BR

COD.UA : 0510100

PROXIMO NI-CPF: _____

T25A

DADOS CADASTRAIS

PA1 VOLTA PF2 MENU PF3 FIM

Ao: Agente Autuante,

José Guilherme Dias de Oliveira - MAT. 1249544

Solicitamos qualificar a pessoa que assinou no
Auto de Infração e nos Termos de Apreensão e Depósito-
gls-01, 02 e 03, quanto a sua ligação com a empresa
autuada, fazendo constar o processo documental de declaração
da empresa ou cópia da procuração se for o caso. Após
desenvolver processo p/ conclusão das fases pertinentes à Fise.
Fise, 02/10/09

Ana Fioza
ANA FIOZA
MAT. 0674199

EMBRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
SUPERINTENDÊNCIA DA BAHIA - SUPES/BA
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLO - DICOF

FL. 38

RUB. 38

FL. 39

RUB. 39

INFORMAÇÃO

DO: Analista Ambiental, José Guilherme Dias de Oliveira

À: Técnica Administrativa, Ana Fiúza

PROCESSO: 02006.000358/2009-54

INTERESSADO: BRASKEM S.A.

ASSUNTO: AI 476534-D

Ref: Solicitação de informação às fls. 37 do processo 02006.000358/2009-54

Salvador, 21 de outubro de 2009

Sra. Ana Fiúza

Em atendimento à solicitação referenciada acima, informo que a pessoa que assinou o Auto de Infração e os Termos de Apreensão e Depósito às fls. 01, 02 e 03 é a Sra. Aline Vieira Barbosa, funcionária da empresa autuada, BRASKEM S.A., que acompanhou a equipe de fiscalização no dia da autuação.

Considero desnecessária a composição do processo por documento de declaração da empresa ou cópia de procuração uma vez que a assinatura do Auto de Infração e dos Termos de Apreensão e Depósito já cumpriu seus efeitos, pois a empresa está ciente do conteúdo destes documentos, tendo inclusive já protocolado documento 02006.001315/09-14, em referência ao AI 476534-D às fls. 18/20.

Atenciosamente,


José Guilherme Dias de Oliveira
Analista Ambiental
Matr.: 1249544

EM BRANCO

IBAMA
FL. 40
RUB. (circled)

FL. 39
RUB. 12




MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS
NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
SUPERINTENDÊNCIA DO ESTADO DA BAHIA - SUPES/BA
NÚCLEO DE OPERAÇÕES - NOP



À Equipe Técnica – IBAMA/SUPES/BA

Segue o presente processo para análise e procedimentos de competência da Comissão Técnica desta SUPES-BA, em conformidade com o art. 6º da IN IBAMA 14 de 15 de maio de 2009.

Salvador/BA, 18 de fevereiro de 2009.


Daniel Reis Dantas
Agente Ambiental Feder.
IBAMA/SUPES/BA
Mat. 1365273 Port. 1258/0

EMBRACO



Relação dos Débitos - Todos os débitos da Pessoa

Nome da Pessoa: BRASKEM S.A. Número da Pessoa: 510524 CPF/CNPJ: 42.150.391/0018-19
Endereço: Rua Oxigênio, nº 765 Bairro: COPEC - CAMACARI - BA CEP: 42.810-000

Tipo	GEREX	Nº Débito	Documento	Vencimento	Moeda	Valor Original	Processo	Status Atual
AI	BA/SUPES	2462638	476534/D	05/04/2009	R\$	14.500,00	02006.000358/2009-54	Quitado. Baixa automática
AI	BA/SUPES	2462656	476561/D	05/04/2009	R\$	5.000,00	02006.000367/2009-45	Quitado. Baixa automática
TF	BA/SUPES	290000067795	2004 / 1	07/04/2004	R\$	2.250,00		Quitado. Baixa automática
TF	BA/SUPES	290000075329	2004 / 2	07/07/2004	R\$	2.250,00		Quitado. Baixa automática
TF	BA/SUPES	290000075330	2004 / 3	07/10/2004	R\$	2.250,00		Quitado. Baixa automática
TF	BA/SUPES	290000075331	2004 / 4	07/01/2005	R\$	2.250,00		Quitado. Baixa automática
TF	BA/SUPES	290000081122	2005 / 1	07/04/2005	R\$	2.250,00		Quitado. Baixa automática
TF	BA/SUPES	290000091123	2005 / 2	07/07/2005	R\$	2.250,00		Quitado. Baixa automática
TF	BA/SUPES	290000093974	2005 / 3	07/10/2005	R\$	2.250,00		Quitado. Baixa automática
TF	BA/SUPES	290000094117	2005 / 4	06/01/2006	R\$	2.250,00		Quitado. Baixa automática
TF	BA/SUPES	290000096378	2006 / 1	07/04/2006	R\$	2.250,00		Quitado. Baixa automática
TF	BA/SUPES	566885	2006 / 2	07/07/2006	R\$	2.250,00		Quitado. Baixa automática
TF	BA/SUPES	566866	2006 / 3	06/10/2006	R\$	2.250,00		Quitado. Baixa automática
TF	BA/SUPES	566867	2006 / 4	08/01/2007	R\$	2.250,00		Quitado. Baixa automática
TF	BA/SUPES	1125851	2007 / 1	08/04/2007	R\$	2.250,00		Quitado. Baixa automática
TF	BA/SUPES	1125852	2007 / 2	06/07/2007	R\$	2.250,00		Quitado. Baixa automática
TF	BA/SUPES	1125853	2007 / 3	05/10/2007	R\$	2.250,00		Quitado. Baixa automática
TF	BA/SUPES	1125854	2007 / 4	08/01/2008	R\$	2.250,00		Quitado. Baixa automática
TF	BA/SUPES	1595146	2008 / 1	07/04/2008	R\$	2.250,00		Quitado. Baixa automática
TF	BA/SUPES	1595147	2008 / 2	07/07/2008	R\$	2.250,00		Quitado. Baixa automática
TF	BA/SUPES	1595148	2008 / 3	07/10/2008	R\$	2.250,00		Quitado. Baixa automática
TF	BA/SUPES	1595149	2008 / 4	08/01/2009	R\$	2.250,00		Quitado. Baixa automática
TF	BA/SUPES	2010995	2009 / 1	07/04/2009	R\$	2.250,00		Quitado. Baixa automática
TF	BA/SUPES	2010996	2009 / 2	07/07/2009	R\$	2.250,00		Quitado. Baixa automática
TF	BA/SUPES	2010997	2009 / 3	07/10/2009	R\$	2.250,00		Quitado. Baixa automática
TF	BA/SUPES	2010998	2009 / 4	08/01/2010	R\$	2.250,00		Quitado. Baixa automática
TF	BA/SUPES	2804201	2010 / 1	08/04/2010	R\$	2.250,00		Quitado. Baixa automática
TF	BA/SUPES	2804202	2010 / 2	07/07/2010	R\$	2.250,00		Quitado. Baixa automática
TF	BA/SUPES	2804203	2010 / 3	07/10/2010	R\$	2.250,00		Aguardando pagamento ou notificação
TF	BA/SUPES	2804204	2010 / 4	07/01/2011	R\$	2.250,00		Aguardando pagamento ou notificação

Proc 02406.000358/2009
FL 040
Rubrica

IBAMA
FL. 41
Rub. 41

Emitido em 13/07/2010 11:34:29
Por Simone Freitas da Cruz
Ambiente: Produção

EM BRANCO



IBAMA
FL. 42
Rub. 18

Proc. 02006.000358/2009
FL. 041
Rub. 42

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA
SUPERINTENDÊNCIA DO IBAMA NO ESTADO DA BAHIA.,
EQUIPE TÉCNICA – IINSTRUÇÃO NORMATIVA 014/2009

DESPACHO Nº. 322 /2010

À PFE/IBAMA-BA,

Tendo em vista as disposições da IN nº 14/2009 e considerando que encontram-se anexados aos processos abaixo relacionados documentos de defesa administrativa elaborada e assinada por advogado habilitado e legalmente constituído pelo autuado(a), procedemos sua remessa a essa Procuradoria Federal para análise e parecer jurídico, conforme entendimentos recíprocos no sentido de que tais defesas devem ser analisadas pelo corpo jurídico da PFE.

INTERESSADO


PROCESSO

Antonio Luiz Ximenes Saraiva	02006.000341/09-05
Pescamar Frutos do Mar Ltda ME	02006.001164/09-76
Pescamar Frutos do Mar Ltda ME	02006.001165/09-11
Iromar Rodrigues Neves	02006.001760/09-56
Perville Construções e Empreendimentos S.A.	02006.001183/09-01
Manoel Gomes de Lima	02006.001469/09-88
Jozeny Santos de Almeida	02006.000514/09-87
Joaldo Santos de Souza	02006.000695/09-41
Qualimar Comércio Import. e Exportação Ltda	02006.000086/09-92
Condomínio Nirvana Beach Ltda	02006.001139/09-92
Braskem S.A.	02006.000358/09-54

Salvador - BA, 07 de julho de 2010.


João Eudes Gusmão Pereira
Analista Ambiental
IBAMA/SUPES/BA


Solange M. F. Borges de Moura
Analista Ambiental
IBAMA/SUPES/BA


Elcio de Almeida Ribeiro
Analista Ambiental
IBAMA/SUPES

RECEBIDO
EM 27/07/2010
às 14 h.

EM BRANCO



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA - IBAMA e ICMBio - Bahia
Av. Manoel Dias da Silva, 111 - Edf. Spazio Montalto - Pituba - Salvador-Ba
CEP 41.830-001 - Tel/fax: (71) 3172 - 1698/1696

DESPACHO Nº 335/2010 AGU/PGF/PFE/IBAMA/BA

Referência: Processo n.º 02006000358200954
Autuado: BRASKEM S A

Ilmo Sr. Superintendente do IBAMA/BA:

BRASKEM S/A foi autuado em 16 de março de 2009 pela Equipe de Fiscalização, por ter em cativeiro 28 animais da fauna brasileira sem a origem declarada (fl.01).

A autuação teve como fundamento os seguintes dispositivos legais: art.70 §1º c/c art 72, II e IV, da Lei 9.605/98 e art.24, §3º, III, c/c art. 3º Inciso II e VII, do Decreto 6.514/08.

Em virtude da infração praticada, foram aplicadas as seguintes sanções administrativas: multa de R\$14.500,00 (quatorze mil e quinhentos reais) e depósito de 28 animais no próprio criadouro.

Além do Auto de Infração e do Termo de depósito sob nº 526976-C, às fls. 01 e 02, instruem os autos, dentre outros, os seguintes documentos: Certidão do Rol de Testemunhas (fl.03), Termo de Inspeção (fl.04), relatório de fiscalização (fl.05/08), fotografias (fl. 09/10), despacho (fl.11/12), Ofício encaminhado ao Ministério Público com a comunicação de crimes ambientais (fls.16/17), Defesa (fl. 18/20), documentos do autuado (fl.21/33), relação de débitos (fl.35).

Ocorre que, para que esta Especializada possa analisar a matéria referente o Auto de Infração e os documentos dos autos, se faz necessário a **CONTRADITA DO AGENTE AUTUANTE**, as questões suscitadas na defesa, colacionadas à fl. 18/20, em especial, para esclarecer o argumento suscitado na defesa de que foram encaminhados ao IBAMA dois ofícios, juntados pelo autuado nas fls. 21 e 22, informando o recebimento de alguns animais no criadouro por doações da comunidade, colocando-os em

EM BRANCO

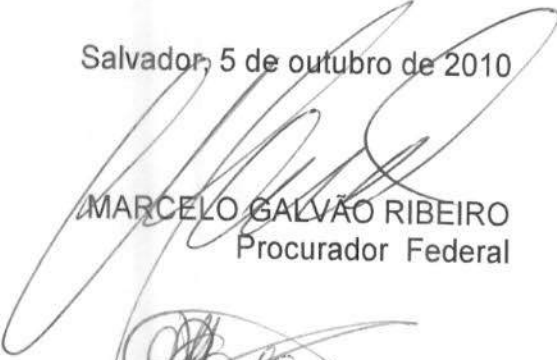
disposição do IBAMA, entretanto, não houve qualquer resposta do órgão e, por isso, estes animais permaneceram no criadouro. Devido ao aduzido pelo autuado é necessário o esclarecimento de alguns pontos específicos: **se realmente não houve resposta do IBAMA aos ofícios enviados e se estes ofícios informando o recebimento dos animais elidiriam a ilegalidade presente na guarda deles.**


Só ai o **PFE IBAMA/BA** poderá apresentar um parecer jurídico sobre o referido caso em apreço.

Sendo assim, encaminhem-se os autos ao Gabinete da Superintendência para ciência e devido encaminhamento. Depois de atendido retornem os autos.

Atenciosamente,

Salvador, 5 de outubro de 2010


MARCELO GALVÃO RIBEIRO
Procurador Federal


MANUELLA DIAS CARDOSO
Estagiária de direito
IBAMA/BA

Ao Parque Nacional Serra da Bodoquena - Bonito/
ICMBIO MS

Ao Agente Autuante José Guilherme
Dias de Oliveira, para operar a Con-
tradita, conforme despacho nº 335/2010
constante às fl. 42/43.

Ssa, 20/04/2011

Vânia M. de Santana Nascimento

Vânia M. de Santana Nascimento
Superintendente Substituta

IBAMA/BA

Port. 1500/09

IBAMA
FL. 45
RUB. 12

Fls:	44
Proc:	358/09
Assinatura:	



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
PARQUE NACIONAL DA SERRA DA BODOQUENA
R. Olívio Jacques, 795 – V. Donária – Bonito, MS 79290-000
Tel. (67)3255-3979

Bonito, 30 de maio de 2011

CONTRADITA

PROCESSO: 02006.000358/2009-54
INTERESSADO: BRASKEM S.A.
ASSUNTO: AI 476534-D

Em atendimento ao DESPACHO Nº 335/2010 AGU/PGF/PFE/IBAMA/BA, seguem informações:

Sobre “se realmente não houve resposta do IBAMA aos ofícios enviados” informo que não sei. Os ofícios referidos foram enviados à, então, coordenadora do setor de vida silvestres/IBAMA (sic), Conceição Pires. Desconheço os encaminhamentos dados a partir das informações constantes nestes ofícios no período compreendido entre o seu recebimento, em 05 de outubro de 2006, e o Despacho sem número e sem data, às fls. 11 do processo 02006.000358/2009-54. Este último despacho deu origem à ação fiscalizatória de que participei, culminando com a lavratura do Auto de Infração 476531-D, de que tratamos aqui.

Sobre se “os ofícios informando o recebimento dos animais elidiriam a ilegalidade presente na guarda deles” opino, a partir de interpretação literal do § 5º, do art. 24, do decreto 6514/08, que não. Segundo este parágrafo, o agente autuante deverá deixar de aplicar as sanções daquele decreto em caso de entrega espontânea dos animais em guarda, o que não se verificou no caso, já que avisar a guarda de um animal é diferente de entregar o animal que tem em guarda.

Atenciosamente,

José Guilherme Dias de Oliveira
Analista Ambiental / ICMBio
PARNA da Serra da Bodoquena
Matr.: 1249544

EM BRANCO



ICMBio/CDoc



0259658

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DA CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
PARQUE NACIONAL DA SERRA DA BODOQUENA**

Instituto Chico Mendes da Conservação da Biodiversidade-ICMBio
Rua Olivio Jacques, 795, Vila Donária, Bonito-MS, CEP: 79290-000

Ofício nº 029/2011 – PNSB/ICMBio

Bonito-MS, 30 de maio de 2011

Ao Senhor

Célio Costa Pinto

Superintendente

Superintendência do IBAMA no Estado da Bahia – SUPES/BA

Salvador – BA

CEP: 41.900-325

Assunto: encaminhamento do processo 02006.000358/2009-54

Sr. Superintendente

1. Em virtude da impossibilidade de encaminhamento do processo 02006.000328/2009-54 através do sistema de movimentação de protocolo do IBAMA, estamos fazendo o encaminhamento através deste ofício.
2. Desta forma, segue anexo, já com os devidos esclarecimentos e manifestações requeridas do analista ambiental, José Guilherme Dias de Oliveira, o processo supracitado.
3. Solicitamos o encaminhamento do processo à Divisão Jurídica (DIJUR), de onde veio de acordo com o sistema.
4. Segue também anexo o recebimentos do processo devidamente assinado.
5. Solicito a retirada do processo da carga BODOQUENA no sistema, fazendo-os retornar ao SSA/DIJUR.

EM BRANCO

6. Na certeza de que às questões postas serão dados os melhores encaminhamentos, despeço-me.

Atenciosamente,

José Guilherme Dias de Oliveira
JOSÉ GUILHERME DIAS DE OLIVEIRA
Chefe Substituto do Parque Nacional da Serra da Bodoquena

EM BRANCO

IBAMA
FL. 48
RUB. [assinatura]

47
[assinatura]



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
PARQUE NACIONAL DA SERRA DA BODOQUENA
R. Olívio Jacques, 795 – V. Donária – Bonito, MS 79290-000
Tel. (67)3255-3979

Bonito, 30 de maio de 2011

CONTRADITA

PROCESSO: 02006.000358/2009-54
INTERESSADO: BRASKEM S.A.
ASSUNTO: AI 476534-D

Em atendimento ao DESPACHO Nº 335/2010 AGU/PGF/PFE/IBAMA/BA, seguem informações:

Sobre “se realmente não houve resposta do IBAMA aos ofícios enviados” informo que não sei. Os ofícios referidos foram enviados à, então, coordenadora do setor de vida silvestres/IBAMA (sic), Conceição Pires. Desconheço os encaminhamentos dados a partir das informações constantes nestes ofícios no período compreendido entre o seu recebimento, em 05 de outubro de 2006, e o Despacho sem número e sem data, às fls. 11 do processo 02006.000358/2009-54. Este último despacho deu origem à ação fiscalizatória de que participei, culminando com a lavratura do Auto de Infração 476531-D, de que tratamos aqui.

Sobre se “os ofícios informando o recebimento dos animais elidiriam a ilegalidade presente na guarda deles” opino, a partir de interpretação literal do § 5º, do art. 24, do decreto 6514/08, que não. Segundo este parágrafo, o agente autuante deverá deixar de aplicar as sanções daquele decreto em caso de entrega espontânea dos animais em guarda, o que não se verificou no caso, já que avisar a guarda de um animal é diferente de entregar o animal que tem em guarda.

Atenciosamente,

Jose Guilherme Dias de Oliveira
José Guilherme Dias de Oliveira
Analista Ambiental / ICMBio
PARNA da Serra da Bodoquena
Matr.: 1249544

Justificativa
Em razão do servidor ter enviado a Contradição no
processo às fls. 44, sem assinar, entrei em contato com
o referido servidor e o mesmo enviou por e-mail den-
damente assinado às fls. 47. *W. Hammen* 07/06/11.

À Procuradoria;

Vanila Maria de Santana Nascimento
Autoridade Julgadora
Port. 019/09
IBAMA/BA

Para conhecimento da CONTRADIÇÃO, às fls. 47,
conforme solicitado no despacho judicial de fls. 42/
43.

SSA, 07/06/2011

W. Hammen

Vanila Maria de Santana Nascimento
Autoridade Julgadora
Port. 019/09
IBAMA/BA

PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA/IBAMA/BA	
RECEBIDO	
Em 07/05/2011	
DIA DA SEMANA	HORA
ASSINATURA: Maria Alice Dias Gomes Técnico Administrativo	

À COAD.

De ordem, o comparece ao despacho/
Jubio nº 027/2012, às fls. 609, vol. IV,
solicito apensar o processo 102006.000693/94

Em, 03/02/2012
W.

TERMO DE JUNTADA POR APENSAÇÃO

Nesta data foi apensado a este o processo nº
02006.000693/94-60, numerado e rubricado corretamente.

Unidade Solicitada: SSA/DIJUR

Em, 03/02/2012


Ducinalva Queiroz
Chefe da DIAF-IBAMA/BA
NOAD/SUPES/BA 01/02/2007

EM BRANCO

**ILMO. SR. SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E
DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA NO ESTADO DA BAHIA:**

*recebido digital
em 15/02/2012
m.*

MMA/ IBAMA/SUPES/BA
Documento
02006.000378/2012-21

DISUR

Data: 14/02/12

Proc. PRINCIPAL 02006.000355/09

Ref.: Processo Administrativo nº 02006.000367/2009-45 *apensado*
Autos de Infração nº 476561/D

BRASKEM S.A., pessoa jurídica de direito privado, qualificada nos autos dos processos administrativos acima referenciados, tendo tomado ciência, através do ofício nº 21/12/GAB/SUPES/BA, em 23/01/2012, da decisão que julgou procedentes o Auto de Infração nº 476561/D, tendo em vista a quitação integral do débito, vem, por sua advogada, expor e requerer o que se segue:

A decisão nº 01/2012 exarada pela Autoridade Julgadora, ao final, determina o encaminhamento dos autos para o "*NUBIO para a ciência de acompanhamento, visando a regularização do criadouro conservacionista, conforme recomendação da Equipe Técnica*". Com efeito, a Braskem S.A. informa que não há pendências quanto à regularidade do criadouro, conforme demonstrado abaixo.

Em 03.11.2011, a Braskem protocolou a CT-SSMA 089/11 (Doc. Anexo), nos autos do processo administrativo nº 02006.000693/94-60, objetivando informar que todos os animais que estavam sob guarda e responsabilidade do Criadouro Conservacionista Sal da Terra Braskem S.A. foram devidamente destinados a locais apropriados e com anuência deste IBAMA.

Desse modo, foi requerido o encerramento oficial do criadouro (registro IBAMA nº 1/29/2000/00526-3) com a baixa desta atividade no SICAF – Sistema de Cadastro,

0320
11/11/11


MMC & ZARIF
A D V O G A D O S

Arrecadação e Fiscalização. O pedido fora prontamente atendido, consoante anexo despacho, que consta na fl. 607 do processo IBAMA nº 02006.000693/94-60.

Sendo assim, **não restam pendências procedimentais em relação ao encerramento da atividade do criadouro conservacionista que fora promovida pela Braskem S.A., pelo que requer o arquivamento definitivo dos autos.**

Nestes termos,
Pede deferimento.

Salvador, 13 de fevereiro de 2012.


Tais de Souza Andrade
OAB/BA 24.232

LEOPANCO

Protocolo

Braskem

BRASKEM S.A.
Rua Oxigênio, 765
Pólo Petroquímico de Camaçari
42.810.270 Camaçari - BA - Brasil
Fone 55. 71.3413 2778
Fax 55.71. 3413 1770
www.braskem.com.br

MMA - IBAMA
Documento
02006.003189/2011-29

CÓPIA

CT-SSMA_089/11
Camaçari, 25 de outubro de 2011

Data: 03/11/11

Proc 000258/09
Fls. 052
Rub. m.

**IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
Renováveis**

NÚBIO/ Fauna

At.: Sras. Samanta Levita Coutinho e Simone Campos

**Ref.: Processo Administrativo nº 02006.000693/94-60. Encerramento do Criadouro
Conservacionista.**

Prezadas Senhoras,

O Criadouro Conservacionista Sal da Terra Braskem S.A., registrado nesse IBAMA sob o nº 1/29/2000/000526-3, vem, por meio de seu representante Aline Milani Medeiros, expor e requerer o que se segue:

Como é do conhecimento deste órgão ambiental, após a lavratura dos Autos de Infração nº 476561/D e 476534/D, foi decido pela diretoria da Braskem que seriam adotadas as medidas cabíveis para viabilizar o encerramento do Criadouro Conservacionista localizado na sede da unidade da empresa em Camaçari. Daí foi providenciado um inventário dos animais que se encontravam sob responsabilidade do criadouro, sendo promovida a doação dos animais domésticos e o encaminhamento dos demais animais para criadouros autorizados pelo IBAMA.

Foram dadas, então, as seguintes destinações aos animais silvestres que estavam sob responsabilidade do Criadouro Conservacionista Sal da Terra Braskem S.A.:

Quantidade (exemplares)	Espécie	Destino
06	Saguinus midas	Criadouro Comercial Free Power
16	Geochelone carbonaria	Criadouro Comercial de Jabutis Santa Cruz

LIBRANCIO

BRASKEM S.A.
Rua Oxigênio, 765
Pólo Petroquímico de Camaçari
42.810.270 Camaçari - BA - Brasil
Fone 55. 71.3413 2778
Fax 55.71. 3413 1770
www.braskem.com.br

Braskem

Proc. 000 3581.09
Fls. 053
Rub. *dm*

01	Caiman crocodilus	RIO ZOO
14	Ara araruana	Criadouro Conservacionista Santa Tereza
03	Trachemys dorbigni	Parque Zoobotânico Getúlio Vargas
01	Batrachemys tuberculata	Parque Zoobotânico Getúlio Vargas
01	Acanthochelys radiolata	Parque Zoobotânico Getúlio Vargas
02	Sternotherus odoratus	Parque Zoobotânico Getúlio Vargas
02	Caiman latirostris	Criadouro Conservacionista Fundação Educação Jayme Altavila - Fejal
05	Cebus Apella	Criadouro Conservacionista da Braskem/AL

Com a transferência dos últimos espécimes no plantel, quais sejam 5 macacos prego (*Cebus apella*), restaram concluídas as atividades práticas relacionadas ao encerramento das atividades no Criadouro Conservacionista Sal da Terra Braskem S.A.

Desse modo, **requer a declaração deste IBAMA de encerramento oficial do criadouro (registro IBAMA nº 1/29/2000/000526-3), com a exclusão apenas desta categoria do Cadastro Técnico Federal, relacionado à Braskem S.A, CNPJ nº 42.150.391/0018-19, com endereço na Rua Oxigênio, 765, Complexo Petroquímico de Camaçari, Camaçari/BA.**

Sem mais para o momento, permanecemos à disposição para os esclarecimentos e orientações adicionais. Desde já agradecemos a usual atenção dispensada e renovamos os votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Aline Milani Medeiros
Aline Milani Medeiros

Braskem S.A.

Unidade Polímeros – Planta CS-BA

Juliano Bonfim de Souza
Juliano Bonfim de Souza

Braskem S.A.

Unidade Polímeros – Planta CS-BA

Cambridge

Proc

FL

Rub

SICAF SISTEMA DE CADASTRO, ARRECAÇÃO E FISCALIZAÇÃOUnidade de Trabalho:
Nome: LUIZ ORNELAS MENDONÇA
Perfil:

Cadastro Arrecadação Fiscalização Jurídica Solicitação de Serviços Câmara Salir

Per 000.758/09
FIS 054
Rub. ju**ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS**

Identificação da Pessoa Dona dos Dados

Número de Cadastro: 510524

CPF/CNPJ: 42.150.391/0018-19

Nome/Razão Social: BRASKEM S.A.

Data da consulta: 07/12/2011 09:56:56

Visualizar: * Atividades ativas * Histórico das Alterações

[Voltar para selecionar outro relatório](#)[Voltar para selecionar outra pessoa](#)

Relação de Atividades Potencialmente Poluidoras

Atividades Potencialmente Poluidoras										
Nº	Cód.	Categoria	Detalhe	Início da Atividade Declarado	Término da Atividade Declarado	Data da Declaração de Inclusão	Início da Atividade Vistoriado	Término da Atividade Vistoriado	Data da Vistoria	Vistoriador
1	21-3	Atividades diversas	usuários de substâncias controladas pelo Protocolo de Montreal	01/01/2004		09/08/2004				
2	15-1	Indústria Química	produção de substâncias e fabricação de produtos químicos	01/04/2004		18/05/2004				
3	18-8	Transporte, Terminais, Depósitos e Comércio	comércio de produtos perigosos-mercúrio metálico	28/05/2010		28/05/2010				
4	18-7	Transporte, Terminais, Depósitos e Comércio	comércio de produtos químicos e produtos perigosos	01/04/2004		24/03/2011				
5	20-11	Uso de Recursos Naturais	criador conservacionista de fauna silvestre nativa	01/04/2004	18/03/2011	18/05/2004				
6	20-12	Uso de Recursos Naturais	mantenedor de fauna silvestre	18/03/2011	22/03/2011	18/03/2011				

Ir para página: 1

Registros de 1 à 6.

Total de registros: 6

Visualizar: 50 registros por vez.

Ir para página: 1

Registros de 1 à 6.

Total de registros: 6

Visualizar: 50 registros por vez.

(*) preenchimento obrigatório

Ao NUBIO

Informo que o usuário procedeu o Término das Atividades de Criador conservacionista e mantenedor de fauna nos dias de 18/03/2011 e 22/03/2011 respectivamente, conforme planilha SICAFI em 07/12/2011


 Luiz Ornelas Mendonça
 Analista Ambiental
 IBAMA BA

Am
brano

Processo 02006.000693/94-60

Interessado: Trikem S/a
 Cgc/cpf/mat:
 Telefone:
 Endereço:
 Bairro:
 Cep:
 Município:
 Tipo Interessado: Pessoa Física

Resumo Assunto: Criadouro Conservacionista
 Assunto: Registro de Criadouros
 Data Protocolo: 18-06-1996 00:00:00
 Documento Original: Camarari

Processo 02006.000367/2009-45 foi apensado em 30-01-2012 14:57:46

Proc. 00358/09
 Fls. 055
 Rub. *ma*

Próximo

Seq	Destino	Tipo Destino	Data	Tipo Movimento	Despacho	Movimentado por	Documentos Anexados
51	Ssa/dijur	Ibama	30-01-2012 14:58:59	Andamento	Conforme Despacho do Nubio/ba o Proc 020 Mais..	Valmeida	
50	Ssa/coad	Ibama	30-01-2012 14:56:23	Andamento	Movimentado Conforme Solicitacao do Nubi Mais..	Valmeida	
49	Ssa/flora	Ibama	30-01-2012 14:18:11	Andamento		Wluciene	02006.000213/12-04
48	Ssa/nub	Ibama	07-12-2011 14:59:27	Andamento	Ao Nubio informamos Que o Usuário Proce Mais..	Csimone	
47	Ssa/nuq	Ibama	02-12-2011 14:41:13	Andamento		Wluciene	
46	Ssa/nub	Ibama	02-12-2011 11:39:20	Andamento	Ao Coordenador do Nubio, Sugerindo Exclu Mais..	Scampos	02006.003189/20-30
45	Ssa/fauna	Ibama	01-07-2011 11:33:00	Andamento		Wluciene	
44	Ssa/nub	Ibama	22-06-2011 11:49:40	Andamento	Ao Sr. Coordenador do Nubio, para Apreci Mais..	Scampos	
43	Ssa/fauna	Ibama	22-06-2011 11:36:32	Andamento	Processo Passado por Solicitação da Dra Mais..	Belizabete	
42	Ssa/dicof	Ibama	16-11-2010 16:16:08	Andamento	Ao Cetas Chico Mendes, por Solicitação.	Samanta	
41	Ssa/fauna	Ibama	06-07-2010 10:53:49	Andamento		Scampos	02006.001749/10-40
40	Ssa/fauna	Ibama	01-07-2010 14:08:20	Andamento	Devolvendo Processo com Licença Assinada	Aadriana	
39	Ssa/dicof	Ibama	30-06-2010 11:39:25	Andamento	Para Apreciação da Solicitação de Prorro Mais..	Scampos	
38	Ssa/fauna	Ibama	30-06-2010 11:24:14	Andamento		Scampos	02006.001854/10-24
37	Ssa/fauna	Ibama	08-06-2010 09:57:51	Andamento	Devolvendo Ao Nubio.	Aadriana	
36	Ssa/dicof	Ibama	06-05-2010 11:18:52	Andamento	Juntado Despacho Nº010/2010, Acompanhado Mais..	Scampos	
35	Ssa/fauna	Ibama	11-03-2010 11:19:35	Andamento		Jalencar	
34	Ssa/coad	Ibama	11-03-2010 08:23:59	Andamento	Para Colocar no Sisprot Que Os Seguintes Mais..	Elianam	02006.000687/10-59
33	Ssa/gabin	Ibama	10-03-2010 16:14:43	Andamento	Para Assisnatura da Licença.	Aadriana	
32	Ssa/dicof	Ibama	09-03-2010 18:38:00	Andamento	Encaminha Informação Técnica nº 002/2010 Mais..	Scampos	02006.000380/10-76 02006.000382/10-00 02006.000381/10-39
31	Ssa/fauna	Ibama	01-02-2010 12:38:47	Andamento	Retorne-se a Fauna com Licença de Transp Mais..	Aadriana	

Len Brues

30	Ssa/dicof	ibama	01-02-2010 12:15:54	Andamento	Encaminha Minutas das Licenças de Transp <u>Mais..</u>	Scampos	
29	Ssa/fauna	ibama	29-01-2010 19:28:32	Andamento		Scampos	02006.000294/10-36 02006.000295/10-07 02006.000303/10-25
28	Ssa/fauna	ibama	30-12-2009 16:02:50	Andamento	Juntado Memo Nubio/fauna nº 015/2009.	Scampos	02006.004674/09-15 02006.004676/09-41 02006.004675/09-88
27	Ssa/fauna	ibama	21-05-2009 09:53:47	Andamento	A Coordenador do Nuibio. segue Anexo In <u>Mais..</u>	Emedeiros	02006.001636/09-10 02006.001794/09-61

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR**DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE**

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

BRASKEM S.A.
RUA OXIGÊNIO, 765 - COPEC
CAMAÇARI/BA
CEP: 42.810-000

OFÍCIO Nº 21/12-GAB/SUPES-BA

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

Ref. Proc. 02006.000367/09-45

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE☐ EMS☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION

23/01/2012

DE ENTREGA
DE DESTINO
E DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Luciano Almeida

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

074864+3-41

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS

23 JAN 2012

Em bronco



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA - IBAMA - Bahia
Av. Manoel Dias da Silva, 111 - Edf. Spazio Montalto - Pituba - Salvador-Ba
CEP 41.830-001 - Tel/fax: (71) 3172 - 1698/1696

DESPACHO Nº 465/2012/MG/PFE/IBAMA-BA/PGF/AGU

REFERÊNCIA: Processo n.º 02006000358200954

INTERESSADO: BRASKEM S A

ASSUNTO: Parecer instrutório com dilação probatória

À Equipe Técnica:

Cuida-se de auto de infração lavrado em face de BRASKEM S A.

O rito processual para os presentes autos, após a apresentação de defesa, é disciplinado pelos arts. 98 e seguintes da Instrução Normativa IBAMA nº 14/2009, de 15 de maio de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 19/05/2009, que regula os procedimentos para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente:

" art. 98. Apresentada defesa, sem pedido de conversão de multa, será elaborado parecer instrutório com dilação probatória que tem por objetivo caracterizar a infração, considerando a autoria, materialidade, antecedentes, enquadramento legal, sanções aplicáveis e elementos da infração.

§ 1º O parecer instrutório de que trata o caput deverá observar o modelo e conteúdo mínimo constantes de Portaria publicada com tal finalidade. (com redação dada pela IN nº 27, de 08 de outubro de 2009 - DOU de 9/10/2009)

§ 2º Ausentes os elementos técnicos e fáticos para a elaboração do parecer instrutório, a equipe técnica deverá requisitar informações, documentos, contradita, promovendo todas as diligências necessárias para a completa instrução processual. (com redação dada pela IN nº 27, de 08 de outubro de 2009 - DOU de 9/10/2009)

§ 3º A elaboração do parecer instrutório estará condicionada ao esgotamento das diligências para completa instrução processual. (com redação dada pela IN nº 27, de 08 de outubro de 2009 - DOU de 9/10/2009)

Can bravo

Fls.

§ 4º (revogado pela IN nº 27, de 08 de outubro de 2009 – DOU de 9/10/2009)

art. 99 O parecer instrutório encerra a fase de instrução.

art. 100 Emido o parecer instrutório será aberto prazo para o autuado apresentar alegações finais, mediante a publicação da relação de processos que entrarão na pauta de julgamento, na sede administrativa do IBAMA e em sítio na rede mundial de computadores (com redação dada pela IN nº 27, de 08 de outubro de 2009 – DOU de 9/10/2009)

art. 101 Apresentadas ou não as alegações finais, verificando-se a existência de matéria jurídica em discussão nos autos, estes serão submetidos à Procuradoria Federal Especializada para parecer jurídico, (com redação dada pela IN nº 27, de 08 de outubro de 2009 – DOU de 9/10/2009)

Parágrafo único. Serão obrigatoriamente submetidos à Procuradoria Federal Especializada para parecer jurídico, os casos em que a multa cominada for superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), ainda que não exista matéria jurídica em discussão nos autos. (com redação dada pela IN nº 27, de 08 de outubro de 2009 – DOU de 9/10/2009)

art. 102 Nas infrações cujo valor atribuído à multa seja superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), os autos serão necessariamente encaminhados à Procuradoria Federal Especializada, independentemente da existência de controvérsia jurídica suscitada nos autos.

art. 103 Sendo sugerida no parecer instrutório a anulação ou cancelamento do Auto de Infração pela constatação de vício insanável, ou a correção de vícios sanáveis, os autos serão encaminhados à Procuradoria Federal Especializada, para análise jurídica.

Parágrafo único. Cancelado o auto de infração, deverá o agente autuante ser notificado para conhecimento dos motivos que ensejaram o cancelamento. (com redação dada pela IN nº 27, de 08 de outubro de 2009 – DOU de 9/10/2009)

art. 104 Quando não se constatar controvérsia jurídica nos autos e nos casos em que a defesa limitar-se a alegações de desconhecimento da lei, de pobreza ou de incapacidade de pagar a multa, os autos não serão submetidos à Procuradoria Federal Especializada.

Parágrafo único. O Procurador Chefe Nacional junto ao IBAMA poderá consolidar teses, em outras hipóteses não previstas no caput, circunstância em que o entendimento será aplicado pela autoridade julgadora, sem necessidade de parecer jurídico em cada caso." (Grifos nossos)

Assim sendo, é necessário que a EQT siga os procedimentos previstos nos arts. 98 a 101 retro, devendo elaborar Parecer técnico instrutório e abrir o prazo para alegações finais do autuado.

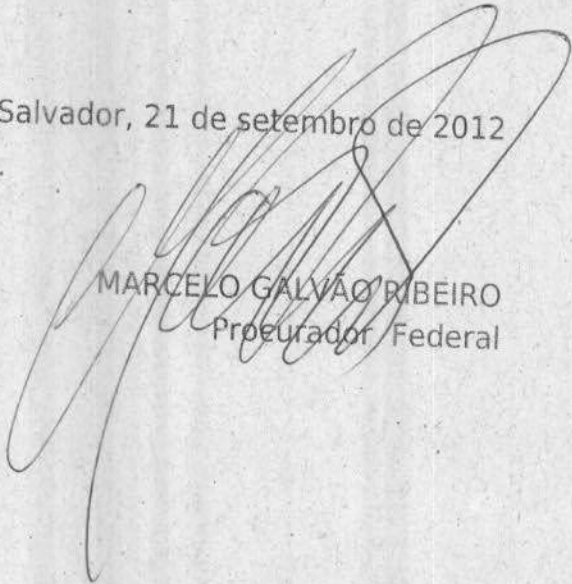
Camí blanc

Saliente-se que o parecer instrutório deverá observar o modelo e conteúdo mínimo constantes de Portaria publicada com tal finalidade. Caso a EQT tenha questionamentos jurídicos para, esta Procuradoria, deverá formulá-los em itens, de modo claro e específico.

Após o decurso do prazo das alegações finais, caso subsista controvérsia jurídica nos autos, os mesmos deverão retornar a esta Procuradoria para análise.

Atenciosamente,

Salvador, 21 de setembro de 2012


MARCELO GALVÃO RIBEIRO
Procurador Federal

Em branco



ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA – IBAMA

CERTIFICAÇÃO DE OCORRÊNCIA DE ERRO DE PAGINAÇÃO

INTERESSADO: BRASKEM S.A.

PROCESSO: Nº02006000358/2009-51

Vista o que reza a Portaria Normativa nº05, de 19 de dezembro de 2002, da Secretaria – Adjunta de Logística e Tecnologia da Informação, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, referente aos serviços de protocolo utilizados na Administração Pública Federal.

Tendo em vista que houve erros, estamos realizando as referidas repaginações das fls.04 a 48 foram efetuadas na época sem registro nos Autos.

Esclarecemos, que não temos conhecimento do motivo da ocorrência de tais erros nas folhas certificadas do presente processo.

Salvador, 04 de outubro de 2012.

Jani Dias Barbosa



INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA
SUPERINTENDÊNCIA DO IBAMA NO ESTADO DA BAHIA
EQUIPE TÉCNICA – INSTRUÇÃO NORMATIVA 014/2009

Processo nº. 02006.000358/2009-54

Interessado: BRASKEM S/A

Auto de Infração: nº 476534-D

URGENTE

AO NÚCLEO DE BIODIVERSIDADE DA SUPES/BA

AOS CUIDADOS DO SETOR DE FAUNA

Tendo em vista necessidade de elaborar Parecer Técnico Instrutório para decisão da Autoridade Julgadora, onde verifica-se, dentre outras coisas, se a sanção pecuniária imposta encontra-se em acordo com as disposições legais, neste caso, com o contido nos incisos I e II do artigo 24 do Decreto nº. 6.514/2008 abaixo transcrito:

Art.24 - Matar, perseguir, caçar, apanhar, coletar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida:

Multa de:

I-R\$ 500,00 (quinhentos reais) por indivíduo de espécie não constante de listas oficiais de risco ou ameaça de extinção;

II-R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), por indivíduo de espécie constante de listas oficiais de fauna brasileira ameaçada de extinção, inclusive da Convenção de Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção - CITES. (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

Venho através deste solicitar a prestação das informações abaixo discriminadas com a maior brevidade possível, visando instrução do processo.

No Auto de infração constam relacionadas as quantidades apreendidas, bem como os seguintes nomes populares e científicos de animais:

Quantidade	Nome popular	Nome científico	observações
01	Jacaré-do-papo-amarelo	<i>Cayman latirostris</i>	
01	Não relacionado	<i>Geranospiza caerulescens</i>	
16	Jabutis	Não relacionado	No despacho às folhas 12 e 13 a Analista Ambiental subscritora refere-se a espécie <i>Geochelone carbonária</i> .
06	Cágados	Não relacionado	

EMBRAERO

00.
 FIB.
 PUD. **62**
 2.

01	Não relacionado	<i>Cebus Flavius</i>	No despacho às folhas 12 e 13 a Analista Ambiental subscritora refere-se a espécie <i>Cebus flavius</i> .
04		<i>Saguinus Mydas</i>	

Considerando o exposto:

- 1) A espécie listada na CITES como *Chelonoidis carbonária* é a mesma citada no processo como *Geochelone carbonária* (jabutis)?
- 2) Qual o nome científico da espécie conhecida popularmente como *cágado*? A mesma se encontra relacionada nas listas oficiais brasileiras de espécies ameaçadas de extinção ou na CITES?

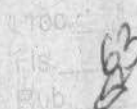
Encontram-se listadas na CITES espécies com grafia diferentes das contidas no processo: *Caiman latirostris* (ao invés de *Cayman latirostris*) e *Saguinus Midas* (ao invés de *Saguinus Mydas*).

Por último, não vislumbrei que a espécie conhecida como *Cebus Flavius* estivesse relacionada na CITES ou nas listas oficiais brasileiras de espécies ameaçadas de extinção, fato que solicito confirmação.

Salvador, 23/10/2012

Alline Alvarez da Costa
Alline Alvarez da Costa
 Analista Ambiental
 IBAMA/SUPES-BA

EMBRANCO



CITES species database

[New search](#)[Help](#)

[Names](#) [Distribution](#) [Status](#) [Legal](#) [References](#) [Resources](#) [Photos](#) [All](#)

Kingdom :	ANIMALIA
Phylum :	CHORDATA
Class :	REPTILIA
Order :	CROCODYLIA
Family :	ALLIGATORIDAE
Genus :	<i>Caiman</i>
Taxon :	<i>Caiman latirostris</i> (Daudin, 1802)
Comment on this entry	

Legislation Details :

CITES Appendix	Country	Date listed	Notes
II		18/09/97	Popn of AR; included with Crocodylia spp.
I/w	Italy (IT)	01/01/84	
I/r	Italy (IT)	31/12/79	
I/w	United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland (GB)	03/07/78	On behalf of HK
I/r	United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland (GB)	31/10/76	On behalf of HK
I		01/07/75	

Taxon :	<i>Caiman latirostris</i> CITES Appendix I populations	Comment on this entry
---------	--	---------------------------------------

Legislation Details :

CITES Appendix	Country	Date listed	Notes
I		01/07/75	

Taxon :	<i>Caiman latirostris</i> CITES Appendix II population	Comment on this entry
---------	--	---------------------------------------

Legislation Details :

CITES Appendix	Country	Date listed	Notes
II		18/09/97	

EMERSON



Do you see an error in what is shown? Or do you know more about the species than we are showing? Your help is greatly appreciated. Why not send us an [email](#) with further information so that we can correct or extend the information provided?

Citation : UNEP-WCMC. 23 October, 2012. *UNEP-WCMC Species Database: CITES-Listed Species*

On the World Wide Web : <http://www.unep-wcmc-apps.org/isdb/CITES/Taxonomy/tax-species-result.cfm/isdb/CITES/Taxonomy/tax-species-result.cfm?Genus=Caiman&Species=latirostris&source=animals>

 [Comments](#)



© [UNEP-WCMC](#)

? [Help](#)

[Site map](#)

[Search the site](#)

[Contact us](#)

[Home](#)

EMBRANCO

CITES species database

[New search](#)[Help](#)

Names	Distribution	Status	Legal	References	Resources	Photos	All
Kingdom :	ANIMALIA						
Phylum :	CHORDATA						
Class :	MAMMALIA						
Order :	PRIMATES						
Family :	CEBIDAE						
Genus :	<i>Saguinus</i>						
Taxon :	<i>Saguinus midas</i> (Linnaeus, 1758)		Comment on this entry				
Legislation Details :							
CITES Appendix	Country	Date listed	Notes				
II		04/02/77					
CITES Export Quotas (refers to specimens of wild origin unless stated otherwise)							
Year	Country of Origin	Quota	Notes				
2012	Guyana	200	live [Note: The export quotas of Guyana cover the period from 4 April 2012 to 3 April 2013.] www.cites.org, Updated: 29/02/2012				
2012	Suriname	320	live, wild-taken www.cites.org, Updated: 14/05/2012				
2011	Guyana	200	live [Note: The export quotas of Guyana cover the period from 4 April 2011 to 3 April 2012.] www.cites.org, Updated: 18/05/2011				
2011	Suriname	320	live, wild-taken www.cites.org, Updated: 07/04/2011				
2010	Guyana	200	live [Note: The export quotas of Guyana cover the period from 9 March 2010 to 8 March 2011.] www.cites.org, Updated: 12/05/2010				
2010	Suriname	320	live, wild-taken www.cites.org, Updated: 01/03/2010				
2009	Guyana	200	live www.cites.org, Updated: 04/03/2009				
2009	Suriname	320	live www.cites.org, Updated: 04/03/2009				
2008	Guyana	200	live www.cites.org, Updated: 18/12/2007				
2008	Suriname	320	live www.cites.org, Updated: 18/12/2007				
2007	Guyana	200	live www.cites.org, Updated: 10/05/2007				
2007	Suriname	320	live www.cites.org, Updated: 30/03/2007				
2006	Guyana	200	live www.cites.org, Updated: 14/02/2006				
2006	Suriname	320	live www.cites.org, Updated: 14/02/2006				

EM-1000



2005	Guyana	200	live www.cites.org, Updated: 21/03/2005
2005	Suriname	320	live www.cites.org, Updated: 03/03/2005
2004	Guyana	200	live www.cites.org, Updated: 23/04/2004
2004	Suriname	320	live www.cites.org, Updated: 23/04/2004
2003	Guyana	200	live www.cites.org
2003	Suriname	320	live www.cites.org
2002	Guyana	200	live www.cites.org
2001	Guyana	200	live CITES Notif. No. 2001/041
2000	Guyana	200	live CITES Notif. No. 2000/053
1999	Guyana	200	live CITES Notif. No. 1999/47
1998	Guyana	200	CITES Notif. No. 1998/36
1997	Guyana	200	CITES Notif. No. 994

Taxon :	<i>Saguinus midas</i> (Linnaeus, 1758) ssp. <i>midas</i> (Linnaeus, 1758)	Comment on this entry	
	Legislation Details :		
<u>CITES Appendix</u>	<u>Country</u>	<u>Date listed</u>	<u>Notes</u>
II		04/02/77	
CITES Export Quotas (refers to specimens of wild origin unless stated otherwise)			
<u>Year</u>	<u>Country of Origin</u>	<u>Quota</u>	<u>Notes</u>
2002	Suriname	383	live CITES Notif. No. 2002/x
2001	Suriname	320	live CITES Notif. No. 2001/041
2000	Suriname	320	live CITES Notif. No. 2000/053
1999	Suriname	320	live CITES Notif. No. 1999/47
1998	Suriname	462	CITES Notif. No. 1998/07
1997	Suriname	462	CITES Notif. No. 994

EMBRANCO



6x
W

information provided?

Citation : UNEP-WCMC. 23 October, 2012. *UNEP-WCMC Species Database: CITES-Listed Species*

On the World Wide Web : <http://www.unep-wcmc-apps.org/isdb/CITES/Taxonomy/tax-species-result.cfm/isdb/CITES/Taxonomy/tax-species-result.cfm?Genus=Saguinus&Species=midas&source=animals>

 [Comments](#)



© [UNEP-WCMC](#)

[? Help](#)

[Site map](#)

[Search the site](#)

[Contact us](#)

[Home](#)

EMBROID



CITES species database


[New search](#)[Help](#)

<u>Names</u>	<u>Distribution</u>	<u>Status</u>	<u>Legal</u>	<u>References</u>	<u>Resources</u>	<u>Photos</u>	<u>All</u>
Kingdom :	ANIMALIA						
Phylum :	CHORDATA						
Class :	AVES						
Order :	FALCONIFORMES						
Family :	ACCIPITRIDAE						
Genus :	Geranospiza						
Taxon :	Geranospiza caerulescens (Vieillot, 1817)				Comment on this entry		
Legislation Details :							
<u>CITES Appendix</u>	<u>Country</u>	<u>Date listed</u>	<u>Notes</u>				
III/w	Denmark (DK)	28/06/79					
II		28/06/79	Included with FALCONIFORMES spp.				
III/r	Denmark (DK)	24/10/77					
III	Costa Rica (CR)	28/10/76	Listed under Accipitridae spp. (Costa Rican species)				

Do you see an error in what is shown? Or do you know more about the species than we are showing? Your help is greatly appreciated. Why not send us an [email](#) with further information so that we can correct or extend the information provided?

Citation : UNEP-WCMC. 23 October, 2012. *UNEP-WCMC Species Database: CITES-Listed Species*

On the World Wide Web : <http://www.unep-wcmc-apps.org/isdb/CITES/Taxonomy/tax-species-result.cfm/isdb/CITES/Taxonomy/tax-species-result.cfm?Genus=Geranospiza&Species=caerulescens&source=animals>

 [Comments](#)
© [UNEP-WCMC](#)? [Help](#)[Site map](#)[Search the site](#)[Contact us](#)[Home](#)

EMBROIDERED



69
2

CITES species database

[New search](#)[Help](#)

Names	Distribution	Status	Legal	References	Resources	Photos	All
Kingdom :	ANIMALIA						
Phylum :	CHORDATA						
Class :	REPTILIA						
Order :	TESTUDINES						
Family :	TESTUDINIDAE						
Genus :	<i>Chelonoidis</i>						
Taxon :	<i>Chelonoidis carbonaria</i> (Spix, 1824)		Comment on this entry				

Legislation Details :

CITES Appendix	Country	Date listed	Notes
II/w	United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland (GB)	03/07/78	On behalf of HK
II/r	United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland (GB)	31/10/76	On behalf of HK
II		01/07/75	

CITES Export Quotas (refers to specimens of wild origin unless stated otherwise)

Year	Country of Origin	Quota	Notes
2012	Colombia	7163	live, captive-bred www.cites.org, Updated: 15/06/2012
2012	Guyana	704	live [Note: The export quotas of Guyana cover the period from 4 April 2012 to 3 April 2013.] www.cites.org, Updated: 29/02/2012
2012	Suriname	630	live, wild-taken www.cites.org, Updated: 14/05/2012
2011	Colombia	3500	live, captive-bred www.cites.org, Updated: 24/03/2011
2011	Guyana	704	live [Note: The export quotas of Guyana cover the period from 4 April 2011 to 3 April 2012.] www.cites.org, Updated: 18/05/2011
2011	Suriname	630	live, wild-taken www.cites.org, Updated: 07/04/2011
2010	Colombia	2000	live, captive-bred www.cites.org, Updated: 12/05/2010
2010	Guyana	704	live [Note: The export quotas of Guyana cover the period from 9 March 2010 to 8 March 2011.]

EM BRANCO

			www.cites.org, Updated: 12/05/2010
2010	Suriname	630	live, wild-taken www.cites.org, Updated: 01/03/2010
2009	Colombia	5024	live, captive-bred www.cites.org, Updated: 04/03/2009
2009	Guyana	704	live www.cites.org, Updated: 04/03/2009
2009	Suriname	630	live www.cites.org, Updated: 04/03/2009
2008	Guyana	704	live www.cites.org, Updated: 18/12/2007
2008	Suriname	630	live www.cites.org, Updated: 18/12/2007
2007	Guyana	704	live www.cites.org, Updated: 10/05/2007
2007	Suriname	630	live www.cites.org, Updated: 30/03/2007
2006	Guyana	704	live www.cites.org, Updated: 14/02/2006
2006	Suriname	630	live www.cites.org, Updated: 14/02/2006
2005	Guyana	704	live www.cites.org, Updated: 21/03/2005
2005	Suriname	630	live www.cites.org, Updated: 03/03/2005
2004	Guyana	704	live www.cites.org, Updated: 23/04/2004
2004	Suriname	630	live www.cites.org, Updated: 23/04/2004
2003	Guyana	704	live www.cites.org
2003	Suriname	630	live www.cites.org
2002	Guyana	704	live www.cites.org
2002	Suriname	705	live www.cites.org
2001	Guyana	704	live CITES Notif. No. 2001/041
2001	Suriname	630	live CITES Notif. No. 2001/041
2000	Guyana	704	live CITES Notif. No. 2000/053
2000	Suriname	630	live CITES Notif. No. 2000/053
1999	Guyana	704	live CITES Notif. No. 1999/47
1999	Suriname	630	live CITES Notif. No. 1999/47
1998	Guyana	704	CITES Notif. No. 1998/36
1998	Suriname	630	CITES Notif. No. 1998/07
1997	Guyana	704	CITES Notif. No. 994


EMBRANCE

1997	Suriname	702	CITES Notif. No. 994
------	----------	-----	----------------------

Do you see an error in what is shown? Or do you know more about the species than we are showing? Your help is greatly appreciated. Why not send us an [email](#) with further information so that we can correct or extend the information provided?

Citation : UNEP-WCMC. 23 October, 2012. *UNEP-WCMC Species Database: CITES-Listed Species*

On the World Wide Web : <http://www.unep-wcmc-apps.org/isdb/CITES/Taxonomy/tax-species-result.cfm/isdb/CITES/Taxonomy/tax-species-result.cfm?Genus=Chelonoidis&Species=carbonaria&source=animals>

 [Comments](#)



© [UNEP-WCMC](#)

? [Help](#)

[Site map](#)

[Search the site](#)

[Contact us](#)

[Home](#)

Ào setor de Fauna Silvestre,
Solicitando análise e manifestação
quanto ao requerimento às fls. 61 e 62.
Em 24.10.2012


Moyes Peixoto Aquino
Chefe-Biodiversidade
IBAMA/SUPES/BA
Mat. 0678880



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Núcleo de Biodiversidade-Ba

Proc. _____
Fls. 72
Rub. _____

PAR. 02006.000022/2015-30 NUBIO/BA/IBAMA

Assunto: resposta para o processo nº 02006.000358/2009-54

Origem: Núcleo de Biodiversidade-Ba

Ementa: Trata do processo nº 02006.000358/2009-54, ao qual estão apensados o processo nº 02006.000367/2009-45 referente ao Auto de Infração nº 476561 e o processo nº 02006.000693/1994-60 que trata do registro do criadouro conservacionista requerido à época pela CQR.

Trata do processo nº 02006.000358/2009-54 ao qual estão apensados o processo nº 02006.000367/2009-45 referente ao Auto de Infração nº 476561 e o processo nº 02006.000693/1994-60 que trata do registro do criadouro conservacionista requerido à época pela CQR.

Processo nº 02006.000367/2009-45.

Consta nesse processo às fls 43 informação de que o débito foi quitado e o pagamento é considerado legal e mais o despacho do NUBIO no verso da fls 44 que informa sobre a destinação dos animais e encerramento das atividades do criadouro e sugere a apensão dos processos.

Processo nº 02006.000693/1994-60

Este processo nº 02006.000693/1994-60 de interesse da BRAKEM S.A, refere-se ao criadouro conservacionista instalado na área industrial da empresa. Este processo, à época, foi requerido pela CQR.

O criadouro foi autorizado na categoria de Criadouro Conservacionista em 1996 (fls. 210-214), registrado no CTF sob nº 1/29/2000/000526-3. Posteriormente, todos os animais do criadouro foram destinados e, em consequência, o interessado requereu o encerramento do criadouro e encerramento da atividade no CTF, conforme documento às fls 602-603.

O despacho do Núcleo de Fauna no verso da fls 602 encaminhou o processo à Coordenação do NUBIO sugerindo a exclusão da atividade no CTF do requerente e mandar arquivar o processo.

O despacho da Coordenação do NUQUA, às fls. 607, informa que as atividades de criador conservacionista e mantenedor da fauna foram excluídas do CTF da empresa.

Não foi atendido apenas a sugestão de arquivamento do Processo.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Núcleo de Biodiversidade-Ba

Em relação ao Criadouro não há nenhuma pendência impeditiva ao arquivamento do processo, entretanto como ele está apensado ao processo 02006.000358/2009-54 o seu arquivamento só será viabilizado com o arquivamento desse processo principal.

Processo nº 02006.000358/2009-54 (processo principal)

Este processo trata Auto de Infração, Apreensão e Depósito dos animais relacionados no Termo nº 476534 "D".

Foi encaminhado ao NUBIO /Setor de Fauna pela EQT mediante documento acostado às fls 61-62 solicitando as seguintes informações:

1 - Se a espécie listada na CITES como *Chelonoides carbonaria* e a mesma citada no processo como *Geochelone carbonaria*.

Resposta: Sim. As 02 únicas espécies de répteis nativas do Brasil da Família *Testudinidae*, de nomes comuns jabiti-tinga e jabuti-piranga, tiveram alteração de Gênero *Geochelone* para *Chelonoidis*¹

2- Qual o nome científico da espécie conhecida como cágado? A mesma se encontra ameaçada de extinção e na CITES?

Resposta: Comumente são chamados de cágados os répteis de diferentes espécies que vivem parte de sua vida nadando em água doce. Como se sabe a que espécie o documento está se referindo, não se tem como informar se é uma espécie ameaçada e se é uma espécie que está relacionada na CITES.

3 - Qual é a grafia correta? *Ciamam latirostris* ou *Cayman latirostris*? E para *Saguinus midias*?

Respostas: Todas as pesquisas realizadas nas listas de répteis do Brasil² apresentam a grafia: *Caiman latirostris* (Daudin, 1802). Da mesma forma, todas as pesquisas apresentam a grafia *Saguinus midas*³.

4 - Na lista de espécies ameaçadas publicada pelo MMA em 2003 não constava a espécie *Cebus flavus*, tendo em vista que a sua descrição ocorreu em 2005⁴. Já na nova lista das Espécies Ameaçadas, publicada pelo ICMBio na Portaria nº 444/2014, a espécie macaco-prego-galego consta com nova nomenclatura: *Sapajus flavus*, que está classificada como espécie em perigo de Extinção.

Atendido ao despacho, sugerimos a devolução processo à EQT.

É o que temos a informar.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Núcleo de Biodiversidade-Ba

Proc. _____
Fls. 73
Ru. _____

À consideração da Coordenação do NUBIO.

¹ <http://www.tartarugas.avph.com.br/jabutipiranga.htm>
<http://www.sbherpetologia.org.br/index.php/repteis>

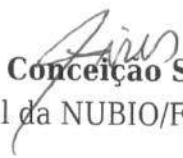
e

² http://www.sbherpetologia.org.br/lista_repteis/ListaRepteis30Setembro2012-PORTUGUES.pdf

³ <http://www.taxeus.com.br/lista/636>

⁴ http://pt.wikipedia.org/wiki/Sapajus_flavius

Salvador, 10 de fevereiro de 2015


Maria Conceição Santana Pires
Analista Ambiental da NUBIO/FAUNA/SUPES_BA/IBAMA

Page 1
Date
Time

100-100000



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Núcleo de Biodiversidade-Ba

Proc. _____
Fls. 79
Rubr. Bozo


DESPACHO 02006.000459/2015-73 NUBIO/BA/IBAMA

Salvador, 25 de fevereiro de 2015

Ao Núcleo Téc. Setorial Descentralizado de Instrução Processual de Autos de Infração - Ba

Assunto: **PROCESSO Nº02006.000358/2009-54 INTERESSADO: BRASKEM SA.**

Encaminho o processo em referência com o Parecer 02006.000022/2015 NUBIO/BA/IBAMA DO NUFAUNA em atendimento ao solicitado por esse Núcleo às fls. 61/62.


MOYSES PEIXOTO AQUINO
Chefe do NUBIO/BA/IBAMA

00-100000-1



INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA
SUPERINTENDÊNCIA DO IBAMA NO ESTADO DA BAHIA
NÚCLEO TÉCNICO DESCENTRALIZADO DE INSTRUÇÃO PROCESSUAL DE AUTOS DE INFRAÇÃO - NUIP
INSTRUÇÃO NORMATIVA IBAMA Nº 10/2012

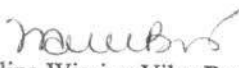
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 01/2015

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, nos termos do art. 122 do Decreto nº 6.514/2008 e art. 78 da Instrução Normativa IBAMA nº 10/12 (D.O.U. de 13/12/12), torna pública a relação dos processos administrativos de Auto de Infração aptos para julgamento. Os interessados ficam **NOTIFICADOS** a apresentarem as **Alegações Finais**, no prazo de 10 (dez) dias a contar da presente data.

INTERESSADO	Nº CPF/CNPJ	Nº PROCESSO	Nº AUTO DE INFRAÇÃO
ANGELO BRAGA DA COSTA	002.866.995-91	02006.001158/2006-76	214238/D
ANTONIO DE CARVALHO MOSCATO	512.657.705-06	02006.001146/2012-90	734228/D
ANTONIO DE JESUS SACERDOTE	669.983.445-20	02006.000554/2011-43	367936/D
ANTONIO MARCOS LIMA FERNANDES	291.352.048-00	02006.000378/2009-25	467515/D
BERNADINO DIAS CARDOSO	043.775.728-57	02006.003217/2001-19	124559/59
BRASKEM S.A	42.150.391/0018-19	02006.000358/2009-54	476534/D
COMERCIAL E INDUST. CANABRAVA LTDA	00.432.572/0001-40	02006.002254/2006-31	548363/D
DAVID FERNANDES BRAGA	137.330.444-87	02006.001466/2009-44	478200/D
DOMÍCIO NOVAIS DE ALMEIDA	981.878.565-72	02006.002342/2003-91	081798/D
EMAM-EMULSÕES E TRANSPORTES LTDA	04.420.916/0006-66	02006.001117/2011-47	712504/D
FLORISVALDO DO CARMO CARVALHO	020.111.938-26	02006.003587/2003-35	365413/D
INDÚSTRIA DE AZULEJOS DA BAHIA S/A	15.126.626/0001-16	02006.000377/2014-48	9060812/D
ISAS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	04.304.973/0001-75	02006.002085/2001-25	124647/D
JASON OLIVEIRA DE JESUS	159.034.005-15	02006.002394/1998-93	079764/D
JORGE NOGUEIRA GOMES	038.629.744-48	02006.001920/2007-03	734337/D
JOSÉ CÂNDIDO ROCHA ARAUJO	119.246.595-49	02006.001515/2011-63	607187/D
LUCIENE DA CONCEIÇÃO SILVA SANTOS	733.261.005-15	02001.002202/2010-91	520688/D
MARIA AGUIDA DE ALMEIDA	355.911.965-00	02006.004086/2002-51	210477/D
MAYSES BARRETO SANTOS - ME	13.718.424/0001-38	02006.002099/2001-41	030510/D
MINERAÇÃO DO OESTE LTDA	13.194.410/0005-96	02058.000091/2010-23	605067/D
PROD. ALIM. MACHADO SAMPAIO LTDA	15.215.312/0001-90	02006.002097/2001-15	030508/D
WILSON MACHADO CORREIA	117.249.355-34	02006.002144/2008-31	549268/D

OBS: Os notificados poderão ter vistas e/ou solicitar cópias dos respectivos processos na Superintendência do IBAMA na Bahia.

Salvador, 13 de março de 2015.


Melina Wiering Vilas Boas
NUIP/IBAMA/SUPES-BA
Coordenadora

EM BRANCO

DIGITALIZADO NO IBAMA

MMC & ZARIF
A D V O G A D O S

AO INSTITUTO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS RENOVÁVEIS
(IBAMA).

MMA/IBAMA/SUPES/BA
Documento
02006.000742/2015-03

Data: 16.03/2015



Ref. Processo nº 02006.000358/2009-54 (476534/D)

BRASKEM S.A., já devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, por seu advogado *in fine* assinado, vem requerer autorização para obtenção de cópia reprográfica parcial dos autos do Processo Administrativo em referência.

Termos em que
Pede deferimento.

Salvador, 16 de março de 2015.


Bruno Moitinho Andrade de Souza

OAB-BA 42.737

EM BRANCO



SUBSTABELECIMENTO

Substabeleço, COM RESERVA DE IGUAIS PARA MIM, aos advogados LORENA MAGALHÃES SANCHO, BRUNO MOITINHO ANDRADE DE SOUZA e GILBERTO LYRIO NETO, inscritos na OAB/BA sob os respectivos n^{os} 14.461, 42.737 e 25.435, com escritório profissional no endereço em nota de rodapé, os poderes que me foram outorgados pela BRASKEM S.A., para fins de acompanhamento do processo n^o 02006.000358/2009-54 em trâmite perante o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis- IBAMA, bem como a todos aqueles vinculados ao referido processo.

Salvador, 16 de Março de 2015.


Roberta Casali Bahia Damis
OAB/BA 12.817



EM BRANCO

Braskem



SUBSTABELECIMENTO

Substabeleço, com reserva de iguais, os poderes que me foram conferidos por **BRASKEM S.A.**, sucessora por incorporação da **TRIKEM S.A.**, esta última anteriormente denominada **CPC - COMPANHIA PETROQUÍMICA CAMAÇARI**, com sede na Rua Eteno, 1561, Complexo Petroquímico, Camaçari/BA, inscrita no CNPJ sob o nº 42.150.391/0001-70, às Dras. **ROBERTA CASALI BAHIA DAMIS, VANIA RAPOLD VALOIS NUNES** e **TAÍS DE SOUZA ANDRADE**, brasileiras, advogadas, inscritas na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção da Bahia, sob os nºs 12.817, 19.959 e 24.232, respectivamente, integrantes da sociedade de advogados **MENEZES, MAGALHÃES, COELHO E ZARIF SOCIEDADE DE ADVOGADOS**, com Contrato Social registrado na OAB - BA sob nº 1090/2003 SI, escritório na Av. Tancredo Neves, 1.632, 19º andar, Torre Sul, Salvador/BA, especialmente para, agindo em conjunto ou isoladamente, independentemente da ordem de nomeação, defender os direitos e interesses da **BRASKEM S.A.** nos autos do Inquérito Civil nº 003.0.181693/2008, perante o Ministério Público do Estado da Bahia, podendo impugnar, acordar, transigir, conciliar, receber documentos, requerer e retirar certidões, receber notificações e intimações, sendo expressamente vedado o substabelecimento a terceiros, exceto os poderes para obtenção de vistas e cópias reprográficas.

Camaçari/BA, 13 de janeiro de 2009



Cristiane Silvestre
CRISTIANE SILVESTRE
OAB/SP nº 173.604

Reconheço por Semelhança 1 Firma(s) SEM VALOR econômico
de: **CRISTIANE SILVESTRE**.
SAO PAULO, 14 de Janeiro de 2009. Total: R\$ 2,90 11:55:09
ALEXANDRE ROSSATO DA SILVA NETO - ESCRIVENTE AUT.



AA031388

EM BRANCO



PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de mandato e na melhor forma de direito, **BRASKEM S.A.**, atual denominação social de **COPENE - PETROQUÍMICA DO NORDESTE S.A.**, com sede na Rua Eteno, 1561, Pólo Petroquímico, Camaçari/BA, inscrita no CNPJ sob o nº 42.150.391/0001-70, neste ato representada por seus Diretores infra-assinados, nomeia e constitui seus bastantes procuradores os Drs. **CRISTIANA LAPA WANDERLEY SARCEDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 173.114 e no CPF/MF sob nº 281.798.748-93; **CRISTIANE SILVESTRE**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 173.604 e no CPF/MF sob nº 265.924.308-50; **DENISE PASELLO VALENTE NOVAIS**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 228.271-B e no CPF/MF sob nº 026.915.949-55; **MARCELLA MENEZES FERREIRA DE SOUZA FAGUNDES**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 219.773 e no CPF/MF sob nº 971.113.927-87, residente e domiciliada na Al. Franca, 63 - apto. 72 - Jardim Paulista, São Paulo/SP; **MAURÍCIO DANTAS BEZERRA**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/BA sob o nº 17.868 e no CPF/MF sob nº 861.028.185-04; **RODRIGO OLIVEIRA DO AMARAL SANTOS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/SP sob o nº 227.502 e no CPF/MF sob nº 214.649.808-02; **SUSAN BARRIO**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 238.887 e no CPF/MF sob nº 283.038.528-41 e **TALITHA CORRÊA CHAVES**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 196956 e no CPF/MF sob nº 269.181.368-10, todos com escritório na Avenida das Nações Unidas, 4.777 - 3º andar - Alto de Pinheiros, São Paulo/SP, aos quais confere poderes especiais para defender os direitos e interesses da Outorgante em quaisquer procedimentos judiciais e/ou administrativos, conferindo-lhes os poderes da cláusula "AD JUDICIA ET EXTRA" para o foro em geral, perante qualquer instância ou Tribunal, inclusive perante repartições públicas federais, estaduais e municipais, autarquias, empresas públicas, privadas ou de economia mista, conselhos regionais e federais, sindicatos e demais associações de classe, incluindo, mas não se limitando, perante delegacias, secretarias e inspetorias dos fiscos federal, estadual e municipal, órgãos da Previdência Social, Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Banco Central do Brasil, Juntas Comerciais, podendo, ditos procuradores, que agirão em conjunto ou isoladamente, independentemente da ordem de nomeação, propor e acompanhar ações, contestar, impugnar, interpor recursos, confessar, acordar, concordar, discordar, transigir, desistir, receber e dar quitação, firmar termos e compromissos, receber citações, notificações e intimações, ser e nomear preposto, promover quaisquer processos cautelares ou preparatórios, preventivos ou incidentes, interpelações e notificações, promover levantamentos de depósitos, podendo, ainda, defender os direitos e interesses da Outorgante em quaisquer assembleias, comitês e órgãos de credores em processos de falência e recuperação judicial ou extrajudicial, votando e deliberando sobre quaisquer matérias no melhor dos interesses da Outorgante, inclusive substabelecer, no todo ou em parte, desde que com reserva de poderes.

Camaçari/BA, 25 de novembro de 2008


BRASKEM S.A.

Maurício Roberto de Carvalho Ferro
RG 453.069 SSP/DF
CPF 371.505.961-34
brasileiro, solteiro, Advogado

Carlos José Fagundes
RG 03.538.534-02 SSP/BA
CPF 566.401.705-82
brasileiro, casado, Adm. de Empresas



Roberto Amaro de Mello
ESCREVENTE AUTORIZADO



EM BRANCO



NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DE PAGAMENTO RECEBIDO AO TÍTULO PAGO

EM BRANCO

ILMO. SR. GERENTE REGIONAL DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E
DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA/BA.

MMA/IBAMA/SUPES/BA

Documento

02006.000786/2015 - 25

Data 23.03.2015

SUPES/BA
Fl. 83
Rub. el

Ref. Processo nº 02006000358/2009-54 (476534-D)

BRASKEM S.A., pessoa jurídica de direito privado, já devidamente qualificada nos autos do processo administrativo acima referenciado, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., por intermédio de seus advogados que esta subscrevem, em atenção à Notificação veiculada em 13 de março de 2015, apresentar suas

ALEGAÇÕES FINAIS

consoante disposto no artigo 122 do Decreto Federal nº 6.514/2008, e do art. 78 da Instrução Normativa IBAMA nº 12/2012, com base nos fundamentos a seguir expostos:

BREVE HISTÓRICO DO PROCESSO E DOS FUNDAMENTOS QUE JUSTIFICAM A IMPROCEDÊNCIA DA AUTUAÇÃO

Aos 16 (dezesseis) dias do mês de março de 2009 foi lavrado o Auto de Infração n. 526975, sob o argumento de que a Braskem mantinha em cativeiro no seu Criadouro Conservacionista

EM BRANCO

Sal da Terra "01 jacaré de papo amarelo (*cayman latirostris*), 01 *geranospiza caerulescens*, 16 jabutis, 06 cágados, 01 *cebus flavus* e 04 *saguinus mydas* sem origem declarada, de acordo com o despacho às folhas 401402 do processo 02006.000693/94-60". Dada a suposta infração, foi aplicada penalidade de multa no valor de R\$ 14.500,00 e, na oportunidade, lavrados os termos de apreensão e de depósito dos citados animais silvestres, sob o número 526975.

A atividade de fiscalização decorreu de vistoria prévia - como sustentado em Relatório de Fiscalização acostado às fls. 06-11 -, mas, diferentemente do quanto esperado pela Companhia, ignorou as providências que vinham sendo adotadas para afastar as irregularidades, dentre estas, aquelas indicadas pelo IBAMA em 16.04.2007.

Isso porque, em cumprimento ao quanto determinado pelo órgão ambiental, em especial às novas técnicas de medidas e marcações dos animais em cativeiro, a empresa protocolou, por duas vezes, ofícios (05/10/06, fl. 22, e 22/03/2007, fl. 23) que informavam sobre a existência de animais doados pela comunidade local e se colocando à disposição ao IBAMA. No entanto, não houve qualquer resposta do órgão.

A atitude da empresa denotava a sua boa-fé e, ao que parece, justificou a manifestação da Procuradoria Federal, datada de 05/10/2010 (folhas 43/44), para que o agente autuante, em contradição, esclarecesse sobre a falta da resposta aos ofícios encaminhados pela Braskem e se este fato ilidiria a ilegalidade da prática de manutenção das espécies em cativeiro.

Em 30/05/2011, fls. 45 e 48, a contradição foi apresentada pelo agente, tendo este declarado que desconhecia os "encaminhamentos dados a partir das informações constantes nestes ofícios no período compreendido entre o seu recebimento, em 05 de outubro de 2006, e o Despacho sem número e sem datas, às fls. 11 do processo 02006.000358/2009-54", mas, estranhamente, concluído pela manutenção da autuação.

Fala-se em estranheza, pois, diferentemente do que faz parecer o autuante, o dever de entrega dos animais ao IBAMA não era da empresa, mas sim daqueles que o mantinham em cativeiro, isto é, daqueles que o entregaram à Braskem. Saliencia-se que a BRASKEM só os mantinham no Criadouro por um único e exclusivo motivo, qual seja, prestar-lhes as assistências necessárias até o recolhimento por parte do IBAMA, como se lê nos excerto transcrito a seguir:

EM BRANCO

Gostaria também de lhes comunicar que estamos colocando a disposição desta conceituada instituição conforme ofício protocolado de n. 02006.005342/06-88 de 05 de outubro de 2006, quatro (4) primtas da espécie *Saguinus mydas*, sendo um casal adulto e um casal juvenil (sendo 2 doados ao criadouro e 2 já nascidos aqui), e 16 jabutis da espécie *Geochelone carbonária*, sendo 11 machos e 5 fêmeas, e 10 cágados (sendo 8 fêmeas e 2 machos). Todos esses animais foram entregues ao criadouro voluntariamente por pessoas que tiveram notícia de nossa existência; aos animais foram dispensados toda a assistência, desde a parte de recintos, alimentação e aspecto sanitário.

A situação em tela corresponde a subsunção do comportamento a hipótese excludente prescrita pelo §5º do art. 24, do Decreto nº 6.514/2008, que assim prevê:

§ 5º No caso de guarda de espécime silvestre, deve a autoridade competente deixar de aplicar as sanções previstas neste Decreto, quando o agente espontaneamente entregar os animais ao órgão ambiental competente.

- Grifos nossos -

De mais a mais, não se pode olvidar que, posteriormente, os animais silvestres que estavam sob a proteção da Braskem foram encaminhados para locais autorizados pelo IBAMA, como se lê no comunicado protocolado pela empresa (fls. 52), tendo, inclusive, sido formulado requerimento objetivando a expedição de declaração noticiando o encerramento das atividades do criadouro. Esta solicitação foi cumprida pelo órgão ambiental em 07/012/2011, conforme despacho constante às fls. 54.

Às fls 61-62, em 23/10/2012, a Equipe Técnica do IBAMA requereu ao seu Núcleo de Biodiversidade esclarecimentos sobre as espécies listadas. Posteriormente, quase 03 (três) anos após, em 10/02/2015, foi expedido o Parecer 02006.000022/2015-30. A partir da leitura deste não é possível extrair qualquer conduta lesiva ao meio ambiente por parte da Braskem.

Contudo, em que pese discordar da autuação, a Braskem efetuou o pagamento da multa que lhe fora imposta, conforme Relação dos Débitos acostado à fl. 41, o que, conseqüentemente, lhe faz requerer sejam restituídos, se porventura vier a ser reconhecida a improcedência da autuação.

Acaso venha ser reconhecida a procedência da autuação, mas constatado que não foi deduzido o desconto proposto pelo art. 106 da Instrução Normativa nº 10/2012, transcrito *in uti*

EM BRANCO

e *in verbis*, necessário a restituição do percentual de 30% (trinta por cento) proposto pelo artigo em tela:

Não havendo mais possibilidade de recurso, o infrator será intimado para promover o pagamento do débito em cinco dias, com o desconto de 30% (trinta por cento).

Isso porque, a luz dessa Instrução, os pagamentos realizados na fase de instrução deverão sofrer o desconto de 30% (trinta por cento) sobre o valor fixado a título de multa, sob pena de, assim não procedendo, estar-se a cancelar o enriquecimento sem causa da administração.

CONCLUSÃO

Ante as razões acima delineadas, pugna-se pelo reconhecimento da improcedência da autuação e, por conseqüente, pela restituição do valor adimplido a título de multa, devidamente corrigido, em virtude do disposto no art. 24, §5º, da Decreto nº 6.514/2008.

Alternativamente, em não sendo este o entendimento deste Instituto, isto é, acaso julgado procedente o presente auto, requer seja declarada a quitação da autuação e, ainda, verificado se o pagamento realizado pela Companhia fora feito com o desconto proposto pelo art. 106 da Instrução Normativa nº 10/2012.

Termos em que,

Pede e espera deferimento,

Salvador, 20 de março de 2015.


Roberta Casali Bahia Damis

OAB/BA 12.817


Gilberto Lyrio Neto

OAB/BA 25.435


Bruno Moitinho Andrade de Souza

OAB/BA 42.737

EM BRANCO

Checklist of CITES Species

[About](#) [Terms of Use](#)[English](#) [Español](#) [Français](#)

SUPES/BA

FI. 85Rub. 02[Advanced Options](#)☐ ALL APPXS.☐ ALL LOCATIONS☒ CLEAR SEARCH[DOWNLOAD](#)***Chelonoidis carbonaria*** (Spix, 1824)*(Testudo boiei* Wagler, 1833, *Testudo carbonaria* Spix, 1824, *Geochelone carbonaria* (Spix, 1824), *Testudo hercules truncata* Gray, 1830)

Chordata • Reptilia • Testudines • Testudinidae

EN - Red-footed Tortoise, Wood Tortoise

ES - Jabuti, Karumbé, Tortuga de patas rojas

FR - Tortue charbonnière

II

Anguilla (United Kingdom), Antigua and Barbuda, Argentina, Barbados, Bolivia (Plurinational State of), Brazil, and 19 more.
[See all...](#)

[SAVE THIS](#)**FEATURED**[Full species list](#)[History of listings](#)

COMARTE V

EM BRANCO

Checklist of CITES Species

About Terms of Use

English Español Français

SUPES/BA
FI. 36
Rub. 22

Advanced
Options

ALL
APPS.

ALL
LOCATIONS

DOWNLOAD

SAVE THIS

FEATURED

[Full species list](#)

[History of listings](#)

EM BRANCO

Checklist of CITES Species

[About](#) [Terms of Use](#)[English](#) [Español](#) [Français](#)SUPES/BA
El. 87
h. 21

caiman latirostris

ALL
APPXS.ALL
LOCATIONSAdvanced
Options

X CLEAR SEARCH

[DOWNLOAD](#)***Caiman latirostris*** (Daudin, 1802)*(Crocodylus latirostris* Daudin, 1802, *Alligator cynocephalus* Duméril & Bibron, 1836, *Caiman fissipes* Spix, 1825)

Chordata • Reptilia • Crocodylia • Alligatoridae

EN - Broad-nosed Caiman, Broad-snouted Caiman

ES - Caimán de hocico ancho, Caimán hociquiancho, Yacaré de hocico ancho, Yacaré overo

FR - Caiman à museau large

I
II
Argentina, Bolivia
(Plurinational State
of), Brazil,
Paraguay, Uruguay[SAVE THIS](#)**FEATURED**[Full species list](#)[History of listings](#)

Powered By



EM BRANCO

Checklist of CITES Species

[About](#) [Terms of Use](#)[English](#) [Español](#) [Français](#)

OPES/BA

28

64

Saguinus midas

ALL
APPS.ALL
LOCATIONSAdvanced
Options

X CLEAR SEARCH

DOWNLOAD

Saguinus midas (Linnaeus, 1758)*(Saguinus tamarin (Link, 1795))*

Chordata • Mammalia • Primates • Cebidae

II

Brazil, French
Guiana [FR],
Guyana, Suriname

SAVE THIS

EN - Negro Tamarin, Red-handed Tamarin

FR - Tamarin aux mains rouges

FEATURED

[Full species list](#)[History of listings](#)

Powered By



001176-1-014

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Autoridade Julgadora-Ba

DESPACHO 02006.001270/2015-06 AJG/BA/IBAMA

SUPES/BA

Fl. 89
Rub. del

Salvador, 23 de abril de 2015

À: Divisão Técnico Ambiental-Ba

Assunto: **Encaminhamento do processo administrativo nº 02006.000358/2009-54.**

Tendo em vista o descritivo do Auto de Infração nº 476534/D (fl. 01), do Termo de Apreensão nº 526975/C (fl. 02), o contido no Parecer nº 02006.000022/2015-30 NUBIO/BA/IBAMA (fl. 72/73) e os documentos em anexo obtidos no sítio da CITES, deverá ocorrer a atualização no Sistema Corporativo do IBAMA referente ao Auto de Infração em epígrafe, a saber:

1. Enquadramento legal: em vez do § 3º, Inciso III, art. 24 do Decreto Federal nº 6.514/2008 aplicar-se-á o Inciso I, II, § 3º, Inciso III, art. 24 do Decreto Federal nº 6.514/2008.
2. O valor da sanção pecuniária R\$ 108.500,00 (cento e oito mil e quinhentos reais), resultante do somatório (1 x R\$ 5.000,00) + (6 x R\$ 500,00) + (16 x R\$ 5.000,00) + (1 x R\$ 500,00) + (4 x R\$ 5000,00).

Após atendimento ao pleito retornar o presente processo a este NUIP.

EAR

ELCIO DE ALMEIDA RIBEIRO

Autoridade Julgadora de 1ª Instancia da AJG/BA/IBAMA

*À A Adm. Ana Fúze
Pare atendimento.
Em 04/05/15
recoms*

VÂNIA Mª PASSOS DOS SANTOS
Chefe da DITEC/BA
Port. 297/15

EM BRANCO



CONSULTA - AUTO DE INFRAÇÃO - MULTA

Proc. 358/09
Fis. 90
Rub. 7

DADOS DO AUTUADO

Nome: BRASKEM S.A.
Endereço: RUA OXIGÊNIO
Bairro: COPEC
Município/UF: CAMACARI-BA
CPF/CNPJ: 42.150.391/0018-19

DADOS DO AUTO DE INFRAÇÃO

Número do Auto: 476534 Série: D Nº do débito: 2462638
Data de Autuação: 16/03/2009 Data do Vencimento: 05/04/2009
Nome do Autuante: JOSE GUILHERME DIAS DE OLIVEIRA
Nome do Autuado: BRASKEM S.A.
Forma Entrega: Não Cadastrada!
Município/UF: CAMACARI - BAHIA
Local da Infração: CRIADOURO BRASKEM-RUA OXIGENIO, 765-POLO PETQ.CAMACARI
Descrição do Auto: TER EM CATIVEIRO 01- JACARÉ DO PAPA AMARELO (CAYMAM LATIRASTRIS), 01- GERANOSPIZA CAERULESCENS, 16 JABUTIS, 06- CAGADOS, 01- CEBUS FLNUS E 04 SAQUINUSMYDAS, SEM ORIGEM DECLARADA, DE ACORDO COM DESPACHO ÀS FOLHAS 401, 402 DO PROCESSO Nº 02006.000693/94-60

Nº Ordem:
Status Atual: Lavrado
Matrícula: 1249544

AÇÃO FISCALIZATÓRIA

Nº Ação Fiscalizatória: Não Cadastrado!
Nome Operação: Não Cadastrado!
Unidade Ibama: Não Cadastrado!
Data Ação Fisc.: Não Cadastrado!

ARRECADAÇÃO

Código da Infração: 509902
Tipo da Infração: Fauna
Código Arrecadação: 201201
Unidade Arrecadação: BA/SUPES - Superintendência do Ibama no Estado da Bahia
Valor do Auto: 108.500,00
Localização Processo: Núcleo de Biodiversidade em Salvador/BA
Nº do Processo - IBAMA: 02006.000358/2009-54

BIOMA

Mata Atlântica

CLASSIFICAÇÃO ÁREA

Nenhuma classificação de área foi cadastrada para este registro!

COORDENADAS GEOGRÁFICA(S):

Latitude: 12° 39' 21,3" Norte Longitude: 38° 18' 28,0" W

OPERAÇÃO E ORDEM DE FISCALIZAÇÃO

Descrição: Fortuito
Operação: Não Cadastrada
Ordem De Fiscalização: Não Cadastrada
Nº SISLIV: Não Cadastrado

DADOS DO ENQUADRAMENTO LEGAL

ARTIGO	INCISO, § OU ALÍNEA	COM ARTIGO	INCISO, § OU ALÍNEA	Da/Do	NÚMERO
70		72		Lei	9605/98
24	I - II § 3º			Decreto	6514/2008

TESTEMUNHAS ENVOLVIDAS

Nenhuma testemunha envolvida foi cadastrada neste Auto!



PESSOAS ENVOLVIDAS

Nenhuma pessoa envolvida foi cadastrada neste Auto!

EFETIVO ENVOLVIDO

Nenhum efetivo envolvido foi cadastrado neste Auto!

ANEXOS DO AUTO DE INFRAÇÃO

Nº Anexo	Tipo	Descrição
FLS 02	Documento	TAD Nº 526975/C
FLS 03	Documento	TAD Nº 526976/C
FLS 04	Documento	CERTIDÃO
FLS 05	Documento	TERMO DE INSPEÇÃO
FLS 06 a 14	Documento	RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO

ESPÉCIES APREENDIDA

Nenhuma espécie foi cadastrada neste auto!

POLIGONO

Nenhum poligono foi cadastrado neste Auto!

À: DOP/BA,

Retorna-se os autos após alterações realizadas no SICAFI,
na forma descrita no despacho 02006.001279/2015-06, fl. 89.

Dtce, 11.06.2015

Lucia
Ana Lucia Finza
Analista Administrativo
Matricula 0679199
IBAMA-BA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

SUPES/BA
7. 91
Pub. *[assinatura]*

Decisão Administrativa Eletrônica de 1ª Instância - Auto de Infração
Nº 209/2015 - SSA/NUIP

Nº. Auto: 476534/D
Nº. Processo: 02006.000358/2009-54
Interessado: BRASKEM S.A.
CPF/CNPJ: 42.150.391/0018-19

Trata-se de processo de auto de infração com impugnação regular.

Houve notificação regular para apresentação de alegações finais com manifestação do(a) autuado(a) no prazo estipulado.

Não há indicativo de agravamento por reincidência nos presentes autos.

Não houve caracterização de circunstância(s) atenuante(s).

Não houve caracterização de circunstância(s) agravante(s).

Houve apreensão de animal(is).

Não houve destinação do(s) animal(is) apreendido(s).

O(s) animal(is) apreendido(s) encontra(m)-se com o infrator.

O(a) autuado(a) deverá ser notificado(a) para entregar o(s) animal(is) que está(ão) sob sua guarda (fiel depositário). Após, proceda-se destinação de acordo com a sua natureza, conforme previsão do art. 134 do Decreto n.º 6.514/2008 e de seu regulamento.

Da infração não decorre dano ambiental.

Nos termos do art. 50, § 1º da Lei n.º 9.784/1999 e art. 125, Parágrafo único do Decreto n.º 6.514/2008, adoto também como fundamento de decidir, o contido na(s) folha(s) (45) e (48) - Contradita e (72/73) - Parecer nº 02006.000022/2015-30 NUBIO/BA/IBAMA, especificamente no que tange ao processo principal nº 02006.000358/2009-54.

a. Trata-se de sanção pecuniária prevista no art. 24 do Decreto Federal nº 6.514/2008 que se perfila ao tipo fechado o que, em tese, não existe variação estabelecida a ser aplicada sobre o que já existe cominado em lei.

b. Verifica-se, em termos gerais, o descritivo do Auto de Infração nº 476534/D, por ter em cativeiro um jacaré do papa amarelo, um geranospiza caerulescens, dezesseis jabutis, seis cágados, um cebus flavus e quatro saguinus mydas sem a origem declarada, de acordo com o despacho às folhas 401/402 do processo nº 02006.000693/94-60 e o enquadramento legal, Inciso I, II, § 3º, Inciso III, art. 24 do Decreto Federal nº 6.514/2008.

Diante do exposto, DECIDO:

EM DRA. CO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

SUPES/BA
Fl. 92
Rub. *Acue*

I) Haja vista a análise das peças documentais constantes nos autos, julgo subsistente o Auto de Infração nº 476534/D e o Termo de Apreensão nº 526975/C.

II) Mantém-se o valor da sabção pecuniária em R\$ 108.500,00 (cento e oito mil e quinhentos reais). Contudo, há de se observar que houve pagamento no valor de R\$ 16.095,00 (dezesesseis mil, noventa e cinco reais) em 14/04/2009, conforme documento Pagamentos efetuados em anexo.

Tendo em vista o exposto acima, necessário:

Notificar o interessado para apresentação, na unidade administrativa do Ibama e no prazo de 20 dias, do(s) aniaml(is) que está(ão) sob sua guarda, sob pena de, não o fazendo, sofrer ação judicial cabível.

Notificar o interessado desta decisão, promovendo-se as devidas atualizações nos sistemas corporativos do Ibama.

EAR
ELCIO DE ALMEIDA RIBEIRO
Analista Ambiental
IBAMA/SUPES-BA
Mat. 2573983

Bahia, 22 de junho de 2015.



5945 4372 6346 5293

EM BRANCO



CONSULTA GERAL - PESSOA (AUTO, TAD, NOTIFICAÇÃO)

CNPJ: 42.150.391/0018-19

E DO INFRATOR: BRASKEM S.A.

AUTO DE INFRAÇÃO

Nº Auto	Série	Data de Autuação	Data de Vencimento	Valor(R\$)	Tipo	Status do Auto	Processo - IBAMA	Status Processo
476534	D	16/03/2009	05/04/2009	108.500,00	Multa	Lavrado	02006.000358/2009-54	Para nova homologação, devido a alterações
476561	D	16/03/2009	05/04/2009	5.000,00	Multa	Lavrado	02006.000367/2009-45	Quitado. Baixa automática

TAD

Nº TAD	Série	Data	Valor(R\$)	Status do TAD	Situação	Processo - IBAMA	Tipo de Termo
526975	C	16/03/2008		Lavrado		02006.000358/2009-54	Apreensão
526976	C	16/03/2009		Lavrado		02006.000358/2009-54	Depósito

NOTIFICAÇÃO

Não foi encontrada nenhuma NOTIFICAÇÃO para esta pessoa!

SUPES/BA
Fl. 93
11h 45min
Emitido em: 22/08/2015 08:55:31
Por: Elcio de Almeida Ribeiro

EM BRANCO



Relação dos Débitos - Todos os débitos da Pessoa

Nome da Pessoa: BRASKEM S.A.
Endereço: RUA OXIGÊNIO, 765 Bairro: COPEC - CAMACARI - BA CEP: 42.810-000 Número da Pessoa: 510524 CPF/CNPJ: 42.150.391/0018-19

GEREX	Nº Débito	Documento	Vencimento	Moeda	Valor Original	Saldo Atual(UFIR)	Processo	Status Atual
BA/SUPES	2462656	476561/D	05/04/2009	R\$	5.000,00	0,00	02006.000367/2009-45	Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	2462638	476534/D	05/04/2009	R\$	108.500,00	94.000,00	02006.000358/2009-54	Para nova homologação, devido a alterações
BA/SUPES	290000067795	2004 / 1	07/04/2004	R\$	2.250,00	0,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	290000075329	2004 / 2	07/07/2004	R\$	2.250,00	0,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	290000075330	2004 / 3	07/10/2004	R\$	2.250,00	0,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	290000075331	2004 / 4	07/01/2005	R\$	2.250,00	0,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	290000081122	2005 / 1	07/04/2005	R\$	2.250,00	0,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	290000091123	2005 / 2	07/07/2005	R\$	2.250,00	0,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	290000093974	2005 / 3	07/10/2005	R\$	2.250,00	0,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	290000094117	2005 / 4	06/01/2006	R\$	2.250,00	0,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	290000096378	2006 / 1	07/04/2006	R\$	2.250,00	0,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	566865	2006 / 2	07/07/2006	R\$	2.250,00	0,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	566866	2006 / 3	06/10/2006	R\$	2.250,00	0,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	566867	2006 / 4	08/01/2007	R\$	2.250,00	0,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	1125851	2007 / 1	08/04/2007	R\$	2.250,00	0,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	1125852	2007 / 2	06/07/2007	R\$	2.250,00	0,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	1125853	2007 / 3	05/10/2007	R\$	2.250,00	0,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	1125854	2007 / 4	08/01/2008	R\$	2.250,00	0,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	1595146	2008 / 1	07/04/2008	R\$	2.250,00	0,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	1595147	2008 / 2	07/07/2008	R\$	2.250,00	0,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	1595148	2008 / 3	07/10/2008	R\$	2.250,00	0,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	1595149	2008 / 4	08/01/2009	R\$	2.250,00	0,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	2010995	2009 / 1	07/04/2009	R\$	2.250,00	0,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	2010996	2009 / 2	07/07/2009	R\$	2.250,00	0,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	2010997	2009 / 3	07/10/2009	R\$	2.250,00	0,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	2010998	2009 / 4	08/01/2010	R\$	2.250,00	0,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	2804201	2010 / 1	08/04/2010	R\$	2.250,00	0,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	2804202	2010 / 2	07/07/2010	R\$	2.250,00	0,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	2804203	2010 / 3	07/10/2010	R\$	2.250,00	0,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	2804204	2010 / 4	07/01/2011	R\$	2.250,00	0,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	3523271	2011 / 1	07/04/2011	R\$	2.250,00	0,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	3523272	2011 / 2	07/07/2011	R\$	2.250,00	0,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	3523273	2011 / 3	07/10/2011	R\$	2.250,00	0,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	3523274	2011 / 4	06/01/2012	R\$	2.250,00	0,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	4469044	2012 / 1	10/04/2012	R\$	2.250,00	0,00	02006.000372/2012-53	Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	4469045	2012 / 2	06/07/2012	R\$	2.250,00	0,00	02006.001963/2012-48	Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	4469046	2012 / 3	05/10/2012	R\$	2.250,00	2.250,00		Quitado. Baixa automática

Notificado do lançamento de crédito tributário

SUPES/BA
Fl. 96
Rub. *Declar*

EM BRANCO



Relação dos Débitos - Todos os débitos da Pessoa

de da Pessoa: BRASKEM S.A.

Endereço: RUA OXIGÊNIO, 765 Bairro: COPEC - CAMACARI - BA CEP: 42.810-000

Número da Pessoa: 510524

CPF/CNPJ: 42.150.391/0018-19

GEREX	Nº Débito	Documento	Vencimento	Moeda	Valor Original	Saldo Atual(UFIR)	Processo	Status Atual
BA/SUPES	4469047	2012 / 4	08/01/2013	R\$	2.250,00	0,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	5119742	2013 / 1	05/04/2013	R\$	2.250,00	0,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	5119743	2013 / 2	05/07/2013	R\$	2.250,00	0,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	5119744	2013 / 3	07/10/2013	R\$	2.250,00	0,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	5119745	2013 / 4	08/01/2014	R\$	2.250,00	0,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	5994840	2014 / 1	07/04/2014	R\$	2.250,00	0,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	5994841	2014 / 2	07/07/2014	R\$	2.250,00	0,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	5994842	2014 / 3	07/10/2014	R\$	2.250,00	0,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	5994843	2014 / 4	08/01/2015	R\$	2.250,00	0,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	6818809	2015 / 1	09/04/2015	R\$	2.250,00	0,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	6818810	2015 / 2	07/07/2015	R\$	2.250,00	2.250,00		Aguardando pagamento ou notificação
BA/SUPES	6818811	2015 / 3	07/10/2015	R\$	2.250,00	2.250,00		Aguardando pagamento ou notificação
BA/SUPES	6818812	2015 / 4	08/01/2016	R\$	2.250,00	2.250,00		Aguardando pagamento ou notificação

SUPE/BA
Fl. 95
Sub. *[assinatura]*

EM BRANCO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA



Pagamentos efetuados

SUPES/BA

Fl.

Rev.

as
de

Filtros: PROCESSO: 0200600035809
NOME: BRASKEM S.A.

CPF/CNPJ: 42150391001819

Débito	Nosso Número Bto	Nosso Número Pgto	Num Pgto	Data Pgto	Valor	Receita
2462638	00000000015250309	00930404200476534	20673445	14/04/2009	16.095,00	Penalidade pecuniária - Fauna

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
Coordenação Geral de Arrecadação - CGARR



MEMÓRIA DE CÁLCULO

Auto de Infração

Nº Auto Infração/Série: /

Nº At
o débito: 2462638
005/90 - Crédito vencido na data de: Sem Data
Lavatura: 16/03/2009

Data Julgamento Principal: Sem Data
Data Ciência Julgamento Principal: Sem Data
Data Inicio Multa: Sem Data

"Valor Nominal: R\$ 108.500,00

esso: 02006.000358/2009-54

Localização do Processo: Núcleo Téc. Setorial Descentralizado de Instrução Processual de Autos de Infração - BA

Movimentação do Processo: 11/06/2015

સો:

- Pagamento / Parcelamento														
Parcela			Pagamento								GRU			
Tipo	Número	Vencimento	Data	Valor	Desconto	Multa	Juros	SELIC	Amortização	Número de Pagamento	Valor	Vencimento	Status	Observação
Parcelado	1	05/04/2009	14/04/2009	16.095,00	0,00	1.450,00	0,00	145,00	14.500,00	20673445	14.500,00	05/04/2009	Amortizado	
TOTAL R\$				16.095,00					14.500,00		14.500,00			

dação do débito em:

Análise do Débito em:		R\$:
Principal		108.500,00
Jornal de amortização		14.500,00
Montante	(30,00%)	28.200,00
Parcial		65.800,00
ção Monetária		0,00
Atualizado		65.800,00
	(0,00%)	0,00
	(0,00%)	0,00
De: 05/04/2009 até 25/07/2015	(60,16 %)	39.583,59
Parcial		105.383,59
igos Legais	(0,00%)	0,00
Consolidado		105.383,59

Situação:

Atual: Notificado e aguardando pagamento/recurso

Divida Ativa: Não

Inscr. Cadin: Devedor não incluído no Cadin.

Cobr. Judicial: Não

Conversão de Multa:

[illegible]

consolidado = Valor Principal - Desconto + Correção Monetária + Multa + Juros + Juros SELIC + Encargos Legais
 minimal. Valor original + Majoração - Minoração + Agravamento
 edito: Soma da Amortização Valor Original

Emitido por: Eício de Almeida Ribeiro
Ambiente: Produção - Emitido em: 25/06/2015 11:10:31

EM BRANCO



MEMÓRIA DE CÁLCULO

[illegible]

SUPER/BA
Fl. 99
Rub. green

EMERSON



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA



GUIA DE RECOLHIMENTO DA UNIÃO - GRU

SUPES/BA

99

25/07/2015

Data do documento	Nº do documento	Nosso Número	Banco	Data do Processamento	Vencimento
25/06/2015	AI 476534/D	00000000023757101	001	25/06/2015	25/07/2015
(=) Valor do documento	(-) Desconto / Abatimento	(-) Outras deduções	(+) Mora / Multa / Correção	(+) Outros Acréscimos	(=) Valor cobrado
94.000,00	28.200,00	*****	39.583,59	*****	105.383,59
BRASKEM S.A. CPF/CNPJ: 42.150.391/0018-19 Endereço: RUA OXIGÊNIO, 765 CAMACARI - BA CEP:			Informações: Débito Nº 2462638 - Auto de Infração - - AI 476534/D		

LD: 00199.58412 30000.000007 23757.101219 7 65000010538359

Autenticação mecânica

		[001] 00199.58412 30000.000007 23757.101219 7 65000010538359	
Local de pagamento			
PAGÁVEL EM QUALQUER BANCO ATÉ O VENCIMENTO			
Cedente			
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA			
Data do documento	Nº do documento	Espécie DOC	Aceite
25/06/2015	AI 476534/D		
Nº da conta / Respons.	Carteira	Espécie	Quantidade
	18	R\$	
Instruções			
Após o vencimento emitir uma nova GUIA DE RECOLHIMENTO.			
Documento válido para pagamento somente até a data de vencimento.			
ATENÇÃO: Nosso Número distinto p/ cada pagamento. Não faça cópia do boleto.			
Nº Débito: 2462638 - Auto de Infração - AI 476534/D			
Vencimento			
25/07/2015			
Agência / Código do cedente			
1607-1 333118-0			
Nosso Número			
00000000023757101			
(=) Valor do documento			
94.000,00			
(-) Desconto / Abatimento			
28.200,00			
(-) Outras deduções			

(+) Mora / Multa / Correção			
39.583,59			
(+) Outros Acréscimos			

(=) Valor cobrado			
105.383,59			
Governo Federal - Guia de Recolhimento da União - GRU - Cobrança			
Sacado			
BRASKEM S.A.			
CPF/CNPJ: 42.150.391/0018-19			
Endereço: RUA OXIGÊNIO, 765			
CAMACARI - BA			
CEP:			
Sacado / Avalista			
Código de baixa			
Autenticação mecânica			
FICHA DE COMPENSAÇÃO			



EM DATA CO



NOTIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA - Pedido de defesa indeferido

SUPREC/BA
2ª Via - Processo

Prezado(a) Senhor(a),

Cumpre-nos notificar V. S^a do INDEFERIMENTO DA DEFESA apresentada contra o auto de infração em referência, com a consequente homologação da autuação pela Autoridade Julgadora de 1^a instância.

Face ao exposto, fica V. S^a. intimada a recolher a importância expressa no boleto bancário, anexo, em qualquer instituição bancária, com desconto de 30% (trinta por cento), até a data constante do campo vencimento. Para pagamento após o prazo, procurar o Ibama para obtenção de novo boleto sem desconto e com os acréscimos legais: correção monetária, multa de mora e juros.

Notificamos ainda, que, caso haja embargo de atividade/área, permanecem os efeitos do Termo de Embargo e Interdição até a comprovação da regularização da atividade/área embargada.

Da decisão proferida cabe recurso, no prazo de 20 (vinte dias) do recebimento desta Notificação, que deverá ser dirigido à autoridade julgadora que proferiu a decisão na defesa.

Cumpre-nos informar, ainda, que o não pagamento, nem a apresentação do recurso no prazo estipulado, implica em:

- Inclusão do devedor no Cadin (Cadastro Informativo dos créditos não quitados do setor público federal) após 75 (setenta e cinco) dias, nos termos da Lei n.º 10.522, de 19 de julho de 2002, o que automaticamente impedirá a obtenção de créditos que envolvam recursos públicos, celebração de contratos e convênios.

- Inscrição do débito em Dívida Ativa e ajuizamento da Ação de Execução Fiscal, nos termos da Lei n.º 6.830/80.

- Atualização monetária, juros, multa moratória e encargos legais, além de despesas judiciais.

- Apresentação do título para protesto, junto ao Tabelionato de Protesto de Títulos, podendo gerar implicações em outras centrais restritivas de crédito.

Para parcelamento do débito ou demais esclarecimentos procurar a Área de Arrecadação desta unidade do Ibama.

Já tendo efetuado o devido recolhimento, entrar em contato urgente com esta Unidade do Ibama para regularização da pendência.

Informamos que o processo encontra-se disponível para vistas e/ou pedido de cópias nesta Unidade do Ibama.

Atenciosamente,

Elcio de Almeida Ribeiro
Autoridade Julgadora

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA



Nome: BRASKEM S.A.
CPF/CNPJ: 42.150.391/0018-19
Processo: 02006.000358/2009-54
Documento: 476534/D (Auto de Infração)
Nº do débito: 2462638
Valor original: R\$ 108.500,00
Vencimento original: 05/04/2009

Decisão final não proferida.

Observações: Não consta acréscimo de reincidência sobre o valor original.
Não consta majoração nem redução sobre o valor original.
Não consta compensação sobre o valor original.

COFE/BA
1. Loi
Sub. Que

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA



Lista de Postagem

SUPES/BA

Data da postagem: 25/06/2015

Contrato: 9912368964

Nº do Cartão: 0070654930

Cliente: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

Nº	Nº Objeto	Adic.	Peso (g)	Processo (IBAMA) / Nº de Controle	Destinatário	CEP	Município	UF
1	91050072-5	A.R.		02006.001841/2007-94	AMARO ALVES DA SILVA	47470-000	RIACHO DE SANTANA	BA
2	91050073-4	A.R.		02006.000564/2008-83	Joao Durval de Jesus Gomes	46470-000	RIACHO DE SANTANA	BA
3	91050074-8	A.R.		02006.001842/2007-39	AMARO ALVES DA SILVA	47470-000	RIACHO DE SANTANA	BA
4	91050075-1	A.R.		02006.000358/2009-54	BRASKEM S.A.	42810-000	CAMACARI	BA
5	91050076-5	A.R.		02001.003588/2010-59	ALBERTO ALVES DE FIGUEIREDO	44000-000	FEIRA DE SANTANA	BA
6	91050077-9	A.R.		02006.000869/2010-18	EVILASIO BONFIM VENTURA	45440-000	NILO PECANHA	BA
7	91050078-2	A.R.		02006.001317/2010-19	MARCIO MOREIRA SANTOS	45400-000	VALENCA	BA
8	91050079-6	A.R.		02006.001326/2010-18	AGENOR SILVA JUNIOR	78770-000	ALTO GARCAS	MT
9	91050080-5	A.R.		02006.000287/2012-95	Romualdo Dantas da Silva	48900-000	JUAZEIRO	BA
10	91050081-9	A.R.		02001.001210/2012-82	JOÃO DA SILVEIRA LIMA	46130-000	ARACATU	BA
11	91050082-2	A.R.		02006.000876/2012-73	PERCILIO DOS SANTOS		TAPEROA	BA
12	91050083-6	A.R.		02006.000805/2012-71	LAURENCIO OLIVEIRA DOS ANJOS		ITATIM	BA
13	91050084-0	A.R.		02006.001201/2012-41	PH TRANSPORTES SENSIVEIS LTDA - EPP	07196-030	GUARULHOS	SP
14	91050085-3	A.R.		02006.001558/2012-20	MARIA AUREA DOS SANTOS	44573-250	SANTO ANTONIO DE JESUS	BA
15	91050086-7	A.R.		02006.001796/2012-35	MARCIANO DO CARMO	44200-000	SANTO AMARO	BA
	91050087-5	A.R.		02006.002515/2012-61	ALAN RICARDO SANTOS DE SOUZA	48400-000	RIBEIRA DO POMBAI	BA
	91050088-4	A.R.		02006.001863/13-68	MARCIA SUELY SANTOS MACEDO	48090-020	ALAGOINHAS	BA

APRESENTAR ESTA LISTA EM CASO DE PEDIDO DE INFORMAÇÕES

Nome do remetente:

Carimbo e assinatura / Matrícula dos correios

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

Estou ciente do disposto na cláusula terceira do contrato de prestação de serviços

ASSINATURA DO REMETENTE

EM BRANCO



CORREIOS

AR Aviso de Recebimento

Agência: AGENCIA PITUBA CONTRATO: 9912368964

DESTINATÁRIO:

BRASKEM S.A.

CPF/CNPJ: 42.150.391/0018-19

RUA OXIGÊNIO - 785 - COPEC -

42810-000 CAMACARI - BA

Processo: 02006.000358/2009-54

TENTATIVAS DE ENTREGA

1º Data / / : h
2º Data / / : h
3º Data / / : h

JL910500751BR



ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO A.R.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

Avenida Manoel Dias da Silva, nº 111, Ed. Sizaio Montalto - Amaralina

41300-325 SALVADOR - BA

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (OPCIONAL)

NOT ADM ELC10/1A3G

ASSINATURA DO RECEBEDOR

HOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

Veriziane Protes

DATA DE ENTREGA

08/10/15

Nº DOCUMENTO DE IDENTIDADE

14.618.963-98

Carimbo

Unidade de Entrega

Rubrica e Matrícula

do Cartão

MOTIVO DA DEVOLUÇÃO

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> 1 Mudou-se | <input type="checkbox"/> 5 Recusado |
| <input type="checkbox"/> 2 End. Insuficiente | <input type="checkbox"/> 6 Não Procurado |
| <input type="checkbox"/> 3 Não existe o N° | <input type="checkbox"/> 7 Ausente |
| <input type="checkbox"/> 4 Desconhecido | <input type="checkbox"/> 8 Falecido |
| <input type="checkbox"/> 9 Outros | |

SUPERINTENDENTE

103

alves

EM BRANCO

DIGITALIZADO NO IBAMA

MMC & ZARIF
A D V O G A D O S

ILMO. SR. SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS
RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA NO ESTADO DA BAHIA, SR. CÉLIO
COSTA PINTO

MMMA/IBAMA/SUPES/BA
Documento
02006.002179/2015 - 11

Data 28.07.2015

Proc. 104
Fls. 046
Rub.

Processo nº 02006.000358/2009-54

Auto de Infração nº 476534

BRASKEM S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 42.150.391/0001-70, com sede à Rua Eteno, nº 1561, Complexo Petroquímico de Camaçari, Camaçari-BA, CEP 42.810-000, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Sa., por intermédio de seus advogados que esta subscrevem, com poderes constantes nos autos, irresignada com a decisão que homologou o Auto de Infração nº 476534 e com amparo na Lei nº 9.605/98, art. 71, e no Decreto nº 6.514/2008, art.127, interpor o presente

RECURSO ADMINISTRATIVO

o que faz pelas razões de fato e de direito expostas a seguir:

I. DA TEMPESTIVIDADE

A empresa autuada tomou ciência da decisão que homologou o Auto de Infração em 09/07/2015, iniciando-se no primeiro dia útil imediatamente seguinte o prazo para interposição do recurso administrativo, na forma indicada pelo art. 71, III, da Lei 9.605/98 c/c o art. 66, da Lei 9.784/99, transcritos *in util e in verbis*:

1971

EM BRANCO

Lei nº 9.605/98 - Art. 71. O processo administrativo para apuração de infração ambiental deve observar os seguintes prazos máximos:

[...]

III - vinte dias para o infrator recorrer da decisão condenatória à instância superior do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, ou à Diretoria de Portos e Costas, do Ministério da Marinha, de acordo com o tipo de autuação;

Lei 9.784/99 - Art. 66. Os prazos começam a correr a partir da data da cientificação oficial, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

[...]

Proc. 105
Fls. 105
Rub. 105

Da aplicação destas normas e considerando a data de protocolo acima aposta, conclui-se que o termo final do prazo corresponde ao dia 29/07/2015 (quarta-feira), logo, tempestivo o presente recurso.

II. DOS FATOS

Aos 16 (dezesesseis) dias do mês de março de 2009 foi lavrado o Auto de Infração nº 476534, por suposto descumprimento ao art. 70 c/c o art. 72, II e IV, da Lei Federal nº 9.605/98, e ao art. 3º, II e IV, c/c o art. 24, §3º, III, do Decreto Federal nº 6.514/2008, que assim prevêm:

Lei nº 9.605/1998

Art. 70. Considera-se infração administrativa ambiental toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente.

[...]

Art. 72. As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções, observado o disposto no art. 6º:

[...]

II - multa simples;

[...]

IV - apreensão dos animais, produtos e subprodutos da fauna e flora, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração;

[...]

Decreto nº 6.514/2008

Art. 3º As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções:

[...]

II - multa simples;

[...]

IV - apreensão dos animais, produtos e subprodutos da fauna e flora e demais produtos e subprodutos objeto da infração, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração; (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

[...]

FERBRANCO

Art. 24. Matar, perseguir, caçar, apanhar, coletar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida:

Multa de:

I - R\$ 500,00 (quinhentos reais) por indivíduo de espécie não constante de listas oficiais de risco ou ameaça de extinção;

II - R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), por indivíduo de espécie constante de listas oficiais de fauna brasileira ameaçada de extinção, inclusive da Convenção de Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção - CITES. (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

[...]

§ 3º Incorre nas mesmas multas:

[...]

III - quem vende, expõe à venda, exporta ou adquire, guarda, tem em cativeiro ou depósito, utiliza ou transporta ovos, larvas ou espécimes da fauna silvestre, nativa ou em rota migratória, bem como produtos e objetos dela oriundos, provenientes de criadouros não autorizados, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade ambiental competente ou em desacordo com a obtida.

Proc. 120
Fls. 100
Rub. 100

Segundo descrição constante no Auto, a infração consistia na manutenção em cativeiro dos seguintes animais: 01 (um) jacaré do papo Amarelo (Caiman latirostris), 06 (seis) cágados, 16 (dezesseis) jabutis, 01 Cebus flavius e 04 (quatro) Saguinus midas.

O valor da autuação foi fixado em R\$ 14.500,00 (quatorze mil e quinhentos reais), mas, se porventura tivesse sido observada a orientação proposta pelo relatório de Fiscalização (fls. 05-10), teria sido fixada em R\$ 14.000,00, isto é, corresponderia ao produto resultante da multiplicação do número de espécimes pelo valor proposto pelo art. 24, I, do Decreto nº 6.514/2008 (28 x R\$ 500,00 = R\$ 14.000,00).

A empresa, em petição datada de 06.04.2009, noticiou que parte dos animais haviam sido doados pela comunidade e colocados à disposição do IBAMA, conforme manifestação e documentos que a acompanhavam, todos protocolados no órgão (fls. 19-23). Nesta oportunidade, também informou que providenciaria o adimplemento do auto - embora entendesse desarrazoada a conduta do IBAMA -, o que, de fato, foi providenciado - vide relação de Débitos acostado à fl. 40.

Fala-se em desarrazoada, pois, como restará demonstrado, a Braskem nunca obteve lucro com o criadouro e, em verdade, foi autorizada pelo Ibama para que pudesse contribuir com a proteção ambiental. Os animais que vinham sendo encontrados nas redondezas do polo industrial, local distante de centros de triagem e recepção de animais, passariam a ter local para acolhimento, observadas, evidentemente, as regras do Ibama.

EM BRANCO

Dando continuidade ao feito, foi proferido o Despacho nº 335/2010 AGU/PGF/PFE/IBAMA/BA, de lavra da Procuradoria Federal Especializada - IBAMA, condicionando a sua análise à **CONTRADITA DO AGENTE AUTUANTE**, para que este lhe informasse qual a resposta dada pelo Ibama às correspondências de fls 19-23 e esclarecesse o fato, senão vejamos: Fls. 19-23
RUB. Quee

Ocorre que, para que esta Especializada possa analisar a matéria referente o Auto de Infração e os documentos dos autos, se faz necessário a **CONTRADITA DO AGENTE AUTUANTE**, as questões suscitadas na defesa, colacionadas à fl. 18/20, em especial, para esclarecer o argumento suscitado na defesa de que foram encaminhados ao IBAMA dois ofícios, juntados pelo autuado nas fls. 21 e 22, informando o recebimento de alguns animais no criadouro por doações da comunidade, colocando-os em disposição do IBAMA, entretanto, não houve qualquer resposta do órgão e, por isso, estes animais permaneceram no criadouro. Devido ao aduzido pelo autuado é necessário o esclarecimento de alguns pontos específicos: **se realmente não houve resposta do IBAMA aos ofícios enviados e se estes ofícios informando o recebimento dos animais elidiriam a ilegalidade presente na guarda deles.**

Em contradita, foi informado pelo agente autuante que desconhecia o encaminhamento dado as correspondências enviadas pela empresa (!!!), as quais, repita-se, colocavam a disposição do IBAMA os animais que lhes foram entregues pela comunidade, e, com base numa interpretação literal e, não menos fria, desprezando por completo a parceria entre o criadouro da Braskem e o Ibama, concluiu que a ilicitude da conduta estaria elidida, tão somente, se a empresa tivesse entregue os animais a este Instituto.

Contudo, olvidou-se que o dever de entrega ao IBAMA não era da empresa, mas sim daquele que os mantinha indevidamente em cativeiro e que, se porventura não os tivessem sido recebidos pela empresa, correriam o risco de abandono. Lembre-se que não havia um CETAS em Camaçari e que, por tal razão, o cativeiro mantido pela empresa já havia sido eleito pelo IBAMA para depósito de animais, como faz prova o documento anexo (autorização para recebimento de dois macacos - **Doc. 01**). Em suma, a manutenção do criadouro exteriorizava-se num serviço em prol do meio ambiente!

Após informação do agente autuante, o processo foi devolvido à Procuradoria Especializada, a qual recomendou que fossem observados os artigos 98 a 101 da Instrução Normativa IBAMA nº 14/2009 e, conseqüentemente, adotadas as seguintes providências: (i) elaboração de parecer instrutório; (ii) intimação do autuado para apresentar alegações finais; e,

EM BRANCO

remanescendo qualquer controvérsia jurídica, (iii) retorno dos autos à Procuradoria para análise.

Em que pese a EXPRESSA recomendação da Procuradoria Especializada, não há nos autos parecer instrutório, muito menos um subsídio que venha a consubstanciar a inesperada decisão proferida pela autoridade julgadora de primeira instância. Houve tão somente resposta do NUBIO às dúvidas suscitadas pela servidora Aline Alvarez da Costa (fls. 61-62), contudo, tais respostas além de não terem composto parecer instrutório (inexistente) não dão suporte à decisão que majorou a multa, sob o pressuposto de se tratarem de animais integrantes da lista de espécies ameaçadas de extinção. Em momento algum o NUBIO informou que os cágados, cibus flavius e saguinus Midas integravam lista de espécies ameaçadas de extinção.

Não bastasse a ausência do parecer instrutório, que, por si, revela a nulidade do processo, a empresa foi intimada para apresentar Alegações Finais, quando o feito se encontrava em fase de instrução. Fala-se em fase de instrução, pois, logo após a apresentação das Alegações Finais, foram adotadas diligências por parte da autoridade julgadora, a exemplo de investigação na lista CITES, que terminaram por majorar a autuação, conforme Despacho 02006.001270/2015-06 (fl. 89), que assim dispôs:

Tendo em vista o descritivo do Auto de Infração nº 476534/D (fl. 01), do Termo de Apreensão nº 526975/C (fl. 02), o contido no Parecer nº 02006.000022/2015-30 NUBIO/BA/IBAM (fl. 72/73) e os documentos em anexo obtidos no sítio da CITES, deverá ocorrer a atualização no Sistema Corporativo do IBAMA referente ao Auto de Infração em epígrafe, a saber:

1. Enquadramento legal: em vez do §3º, Inciso III, art. 24 do Decreto Federal nº 6.514/2008 aplicar-se-á o inciso I, II, §3º, Inciso III, art. 24 do Decreto Federal nº 6.514/2008.

2. O valor da sanção pecuniária R\$ 108.500,00 (cento e oito mil e quinhentos reais), resultante do somatório (1x R\$ 5.000,00) + (6 x R\$ 500,00) + (16 x R\$ 5.000,00) + (1 x R\$ 500,00) + (4 x R\$ 5.000,00).

A adoção destas providências justificaria a intimação da empresa para se insurgir quanto a autuação, uma vez que alterava substancialmente o auto de infração, assim como justificava o reconhecimento da impossibilidade de que o processo fosse julgado pelo Sr. Elcio de Almeida Ribeiro, pelas seguintes razões:

FRANK

- estar impedido de praticar um ato decisório, pois havia praticado ato instrutório, qual seja, investigação na lista CITES;
- estar impedido de julgar o processo em razão do valor fixado a título de multa; o auto segue a quantia de R\$ 108.500,00 (cento e oito mil e quinhentos reais), conquanto a Instrução Normativa IBAMA nº 10/2012 (IN nº 10/12) faculta a designação de servidores por parte da Superintendência para julgamentos de autos com multa no valor indicado até R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

No entanto, esta não foi a providência adotada pela autoridade julgadora. Ao invés, houve o prosseguimento do feito e a prolação de decisão mantendo a autuação e o seu valor - não o histórico, mas sim aquele revisto em ato imediatamente anterior à decisão e, por consequente, tido também como indicado -, como ilustra o texto abaixo:

Diante do exposto, DECIDO:

I) Haja vista a análise das peças documentais constantes nos autos, julgo subsistente o Auto de Infração n476534/D e o Termo de Apreensão nº 526975/C.

II) Mantém-se o valor da sanção (sic) pecuniária em R\$ 108.500,00 (cento e oito mil e quinhentos reais). Contudo, há de se observar que houve pagamento no valor de 16.095,00 (dezesesseis mil, noventa e cinco reais) em 14/04/2009, conforme documento Pagamentos efetuados em anexo.

Desse modo, alternativa não resta a empresa, senão aquela de interpor o presente recurso, valendo-se, para tanto, das razões lançadas a seguir.

III. PRELIMINARES DE NULIDADE DO PROCESSO

Inicialmente, antes de qualquer manifestação quanto ao mérito da autuação e valendo-se da faculdade proposta pelo art. 90 da IN nº 10/2012, há de se argüir a nulidade da autuação, pois, como dito acima no tópico destinado aos fatos, o Despacho 02006.001270/2015-06, proferido pelo Sr. Elcio de Almeida Ribeiro, macula o presente processo.

A nulidade é manifesta, pois (i) ignora o princípio da ampla defesa e contraditório, (ii) a isenção (imparcialidade) própria daquele que figura como autoridade julgadora e, ainda, (iii) pela impossibilidade de que o servidor administrativo, ainda que por delegação da

EM BRANCO

Superintendência, venha a julgar processos com multa superior à R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Desse modo, forçoso sejam arguidas as seguintes preliminares:

150
115
RUB
[assinatura]

1. DA INOBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS DA AMPLA DEFESA E CONTRADITÓRIO;
2. DA IMPOSSIBILIDADE DA AUTORIDADE JULGADORA PRATICAR ATOS INSTRUTÓRIOS; e,
3. DA IMPOSSIBILIDADE DO SERVIDOR ADMINISTRATIVO FIGURAR COMO AUTORIDADE JULGADORA NOS AUTOS COM MULTA INDICADA SUPERIOR À R\$ 100.000,00.

III.1. DA INOBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS DA AMPLA DEFESA E CONTRADITÓRIO

Como dito acima, o Despacho 02006.001270/2015-06 alterou substancialmente o Auto de Infração nº 476534, na medida em que alterou os fundamentos da autuação e majorou a multa inicialmente fixada em R\$ 14.500,00 (quatorze mil e quinhentos reais) para R\$ 108.500,00 (cento e oito mil e quinhentos reais).

Em observância ao princípio da ampla defesa e contraditório, era de se esperar que a Autuada fosse intimada para se manifestar quanto aos termos da majoração, sob pena, inclusive, de assim não procedendo, estar a ignorar a previsão contida no art. 59, §1º, da Instrução Normativa IBAMA nº 10/2012, transcrito *in util e in verbis*:

Art. 59. Verificado o pagamento, será essa ocorrência informada nos autos e, não havendo defesa no prazo regulamentar, será certificada a revelia do autuado, remetendo-se os autos à autoridade julgadora competente para julgamento simplificado, na forma dos §§ 10 e 11 do Art. 57.

§ 1º Na hipótese de majoração ou agravamento, verificada até o momento do julgamento, inclusive homologatório, essa circunstância será anotada pelo NUIP nos autos, comunicada ao autuado na forma prevista no art. 57, caput, para manifestação sobre a majorante no prazo de alegações finais e considerada o julgamento.

Todavia, este não foi o entendimento da autoridade julgadora. O despacho que ora se rechaça foi proferido após a apresentação das alegações finais e não constituiu objeto de qualquer comunicação à empresa. Salienta-se que a empresa só tomou conhecimento da majoração no

EM BRANCO

momento em que recebeu a decisão administrativa, a qual continha a informação de que seria mantido o valor da sanção pecuniária em R\$ 108.500,00.

Atitudes assim contrariam princípios basilares do ordenamento jurídico pátrio, dentre estes, princípios da ampla defesa, contraditório e devido processo legal, como ilustrado pela ementa disposta a seguir:

ADMINISTRATIVO - PROCESSO ADMINISTRATIVO - DEVIDO PROCESSO LEGAL - DEVOLUÇÃO DO PRAZO RECURSAL - RECURSO COM EFEITO SUSPENSIVO. A Constituição Federal CF-88 (ART-5, INC-55 E INC-54) consagra o princípio da garantia de defesa, com a obrigatoriedade do contraditório, como decorrência do devido processo legal. Processo administrativo sem direito de defesa é nulo. É imperativa a devolução do prazo recursal se o impetrado não fornece cópia de documentos imprescindíveis para a interposição do recurso. Se o recurso administrativo que teve o prazo devolvido à parte, tem efeito suspensivo, descabe a concessão deste efeito por parte do Judiciário.
(TRF-4 - REO: 26472 PR 96.04.26472-9, Relator: AMIR JOSÉ FINOCCHIARO SARTI, Data de Julgamento: 18/06/1998, TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJ 22/07/1998 PÁGINA: 458)

Diante de tais fatos, resta evidente que a ausência de notificação da Autuada para se insurgir quanto à majoração viola princípios basilares do ordenamento jurídico pátrio e, consequentemente, impõe o reconhecimento da nulidade do processo.

III.2. DA IMPOSSIBILIDADE DA AUTORIDADE JULGADORA PRATICAR ATOS INSTRUTÓRIOS SOBRETUDO SEM INFORMAR E OPORTUNIZAR MANIFESTAÇÃO AO AUTUADO

Igualmente, há de se arguir a nulidade do processo, pois os atos instrutórios que terminaram por elevar o valor fixado a título de autuação não poderiam, sob nenhuma hipótese, serem praticados pela autoridade julgadora. A vedação para a prática de atos instrutórios decorre do dever de imparcialidade, isenção, daquele que detém poder decisório.

A Instrução Normativa IBAMA nº 10/2012, em seu art. 78, não deixa dúvidas que os atos instrutórios não se confundem com aqueles passíveis de serem praticados pela autoridade julgadora, chegando, inclusive, a admitir que o processo só lhe será encaminhado depois de encerrada a fase de instrução, senão vejamos:

BRANCO

Art. 78. Encerrada a fase de instrução, ou encaminhados os autos à autoridade julgadora nos termos dos §§ 10 e 11 do art. 57, deverá ser aberto prazo de 10 (dez) para o autuado apresentar alegações finais, mediante a publicação da relação de processos que entrarão na pauta de julgamento, na sede administrativa do IBAMA ou em sítio na rede mundial de computadores.

Ora, se o processo só será encaminhado à autoridade depois de encerrada a fase de instrução, por consequência lógica, não lhe é facultado praticar atos para a apuração da infração. A inteligência do art. 57, §11, da Instrução Normativa IBAMA nº 10/2012, denota que a convicção da autoridade julgadora não pode decorrer de seus atos, ao assim prescrever: "O disposto no parágrafo anterior não impede que **a autoridade julgadora converta o julgamento em diligência, caso necessite de elementos adicionais de convicção.**"

O artigo em tela não deixa dúvidas de que os elementos adicionais para a convicção da autoridade julgadora não podem decorrer de atos próprios, mas sim devem decorrer de atos praticados por terceiros. À autoridade julgadora é admitido converter o processo em diligência, mas lhe é vedado produzir um ato instrutório!

Assim não procedendo, estar-se a ignorar a imparcialidade (isenção) de todo aquele que figura como julgador de uma determinada lide, e, por consequente, dar azo a arguição de nulidade do processo.

III.3. DA IMPOSSIBILIDADE DO SERVIDOR ADMINISTRATIVO FIGURAR COMO AUTORIDADE JULGADORA NOS AUTOS COM MULTA INDICADA SUPERIOR À R\$ 100.000,00

Por fim, considerando que a multa foi majorada através do Despacho 02006.001270/2015-06, frisa-se, proferido em momento ANTERIOR ao julgamento da defesa, há de se argüir a incompetência do Sr. Elcio de Almeida Ribeiro para julgar o presente feito. Isto porque, tendo sido majorada no curso da instrução processual e sendo superior à R\$ 100.000,00, deveria observar a distribuição de competência proposta pelos arts. 3º e 4º da IN nº 10/21012, transcritos *in util e in verbis*:

Art. 3º Os Superintendentes do IBAMA nos Estados poderão designar servidores públicos preferentemente de nível superior que exercerão a função de autoridade julgadora de primeira instância, sendo-lhes atribuídas as seguintes competências monocráticas:
[...]

EM BRANCO

IV - julgar as infrações em primeira instância nos processos cuja multa indicada seja de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais);
[...]

Art. 4º Aos Superintendentes do IBAMA nos Estados, cabe:

[...]

III - julgar as infrações em primeira instância nos processos cujo valor da multa indicada seja inferior R\$500.000,00 (quinhentos mil reais);
[...]

A luz destes dispositivos, tem-se que os processos cujo valor da multa indicada seja inferior à R\$ 500.000,00 são de competência do Superintendente do IBAMA no Estado, porém lhe é facultado designar servidor público para julgamento das infrações, tão somente, cujo valor da multa indicada seja de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais). No caso em tela, a multa indicada, isto é, apurada no curso da instrução processual, perfaz o valor de R\$ 108.500,00 e, portanto, não poderia ser objeto de análise por pessoa diversa ao Superintendente do IBAMA no Estado.

Nem se alegue que o valor fixado pelo Sr. Elcio de Almeida Ribeiro, através do Despacho 02006.001270/2015-06, corresponde a multa consolidada, uma vez que, por definição do art. 2º, IX¹, da Instrução Normativa nº 10/2012, esta decorre, única e exclusivamente, das decisões que analisam as matérias de defesa ou recurso.

Certo de que a multa fixada em R\$ 108.500,00 não resultou do julgamento da defesa, mas sim de ato praticado no curso da instrução processual, necessário a sua análise por parte do Superintendente do IBAMA no Estado da Bahia, isto é, por parte do Sr. Célio Costa Pinto.

Ante as razões acima apostas, forçoso o reconhecimento da nulidade do processo, o que, destarte, se requer!

IV. RAZÕES DE RECURSO

Ultrapassadas as preliminares postas, pugna-se pela revisão da autuação, pelas seguintes razões:

¹ Art. 2º Para os fins desta Instrução Normativa, considerase:
[...]

PA. BRANCO

- necessidade de descaracterização da infração em razão do princípio da boa-fé;
- ofensa ao princípio da proibição do excesso e à finalidade do ato administrativo;
- necessidade de substituição da multa pecuniária em sanção de advertência; e,
- impossibilidade de que os valores fixados a título de multa pelo art. 24, II, do Decreto nº 6.514/2008, venham a incidir sobre espécimes que não se encontram ameaçados de extinção.
- impossibilidade de correção dos valores fixados através do Despacho nº 02006.001270/2015-06 e da necessidade de correção dos valores porventura adimplidos;

IV.1. DA NECESSIDADE DE DESCARACTERIZAÇÃO DA INFRAÇÃO EM RAZÃO DO PRINCÍPIO DA BOA-FÉ

A Administração Pública está adstrita a agir de maneira lícita, sincera, ficando proibidos quaisquer comportamentos que concorram para entravar o exercício dos direitos dos administrados, sob pena de, assim não fazendo, estar a ignorar os princípios éticos da Razoabilidade, da Justiça e da Moralidade, sendo que, deste último, derivam os princípios da Boa fé e da Lealdade.

O princípio da Boa fé é reputado como base no sistema de deveres e de obrigações dentro do âmbito público e, sob a sua ótica, quando caracterizada a boa-fé do Administrado, não há que se falar em reprovação jurídico-administrativa. Para este princípio, somente se compreende como ilícito o comportamento que, *"além de se ajustar ao comando típico proibitivo, se revelar nociva ao bem jurídico e aos valores especialmente tutelados pela norma repressiva"*².

Assim, considerando que (i) a manutenção do criadouro se revelou como medida eficaz para abrigar espécimes abandonadas por terceiros, vítimas de acidentes de trânsito (atropelamentos) ou que sofriam maus tratos e (ii) que não houve qualquer dano ao meio ambiente, não há como se caracterizar como ilícita a conduta da empresa, devendo ser afastada a aplicação de qualquer sanção no caso concreto!

IX - Multa consolidada: é aquela que resulta da decisão no julgamento de defesa ou recurso, consideradas as circunstâncias agravantes, atenuantes, bem como a majoração e minoração incidentes nos termos desta Instrução Normativa, além dos acréscimos legais;

² Osório, Fábio Medina, op. cit., p. 269

F21 BRANCO

IV.2. OFENSA AO PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DO EXCESSO E À FINALIDADE DO ATO ADMINISTRATIVO – NULIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO

O Princípio da Proibição do Excesso, mais comumente designado como Princípio da Proporcionalidade, impõe ao Estado moderação e ponderação entre meios e fins, de modo que as medidas restritivas para os administrados adotadas sejam aquelas estritamente necessárias à consecução da finalidade perseguida. Este Princípio, quando aplicado no âmbito direito administrativo sancionador (o qual abarca a persecução de infrações administrativas ambientais), impõe e condiciona a legitimidade da aplicação de quaisquer sanções administrativas à verificação de três requisitos essenciais, quais sejam: necessidade, adequação e proporcionalidade (*stricto sensu*), da medida em relação aos fins perseguidos pela administração pública ao impô-la.

No caso sob análise, tem-se manifesta afronta ao referido princípio, pois, ainda que a conduta da autuada não representasse qualquer dano ou impacto ao meio ambiente, lhe foi imposta multa no valor de R\$ 108.500,00 (cento e oito mil e quinhentos reais). A sanção aplicada ignora o fato de que a manutenção do criadouro nas dependências da empresa não objetiva fomentar o encarceramento da fauna silvestre, mas sim servir de abrigo a animais abandonados por terceiros, vítimas de maus tratos ou atropelamentos, como afirmado em manifestação residente nos autos e excerto transcrito a seguir:

[...] Ademais, foram encaminhados ao IBAMA, por duas vezes (05/10/06 e em 22/03/07), ofícios (Docs. Anexos) informando acerca da presença de animais doados pela comunidade e colocando estes animais à disposição deste órgão ambiental federal.

Tais fatos, nos levam a concluir que o Auto de Infração rechaçado estipula sanção (multa de R\$ 108.500,00) em total desrespeito ao princípio da proporcionalidade. Além disto, ele traduz carência de fundamentação, inerente à validade de qualquer ato administrativo, na medida em que deixa de consignar os motivos passíveis de majorar a sanção além do limite mínimo, o que constitui causa para o reconhecimento da nulidade da autuação ou, ao menos, importa na revisão da autuação!

Note que, se porventura tivesse sido observado o art. 24, §4º, do Decreto nº 6.514/2008, a autuação não poderia superar a importância de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), correspondente

EM BRANCO

ao único animal mantido no criadouro que se encontrava ameaçado de extinção, qual seja, o jacaré-do-papo-amarelo (caimam latirostris):

Proc. 886
Fls. 96
Rub. que

§ 4º No caso de guarda doméstica de espécime silvestre não considerada ameaçada de extinção, pode a autoridade competente, considerando as circunstâncias, deixar de aplicar a multa, em analogia ao disposto no § 2º do art. 29 da Lei nº 9.605, de 1998.

Portanto, a luz dos requisitos que legitimam a sanção (necessidade, proporcionalidade e eficácia) tem-se a desproporcionalidade da atuação da Administração, pelas seguintes razões:

- Sob a ótica do requisito da necessidade, exige-se que a sanção venha a ser utilizada para afastar ameaças reais ou potenciais de ocorrência de danos ambientais, tal como as ameaças contra os animais silvestres, mas, no caso sob análise, inexistente ameaça de lesão ao meio ambiente e à administração ambiental;
- Sob a ótica do requisito da proporcionalidade, seria incompatível, exagerada e desproporcional a aplicação de multa no montante de R\$ 108.500,00, seja pelo fato de ignorar a previsão contida no art. 24, §4º, do Decreto nº 6.614/2008, seja pelo fato de inexistir dano ou impacto ao meio ambiente, tratando-se apenas de infração de natureza formal;
- Sob a ótica do requisito da eficácia, também se mostra desarrazoada a autuação, pois não há verdadeiro interesse público tutelado através da lavratura do auto de infração, tanto pelo excesso no exercício da atividade da Administração, quanto pelo fato de que uma Notificação formal à empresa seria suficientemente eficaz para atingir o objetivo da norma.

Ausentes os requisitos de validade da imposição de sanções administrativas (adequação, necessidade e proporcionalidade), em respeito ao Princípio da Proibição do Excesso, não há como se conceber legítima a autuação do IBAMA.

Por tais razões, a Autuada requer a reconsideração da aplicação da penalidade ora impugnada, pois atendido o objetivo da norma, qual seja, o de proteção/preservação do meio ambiente combatendo as infrações contra a fauna, viabilizando a aplicação de penalidades apenas para fins educativos. Não resta dúvida que a *ratio legis* foi perfeitamente atingida.

FIM BRANCO

IV.3. SUBSTITUIÇÃO DA MULTA PECUNIÁRIA EM SANÇÃO DE ADVERTÊNCIA

Proc.

Rub.

117
Jeu

Admitindo-se, *ad argumentandum*, a ilicitude da conduta da Autuada e a aplicabilidade de sanção administrativa, necessário a revisão da aplicação da penalidade de multa, tendo em vista que os critérios valorativos para a identificação da sanção aplicável ao caso foram utilizados de forma claramente equivocada.

Segundo a disciplina da Lei Federal n. 9.605/98, a gradação das sanções administrativas por infração ambiental não autoriza a imposição de multa simples quando, antes, não tenha o particular sido advertido pela Administração Pública por alguma violação às normas de tutela do meio ambiente. É o que dispõem os parágrafos 2º e 3º, do art.72 do referido diploma legal:

§ 2º. A advertência será aplicada pela inobservância das disposições desta Lei e da legislação em vigor, ou de preceitos regulamentares, sem prejuízo das demais sanções previstas neste artigo.

§ 3º. A multa simples será aplicada sempre que o agente, por negligência ou dolo:

I - advertido por irregularidades que tenham sido praticadas, deixar de saná-las, no prazo assinalado por órgão competente do SISNAMA ou pela Capitania dos Portos, do Ministério da Marinha;

II - opuser embaraço à fiscalização dos órgãos do SISNAMA ou da Capitania dos Portos, do Ministério da Marinha.

Acaso, por absurdo, seja considerada ilícita a conduta da Autuada e admitida a aplicação direta de multa sem prévia aplicação de penalidade de advertência, ainda assim, há que ser reduzido o montante do valor da multa arbitrado.

Com efeito, a penalidade de multa constitui em sanção administrativa, cujos critérios de aplicação se mostram indissociáveis das circunstâncias de fato do caso, como corolário de um princípio do direito Penal também aplicável ao Direito Administrativo Sancionador – o princípio da individualização da pena.

No caso concreto, não se pode admitir a aplicação da multa no absurdo montante de R\$ 108.500,00 sem que se atente para tais circunstâncias. Como esclarecido acima, a infração na qual teria incorrido a Autuada não gerou qualquer tipo de dano efetivo ou potencial ao meio ambiente.

Portanto, resta clara a absoluta inadequação das modalidades de sanção administrativa aplicada *in casu*, pelo que requer seja a multa convertida em advertência, atendendo aos

EM BRANCO

princípios da razoabilidade e da proporcionalidade que devem ser praticados pela administração pública.

Fls. 119
Rub. 119

IV.4. DA IMPOSSIBILIDADE DE QUE OS VALORES FIXADOS A TÍTULO DE MULTA PELO ART. 24, II, DO DECRETO Nº 6.514/2008, VENHAM A INCIDIR SOBRE ESPÉCIMES QUE NÃO SE ENCONTREM AMEAÇADOS DE EXTINÇÃO

Demonstrada a impossibilidade de persecução da sanção (multa) proposta por este Instituto, há de se esclarecer que a multa fixada pelo art. 24, II, do Decreto nº 6.614/2008, não incide para todo e qualquer animal inscrito na Convenção sobre Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção - CITES, mas tão somente àqueles tido como em extinção, isto é, integrantes do Anexo I.

Faz-se esta ressalva, pois, como é cediço, a CITES não abriga apenas espécies ameaçadas de extinção (Anexo I), mas também aquelas que não se encontram em perigo de extinção (Anexos II e III), conforme art. 7º e ss. do Decreto nº 3.607/200, transcritos a seguir:

Art. 7º As espécies incluídas no Anexo I da CITES são consideradas ameaçadas de extinção e que são ou podem ser afetadas pelo comércio, de modo que sua comercialização somente poderá ser autorizada pela Autoridade Administrativa mediante concessão de Licença ou Certificado.

[...]

Art. 8º As espécies incluídas no Anexo II da CITES são aquelas que, embora atualmente não se encontrem necessariamente em perigo de extinção, poderão chegar a esta situação, a menos que o comércio de espécimes de tais espécies esteja sujeito a regulamentação rigorosa, podendo ser autorizada a sua comercialização, pela Autoridade Administrativa, mediante a concessão de Licença ou emissão de Certificado.

[...]

Art. 10. As espécies incluídas no Anexo III da CITES por intermédio da declaração de qualquer país são aquelas cuja exploração necessita ser restrita ou impedida e que requer a cooperação no seu controle, podendo ser autorizada sua comercialização, mediante concessão de Licença ou Certificado, pela Autoridade Administrativa.

Por tal razão, valendo-se da interpretação literal utilizada pelo agente autuante (fls. 48) e, ao que parece, adotada por este Instituto, tem-se que a segunda oração do artigo 24, II, do Decreto nº 6.514/2018, amplia o rol de animais que justificam a imposição de multa no valor de R\$ 5.000,00 por espécime, porém não dispensa que estejam ameaçados de extinção, isto é, integrem o Anexo I da lista da CITES.

EM BRANCO

Adotados estes critérios e na remota de vir a ser tida como irregular a operação do criadouro, que se admite, socorrendo-se ao princípio da eventualidade, tem-se que a manutenção do jacaré do papo amarelo (caimam latirostris) justificaria a imposição de multa no valor de R\$ 5.000,00/espécime, porém não há multa passível de ser aplicada para as demais espécies, diga-se, integrantes dos Anexos II e III da CITES, ilustrados pela tabela abaixo:

Qtd.	Nome Popular	Nome Científico	Observação
01	Jacaré-do-papo-amarelo	Caiman latirostris	Constante nos Anexos I e II da CITES. Doc. 02
16	Jabuti	Chelonoidis carbonaria	Constante no Anexo II da CITES. Doc. 03
06	Cágados		Não integra a CITES.
01		Cebus Flavius	Constante no Anexo II da CITES. Doc. 04
04		Saguinus Midas	Constante no Anexo II da CITES. Doc. 05

Total de Animais que constam no Anexo I da CITES

01 - Caiman latirostris

Isto porque, quando diante de espécimes que não se encontrem em perigo de extinção, o art. 24, §4º, do Decreto nº 6.514/2008, autoriza que a autoridade julgadora renuncia ao seu direito de punir, ao assim dispor: “no caso de guarda doméstica de espécime silvestre não considerada ameaçada de extinção, pode a autoridade competente, considerando as circunstâncias, deixar de aplicar a multa, em analogia ao disposto no § 2º do art. 29 da Lei no 9.605, de 1998.”

A graça proposta pelo artigo se obriga a uma única condição, qual seja, não estar o animal ameaçado de extinção. Deste modo, considerando as circunstâncias do caso, não se justifica a imposição de sanção para a guarda de animais silvestres, independente do animal estar ou não inscrito na lista CITES!

As circunstâncias do caso coadunam com a renúncia da sanção, pois a empresa não mantinha o criadouro visando o encarceramento de animais silvestres, mas sim o mantinha para abrigar animais abandonados por terceiros, vítimas de maus tratos ou de acidentes, a exemplo de atropelamentos.

Portanto, observado o disposto no art. 24, §4º, do Decreto nº 6.514/2008, ter-se-ia que a multa seria fixada em R\$ 5.000,00, em razão da manutenção em cativeiro de um único animal em extinção!

EM BRANCO

Sucessivamente e, tão somente, se for ignorada a faculdade proposta pelo artigo retro mencionado, pugna para que o valor fixado pelo art. 24, II, do Decreto nº 6.514/2008, não venha a incidir para os animais que não se encontrem ameaçados de extinção.

Faz-se este apelo, pois a expressão "inclusive", responsável pela conexão das orações do artigo 24, inciso II, amplia o rol de espécimes, mas não dispensa a condição de estar ameaçado de extinção. Agindo assim, ter-se-ia multa correspondente a soma da seguinte adição: $(01 \times R\$ 5.000,00) + (16 \times R\$ 500,00) + (06 \times R\$ 500,00) + (01 \times R\$ 500,00) + (04 \times R\$ 500,00) = R\$ 18.500,00$.

Ante o exposto, tem-se que eventual multa deveria corresponder à importância de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e, na mais remota das hipóteses, não poderia superar a quantia de R\$ 18.500,00 (dezoito mil e quinhentos reais).

IV.5. DA IMPOSSIBILIDADE DE CORREÇÃO DOS VALORES FIXADOS ATRAVÉS DO DESPACHO Nº 02006.001270/2015-06 E DA NECESSIDADE DE CORREÇÃO DOS VALORES PORVENTURA ADIMPLIDOS

Por fim, considerando que o valor de R\$ 108.500,00 foi fixado através do Despacho nº 02006.001270/2015-06, datado de 23 de abril de 2015, e que até o recebimento da decisão do julgamento da defesa não se tinha notícia da referida majoração, logo, não havia mora que justificasse a recomposição do poder de compra da moeda, pugna-se para que eventual correção incida a partir da ciência da Autuada, isto é, a partir de 09/07/2015.

Além disso, considerando o valor adimplido pela empresa em 14/04/2009, qual seja, o valor de R\$ 16.095,00 (dezesseis mil e noventa e cinco reais), objeto do comprovante de fls. XX, e que este valor ficou à disposição do IBAMA, reclama-se pela sua correção, mediante aplicação da SELIC, justamente para recompor o poder de compra da moeda.

Dados básicos da correção pela Selic

Dados informados

Data inicial

14/04/2009

Data final

27/07/2015

EM BRANCO

Dados calculados		Proc. Eis. Sub.
Índice de correção no período	1,816351828	121 que
Valor percentual correspondente	81,64%	
Valor corrigido na data final	R\$ 29.234,18 (REAL)	

Desse modo, na remota hipótese de persecução do valor fixado a título de multa pelo Sr. Elcio Almeida Ribeiro, esta deverá sofrer a dedução do valor anteriormente adimplido, devidamente atualizado, ou seja, a dedução do valor de R\$ 29.234,18, conforme memória de cálculo constante a seguir:

Data	Descrição	Valor Histórico	Valor atualizado
09.07.2015	Multa Indicada	R\$ 108.500,00	R\$ 108.500,00
14/04/2009	Valor adimplido	R\$ 16.095,00	- R\$ 29.234,18
27/07/2015	Desconto (30%)	R\$ 32.550,00	- R\$ 32.550,00
27/07/2015	Saldo atualizado	$= 108.500,00 - 29.234,18 - 32.550,00 =$ R\$ 46.715,82	

A dedução do valor anteriormente adimplido - devidamente atualizado -, e do desconto proposto pelo art. 106 da IN nº 10/2012, resulta em diferença de R\$ 46.715,82 (quarenta e seis mil, setecentos e quinze reais e oitenta e dois centavos), passível de ser exigida à empresa.

V. CONCLUSÃO

Por tudo quanto ora exposto, é a presente para requerer o acolhimento das preliminares trazidas no presente recurso, declarando, por conseqüente, a nulidade do processo ou, ao menos, do Despacho nº 02006.001270/2015-06 e dos atos que o sucederam.

Na eventual hipótese de não serem acolhidas as preliminares, o que se admite, socorrendo-se ao princípio da eventualidade, requer a descaracterização da infração pelas seguintes razões:

- necessidade de descaracterização da infração em razão do princípio da boa-fé;
- ofensa ao princípio da proibição do excesso e à finalidade do ato administrativo;
- necessidade de substituição da multa pecuniária em sanção de advertência; e,
- impossibilidade de que os valores fixados a título de multa pelo art. 24, II, do Decreto nº 6.514/2008, venham a incidir sobre espécimes que não se encontram ameaçados de extinção.

EMBRANCE


- impossibilidade de correção dos valores fixados através do Despacho nº 02006,001270/2015-06 e da necessidade de correção do valor adimplido pela Autuada;

Observadas as razões lançadas no presente recurso, tem-se que o único animal ameaçado de extinção e mantido em cativeiro correspondia ao exemplar de jacaré-do-papo-amarelo (caiman latirostris), logo eventual multa não deveria superar a importância de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). Os demais espécimes, em razão do disposto no art. 24, §4º, do Decreto nº 6.514/2008, autorizaria, inclusive, a renúncia do poder punitivo que é próprio do Estado.

Sucessivamente, na hipótese de não vir a ser observada a faculdade proposta pelo art. 24, §4º, do Decreto nº 6.514/2008, reclama-se para que eventual sanção não supere a quantia de R\$ 18.500,00 (dezoito mil e quinhentos reais), resultante da soma de 01 (um) exemplar em extinção (Caiman latirostris) e outros 27 (vinte e sete) que não estão em perigo de extinção e cuja guarda representa a subsunção do comportamento à hipótese de incidência do art. 24, inciso I, do Decreto nº 6.514/2008.

Por fim, importante informar que não mais existem animais sob a guarda da empresa, sendo, portanto, desnecessária a propositura de qualquer medida judicial visando a apresentação dos mesmos, conforme correspondência protocolada em 03 de novembro de 2011 e acostada aos autos do processo nº 02006.00693/94-60 (fls. 602-603) - **Doc. 06**.

Termos em que,
Pede e espera deferimento.
Salvador, 27 de julho de 2015.


ROBERTA CASALI BAHIA DAMIS
OAB/BA 12.817

LORENA MAGALHÃES SANCHO
OAB/BA 14.461


GILBERTO LYRIO NETO
OAB/BA 25.435

EM BRANCO

1000.01
Proc. 063/94
Fls. 231
Rub. [assinatura]

Ministério do Meio Ambiente - MMA
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS
NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
GERÊNCIA EXECUTIVA I - IBAMA/BA
NÚCLEO DE FAUNA

Proc. [assinatura]
Fls. [assinatura]
Rub. [assinatura]

Salvador, 01 de setembro de 2005.

Proc. 123
Fls. [assinatura]
Rub. [assinatura]

INFORMAÇÃO Nº 083 /05-NUFAU/IBAMA-BA

Ao Ilmo. Sr. Elson Pastore
Gerente de Unidade de Vinílicos - CS da BRASKEN
Rua Oxigênio, 765, Pólo Petroquímico de Camaçari/BA

Referente: Autorização de transferência de animais - Termo de Depósito

Prezado Senhor,

Ao cumprimentá-lo, informamos que, considerando o teor da declaração assinada por Vossa Senhoria, datada de 29/07/2005, acerca dos dois viveiros disponibilizados para receberem os dois macacos-prego (*Cebus apella*), devolvidos a este NUFAU/IBAMA pela Sra. Sílvia Maria Stolze na mesma data (Doc. 02006.003403/05-19), e, considerando a conclusão do Relatório de Vistoria no. 007/2005-NUFAU/IBAMA-BA, estamos providenciando a transferência destes animais para as instalações dessa Empresa, conforme Termo de Depósito Anexo.

Assim sendo, salientamos que a transferência dos animais encontra-se devidamente autorizada.

Atenciosamente,

Lucy
Maria Cristina G. Pereira
Coordenadora do NUFAU
IBAMA-BA

EM BRANCO

694/94
do 340
Sem



Ministério do Meio Ambiente - MMA
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS
RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
GERÊNCIA EXECUTIVA I - IBAMA/BA
NÚCLEO DE FAUNA - NUFAU

Proc. 348
Fls. 340
Rub. 340
UM PAÍS DE TODOS

PROCESSO Nº 02006.000693/94-60

Proc. 124
Fls. 340
Rub. 340

NUCLEO DE FISCALIZAÇÃO
ASSUNTO: TEMO DE DEPÓSITO

Solicitamos deste Núcleo a emissão de um Termo de Depósito para:

DEPOSITÁRIO: CRIADOURO CONSERVACIONISTA - CRIADOURO DE
ESPÉCIME DA FAUNA SILVESTRE BRASILEIRA PARA FINS
CONSERVACIONISTA.

REGISTRO NO IBAMA Nº 1/29/2000/000526-3

CNPJ Nº 13.558.226/0024-40

ENDEREÇO: RUA OXIGÊNIO, 765 - COPEC - POLO PETROQUÍMICO DE
CAMAÇARI - CPE - 28810-000

DIRIGENTE: HÉLCIO DENI COLODETE

EMPRESA RESPONSÁVEL - TRIKEM S.A - UNIDADE DE CLORO E ALCALIS

ANIMAIS DEPOSITADOS: 02 (DOIS) MACACOS PREGOS - *Cebus apella*.

Motivo do depósito: Estes animais são objeto de pedido de Guarda por Silva Maria de Oliveira Stolze, conforme processo nº 02006.002835/03-96. O Termo de Guarda foi autorizado mediante Parecer da DIJUR Nº 665/2002 e então Gerente Executivo, anexos ao processo às fls 017 a 019. Infelizmente o Termo de Guarda não foi firmado e o processo arquivado.

Para atendimento do pedido apresentado mediante do documento autuado sob nº 02006.003403/05-19, referente apenas aos macacos pregos, o processo de Guarda foi desarquivado.

Considerando a dificuldade para destinação de macacos e a disposição do Criadouro Conservacionista em receber esses animais conforme documento apenso às fls 343, e a disponibilidade de recinto, conforme relatório de vistoria nº 007/2005-NUFAU/IBAAMA-BA, às fls 344 e 345, definimos por fazer o depositar nesse Criadouro.

Salvador, 06 de setembro de 2005.

Maria Conceição Santana Pires
NUFAU/IBAMA
CRB 11.443/5-D

EM BRANCO

Doc. 02

Checklist of CITES Species

[About](#) [Terms of Use](#)[English](#) [Español](#) [Français](#)

Caiman latirostris

SEARCH

ALL
APPS.ALL
LOCATIONS

X CLEAR SEARCH

Advanced
Options

DOWNLOAD

SAVE THIS

FEATURED

Full species list

History of listings

Caiman latirostris (Daudin, 1802)

(*Crocodilus latirostris* Daudin, 1802; *Alligator cynocephalus* Duméril & Bibron, 1836; *Caiman fissipes* Spix, 1825)

Chordata • Reptilia • Crocodylia • Alligatoridae

EN - Broad-nosed Caiman, Broad-snouted Caiman

ES - Caimán de hocico ancho, Caimán hociquiancho, Yacaré de hocico ancho, Yacaré overo

FR - Caïman à museau large

I Argentina, Bolivia
(Plurinational State
of), Brazil,
II Paraguay, Uruguay

Powered By



EM BRANCO

doc 03

Checklist of CITES Species

About Terms of Use

English Español Français

Chelonoidis carbonaria

SEARCH

ALL
APPXS.ALL
LOCATIONSAdvanced
Options

X CLEAR SEARCH

DOWNLOAD

Chelonoidis carbonaria (Spix, 1824)

(*Testudo boiei* Wagler, 1833, *Testudo carbonaria* Spix, 1824,
Geochelone carbonaria (Spix, 1824), *Testudo hercules truncata* Gray,
1830)

Chordata • Reptilia • Testudines • Testudinidae

EN - Red-footed Tortoise, Wood Tortoise

ES - Jabuti, Karumbé, Tortuga de patas rojas

FR - Tortue charbonnière

II

Anguilla (United
Kingdom), Antigua
and Barbuda,
Argentina,
Barbados, Bolivia
(Plurinational State
of), Brazil, and 19
more.
See all...

SAVE THIS

FEATURED

Full species list

History of listings

EM BRANCO

Doc. 06

Checklist of CITES Species

[About](#) [Terms of Use](#)[English](#) [Español](#) [Français](#)**Cebus flavius**

SEARCH

ALL
APPXS.ALL
LOCATIONSAdvanced
Options

X CLÉAR SEARCH

DOWNLOAD

Cebus flavius Schreber, 1774*(Simia flavia (Schreber, 1774))*

Chordata • Mammalia • Primates • Cebidae

II

[Brazil](#)

SAVE THIS

FEATURED

[Full species list](#)[History of listings](#)

Powered By



EM BRANCO

800.05

Checklist of CITES Species

[About](#) [Terms of Use](#)[English](#) [Español](#) [Français](#)

Saguinus midas

SEARCH

ALL
APPS.ALL
LOCATIONSAdvanced
Options

X CLEAR SEARCH

DOWNLOAD

Saguinus midas (Linnaeus, 1758)*(Saguinus tamarin (Link, 1795))*

Chordata • Mammalia • Primates • Cebidae

EN - Negro Tamarin, Red-handed Tamarin

FR - Tamarin aux mains rousses

II

Brazil, French
Guiana [FR],
Guyana, Suriname

SAVE THIS

FEATURED

[Full species list](#)[History of listings](#)

Powered By



EM BRANCO

BRASKEM S.A.
Rua Oxigênio, 765
Pólo Petroquímico de Camaçari
42.810.270 Camaçari - BA - Brasil
Fone 55. 71. 3413 2778
Fax 55.71. 3413 1770
www.braskem.com.br

Braskem

MMA - IBAMA
Documento
02006.003189/2011-29

Data: 03/11/11

CT-SSMA_089/11
Camaçari, 25 de outubro de 2011

**IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
Renováveis**

NÚBIO/ Fauna

At.: Sras. Samanta Levita Coutinho e Simone Campos

Ref.: Processo Administrativo nº 02006.000693/94-60. Encerramento do Criadouro
Conservacionista.

Prezadas Senhoras,

O Criadouro Conservacionista Sal da Terra Braskem S.A., registrado nesse IBAMA sob o
nº 1/29/2000/000526-3, vem, por meio de seu representante Aline Milani Medeiros, expor
e requerer o que se segue:

Como é do conhecimento deste órgão ambiental, após a lavratura dos Autos de Infração
nº 476561/D e 476534/D, foi decido pela diretoria da Braskem que seriam adotadas as
medidas cabíveis para viabilizar o encerramento do Criadouro Conservacionista
localizado na sede da unidade da empresa em Camaçari. Daí foi providenciado um
inventário dos animais que se encontravam sob responsabilidade do criadouro, sendo
promovida a doação dos animais domésticos e o encaminhamento dos demais animais
para criadouros autorizados pelo IBAMA.

Foram dadas, então, as seguintes destinações aos animais silvestres que estavam sob
responsabilidade do Criadouro Conservacionista Sal da Terra Braskem S.A.:


Quantidade (exemplares)	Espécie	Destino
06	Saguinus midas	Criadouro Comercial Free Power
16	Geochelone carbonaria	Criadouro Comercial de Jabutis Santa Cruz

TERMO DE ABERTURA DE VOLUME
Aos 06 dias do mês de 12 de 2011,
procedemos a abertura deste volume IV
do processo _____.

EM BRANCO

138
me


As analistas ambientais
Simone Campos e Sa-
manta Coutinho,
para conhecimento e
controle. Em 03/NOVEMBRO/2011


Moyes Peixoto Aquino
Chefe-Biodiversidade
IBAMA/SUPES/BA
Mat. 0678880

Ao SR. Coordenador do NUBIO,
Tendo sido concluída a descrição
da do plantel do criadouro e,
de fato, tal estabelecimento ter
encerrado as suas atividades,
sugerimos atender ao pleito de
exclusão da categoria de cria-
douro da fauna silvestre no
CTF e mandar arquivar o
processo, informando antes ao
interessado da adoção destas
medidas. Em 02/12/2011


Simone de Souza Campos
Analista Ambiental
Mat. 031915

Ao NUBQA / Cadastro,
para ciência e providências
conforme solicitação acima.
Em 02.12.2011


Moyes Peixoto Aquino
Chefe-Biodiversidade
IBAMA/SUPES/BA
Mat. 0678880

EM BRANCO

BRASKEM S.A.
Rua Oxigênio, 765
Pólo Petroquímico de Camaçari
42.810.270 Camaçari - BA - Brasil
Fone 55. 71.3413 2778
Fax 55.71. 3413 1770
www.braskem.com.br

131
Fis. 603
Rua 603
Braskem

Proc. 603/94

Fis. 603

Rub. 4

01	Caiman crocodilus	RIO ZOO
14	Ara araruana	Criadouro Conservacionista Santa Tereza
03	Trachemys dorbigni	Parque Zoobotânico Getúlio Vargas
01	Batrachemys tuberculata	Parque Zoobotânico Getúlio Vargas
01	Acanthochelys radiolata	Parque Zoobotânico Getúlio Vargas
02	Sternotherus odoratus	Parque Zoobotânico Getúlio Vargas
02	Caiman latirostris	Criadouro Conservacionista Fundação Educação Jayme Altavila - Fejal
05	Cebus Apella	Criadouro Conservacionista da Braskem/AL

Com a transferência dos últimos espécimes no plantel, quais sejam 5 macacos prego (*Cebus apella*), restaram concluídas as atividades práticas relacionadas ao encerramento das atividades no Criadouro Conservacionista Sal da Terra Braskem S.A.

Desse modo, requer a declaração deste IBAMA de encerramento oficial do criadouro (registro IBAMA nº 1/29/2000/000526-3), com a exclusão apenas desta categoria do Cadastro Técnico Federal, relacionado à Braskem S.A, CNPJ nº 42.150.391/0018-19, com endereço na Rua Oxigênio, 765, Complexo Petroquímico de Camaçari, Camaçari/BA.

Sem mais para o momento, permanecemos à disposição para os esclarecimentos e orientações adicionais. Desde já agradecemos a usual atenção dispensada e renovamos os votos de estima e consideração.

Atenciosamente,


Aline Milani Medeiros

Braskem S.A.

Unidade Polímeros - Planta CS-BA


Juliano Bonfim de Souza
Braskem S.A.

Unidade Polímeros - Planta CS-BA

EM BRANCO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS



Juízo de retratação
Nº 1/2015 - SSA/NUIP

Nº. Auto: 476534/D
Nº. Processo: 02006.000358/2009-54
Interessado: BRASKEM S.A.
CPF/CNPJ: 42.150.391/0018-19

Trata-se de processo encaminhado para retratação, nos termos do § 1º, art. 127 do Decreto n.º 6.514/08 e art. 100 da Instrução Normativa Ibama n.º 10/2012.

Após reanálise do julgamento de 1ª instância, verifica-se a necessidade de ato administrativo inequívoco de convalidação do auto de infração no presente processo administrativo com posterior notificação ao administrado.

Nesse sentido, passo a convalidar o auto de infração em epígrafe com a alteração do enquadramento legal para o Inciso I e II, § 3º, Inciso III, art. 24 do Decreto Federal nº 6.514/2008 e o correto valor da sanção pecuniária: R\$ 108.500,00 (cento e oito mil e quinhentos reais), tendo em vista o esposado às fl. 89 (Despacho nº 02006.001270/2015-06 AJG/BA/IBAMA).

Diante do exposto, DECIDO:

Haja vista a análise das peças documentais constantes nos autos, torna-se - portanto - sem efeito a decisão anterior haja vista que não houve notificação prévia após o ato convalidador.

Notificar o administrado da adequação do valor da sanção pecuniária, reabrindo-se o prazo para alegações finais.

Tendo em vista o exposto acima, necessário:

Notificar o interessado desta decisão, promovendo-se as devidas atualizações nos sistemas corporativos do Ibama.

Bahia, 09 de setembro de 2015.



ELCIO DE ALMEIDA RIBEIRO
Analista Ambiental
IBAMA/SUPES-BA
Mat. 2573983



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS



7596 3995 5961 5632



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Superintendência do Ibama no Estado da Bahia - BA
Gabinete-Ba
Avenida Manoel Dias da Silva, nº 111, edifício Espazio Montalto Salvador-BA
CEP: 41930-034 e (71) 3172-1650/1750
www.ibama.gov.br



OF 02006.001053/2015-16 GABIN/BA/IBAMA

Salvador, 10 de setembro de 2015.

Ao Senhor
Braskem S.A.
Representante Legal da Braskem S.A.
RUA OXIGÊNIO, 765, COPEC
CAMACARI - BAHIA
CEP.: 42810000

Assunto: **Ref.: Processo Administrativo nº 02006.000358/2009-54.**

Senhor Representante Legal,

1. Com os devidos cumprimentos, vimo-nos reportar ao Processo Administrativo supracitado, originário do **Auto de Infração nº. 476534/D**, para informar a V.Sa., que foi proferida decisão pela Autoridade Julgadora, cuja cópia segue anexa, para conhecimento de seu inteiro teor e observância aos prazos e restrições nela consignados.
2. Neste sentido, fica Vossa Senhoria **Notificada** a apresentar, no prazo de 10 (dez) dias, manifestação quanto à adequação do valor da multa, bem como as Alegações Finais.

Atenciosamente,

SOSTENES FLORENTINO DA SILVA
Superintendente Substituto do IBAMA

EM BRANCO

LISTA DE POSTAGEM

a Lista: 27699199

Remetente: AJG/IBAMA

rato: 9912359518

Cliente: IBAMA SUPERINT REGIONAL NA BAHIA

Administrativo: 14362732

Endereço: Avenida Manoel Dias da Silva, 111 - Amaralina

ão: 0070439869

Salvador/BA - CEP: 41900325

Telefone: 7131721650

Objeto	CEP	Peso	AR	MP	VD	Valor Declarado	Nota Fiscal	Volume	Destinatário
3360346BR 44890000	0	S	N	N		0	0	1/1	Euvaldo Ribeiro de Novais
Observações: NOT/DEC- PROC 02006001820/13-17- SAMANTA									
3360350BR 45470000	0	S	N	N		0	0	1/1	Alex Fabiano de Castro Cardoso
Observações: COMUN- PROC 02006000618/05-68- AGRAVAMENTO									
3360363BR 42810000	0	S	N	N		0	0	1/1	Braskem S/A
Observações: OF 02006001053/15-16- PROC 02006000358/09-54- DIVERSOS									
3360377BR 45052038	0	S	N	N		0	0	1/1	Maria Aparecida Alves Miranda
Observações: NOT - PROC 02006004471/02-61- DECISÃO									
3360385BR 41650010	0	S	N	N		0	0	1/1	Luiz Carlos da Silva Vasconcelos
Observações: NOT - PROC 02006002952/96-59- DECISÃO									
3360394BR 45400000	0	S	N	N		0	0	1/1	Luiz Vale
Observações: NOT - PROC 02006003038/00-18- DECISÃO									

zador: AA000000013AA

Carimbo e Assinatura / Matrícula dos Correios

APRESENTAR ESTA LISTA EM CASO DE PEDIDO DE INFORMAÇÕES

Estou ciente do disposto na cláusula terceira do contrato de prestação de Serviços.

ASSINATURA DO REMETENTE

Obs: 1ª via Unidade de Postagem e 2ª via Cliente



EM BRANCO

ILMO. SR. GERENTE REGIONAL DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E
DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA/BA.

MMA/IBAMA/SUPES/BA
Documento
02006.003324/2015 -60

Data: 08/10/2015

SUPES/BA
Fl. 135
Rub. Carol

Ref. Processo nº 02006000358/2009-54 (476534-D)

BRASKEM S.A., pessoa jurídica de direito privado, já devidamente qualificada nos autos do processo administrativo acima referenciado, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., por intermédio de seus advogados que esta subscrevem, em atenção à Notificação do juízo de retratação que devolveu o direito de manifestação da alteração do enquadramento legal e majoração da multa, veiculada em 26/09/2015, vem apresentar suas

ALEGAÇÕES FINAIS

aos consoante disposto no artigo 122 do Decreto Federal nº 6.514/2008, e do art. 78 da Instrução Normativa IBAMA nº 10/2012, com base nos fundamentos a seguir expostos:

I-BREVE HISTÓRICO DO PROCESSO E DOS FUNDAMENTOS QUE JUSTIFICAM A IMPROCEDÊNCIA DA AUTUAÇÃO

Em breve resumo dos fatos, aos 16 (dezesesseis) dias do mês de março de 2009 foi lavrado o Auto de Infração n. 476534, sob o argumento de que a Braskem mantinha em cativeiro no seu

AMAGI ON U. S. A. TION

ASSOCIATION

EM BRANCO

Criadouro "01 jacaré de papo amarelo (*cayman latirostris*), 01 geranospiza *caerulescens*, 16 jabutis, 06 cágados, 01 *cebus flavus* e 04 *saguinus mydas* sem origem declarada, de acordo com o despacho às folhas 401402 do processo 02006.000693/94-60". Dada a suposta infração, foi aplicada penalidade de multa no valor de R\$ 14.500,00 e, na oportunidade, lavrados os termos de apreensão e de depósito dos citados animais silvestres.

A empresa, em petição datada de 06.04.2009, noticiou que parte dos animais haviam sido doados pela comunidade e colocados à disposição do IBAMA, conforme manifestação e documentos que a acompanhavam, todos protocolados no órgão (fls. 19-23). Nesta oportunidade, também informou que providenciaria o adimplemento do auto - embora entendesse desarrazoada a conduta do IBAMA, o que, de fato, foi providenciado - vide relação de Débitos acostado à fl. 40, o que lhe faz requerer sejam restituídos, se porventura vier a ser reconhecida a improcedência da autuação.

Fala-se em desarrazoada, pois, como restou demonstrado, a Braskem nunca obteve lucro com o criadouro e, em verdade, foi autorizada pelo Ibama para que pudesse contribuir com a proteção ambiental. Os animais que vinham sendo encontrados nas redondezas do polo industrial, local distante de centros de triagem e recepção de animais, passariam a ter local para acolhimento, observadas, evidentemente, as regras do Ibama.

Dando continuidade ao feito, foi proferido o Despacho nº 335/2010 AGU/PGF/PFE/IBAMA/BA, de lavra da Procuradoria Federal Especializada - IBAMA, condicionando a sua análise à **CONTRADITA DO AGENTE AUTUANTE**, para que este lhe informasse qual a resposta dada pelo Ibama às correspondências de fls 19-23 e esclarecesse o fato, senão vejamos:

Ocorre que, para que esta Especializada possa analisar a matéria referente ao Auto de Infração e os documentos dos autos, se faz necessário a **CONTRADITA DO AGENTE AUTUANTE**, as **questões suscitadas na defesa, colacionadas à fl. 18/20**, em especial, para esclarecer o argumento suscitado na defesa de que foram encaminhados ao IBAMA **dois ofícios, juntados pelo autuado nas fls. 21 e 22**, informando o recebimento de alguns animais no criadouro por doações da comunidade, colocando-os em disposição do IBAMA, entretanto, não houve qualquer resposta do órgão e, por isso, estes animais permaneceram no criadouro. Devido ao aduzido pelo autuado é necessário o esclarecimento de alguns pontos específicos: **se realmente não houve resposta do IBAMA aos ofícios enviados e se estes ofícios informando o recebimento dos animais elidiriam a ilegalidade presente na guarda deles.**

APR 29 1972

EM BRANCO

SUPES/BA
Fl. 137
Rub. Carol

MMC & ZARIF
A D V O G A D O S

Em contradição, foi informado pelo agente autuante que desconhecia o encaminhamento dado as correspondências enviadas pela empresa (!!!), as quais, repita-se, colocavam a disposição do IBAMA os animais que lhes foram entregues pela comunidade, e, com base numa interpretação literal e, não menos fria, desprezando por completo a parceria entre o criadouro doméstico da Braskem e o Ibama, concluiu que a ilicitude da conduta estaria elidida, tão somente, se a empresa tivesse entregue os animais a este Instituto.

Após informação do agente autuante, o processo foi devolvido à Procuradoria Especializada, a qual recomendou que fossem observados os artigos 98 a 101 da Instrução Normativa IBAMA nº 14/2009 e, conseqüentemente, adotadas as seguintes providências: (i) elaboração de parecer instrutório; (ii) intimação do autuado para apresentar alegações finais; e, remanescendo qualquer controvérsia jurídica, (iii) retorno dos autos à Procuradoria para análise.

Em que pese a EXPRESSA recomendação da Procuradoria Especializada, não há nos autos parecer instrutório, muito menos um subsídio que venha a consubstanciar a inesperada decisão proferida pela autoridade julgadora de primeira instância. Houve tão somente resposta do NUBIO às dúvidas suscitadas pela servidora Aline Alvarez da Costa (fls. 61-62), contudo, tais respostas além de não terem composto parecer instrutório (inexistente) não dão suporte à decisão que majorou a multa, sob o pressuposto de se tratarem de animais integrantes da lista de espécies ameaçadas de extinção. Em momento algum o NUBIO informou que os cágados, *cebus flavius* e *saguinus Midas* integravam lista de espécies ameaçadas de extinção.

A adoção destas providências justificaria a intimação da empresa para se insurgir quanto a autuação, uma vez que após 06 (seis) anos houve alteração substancial do auto de infração, assim como justificava o reconhecimento da impossibilidade de que o processo fosse julgado pelo Sr. Elcio de Almeida Ribeiro, primeiro porque o mesmo já havia participado dos atos instrutórios, qual seja, a investigação na lista CITES, segundo por ser o valor da multa superior a R\$ 100.000,00 devendo ter sido observado o art. 3 e 4 da IN 10/2012.

No entanto, esta não foi a providência adotada pela autoridade julgadora. Ao invés, houve o prosseguimento do feito e a prolação de decisão mantendo a autuação e o seu valor - não o

EM BRANCO

histórico, mas sim aquele revisto em ato imediatamente anterior à decisão e, por consequente, tido também como indicado -, como ilustra o texto abaixo:

SUPES/BA
Fl. 138
Rub. carel

Diante do exposto, DECIDO:

I) Haja vista a análise das peças documentais constantes nos autos, julgo subsistente o Auto de Infração nº476534/D e o Termo de Apreensão nº 526975/C.

II) Mantém-se o valor da sabção (sic) pecuniária em R\$ 108.500,00 (cento e oito mil e quinhentos reais). Contudo, há de se observar que houve pagamento no valor de 16.095,00 (dezesesseis mil, noventa e cinco reais) em 14/04/2009, conforme documento Pagamentos efetuados em anexo.

Desse modo, somente após a interposição de recurso pelo autuado, lhe fora oportunizado o direito ao contraditório e ampla defesa, momento em que pode a empresa/autuado apresentar defesa, juntamente com a presente Alegações, conforme preceitua o art. 59, §1 da IN 10/2012.

II- DAS NULIDADES DO PROCESSO E AUTO DE INFRAÇÃO.

Inicialmente, importante destacar que se encontra o presente processo eivado de nulidade, quais sejam: prescrição do auto de infração que majorou a multa; impossibilidade da autoridade julgadora praticar atos instrutórios, bem como figurar como autoridade julgadora.

Ora, como se depreende dos autos o primeiro auto de infração que aplicou a multa de R\$ 14.500,00, fora lavrado em 16/03/2009 e que somente após 06 (seis) anos, mais especificadamente, em 04/05/2015 foi que entendeu a autoridade julgadora, sem qualquer fundamentação plausível, com a devida vênua, pela alteração do seu enquadramento legal, o que acabou por majorar a multa para vultosa quantia de R\$ 108.500,00, razão pela qual, imperioso se faz a aplicação do instituto da prescrição, com fundamento no art. 1º da lei 9873/99.

De igual forma, encontra-se nulo o processo, vez que como o Sr. Elcio de Oliveira Ribeiro, já havia praticado atos de instrução, qual seja investigação na lista CITES, o que torna impedido para julgar o presente processo, não só por este motivo, como também pelo valor da multa ser superior a R\$ 100.000,00, com fundamento nos artigos 3º, 4º, 72º, § 1, I e 78º da IN 10/2012, razão pela qual pugna a empresa/autuada pelo arquivamento do processo e nulidade do auto.

EM BRANCO

Todavia, acaso não seja este o entendimento, o que não acredita e pelo princípio da eventualidade, importante ressaltar os fundamentos que demonstram a improcedência da autuação, da alteração do enquadramento legal e majoração da multa, pelas razões a seguir:

III – A IMPROCEDÊNCIA DA AUTUAÇÃO, DA ALTERAÇÃO DO ENQUADRAMENTO LEGAL E MAJORAÇÃO DA MULTA.

Na mais remota hipótese de serem ultrapassadas as preliminares, requer a autuada que este Julgador, ao proferir sua decisão, observe, dentre as tantas considerações feitas na defesa a serem valoradas, as seguintes situações: impossibilidade de que os valores fixados a título de multa pelo art. 24, II, do Decreto nº 6.514/2008, venham a incidir sobre espécimes que não se encontram ameaçados de extinção, ou seja, ausentes tanto no anexo I da Cites, como também no anexo I da Portaria MMA nº 444 de 17/12/2014; a substituição da multa pela advertência; o enquadramento da guarda domestica para o caso em tela e por fim,

III-1 DESCARACTERIZAÇÃO DA INFRAÇÃO/ IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DO ART. 24,II DO DECRETO 6514/2008 PARA TODOS OS ANIMAIS.

Conforme restou comprovado na manifestação, em que pese o art. 24, II do decreto 6.514/2008, tratar dos animais em extinção levando em consideração o quanto disposto na lista CITES, o que se vê é que os animais, objeto do auto de infração, não estão incluídos nem no anexo I, da Portaria MMA nº 444/2014, que nos fornece a Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçada de Extinção, muito menos no anexo I da Cites, que trata dos animais ameaçados de extinção e que são e podem ser afetados pelo comércio.

Sendo assim, não haveria fundamento legal para aplicação no caso em apreço da multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), prevista no inciso II, do art. 24, para quase todos os animais, como entendeu este Órgão.

Importante ressaltar que, a CITES, preocupada com a regulamentação do comércio internacional e ilegal de animais, não abriga apenas espécies com risco de extinção por conta desse comércio irregular (Anexo I), mas também aquelas que **não se encontram em perigo de extinção (Anexos II e III)**, conforme art. 7º e ss. do Decreto nº 3.607/200, transcritos a seguir:

ACB3402

EM BRANCO

Art. 7o As espécies incluídas no Anexo I da CITES são consideradas ameaçadas de extinção e que são ou podem ser afetadas pelo comércio, de modo que sua comercialização somente poderá ser autorizada pela Autoridade Administrativa mediante concessão de Licença ou Certificado.

[...]

Art. 8o As espécies incluídas no Anexo II da CITES são aquelas que, embora atualmente não se encontrem necessariamente em perigo de extinção, poderão chegar a esta situação, a menos que o comércio de espécimes de tais espécies esteja sujeito a regulamentação rigorosa, podendo ser autorizada a sua comercialização, pela Autoridade Administrativa, mediante a concessão de Licença ou emissão de Certificado.

[...]

Art. 10. As espécies incluídas no Anexo III da CITES por intermédio da declaração de qualquer país são aquelas cuja exploração necessita ser restrita ou impedida e que requer a cooperação no seu controle, podendo ser autorizada sua comercialização, mediante concessão de Licença ou Certificado, pela Autoridade Administrativa.

Por tal razão, fazendo uma interpretação literal da norma, tem-se que a segunda disposição do artigo 24, II, do Decreto nº 6.514/2018, amplia o rol de animais que justificam a imposição de multa no valor de R\$ 5.000,00 por espécime, porém não dispensa que estejam ameaçados de extinção, isto é, integrem o Anexo I da lista da CITES.

Adotados estes critérios e na remota hipótese de vir a ser tida como irregular a operação do criadouro, o que se admite socorrendo-se ao princípio da eventualidade, tem-se que o único animal que, em que pese não ser considerado ameaçado de extinção pela Portaria MMA nº 444/2014, importaria na imposição de multa no valor de R\$ 5.000,00 seria o jacaré do papo amarelo (caimam latirostris), em razão do mesmo se encontra na lista Cites em seu anexo I, os demais animais não seriam possíveis de multa, pois, integram os Anexos II e III da CITES, ilustrados pela tabela abaixo:

Qtd.	Nome Popular	Nome Científico	Observação
01	Jacaré-do-papo-amarelo	Caiman latirostris	Constante nos Anexos I e II da CITES. Doc. 02
16	Jabuti	Chelonoidis carbonaria	Constante no Anexo II da CITES. Doc. 03
06	Cágados		Não integra a CITES.
01		Cebus Flavius	Constante no Anexo II da CITES. Doc. 04
04		Saguinus Midas	Constante no Anexo II da CITES. Doc. 05

Total de Animais que constam no Anexo I da CITES

01 - Caiman latirostris

ARRETRATOS

EM BRANCO

Portanto, observado o disposto no art. 24, §4º, do Decreto nº 6.514/2008, ter-se-ia que a multa seria fixada em R\$ 5.000,00, em razão da manutenção em cativeiro de um único animal em extinção, com fundamento no anexo I da Cites!

Desta forma, tem-se que eventual multa deveria corresponder à importância de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e, na mais remota das hipóteses, não poderia superar a quantia de R\$ 18.500,00 (dezoito mil e quinhentos reais).

III.2. DA GUARDA DOMESTICA / POSSIBILIDADE DE PERDÃO DA MULTA

Reiterados que ficam todos os argumentos postos na manifestação da Autuada, como se aqui estivessem regidamente transcritos, no particular, pretende comprovar a diferença entre um criadouro doméstico e um criadouro comercial, qual seja:

O criadouro doméstico, segundo a própria portaria 457 do Conama é:

“aquele local de endereço fixo, de pessoa física ou jurídica, estabelecido nos respectivos termos de depósito ou guarda, para manutenção e manejo de animais da fauna silvestre.”

Já os criadouros comerciais, estão previstos pela portaria 118/97 do Ibama, a saber:

“Têm por objetivo, a produção das espécies para fins de comércio, seja do próprio animal ou de seus produtos e subprodutos.”

Com a devida vênia, no caso em análise, restou claro que o cativeiro mantido pela empresa não se tratava de um cativeiro comercial, pois, além de não ser essa a atividade da empresa, por óbvio, em momento algum a mesma realizou qualquer atividade comercial que tivesse por objeto a venda dos animais que estavam sob seu poder de guarda, muito menos vinha obtendo lucro com os mesmos, ao contrário, apenas e tão somente abrigava o animal que vinha sendo encontrado nas redondezas do polo industrial, observadas evidentemente as regras do Ibama, bem como aqueles que eram entregues pela própria população da redondeza.

Importante reiterar que não havia em Camaçari um CETAS, razão pela qual o cativeiro mantido pela empresa, que fora eleito pelo próprio Ibama servia para acolher esses animais e evitar que

ADRESSE

EM BRANCO

SUPES/BA
Fl. 142
Rub. Carol

MMC & ZARIF
A D V O G A D O S

os mesmos fossem abandonados e sofressem maus tratos, atropelamentos, etc., em verdade, o único objetivo da empresa era a prestação de um serviço ao meio ambiente e a efetiva proteção a esses animais!!

Diante das considerações acima mencionada, impossível não enquadrar a situação em apreço a situação de "guarda doméstica", razão pela qual se aplica no caso em tela do art. 24, § 4º do Decreto 6514/2008, que autoriza a autoridade julgadora a renunciar o direito de punir, vale dizer, perdoar a multa, quando se vislumbrar uma situação de guarda doméstica, *literis*:

Art. 24. § 4º No caso de guarda doméstica de espécime silvestre não considerada ameaçada de extinção, pode a autoridade competente, considerando as circunstâncias, deixar de aplicar a multa, em analogia ao disposto no § 2º do art. 29 da Lei no 9.605, de 1998.

A guarda proposta pelo artigo se obriga a uma única condição, qual seja, não estar o animal ameaçado de extinção. Deste modo, considerando as circunstâncias do caso, não se justifica a imposição de sanção para a guarda de animais silvestres, pelo simples fato de estar na lista CITES!

Até porque, é cediço que a Cites surgiu, para regulamentar a exportação, importação e reexportação de animais e plantas, suas partes e derivados, através de emissão de Licenças e certificados que são expedidos se atendidos os requisitos da Convenção aplicados à espécie constante dos seus anexos!

Assim, as circunstâncias vislumbradas no caso concreto, coadunam com a renúncia da sanção, primeiro pelo fato de que, exceto o jacaré-do-papo-amarelo, os demais animais não são considerados como ameaçados de extinção pelo anexo I, da lista Cites, bem como não estão previstos no anexo I, da portaria MMA nº 444/2014, **e segundo, pelo simples fato de que a empresa não mantinha o criadouro visando o encarceramento de animais silvestres, mas sim o mantinha para abrigar animais abandonados por terceiros, vítimas de maus tratos ou de acidentes, a exemplo de atropelamentos, animais esses, inclusive, que não poderiam sequer retornar ao seu habitat e serem reinseridos na natureza.**

Desta forma, imperioso se faz, e é o que requer o autuado, que seja perdoada por esta autoridade julgadora, a multa que lhe fora imposta com a sua majoração, com fulcro no artigo

EM BRANCO

acima mencionado, vez que é desarrazoado ser a empresa condenada a pagar uma multa sem ter cometido qualquer ilícito, ao contrário, ter praticado um bem em prol do meio ambiente e pela preservação dos animais, até porque, o abandono de animais, esse sim, seria ato criminoso, pois, não fossem os cuidados da Autuada, certamente, esses animais não teriam sobrevivido, da forma em que foram recebidos no local.

Todos os fatos e fundamentos ora postos, encontram-se descritos na manifestação tempestivamente apresentada, sendo certo que, em sede de Alegações finais ficam em todos os seus termos reiteradas.

III.3. SUBSTITUIÇÃO DA MULTA PECUNIÁRIA EM SANÇÃO DE ADVERTÊNCIA

De igual forma, como já estabelecido na manifestação apresentada, e ora reiterada, na mais remota hipótese de se admitir, a ilicitude da conduta da Autuada e a aplicabilidade de sanção administrativa, é necessário que seja feita uma revisão da aplicação da penalidade de multa, tendo em vista que os critérios valorativos para a identificação da sanção aplicável ao caso foram utilizados de forma claramente equivocada.

Conforme disciplina a Lei Federal n. 9.605/98, a gradação das sanções administrativas por infração ambiental não autoriza a imposição de multa simples quando, antes, não tenha o particular sido advertido pela Administração Pública por alguma violação às normas de tutela do meio ambiente. É o que dispõem os parágrafos 2º e 3º, do art.72 do referido diploma legal:

§ 2º. A advertência será aplicada pela inobservância das disposições desta Lei e da legislação em vigor, ou de preceitos regulamentares, sem prejuízo das demais sanções previstas neste artigo.

§ 3º. A multa simples será aplicada sempre que o agente, por negligência ou dolo:

I - advertido por irregularidades que tenham sido praticadas, deixar de saná-las, no prazo assinalado por órgão competente do SISNAMA ou pela Capitania dos Portos, do Ministério da Marinha;

II - opuser embaraço à fiscalização dos órgãos do SISNAMA ou da Capitania dos Portos, do Ministério da Marinha.

Assim, em análise da norma acima mencionada, o que se vê é que sendo considerada ilícita a conduta da Autuada, seria aplicado inicialmente a penalidade de advertência, e somente no caso da autuada não sanar com as irregularidades apontadas por este órgão se aplicaria a pena de multa simples, todavia, não foi o que aconteceu no caso em apreço!

EMBRANCO

Portanto, resta clara a inadequação das modalidades de sanção administrativa aplicada *in casu*, pelo que reitera o pedido no sentido de que seja a multa convertida em advertência, atendendo aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade que devem ser praticados pela administração pública e em não sendo este o entendimento, que pelo menos seja reduzido o montante do valor da multa arbitrado.

CONCLUSÃO

Por todo o exposto, ficam reiterados em todos os termos as manifestações apresentadas pela Autuada no presente processo administrativo, em especial, para reforçar com este respeitável Órgão a necessidade de valoração e acolhimento das questões preliminares, declarando, por consequência, a nulidade da autuação e da majoração da multa ora contestada, restituindo a autuada o valor adimplido a título de multa, com suas devidas correções, com fulcro no art. 24, § 5 do decreto 6514/2008.

Na eventual hipótese de não serem acolhidas as questões preliminares acima referidas, o que se admite socorrendo-se ao princípio da eventualidade, reitera, de igual forma, todos os requerimentos da Empresa, os quais conduzem às seguintes e sucessivas conclusões:

- A improcedência do agravamento, em razão da impossibilidade de que os valores fixados a título de multa pelo art. 24, II, do Decreto nº 6.514/2008, venham a incidir sobre espécimes que não se encontram ameaçados de extinção, ou seja, ausentes tanto no anexo I da Cites, como também no anexo I da Portaria MMA nº 444 de 17/12/2014.
- descaracterização da infração em razão do princípio da boa-fé; da ofensa ao princípio da proibição do excesso e à finalidade do ato administrativo;

Alternativamente, acaso não seja este o entendimento, reitera ainda o pedido relativo ao:

- perdão da multa em razão do caso em tela ser enquadrado como guarda doméstica,
- Ou ainda, a substituição da multa pecuniária em sanção de advertência;

100-403402
1911
1911

EM BRANCO

SUPES/BA
Fl. 145
Rub. Carol

MMC & ZARIF
A D V O G A D O S

Por fim, chama a atenção desse Digno Órgão Julgador para o fato posto na manifestação, ora reiterada, no sentido de que, em não sendo considerado o quanto disposto na Portaria MMA nº 444/2014, tem-se que o único animal ameaçado de extinção, conforme anexo I da Cites e mantido em cativeiro correspondia ao exemplar de jacaré-do-papo-amarelo (caiman latirostris), logo eventual multa não deveria superar a importância de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). As demais espécimes, em razão do disposto no art. 24, §4º, do Decreto nº 6.514/2008, autorizaria, inclusive, a renúncia do poder punitivo que é próprio do Estado.

Sucessivamente, na hipótese de não vir a ser observada a faculdade proposta pelo art. 24, §4º, do Decreto nº 6.514/2008, reitera o pleito para que, eventual sanção não supere a quantia de R\$ 18.500,00 (dezoito mil e quinhentos reais) resultante da soma de 01 (um) exemplar em extinção (Caiman latirostris) e outros 27 (vinte e sete) que não estão em perigo de extinção e cuja guarda representa a subsunção do comportamento à hipótese de incidência do art. 24, inciso I, do Decreto nº 6.514/2008.

Ficam, portanto, reiterados todos os argumentos fáticos e jurídicos apresentados pela Autuada e, em tempo, na certeza de que outra não será a decisão desse Digno Órgão Julgador que não o acolhimento das informações postas nas manifestações constantes dos autos, finaliza expressando votos de apreço e, uma vez mais, reiterando todas as afirmações apresentadas pela Empresa, pedindo pela consideração em todos os termos das presentes ALEGAÇÕES FINAIS.

Termos em que,

Pede e espera deferimento.

Salvador, 08 de Outubro de 2015.


ROBERTA CASALI BAHIA DAMIS
OAB/BA 12.817


LORENA MAGALHAES SANCHO
OAB/BA 14.461

GILBERTO LYRIO NETO
OAB/BA 25.435

CINTIA PINTO ARAUJO MORAES
OAB/BA 25.400

SECRET

CONFIDENTIAL

DIGITALIZADO NO IBAMA

MMC & ZARIF
A D V O G A D O S

ILMO. SR. SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA NO ESTADO DA BAHIA.

MMA/IBAMA/SUPES/BA
Documento
02006.003325/2015 - 12

Data 08/10/2015

SUPES/BA
Fl. 146
Rub. Carol

Processo nº 02006.000358/2009-54

Auto de Infração nº 476534

BRASKEM S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 42.150.391/0001-70, com sede à Rua Eteno, nº 1561, Complexo Petroquímico de Camaçari, Camaçari-BA, CEP 42.810-000, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Sa., por intermédio de seus advogados que esta subscrevem, com poderes constantes nos autos, irresignada com a decisão que homologou o Auto de Infração nº 476534, em especial pela majoração aplicada, com amparo na Lei nº 9.605/98 e no art. 59, § 1º IN 10/20112, apresentar

MANIFESTAÇÃO SOBRE A MAJORANTE

o que faz pelas razões de fato e de direito expostas a seguir:

I. DA TEMPESTIVIDADE

Sendo certo que houve majoração significativa da multa inicialmente aplicada no valor de R\$ 14.500,0, para a exorbitante quantia de R\$ 108.500,00, a Autuada, em observância ao princípio constitucional da ampla defesa e do contraditório, requereu, e teve deferido em juízo de retratação, o direito a apresentar manifestação/defesa quanto aos termos da decisão que altera o enquadramento legal e aplica majoração da multa, razão pela qual, nesta oportunidade apresenta, tempestivamente, a presente peça contestatória.

OF THE

RECEIVED

EM BRANCO

A empresa autuada tomou ciência do Juízo de retratação em **29/09/2015 (Doc 01)**, iniciando-se seu prazo de defesa e de apresentação de alegações finais(que fará em peça apartada), no primeiro dia útil imediatamente seguinte, conforme preceitua a lei 9784/99, art. 66 e art. 59, § 1º IN 10/20112, a seguir transcritos:

Art. 59, § 1º Na hipótese de majoração ou agravamento, verificada até o momento do julgamento, inclusive homologatório, essa circunstância será anotada pelo NUIP nos autos, comunicada ao autuado na forma prevista no art. 57, caput, para manifestação sobre a majorante no prazo de alegações finais e considerada o julgamento.

Lei 9.784/99 - Art. 66. Os prazos começam a correr a partir da data da cientificação oficial, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

[...]

Da aplicação destas normas e considerando a data de protocolo acima aposta, conclui-se que o termo final do prazo de defesa e alegações finais corresponde ao dia 09/10/2015 (sexta-feira), logo, tempestiva a presente manifestação.

II. DOS FATOS

Em breve resumo dos fatos, aos 16 (dezesesseis) dias do mês de março de 2009 foi lavrado o Auto de Infração nº 476534, por suposto descumprimento ao art. 70 c/c o art. 72, II e IV, da Lei Federal nº 9.605/98, e ao art. 3º, II e IV, c/c o art. 24, §3º, III, do Decreto Federal nº 6.514/2008, que assim prevêem:

Lei nº 9.605/1998

Art. 70. Considera-se infração administrativa ambiental toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente.

[...]

Art. 72. As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções, observado o disposto no art. 6º:

[...]

II - multa simples;

[...]

IV - apreensão dos animais, produtos e subprodutos da fauna e flora, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração;

[...]

Decreto nº 6.514/2008

Art. 3º As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções:

[...]

II - multa simples;

ANEXO

EM BRANCO

SUPES/BA

Fl. 148

Rub. caixa

MMC & ZARIF

A D V O G A D O S

[...]

IV - apreensão dos animais, produtos e subprodutos da fauna e flora e demais produtos e subprodutos objeto da infração, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração; (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

[...]

Art. 24. Matar, perseguir, caçar, apanhar, coletar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida:

Multa de:

I - R\$ 500,00 (quinhentos reais) por indivíduo de espécie não constante de listas oficiais de risco ou ameaça de extinção;

II - R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), por indivíduo de espécie constante de listas oficiais de fauna brasileira ameaçada de extinção, inclusive da Convenção de Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção - CITES. (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

[...]

§ 3º Incorre nas mesmas multas:

[...]

III - quem vende, expõe à venda, exporta ou adquire, guarda, tem em cativeiro ou depósito, utiliza ou transporta ovos, larvas ou espécimes da fauna silvestre, nativa ou em rota migratória, bem como produtos e objetos dela oriundos, provenientes de criadouros não autorizados, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade ambiental competente ou em desacordo com a obtida.

Segundo descrição constante no Auto, a infração consistia na manutenção em cativeiro dos seguintes animais: 01 (um) jacaré do papo Amarelo (*Caiman latirostris*), 06 (seis) cágados, 16 (dezesseis) jabutis, 01 *Cebus flavius* e 04 (quatro) *Saguinus midas*.

O valor da autuação foi fixado em R\$ 14.500,00 (quatorze mil e quinhentos reais), mas, se porventura tivesse sido observada a orientação proposta pelo relatório de Fiscalização (fls. 05-10), teria sido fixada em R\$ 14.000,00, isto é, corresponderia ao produto resultante da multiplicação do número de espécimes pelo valor proposto pelo art. 24, I, do Decreto nº 6.514/2008 (28 x R\$ 500,00 = R\$ 14.000,00).

A empresa, em petição datada de 06.04.2009, noticiou que parte dos animais haviam sido doados pela comunidade e colocados à disposição do IBAMA, conforme manifestação e documentos que a acompanhavam, todos protocolados no órgão (fls. 19-23). Nesta oportunidade, também informou que providenciaria o adimplemento do auto - embora entendesse desarrazoada a conduta do IBAMA, o que, de fato, foi providenciado - vide relação de Débitos acostado à fl. 40.

Fala-se em desarrazoada, pois, como restará demonstrado, a Braskem nunca obteve lucro com o criadouro e, em verdade, foi autorizada pelo Ibama para que pudesse contribuir com a

EM BRANCO

proteção ambiental. Os animais que vinham sendo encontrados nas redondezas do polo industrial, local distante de centros de triagem e recepção de animais, passariam a ter local para acolhimento, observadas, evidentemente, as regras do Ibama.

Dando continuidade ao feito, foi proferido o Despacho nº 335/2010 AGU/PGF/PFE/IBAMA/BA, de lavra da Procuradoria Federal Especializada - IBAMA, condicionando a sua análise à CONTRADITA DO AGENTE AUTUANTE, para que este lhe informasse qual a resposta dada pelo Ibama às correspondências de fls 19-23 e esclarecesse o fato, senão vejamos:

Ocorre que, para que esta Especializada possa analisar a matéria referente ao Auto de Infração e os documentos dos autos, se faz necessário a **CONTRADITA DO AGENTE AUTUANTE**, as questões suscitadas na defesa, colacionadas à fl. 18/20, em especial, para esclarecer o argumento suscitado na defesa de que foram encaminhados ao IBAMA dois ofícios, juntados pelo autuado nas fls. 21 e 22, informando o recebimento de alguns animais no criadouro por doações da comunidade, colocando-os em disposição do IBAMA, entretanto, não houve qualquer resposta do órgão e, por isso, estes animais permaneceram no criadouro. Devido ao aduzido pelo autuado é necessário o esclarecimento de alguns pontos específicos: **se realmente não houve resposta do IBAMA aos ofícios enviados e se estes ofícios informando o recebimento dos animais elidiriam a ilegalidade presente na guarda deles.**

Em contradição, foi informado pelo agente autuante que desconhecia o encaminhamento dado as correspondências enviadas pela empresa (!!!), as quais, repita-se, colocavam a disposição do IBAMA os animais que lhes foram entregues pela comunidade, e, com base numa interpretação literal e, não menos fria, desprezando por completo a parceria entre o criadouro doméstico da Braskem e o Ibama, concluiu que a ilicitude da conduta estaria elidida, tão somente, se a empresa tivesse entregue os animais a este Instituto.

Após informação do agente autuante, o processo foi devolvido à Procuradoria Especializada, a qual recomendou que fossem observados os artigos 98 a 101 da Instrução Normativa IBAMA nº 14/2009 e, conseqüentemente, adotadas as seguintes providências: (i) elaboração de parecer instrutório; (ii) intimação do autuado para apresentar alegações finais; e, remanescendo qualquer controvérsia jurídica, (iii) retorno dos autos à Procuradoria para análise.

Em que pese a EXPRESSA recomendação da Procuradoria Especializada, não há nos autos parecer instrutório, muito menos um subsídio que venha a consubstanciar a inesperada decisão proferida pela autoridade julgadora de primeira instância. Houve tão

EM BRANCO

somente resposta do NUBIO às dúvidas suscitadas pela servidora Aline Alvarez da Costa (fls. 61-62), contudo, tais respostas além de não terem composto parecer instrutório (inexistente) não dão suporte à decisão que majorou a multa, sob o pressuposto de se tratarem de animais integrantes da lista de espécies ameaçadas de extinção. Em momento algum o NUBIO informou que os cágados, *cebus flavius* e *saguinus Midas* integravam lista de espécies ameaçadas de extinção.

Assim, além de não ter sido cumprida as solicitações da Procuradoria Especializada, após a apresentação pela empresa das Alegações Finais, foram adotadas diligências por parte da autoridade julgadora, a exemplo de investigação na lista CITES, que terminaram pela majoração da autuação, conforme Despacho 02006.001270/2015-06 proferido pelo Sr. Elcio de Almeida Ribeiro (fl. 89), que assim dispôs:

Tendo em vista o descritivo do Auto de Infração nº 476534/D (fl. 01), do Termo de Apreensão nº 526975/C (fl. 02), o contido no Parecer nº 02006.000022/2015-30 NUBIO/BA/IBAM (fl. 72/73) e os documentos em anexo obtidos no sítio da CITES, deverá ocorrer a atualização no Sistema Corporativo do IBAMA referente ao Auto de Infração em epígrafe, a saber:

1. Enquadramento legal: em vez do §3º, Inciso III, art. 24 do Decreto Federal nº 6.514/2008 aplicar-se-á o inciso I, II, §3º, Inciso III, art. 24 do Decreto Federal nº 6.514/2008.

2. O valor da sanção pecuniária R\$ 108.500,00 (cento e oito mil e quinhentos reais), resultante do somatório (1x R\$ 5.000,00) + (6 x R\$ 500,00) + (16 x R\$ 5.000,00) + (1 x R\$ 500,00) + (4 x R\$ 5.000,00).

A adoção destas providências justificaria a intimação da empresa para se insurgir quanto a autuação, uma vez que alterava substancialmente o auto de infração, todavia, esta não foi a providência adotada pela autoridade julgadora. Ao invés, houve o prosseguimento do feito e a prolação de decisão mantendo a autuação e o seu valor - não o histórico, mas sim aquele revisto em ato imediatamente anterior à decisão e, por consequente, tido também como indicado -, como ilustra o texto abaixo:

Diante do exposto, DECIDO:

I) Haja vista a análise das peças documentais constantes nos autos, julgo subsistente o Auto de Infração nº 476534/D e o Termo de Apreensão nº 526975/C.

II) Mantém-se o valor da sanção (sic) pecuniária em R\$ 108.500,00 (cento e oito mil e quinhentos reais). Contudo, há de se observar que houve pagamento no valor de 16.095,00 (dezesesseis mil, noventa e cinco reais) em 14/04/2009, conforme documento Pagamentos efetuados em anexo.

SECRET

EM BRANCO

Diante desta decisão, não restou alternativa a empresa senão interpor recurso, a fim de que lhe fosse oportunizado o direito ao contraditório e ampla defesa, o que fora acatado por este órgão julgador, razão pela qual pugna a empresa/autuada pela nulidade do auto de infração e valoração das razões a seguir expostas, sendo certo que, com a devida e máxima vênia, não há amparo legal e fático que justifique a penalidade aplicada e permanência da majoração ocorrida:

III. DAS PRELIMINARES

III.1. DA PRESCRIÇÃO

Inicialmente, requer a autuada que seja acolhida por este órgão a prescrição prevista no art. 1º, § 1 da lei 9873/99

Art. 1º Prescreve em cinco anos a ação punitiva da Administração Pública Federal, direta e indireta, no exercício do poder de polícia, objetivando apurar infração à legislação em vigor, contados da data da prática do ato ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado.

§ 1º Incide a prescrição no procedimento administrativo paralisado por mais de três anos, pendente de julgamento ou despacho, cujos autos serão arquivados de ofício ou mediante requerimento da parte interessada, sem prejuízo da apuração da responsabilidade funcional decorrente da paralisação, se for o caso.

Sendo a prescrição a perda da pretensão à reparação de um direito violado, em razão da inércia do seu titular, num dado decurso de tempo estipulado pela Lei, é que a autuada requer o arquivamento do presente processo, com a consequente anulação da multa que lhe fora imposta.

Da análise dos autos, pode-se constatar que o primeiro auto de infração que aplicou a multa de R\$ 14.500,00, fora lavrado em 16/03/2009 e que somente após 06 (seis) anos, mais especificadamente, em 04/05/2015 foi que entendeu a autoridade julgadora, sem qualquer fundamentação plausível, com a devida vênia, pela alteração do seu enquadramento legal, o que acabou por majorar a multa para vultosa quantia de R\$ 108.500,00.

2023-04-02

F

EM BRANCO

Ora, não se pode negar que, em que pese o erro no enquadramento legal seja considerado sanável pelo Decreto 6514/98 em seu artigo 100, § 3º, quando existir fundamentação que justifique a alteração, não seria possível a aplicação do referido dispositivo no presente caso, a uma porque não existiu por parte da autoridade qualquer fundamentação legal que justificasse a alteração substancial do auto e, a dois, porque não pode a administração se valer do referido artigo para alterar, a qualquer tempo, e sem limite de prazo, os autos de infração por ela anteriormente lavrados e, inclusive, já pago pela Autuada, mesmo que contrária à autuação.

Qualquer pensamento contrário se estaria permitindo que a autoridade julgadora se beneficiasse da sua própria torpeza, bem como haveria uma violação ao princípio da segurança jurídica, pois, ficaria o autuado a mercê da administração pública, e por fim, e especialmente, se estaria indo de encontro ao instituto da prescrição por ora requerida.

Assim, em havendo a alteração, conclui-se pela nulidade do auto lavrado em 16/03/2009, razão pela qual não pode a autoridade após, repita-se, 06 anos se beneficiar do fato gerador do auto declarado nulo, para aplicar uma nova multa, com um novo enquadramento legal.

Destarte, não resta dúvida sobre a incidência da prescrição no caso em tela, razão pela qual, requer que seja declarado nulo o auto de infração, objeto da presente defesa, com fulcro no art. 1º, § 1 da lei 9873/99, pois o mesmo fora tragado pelo instituto da prescrição aplicável ao caso.

III.2. DA IMPOSSIBILIDADE DA AUTORIDADE JULGADORA PRATICAR ATOS INSTRUTÓRIOS SOBRETUDO SEM INFORMAR E OPORTUNIZAR MANIFESTAÇÃO AO AUTUADO

A Instrução Normativa IBAMA nº 10/2012, em seu art. 78, não deixa dúvidas que os atos instrutórios não se confundem com aqueles passíveis de serem praticados pela autoridade julgadora, chegando, inclusive, a admitir que o processo só lhe será encaminhado depois de encerrada a fase de instrução, senão vejamos:

Art. 78. Encerrada a fase de instrução, ou encaminhados os autos à autoridade julgadora nos termos dos §§ 10 e 11 do art. 57, deverá ser aberto prazo de 10 (dez) dias para o autuado apresentar alegações finais, mediante a publicação

SECRET
F
11/11/11

EM BRANCO

da relação de processos que entrarão na pauta de julgamento, na sede administrativa do IBAMA ou em sítio na rede mundial de computadores.

Ora, se o processo só será encaminhado à autoridade depois de encerrada a fase de instrução, por consequência lógica, não lhe é facultado praticar atos para a apuração da infração. A inteligência do art. 57, §11, da Instrução Normativa IBAMA nº 10/2012, denota que a convicção da autoridade julgadora não pode decorrer de seus atos, ao assim prescrever: “O disposto no parágrafo anterior não impede que **a autoridade julgadora converta o julgamento em diligência, caso necessite de elementos adicionais de convicção.**”

O artigo em tela não deixa dúvidas de que os elementos adicionais para a convicção da autoridade julgadora não podem decorrer de atos próprios, mas sim devem decorrer de atos praticados por terceiros. À autoridade julgadora é admitido converter o processo em diligência, mas lhe é vedado produzir um ato instrutório!

No caso em apreço, o que se percebe é que o Sr. Elcio de Oliveira Ribeiro já havia praticado um ato instrutório, qual seja investigação na lista CITES, razão pela qual, dentre outros motivos estaria impedido de julgar o presente processo.

Pensar contrário, estar-se a ignorar a imparcialidade (isenção) de todo aquele que figura como julgador de uma determinada lide, e, por consequente, dar ensejo à nulidade do processo, com fundamento no art. 72, § 1º, I da IN 10/2012.

III.3. DA IMPOSSIBILIDADE DO SERVIDOR ADMINISTRATIVO FIGURAR COMO AUTORIDADE JULGADORA NOS AUTOS COM MULTA INDICADA SUPERIOR À R\$ 100.000,00

De mais a mais, considerando que a multa foi majorada através do Despacho 02006.001270/2015-06, frisa-se, proferido em momento ANTERIOR ao julgamento da defesa, há de se argüir a incompetência do Sr. Elcio de Almeida Ribeiro para julgar o presente feito. Isto porque, tendo sido majorada no curso da instrução processual e sendo superior à R\$ 100.000,00, deveria observar a distribuição de competência proposta pelos arts. 3º e 4º da IN nº 10/2012, transcritos *in util e in verbis*:

Art. 3º Os Superintendentes do IBAMA nos Estados poderão designar servidores públicos preferentemente de nível superior que exercerão a função

SUPER

EM BRANCO

de autoridade julgadora de primeira instância, sendo-lhes atribuídas as seguintes competências monocráticas:

[...]

IV - julgar as infrações em primeira instância nos processos cuja multa indicada seja de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais);

[...]

Art. 4º Aos Superintendentes do IBAMA nos Estados, cabe:

[...]

III - julgar as infrações em primeira instância nos processos cujo valor da multa indicada seja inferior R\$500.000,00 (quinhentos mil reais);

[...]

A luz destes dispositivos, tem-se que os processos cujo valor da multa indicada seja inferior à R\$ 500.000,00 são de competência do Superintendente do IBAMA no Estado, porém lhe é facultado designar servidor público para julgamento das infrações, tão somente, cujo valor da multa indicada seja de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais). No caso em tela, a multa indicada, isto é, apurada no curso da instrução processual, perfaz o valor de R\$ 108.500,00 e, portanto, não poderia ser objeto de análise por pessoa diversa ao Superintendente do IBAMA no Estado.

Nem se alegue que o valor fixado pelo Sr. Elcio de Almeida Ribeiro, através do Despacho 02006.001270/2015-06, corresponde a multa consolidada, uma vez que, por definição do art. 2º, IX¹, da Instrução Normativa nº 10/2012, esta decorre, única e exclusivamente, das decisões que analisam as matérias de defesa ou recurso.

Certo de que a multa fixada em R\$ 108.500,00 não resultou do julgamento da defesa, mas sim de ato praticado no curso da instrução processual, necessário a sua análise por parte do Superintendente do IBAMA no Estado da Bahia, isto é, por parte do Sr. Célio Costa Pinto.

Ante as razões acima apostas, forçoso o reconhecimento do arquivamento do processo e nulidade do auto, o que, destarte, se requer!

Por cautela, acaso sejam ultrapassadas as questões que demonstram a nulidade do processo, o que REALMENTE não acredita e apenas se admite pelo princípio da eventualidade, passa a contestar o mérito através dos fatos e fundamentos jurídicos que a seguir expõe.

¹ Art. 2º Para os fins desta Instrução Normativa, considerase:

[...]

IX - Multa consolidada: é aquela que resulta da decisão no julgamento de defesa ou recurso, consideradas as circunstâncias agravantes, atenuantes, bem como a majoração e minoração incidentes nos termos desta Instrução Normativa, além dos acréscimos legais;

SECRET

EM BRANCO

IV. DO DIREITO – FUNDAMENTOS QUE DEMONSTRAM A IMPROCEDÊNCIA DA AUTUAÇÃO, DA ALTERAÇÃO DO ENQUADRAMENTO LEGAL E CONSEQUENTE MAJORAÇÃO DA MULTA.

Na improvável hipótese de serem ultrapassadas as questões postas nos tens precedentes, que demonstram a nulidade da autuação, por cautela, cabe destacar outras considerações que deverão ser observadas e valoradas para a decisão da presente lide.

- necessidade de descaracterização da infração em razão do princípio da boa-fé;
- ofensa ao princípio da proibição do excesso e à finalidade do ato administrativo;
- do perdão da multa em razão da guarda doméstica;
- necessidade de substituição da multa pecuniária em sanção de advertência; e,
- impossibilidade de que os valores fixados a título de multa pelo art. 24, II, do Decreto nº 6.514/2008, venham a incidir sobre espécimes que não se encontram ameaçados de extinção / Portaria MMA nº 444 de 17/12/2014.
- impossibilidade de correção dos valores fixados através do Despacho nº 02006.001270/2015-06 e da necessidade de correção dos valores porventura adimplidos;

IV.1. DA NECESSIDADE DE DESCARACTERIZAÇÃO DA INFRAÇÃO EM RAZÃO DO PRINCÍPIO DA BOA-FÉ

A Administração Pública está adstrita a agir de maneira lhana, sincera, ficando proibidos quaisquer comportamentos que concorram para entravar o exercício dos direitos dos administrados, sob pena de, assim não fazendo, estar a ignorar os princípios éticos da Razoabilidade, da Justiça e da Moralidade, sendo que, deste último, derivam os princípios da Boa fé e da Lealdade.

O princípio da Boa fé é reputado como base no sistema de deveres e de obrigações dentro do âmbito público e, sob a sua ótica, quando caracterizada a boa-fé do Administrado, não há que se falar em reprovação jurídico-administrativa. Para este princípio, somente se compreende como ilícito o comportamento que, *“além de se ajustar ao comando típico proibitivo, se revelar nociva ao bem jurídico e aos valores especialmente tutelados pela norma repressiva”*².

² Osório, Fábio Medina, op. cit., p. 269

809521A

EM BRANCO

Assim, considerando que (i) a manutenção do criadouro se revelou como medida eficaz para abrigar espécimes abandonadas por terceiros, vítimas de acidentes de trânsito (atropelamentos) ou que sofriam maus tratos e (ii) que não houve qualquer dano ao meio ambiente, não há como se caracterizar como ilícita a conduta da empresa, devendo ser afastada a aplicação de qualquer sanção no caso concreto!

O princípio da boa-fé permeia a Constituição da República e é fundamental na relação do administrado com a administração, com terceiros e com a sociedade como um todo, sendo um dos princípios fundamentais do Direito privado, cuja função é estabelecer padrão ético de conduta nas relações obrigacionais.

Reconhecer a boa-fé da Autuada na situação em análise se faz mister, na medida em que esta jamais se beneficiou em absolutamente nenhum de seus atos no particular, do contrário, teve comportamento protecionista, até porque, a preservação e o cuidado com os animais de qualquer tipo ou gênero, e com o meio ambiente, é um dever de todos.

A penalidade da Autuada, com o devido respeito, constitui uma contradição na medida em que, por um lado, verifica-se a Empresa abrigando animais abandonados por terceiros, acidentados, agindo, portanto, na mais absoluta boa-fé; em contrapartida, e lamentavelmente, em face dessa atuação, vem sofrendo autuações e penalizações indevidas e desarrazoadas, contrário a tudo quanto se espera do Órgão fiscalizador.

O Direito reconhece a importância dos valores que regem as relações cotidianas e incorpora tais valores como regras a serem observadas nas relações jurídicas existentes. Reconhecer a boa-fé é afirmar a existência normativa desses valores e a sua importância no mndo jurídico.

Em assim sendo, pede-se que seja a boa-fé da Autuada devidamente valorada a fim de descaracteriza a infração original e consequente multa e sua majoração pela Autoridade julgadora.

IV.2. OFENSA AO PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DO EXCESSO E À FINALIDADE DO ATO ADMINISTRATIVO – NULIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO

O Princípio da Proibição do Excesso, mais comumente entendido como Princípio da Proporcionalidade, impõe ao Estado moderação e ponderação entre meios e fins, de modo que

OUT 10
F
1974

EM BRANCO

as medidas restritivas adotadas para os administrados adotadas sejam aquelas estritamente necessárias à consecução da finalidade perseguida. Este Princípio, quando aplicado no âmbito direito administrativo sancionador (o qual abarca a persecução de infrações administrativas ambientais), impõe e condiciona a legitimidade da aplicação de quaisquer sanções administrativas à verificação de três requisitos essenciais, quais sejam: necessidade, adequação e proporcionalidade (*stricto sensu*), da medida em relação aos fins perseguidos pela administração pública ao impô-la.

No caso sob análise, tem-se manifesta afronta ao referido princípio, pois, ainda que a conduta da autuada não representasse qualquer dano ou impacto ao meio ambiente, lhe foi imposta multa no valor de R\$ 108.500,00 (cento e oito mil e quinhentos reais), mesmo depois da empresa ter pago, por mera liberalidade, a multa original aplicada. A sanção aplicada ignora o fato de que a manutenção do criadouro nas dependências da empresa não objetivava fomentar o encarceramento da fauna silvestre, muito menos a sua comercialização, mas sim servir de abrigo a animais abandonados por terceiros, vítimas de maus tratos ou atropelamentos, como afirmado em manifestação residente nos autos e excerto transcrito a seguir:

[...] Ademais, foram encaminhados ao IBAMA, por duas vezes (05/10/06 e em 22/03/07), ofícios (Docs. Anexos) informando acerca da presença de animais doados pela comunidade e colocando estes animais à disposição deste órgão ambiental federal.

Tais fatos, nos levam a concluir que o Auto de Infração rechaçado estipula sanção (multa de R\$ 108.500,00) em total desrespeito ao princípio da proporcionalidade. Além disto, ele traduz carência de fundamentação, inerente à validade de qualquer ato administrativo, na medida em que deixa de consignar os motivos passíveis de majorar a sanção além do limite mínimo, o que constitui causa para o reconhecimento da nulidade da autuação ou, ao menos, importa na revisão desta!

Portanto, a luz dos requisitos que legitimam a sanção (necessidade, proporcionalidade e eficácia) tem-se a desproporcionalidade da atuação da Administração, pelas seguintes razões:

- Sob a ótica do requisito da necessidade, exige-se que a sanção venha a ser utilizada para afastar ameaças reais ou potenciais de ocorrência de danos ambientais, tal como as ameaças contra os animais silvestres, mas, no caso sob análise, inexistente ameaça de lesão ao meio ambiente e à administração ambiental;

ACERAS

EM BRANCO

- Sob a ótica do requisito da proporcionalidade, seria incompatível, exagerada e desproporcional a aplicação de multa no montante de R\$ 108.500,00, seja pelo fato de ignorar a previsão contida no art. 24, §4º, do Decreto nº 6.614/2008, seja pelo fato de inexistir dano ou impacto ao meio ambiente, tratando-se apenas de infração de natureza formal;
- Sob a ótica do requisito da eficácia, também se mostra desarrazoada a autuação, pois não há verdadeiro interesse público tutelado através da lavratura do auto de infração, tanto pelo excesso no exercício da atividade da Administração, quanto pelo fato de que uma Notificação formal à empresa seria suficientemente eficaz para atingir o objetivo da norma, até porque como já descrito tratava-se de um criadouro doméstico e não comercial.

Ausentes os requisitos de validade da imposição de sanções administrativas (adequação, necessidade e proporcionalidade), em respeito ao Princípio da Proibição do Excesso, não há como se conceber legítima a autuação do IBAMA, com todo o respeito que se tem a este Órgão.

Por tais razões, a Autuada requer a reconsideração da aplicação da penalidade ora impugnada, pois atendido o objetivo da norma, qual seja, o de proteção/preservação do meio ambiente combatendo as infrações contra a fauna, viabilizando a aplicação de penalidades apenas para fins educativos. Não resta dúvida que a *ratio legis* foi perfeitamente atingida, em que pese, repita-se, jamais ter havido por parte da Empresa qualquer prática danosa ou mesmo sequer ameaça de dano ao meio ambiente e aos animais.

IV.3. DA GUARDA DOMESTICA / POSSIBILIDADE DE PERDÃO DA MULTA

Nesse particular, importante esclarecer a diferença entre os cativeiros domésticos e os comerciais.

O criadouro doméstico, segundo a própria portaria 457 do Conama é:

“aquele local de endereço fixo, **de pessoa física ou jurídica**, estabelecido nos respectivos termos de depósito ou guarda, para manutenção e manejo de animais da fauna silvestre.”

1973

EM BRANCO

Já os criadouros comerciais, estão previstos pela portaria 118/97 do Ibama, a saber:

“ Têm por objetivo, a produção das espécies para fins de comercio, seja do próprio animal ou de seus produtos e subprodutos.”

No caso em apreço, resta claro e evidente de que não se tratava de um cativeiro comercial, pois, em momento algum a empresa realizou qualquer atividade comercial que tivesse por objeto a venda dos animais que estavam sob seu poder de guarda, muito menos vinha obtendo lucro com os mesmos, ao contrário, apenas e tão somente abrigava o animal que vinha sendo encontrado nas redondezas do polo industrial, observadas evidentemente as regras do Ibama, bem como aqueles que eram entregues pela própria população da redondeza.

Importante registrar, que não havia em Camaçari um CETAS, razão pela qual o cativeiro mantido pela empresa, que fora eleito pelo próprio Ibama servia para acolher esses animais e evitar que os mesmos ficassem abandonados e sofressem maus tratos, atropelamentos, etc., em verdade, o único objetivo da empresa era a prestação de um serviço ao meio ambiente e a efetiva proteção a esses animais!!

Diante das considerações acima mencionada, impossível não enquadrar a situação em apreço a situação de “guarda doméstica”, vez que, pela análise dos documentos já anexados aos autos, não pairam dúvidas de que todos os animais, que foram objeto do presente auto de infração, eram extremamente cuidados e mantidos pela empresa sem que a mesma tivesse qualquer fim lucrativo. Nunca, em momento algum, houve qualquer tipo de comercialização, seja de animais, de seus produtos ou subprodutos, que pudesse sequer supor um criadouro comercial!! Ao contrário, foi uma atividade de extrema importância para a preservação e manutenção das espécies, com condutas que jamais colocou em risco os animais!

Em sendo assim, imperioso se faz a aplicação no caso em tela do art. 24, § 4º do Decreto 6514/2008, que autoriza a autoridade julgadora a renunciar o direito de punir, vale dizer, perdoar a multa, quando se vislumbrar uma situação de guarda doméstica, *literis*:

Art. 24. § 4º No caso de guarda doméstica de espécime silvestre não considerada ameaçada de extinção, pode a autoridade competente, considerando as circunstâncias, deixar de aplicar a multa, em analogia ao disposto no § 2º do art. 29 da Lei no 9.605, de 1998.

1971

EM BRANCO

Assim, quer pela aplicação dos princípios do Direito Ambiental, quer pela interpretação e aplicação das normas, a guarda doméstica de animais silvestres é medida que se impõe para a própria proteção das espécies, primando pela defesa dos animais!

A guarda proposta pelo artigo se obriga a uma única condição, qual seja, não estar o animal ameaçado de extinção. Deste modo, considerando as circunstâncias do caso, não se justifica a imposição de sanção para a guarda de animais silvestres, pelo simples fato de estar na lista CITES!

Até porque, é cediço que a lista Cites foi criada para preservar e assegurar que o comercio da flora e fauna silvestre não ponha em risco a sua sobrevivência no estado selvagem, vale dizer, tem escopo único e exclusivo de evitar o trafico internacional de animais.

A Convenção surge, portanto, para regulamentar a exportação, importação e reexportação de animais e plantas, suas partes e derivados, através de emissão de Licenças e certificados que são expedidos se atendidos os requisitos da Convenção aplicados à espécie constante dos seus anexos!

As circunstâncias do caso coadunam com a renúncia da sanção, primeiro pelo fato de que, exceto o jacaré-do-papo-amarelo, os demais animais não são considerados como ameaçados de extinção pelo anexo I, da lista Cites, bem como não estão previstos no anexo I, da portaria MMA 444/2014, e segundo, pelo simples fato de que a empresa não mantinha o criadouro visando o encarceramento de animais silvestres, mas sim o mantinha para abrigar animais abandonados por terceiros, vítimas de maus tratos ou de acidentes, a exemplo de atropelamentos, animais esses, inclusive, que não poderiam sequer retornar ao seu habitat e serem reinseridos na natureza.

Nesse sentido tem sido inclusive o entendimento do Jurisprudencia, *in verbis*:

GUARDA DOMÉSTICA DE AVE SILVESTRE – PERDÃO JUDICIAL

Juizado Especial Criminal – Guarda doméstica de aves silvestres – Perdão judicial – Possibilidade. Para incidência do tipo do art. 29, §1º, III, da Lei 9.605/98 é imprescindível que a manutenção dos pássaros em cativeiro possa efetivamente causar risco às espécies ou ao ecossistema – o que não ocorre no caso concreto – a própria lei ambiental estabelece no §2º do art. 29 o perdão judicial, podendo o Juiz deixar de aplicar a pena no caso de guarda doméstica de espécie silvestre não

EM BRANCO

ameaçada de extinção em que não houve maus-tratos – não apresentando qualquer restrição quanto ao número de pássaros em guarda – Perdão judicial concedido. (2ª Turma Recursal / Betim. Rec. 027.10.032673-8. Rel. Dirceu Wallace Baroni. J. 16/03/11)

PENAL. PROCESSUAL PENAL. AMBIENTAL. LEI Nº 9.605/98, ART. 34, INCISO III. ABSOLVIÇÃO. ART. 29, § 1º, III, DA LEI Nº 9.605/98. PERDÃO JUDICIAL. GUARDA DOMÉSTICA DE ESPÉCIE SILVESTRE NÃO AMEAÇADA DE EXTINÇÃO.

1. Ausente prova conclusiva da captura de percentual superior aos 20% de camarões de tamanho não permitido, resta como não configurado o crime do art.34, parágrafo único, inciso III, da Lei nº 9.605/98.
2. O número reduzido de aves (seis), duas de cada espécie, não considerados ameaçados de extinção, apreendidos na residência do acusado, justificam a incidência do perdão judicial. (7ª Turma, processo nº ACR 1690 RS 2005.71.01.001690-0. Rel. NÉFI CORDEIRO. J. 10/06/2008)

Desta forma, imperioso se faz, e é o que requer o autuado com a presente manifestação, que seja perdoada por esta autoridade julgadora, a multa que lhe fora imposta com a sua majoração, com fulcro no artigo acima mencionado, vez que é desarrazoado ser a empresa condenada a pagar uma multa sem ter cometido qualquer ilícito, ao contrário, ter praticado um bem em prol do meio ambiente e pela preservação dos animais, até porque, o abandono de animais, esse sim, seria ato criminoso, pois, não fossem os cuidados da Autuada, certamente, esses animais não teriam sobrevivido, da forma em que foram recebidos no local.

IV.4. SUBSTITUIÇÃO DA MULTA PECUNIÁRIA EM SANÇÃO DE ADVERTÊNCIA

Admitindo-se, *ad argumentandum*, a ilicitude da conduta da Autuada e a aplicabilidade de sanção administrativa, necessário a revisão da aplicação da penalidade de multa, tendo em vista que os critérios valorativos para a identificação da sanção aplicável ao caso foram utilizados de forma claramente equivocada.

Segundo a disciplina da Lei Federal n. 9.605/98, a gradação das sanções administrativas por infração ambiental não autoriza a imposição de multa simples quando, antes, não tenha o

ACION 100

EM BRANCO

SUPES/BA
Fl. 462
Rub. Carol

MMC & ZARIF
A D V O G A D O S

particular sido advertido pela Administração Pública por alguma violação às normas de tutela do meio ambiente. É o que dispõem os parágrafos 2º e 3º, do art. 72 do referido diploma legal:

§ 2º. A advertência será aplicada pela inobservância das disposições desta Lei e da legislação em vigor, ou de preceitos regulamentares, sem prejuízo das demais sanções previstas neste artigo.

§ 3º. A multa simples será aplicada sempre que o agente, por negligência ou dolo:

I - advertido por irregularidades que tenham sido praticadas, deixar de saná-las, no prazo assinalado por órgão competente do SISNAMA ou pela Capitania dos Portos, do Ministério da Marinha;

II - opuser embaraço à fiscalização dos órgãos do SISNAMA ou da Capitania dos Portos, do Ministério da Marinha.

Acaso, por absurdo, seja considerada ilícita a conduta da Autuada e admitida a aplicação direta de multa sem prévia aplicação de penalidade de advertência, ainda assim, há que ser reduzido o montante do valor da multa arbitrado.

Com efeito, a penalidade de multa constitui em sanção administrativa, cujos critérios de aplicação se mostram indissociáveis das circunstâncias de fato do caso, como corolário de um princípio do direito Penal também aplicável ao Direito Administrativo Sancionador – o princípio da individualização da pena.

No caso concreto, não se pode admitir a aplicação da multa no absurdo montante de R\$ 108.500,00 sem que se atente para tais circunstâncias. Como esclarecido acima, a suposta infração na qual teria incorrido a Autuada não gerou qualquer tipo de dano efetivo ou potencial ao meio ambiente.

Portanto, resta clara a absoluta inadequação das modalidades de sanção administrativa aplicada *in casu*, pelo que requer seja a multa convertida em advertência, atendendo aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade que devem ser praticados pela administração pública.

IV.5. DA IMPOSSIBILIDADE DE QUE OS VALORES FIXADOS A TÍTULO DE MULTA PELO ART. 24, II, DO DECRETO Nº 6.514/2008, VENHAM A INCIDIR SOBRE ESPÉCIMES QUE NÃO SE ENCONTREM AMEAÇADOS DE EXTINÇÃO/ PORTARIA MMA Nº 444/2014

Antes de adentrar na análise literal do quanto disposto pelo art. 24, II do decreto 6.514/2008, importante esclarecer que, em que pese o mesmo tratar dos animais em extinção levando em

EM BRANCO

consideração o quanto disposto na lista CITES, o que se vê é que referidos animais não estão incluídos nem na Portaria MMA nº 444/2014, que em seu anexo I, nos fornece a Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçada de Extinção, muito menos no anexo I da Cites, que trata dos animais ameaçados de extinção e que são e podem ser afetados pelo comércio.

Sendo assim, não há fundamento legal para aplicação no caso em apreço da multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), prevista no inciso II, do art. 24, para quase todos os animais, como entendeu este Órgão.

Todavia, ainda assim, acaso não seja este o entendimento deste Instituto, o que apenas se admite por amor ao debate, há de se esclarecer que a multa fixada pelo art. 24, II, do Decreto nº 6.514/2008, não incide para todo e qualquer animal inscrito na Convenção sobre Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção - CITES, mas tão somente àqueles tido como em extinção, isto é, **integrantes do Anexo I**.

Faz-se esta ressalva, pois, como é cediço, a CITES, repita-se, preocupada na regulamentação do comércio internacional e ilegal de animais, não abriga apenas espécies com risco de extinção por conta desse comércio irregular (Anexo I), mas também aquelas que **não se encontram em perigo de extinção (Anexos II e III)**, conforme art. 7º e ss. do Decreto nº 3.607/200, transcritos a seguir:

Art. 7º As espécies incluídas no Anexo I da CITES são consideradas ameaçadas de extinção e que são ou podem ser afetadas pelo comércio, de modo que sua comercialização somente poderá ser autorizada pela Autoridade Administrativa mediante concessão de Licença ou Certificado.

[...]

Art. 8º As espécies incluídas no Anexo II da CITES são aquelas que, embora atualmente não se encontrem necessariamente em perigo de extinção, poderão chegar a esta situação, a menos que o comércio de espécimes de tais espécies esteja sujeito a regulamentação rigorosa, podendo ser autorizada a sua comercialização, pela Autoridade Administrativa, mediante a concessão de Licença ou emissão de Certificado.

[...]

Art. 10. As espécies incluídas no Anexo III da CITES por intermédio da declaração de qualquer país são aquelas cuja exploração necessita ser restrita ou impedida e que requer a cooperação no seu controle, podendo ser autorizada sua comercialização, mediante concessão de Licença ou Certificado, pela Autoridade Administrativa.

Por tal razão, valendo-se da interpretação literal utilizada pelo agente autuante (fls. 48) e, ao que parece, adotada por este Instituto, tem-se que a segunda disposição do artigo 24, II, do Decreto nº 6.514/2018, amplia o rol de animais que justificam a imposição de multa no valor de

AGOSTO

EM BRANCO

R\$ 5.000,00 por espécime, porém não dispensa que estejam ameaçados de extinção, isto é, integrem o Anexo I da lista da CITES, ou qualquer outra lista Oficial, diga-se, Portaria MMA 444/2014.

Adotados estes critérios e na remota hipótese de vir a ser tida como irregular a operação do criadouro, o que se admite, socorrendo-se ao princípio da eventualidade, tem-se que a manutenção do jacaré do papo amarelo (*caimam latirostris*) justificaria, supostamente, repita-se, a imposição de multa no valor de R\$ 5.000,00/espécime, porém não há multa passível de ser aplicada para as demais espécimes, diga-se, integrantes dos Anexos II e III da CITES, ilustrados pela tabela abaixo:

Qtd.	Nome Popular	Nome Científico	Observação
01	Jacaré-do-papo-amarelo	Caiman latirostris	Constante nos Anexos I e II da CITES. Doc. 02
16	Jabuti	Chelonoidis carbonaria	Constante no Anexo II da CITES. Doc. 03
06	Cágados		Não integra a CITES.
01		Cebus Flavius	Constante no Anexo II da CITES. Doc. 04
04		Saguinus Midas	Constante no Anexo II da CITES. Doc. 05

Total de Animais que constam no Anexo I da CITES

01 - Caiman latirostris

Portanto, observado o disposto no art. 24, §4º, do Decreto nº 6.514/2008, ter-se-ia que a multa seria fixada em R\$ 5.000,00, em razão da manutenção em cativeiro de um único animal em extinção!

Sucessivamente e, tão somente, se for ignorada a faculdade proposta pelo artigo retro mencionado, pugna para que o valor fixado pelo art. 24, II, do Decreto nº 6.514/2008, não venha a incidir para os animais que não se encontrem ameaçados de extinção.

Faz-se este apelo, pois, como dito acima, a expressão "inclusive", responsável pela conexão das disposições do artigo 24, inciso II, amplia o rol de espécimes, mas não dispensa a condição de estar ameaçado de extinção. Agindo assim, ter-se-ia multa correspondente a soma da seguinte adição: (01 x R\$ 5.000,00) + (16 x R\$ 500,00) + (06 x R\$ 500,00) + (01 x R\$ 500,00) + (04 x R\$ 500,00) = R\$ 18.500,00.

EM BRANCO

Ante o exposto, tem-se que eventual multa deveria corresponder à importância de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e, na mais remota das hipóteses, não poderia superar a quantia de R\$ 18.500,00 (dezoito mil e quinhentos reais).

IV.6. DA IMPOSSIBILIDADE DE CORREÇÃO DOS VALORES FIXADOS ATRAVÉS DO DESPACHO Nº 02006.001270/2015-06 E DA NECESSIDADE DE CORREÇÃO DOS VALORES PORVENTURA ADIMPLIDOS

Por fim, se todos os argumentos postos anteriormente não forem suficientes para a imediata anulação ou descaracterização da autuação, em última hipótese, e por extrema cautela, pede que se avalie o seguinte:

Considerando que o valor de R\$ 108.500,00 foi fixado através do Despacho nº 02006.001270/2015-06, datado de 23 de abril de 2015, e que até o recebimento da decisão do julgamento da defesa não se tinha notícia da referida majoração, logo, não havia mora que justificasse a recomposição do poder de compra da moeda, pugna-se para que eventual correção incida a partir da ciência da Autuada, isto é, a partir de 09/07/2015.

Além disso, considerando o valor adimplido pela empresa em 14/04/2009, qual seja, o valor de R\$ 16.095,00 (dezesseis mil e noventa e cinco reais), objeto do comprovante de fls. XX, e que este valor ficou à disposição do IBAMA, reclama-se pela sua correção, mediante aplicação da SELIC, justamente para recompor o poder de compra da moeda.

Dados básicos da correção pela Selic

Dados informados

Data inicial	14/04/2009
Data final	27/07/2015
Valor nominal	R\$ 16.095,00 (REAL)

Dados calculados

Índice de correção no período	1,816351828
Valor percentual correspondente	81,64%
Valor corrigido na data final	R\$ 29.234,18 (REAL)

SUBSISTÊNCIA

EM BRANCO

Desse modo, na remota hipótese de persecução do valor fixado a título de multa pelo Sr. Elcio Almeida Ribeiro, esta deverá sofrer a dedução do valor anteriormente adimplido, devidamente atualizado, ou seja, a dedução do valor de R\$ 29.234,18, conforme memória de cálculo constante a seguir:

Data	Descrição	Valor Histórico	Valor atualizado
09.07.2015	Multa Indicada	R\$ 108.500,00	R\$ 108.500,00
14/04/2009	Valor adimplido	R\$ 16.095,00	- R\$ 29.234,18
27/07/2015	Desconto (30%)	R\$ 32.550,00	- R\$ 32.550,00
27/07/2015	Saldo atualizado	= 108.500,00 - 29.234,18 - 32.550,00 = R\$ 46.715,82	

A dedução do valor anteriormente adimplido - devidamente atualizado -, e do desconto proposto pelo art. 106 da IN nº 10/2012, resulta em diferença de R\$ 46.715,82 (quarenta e seis mil, setecentos e quinze reais e oitenta e dois centavos), passível de ser exigida à empresa.

V. CONCLUSÃO

Por tudo quanto ora exposto, é a presente para requerer o acolhimento das questões preliminares postas nesta manifestação, declarando, por conseqüente, a nulidade da autuação, especialmente, das circunstâncias que motivaram a majoração da multa ora contestada.

Na eventual hipótese de não serem acolhidas as questões preliminares referidas, o que se admite, socorrendo-se ao princípio da eventualidade, requer:

- A improcedência do agravamento, em razão da impossibilidade de que os valores fixados a título de multa pelo art. 24, II, do Decreto nº 6.514/2008, venham a incidir sobre espécimes que não se encontram ameaçados de extinção, ou seja, ausentes tanto no anexo I da Cites, como também no anexo I da Portaria MMA nº 444 de 17/12/2014.
- descaracterização da infração em razão do princípio da boa-fé; da ofensa ao princípio da proibição do excesso e à finalidade do ato administrativo;

Alternativamente, acaso não seja este o entendimento, requer:

- perdão da multa em razão do caso em tela ser enquadrado como guarda domestica,

EM BRANCO

SUPES/BA

Fl. 167

Rub. Carol

MMC & ZARIF

A D V O G A D O S

- Ou ainda, a substituição da multa pecuniária em sanção de advertência;

Observadas as razões lançadas na presente manifestação, e, em não sendo considerado o quanto disposto na Portaria MMA nº 444/2014, tem-se que o único animal ameaçado de extinção, conforme anexo I da Cites e mantido em cativeiro correspondia ao exemplar de jacaré-do-papo-amarelo (caiman latirostris), logo eventual multa não deveria superar a importância de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). As demais espécimes, em razão do disposto no art. 24, §4º, do Decreto nº 6.514/2008, autorizaria, inclusive, a renúncia do poder punitivo que é próprio do Estado.

Sucessivamente, na hipótese de não vir a ser observada a faculdade proposta pelo art. 24, §4º, do Decreto nº 6.514/2008, reclama-se para que eventual sanção não supere a quantia de R\$ 18.500,00 (dezoito mil e quinhentos reais), resultante da soma de 01 (um) exemplar em extinção (Caiman latirostris) e outros 27 (vinte e sete) que não estão em perigo de extinção e cuja guarda representa a subsunção do comportamento à hipótese de incidência do art. 24, inciso I, do Decreto nº 6.514/2008.

Termos em que,


Pede e espera deferimento.

Salvador, 08 de Outubro de 2015.


ROBERTA CASALI BAHIA DAMIS
OAB/BA 12.817


LORENA MAGALHÃES SANCHO
OAB/BA 14.461

GILBERTO LYRIO NETO
OAB/BA 25.435


CINTIA PINTO ARAUJO MORAES
OAB/BA 25.400

EM BRANCO

MMC & ZARIF

A D V O G A D O S

SUPES/BA

Fl. 168

Rub. carel

DOC 01

/

EM BRANCO



SUPES/BA

Fl. 169

Rub. Panel

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Superintendência do Ibama no Estado da Bahia - BA
Gabinete-Ba
Avenida Manoel Dias da Silva, nº 111, edifício Espaço Montalto Salvador-BA
CEP: 41930-034 e (71) 3172-1650/1750
www.ibama.gov.br

OF 02006.001053/2015-16 GABIN/BA/IBAMA

Salvador, 10 de setembro de 2015.

Ao Senhor
Braskem S.A.
Representante Legal da Braskem S.A.
RUA OXIGÊNIO, 765, COPEC
CAMACARI - BAHIA
CEP.: 42810000

Assunto: Ref.: Processo Administrativo nº 02006.000358/2009-54.

15:52 29/09/15 00358 IBAMA-BA-IBAMA

Senhor Representante Legal,

1. Com os devidos cumprimentos, vimo-nos reportar ao Processo Administrativo supracitado, originário do **Auto de Infração nº. 476534/D**, para informar a V.Sa., que foi proferida decisão pela Autoridade Julgadora, cuja cópia segue anexa, para conhecimento de seu inteiro teor e observância aos prazos e restrições nela consignados.
2. Neste sentido, fica Vossa Senhoria **Notificada** a apresentar, no prazo de 10 (dez) dias, manifestação quanto à adequação do valor da multa, bem como as Alegações Finais.

Atenciosamente,

SOSTENES FLORENTINO DA SILVA
Superintendente Substituto do IBAMA

EM BRANCO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

SUPES/BA

Fl. 170

Rub. canal

Juízo de retratação
Nº 1/2015 - SSA/NUIP

Nº. Auto: 476534/D
Nº. Processo: 02006.000358/2009-54
Interessado: BRASKEM S.A.
CPF/CNPJ: 42.150.391/0018-19

Trata-se de processo encaminhado para retratação, nos termos do § 1º, art. 127 do Decreto n.º 6.514/08 e art. 100 da Instrução Normativa Ibama n.º 10/2012.

Após reanálise do julgamento de 1ª instância, verifica-se a necessidade de ato administrativo inequívoco de convalidação do auto de infração no presente processo administrativo com posterior notificação ao administrado.

Nesse sentido, passo a convalidar o auto de infração em epígrafe com a alteração do enquadramento legal para o Inciso I e II, § 3º, Inciso III, art. 24 do Decreto Federal n.º 6.514/2008 e o correto valor da sanção pecuniária: R\$ 108.500,00 (cento e oito mil e quinhentos reais), tendo em vista o esposado às fl. 89 (Despacho n.º 02006.001270/2015-06 AJG/BA/IBAMA).

Diante do exposto, DECIDO:

Haja vista a análise das peças documentais constantes nos autos, torna-se - portanto - sem efeito a decisão anterior haja vista que não houve notificação prévia após o ato convalidador.

Notificar o administrado da adequação do valor da sanção pecuniária, reabrindo-se o prazo para alegações finais.

Tendo em vista o exposto acima, necessário:

Notificar o interessado desta decisão, promovendo-se as devidas atualizações nos sistemas corporativos do Ibama.

Bahia, 09 de setembro de 2015.



ELCIO DE ALMEIDA RIBEIRO
Analista Ambiental
IBAMA/SUPES-BA
Mat. 2573883

EM BRANCO

SUPES/BA

Fl. 174

Rub. larel

MMC & ZARIF

A D V O G A D O S

DOC 02

SECRET

EM BRANCO

SUPES/BA
Fl. 172
Rub. Carol

MMC & ZARIF
A D V O G A D O S

ANEXO CITES

ATC 403

EM BRANCO

SUPES/BA
FI 173
Rub. carel

Checklist of CITES species

http://checklist.cites.org/#/en/search/output_layout=alphabetical&l...

Doc. 02

Checklist of CITES Species

About Terms of Use

English Español Français

Caiman latirostris



ALL
APPS.

ALL
LOCATIONS

Advanced
Options

X CLEAR SEARCH

DOWNLOAD

SAVE THIS

Caiman latirostris (Daudin, 1802)
(*Crocodilus latirostris* Daudin, 1802, *Alligator cynocephalus* Duméril &
Bibron, 1836, *Caiman fissipes* Spix, 1829)
Chordata • Reptilia • Crocodylia • Alligatoridae

EN - Broad-nosed Caiman, Broad-snouted Caiman
ES - Caimán de hocico ancho, Caimán hociquancho, Yacaré de
hocico ancho, Yacaré otero
FR - Caiman à museau large

I Argentina, Bolivia
(Plurinational State
of), Brazil
II Paraguay, Uruguay
FEATURED
Full species list
History of listings

Powered By



SECRET

EM BRANCO

SUPES/BA

Fl. 174

Rub. canal

Checklist of CITES species

http://checklist.cites.org/#/en/search/output_layout=alphabetical&l...

box 03

Checklist of CITES Species

About Terms of Use

English Español Français

Chelonoidis carbonaria



ALL
APPXS.

ALL
LOCATIONS

Advanced
Options

X CLEAR SEARCH

DOWNLOAD

SAVE THIS

FEATURED

Full species list

History of listings

Chelonoidis carbonaria (Spix, 1824)

(*Testudo bolai* Wagler, 1830, *Testudo carbonaria* Spix, 1824, *Geochelone carbonaria* (Spix, 1824), *Testudo hercules truncata* Gray, 1830)

Chordata • Reptilia • Testudines • Testudinidae

EN - Red-footed Tortoise, Wood Tortoise

ES - Jabutí, Karambé, Tortuga de patas rojas

FR - Tortue charbonnière

SUPERBIA

PI

EM BRANCO

SUPES/BA

Rub. 145
carol

Checklist of CITES species

http://checklist.cites.org/#/en/search/output_layout=alphabetical&l...

Doc. 04

Checklist of CITES Species

About Terms of Use

English Español Français

Cebus flavius



ALL
APPS.

ALL
LOCATIONS

Advanced
Options

X CLEAR SEARCH

DOWNLOAD

Cebus flavius Schreber, 1774

(*Simia flavia* (Schreber, 1774))

Chordata » Mammalia » Primates » Cebidae

11

Brazil

SAVE THIS

FEATURED

Full species list

History of listings

Powered By



AMBERUS

12

EM BRANCO

SUPES/BA 126
El
Rub. Carol

Checklist of CITES species

http://checklist.cites.org/#/en/search/output_layout=alphabetical&l...

Doc. 05

Checklist of CITES Species

About Terms of Use

English Español Français

Saguinus midas



ALL APPXS.

ALL LOCATIONS

Advanced Options

X CLEAR SEARCH

DOWNLOAD

Saguinus midas (Linnaeus, 1758)
(*Saguinus tamarin* (Link, 1793))

Chordata • Mammalia • Primates • Cebidae

EN - Negro Tamarin, Red-handed Tamarin
FR - Tamarin aux mains rouges

II

Brazil, French
Guiana (FR),
Guyana, Suriname

SAVE THIS

FEATURED

Full species list
History of listings

Powered By



01/05/2016

EM BRANCO

SUPES/BA

Fl. 177

Sub. Carol

MMC & ZARIF

A D V O G A D O S

PORTARIA MMA Nº 444/2014

1

ADVERTENCIA

EM BRANCO



2079	<i>Callistothere mundula</i> Bacro et al.	EN
2080	<i>Caesia andrionii</i> M. L. Kawas	EN
2081	<i>Caesia exorcula</i> Ash.	PU
2082	<i>Caesia magna</i> Rahim	EN
2083	<i>Vochysia angelica</i> M. C. Vianea & Fouella	EN
2084	<i>Vochysia pyramica</i> Bong	EN
2085	<i>Vochysia santolinacea</i> M. C. Vianea & Fouella	EN
	XYRIDACEAE	
2086	<i>Xyris aurea</i> L. B. Sm. & Downs	EN
2087	<i>Xyris bicaprophylla</i> Mart.	EN
2088	<i>Xyris cymosa</i> L. B. Sm. & Downs	EN
2089	<i>Xyris confusa</i> Wand. & C. Srat	EN
2090	<i>Xyris dardanoi</i> Wand.	EN
2091	<i>Xyris fibrosa</i> Kral & Wand.	CR
2092	<i>Xyris fusca</i> L. A. Nilsson	EN
2093	<i>Xyris hutchingsii</i> L. B. Sm. & Downs	CR
2094	<i>Xyris huxleyi</i> Nees	CR
2095	<i>Xyris longifolia</i> Mart.	EN
2096	<i>Xyris lucida</i> Malme	EN
2097	<i>Xyris macri</i> Kral & J. B. Sm.	EN
2098	<i>Xyris neesiana</i> L. A. Nilsson	EN
2099	<i>Xyris neumanniana</i> L. A. Nilsson	EN
2100	<i>Xyris obtusocaulis</i> L. A. Nilsson	EN
2101	<i>Xyris phaeocephala</i> Kral & Wand.	EN
2102	<i>Xyris platycaulis</i> L. A. Nilsson ex Malme	CR
2103	<i>Xyris reitzii</i> L. B. Sm. & Downs	EN
2104	<i>Xyris retrofracta</i> Kral & L. B. Sm.	EN
2105	<i>Xyris rigida</i> Kunth	CR
2106	<i>Xyris sarcocoma</i> Kral & Wand.	EN
2107	<i>Xyris soerizii</i> Kunth	CR
2108	<i>Xyris squarrevilla</i> L. A. Nilsson	EN
2109	<i>Xyris tocius</i> Wand.	CR
2110	<i>Xyris unguervis</i> Malme	EN
2111	<i>Xyris vacillans</i> Malme	EN
2112	<i>Xyris wagneri</i> Heimerl	EN
	INTEGRALGAE	
2113	<i>Renealmia brachystylis</i> K. Schum.	EN

*Espécies constantes na IN 06/2008
CR - Criticamente em Perigo
EN - Em Perigo
VU - Vulnerável

PORTARIA Nº 444, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014

A MINISTRA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto na Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, no Decreto nº 6.101, de 26 de abril de 2007, e na Portaria nº 43, de 31 de janeiro de 2014, resolve:

Art. 1º Reconhecer como espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção aquelas constantes da "Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção" - Lista, conforme Anexo I da presente Portaria, em observância aos arts. 6º e 7º, da Portaria nº 43, de 31 de janeiro de 2014.

§ 1º - A presente portaria trata de mamíferos, aves, répteis, anfíbios e invertebrados terrestres e indica o grau de risco de extinção de cada espécie.

Art. 2º As espécies constantes da Lista, conforme Anexo I, classificadas nas categorias Extintas na Natureza (EW), Criticamente em Perigo (CR), em Perigo (EN) e Vulnerável (VU) ficam protegidas de modo integral, incluindo, entre outras medidas, a proibição de captura, transporte, armazenamento, guarda, manejo, beneficiamento e comercialização.

§ 1º A captura, transporte, armazenamento, guarda e manejo de exemplares das espécies de que trata o caput somente poderá ser permitida para fins de pesquisa ou para a conservação da espécie, mediante autorização do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes.

§ 2º As restrições estabelecidas no caput não se aplicam a exemplares reproduzidos em cativores devidamente licenciados por órgão ambiental competente, em conformidade com Planos de Ação Nacionais para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção-PAN, quando existentes.

Art. 3º Os critérios utilizados e as avaliações técnico-científicas do estado de conservação das espécies constantes da Lista serão divulgados no sítio eletrônico do Ministério do Meio Ambiente <www.mma.gov.br> e do Instituto Chico Mendes <www.icmbio.gov.br>.

Art. 4º Poderão ser realizadas atualizações específicas na Lista a partir de dados atualizados de monitoramento ou mediante o aporte de conhecimento científico sobre o estado de conservação da espécie, de acordo com o disposto no § 4º, art. 6º, da Portaria nº 43, de 2014.

Art. 5º Reconhecer como espécies da fauna brasileira Extintas (EX) aquelas constantes do Anexo II, nos termos do § 6º, art. 6º, da Portaria n.º 43, de 2014.

Art. 6º - A não observância desta Portaria constitui infração sujeita às penalidades previstas nas Leis nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967, e 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, sem prejuízo dos dispositivos previstos no Código Penal e demais leis vigentes, com as penalidades nelas consideradas.

Art. 8º Revoga-se a Instrução Normativa nº 3, de 27 de maio de 2003.

Art. 9^o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EZADI ET AL. / THE MIDDLE CLASS 111

IZABELLA TEIXEIRA

IZABELLA TEIXEIRA

ANEXO I

LISTA NACIONAL OPERAL DE ESPÉCIES DA FAUNA AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO				
	Taxon	Nome Comum	Categoria	
	Chordata			
	Mammalia			
	Didelphimorphia			
	Didelphidae			
1	* <i>Chacoanotatus itambere</i> Sanborn, 1951	Coieca-de-coieca	CR/PEXI	
2	* <i>Marmosops badius</i> (Jacq., 1931)	Coieca	EN	
3	<i>Thylamys macrotis</i> (Olfers, 1819)	Caíra	EN	
4	<i>Thylamys velutinus</i> (Wagner, 1842)	Caíra	VU	
	Ptilosa			
	Bradyrodidae			
5	* <i>Bradyrodus torquatus</i> Illiger, 1811	Peganga-de-calcira	VU	
	Myrmecophagidae			
6	* <i>Myrmecophaga tridactyla</i> Linnaeus, 1758	Tamandá-bandeira	VU	
	Cingulata			
	Dasyproctidae			
7	* <i>Proechimys maximus</i> (Kerr, 1792)	Tatu-cangata	VU	
8	* <i>Tupiaeslops fuscatus</i> (Linnaeus, 1758)	Tatu-bola	EN	
	Perissodactyla			
	Leporidae			
9	<i>Lepus tegestris</i> (Linnaeus, 1758)	Amu	VU	

	Cervidae		
10	* <i>Blastocercus dichotomus</i> (Hilger, 1955)	Carro-do-pau-anal	VU
11	<i>Mazama bororo</i> Duarte, 1996	Carro-bororo-de-sino-anal	VU
12	* <i>Mazama ama</i> (Hensel, 1872)	Carro-bororo-de-sul	VU
13	* <i>Ozotoceros bezaarticus bezaarticus</i> (Linnaeus, 1758)	Carro-campeiro	VU
14	<i>Ozotoceros bezaarticus leucogaster</i> (Goldfuss, 1817)	Carro-campeiro	VU
15	<i>Javasuia</i>		
	<i>Javasuia pesenti</i> (Link, 1795)	Quicaxal	VU
	Sirenia		
	Trichechidae		
16	* <i>Trichechus inunguis</i> (Natterer, 1883)	Peixe-boi-da-amazônia	VU
17	* <i>Trichechus inunguis</i> Linnaeus, 1758	Peixe-boi-marinho	VU
	Cetacea		
	Balaenidae		
18	* <i>Balaenula mystrofa</i> (Desmoulins, 1822)	Baleia-franca-do-sul	EN
	Balaenopteridae		
19	* <i>Balaenoptera borealis</i> Lesson, 1828	Baleia-cin	EN
20	* <i>Balaenoptera musculus</i> (Linnaeus, 1758)	Baleia-azul	CR
21	* <i>Balaenoptera physalus</i> (Linnaeus, 1758)	Baleia-fin	EN
	Delphinidae		
22	<i>Sorolia guianensis</i> (Van Beneden, 1864)	Beto-cinza	VU
	Pinidae		
23	<i>Pinus geoffroyana</i> (de Blainville, 1817)	Beto-cur-de-nova	EN
	Phytocoridae		
24	* <i>Phytocoris macrocephalus</i> Linnaeus, 1758	Cachalote	VU
	Pontoporiidae		
25	* <i>Pontoporia blainvilliei</i> (Gervais & d'Orbigny, 1844)	Timinha	CR
	Phalacrocoracidae		
26	<i>Alouatta belzebul</i> (Linnaeus, 1766)	Guacá-de-mus-curvas	VU
27	<i>Alouatta discolor</i> (Say, 1823)	Guacá-de-mus-curvas	VU
28	<i>Alouatta guariba clamans</i> Colpaco, 1940	Bugio-novo	VU
29	<i>Alouatta guariba guariba</i> (Humboldt, 1812)	Bugio-novo	CR
30	<i>Alouatta palliata</i> Blinn, 1912	Guacá	EN
31	<i>Ateles belzebul</i> E. Geoffroy, 1806	Macaco-arauá	VU
32	<i>Ateles chamek</i> (Humboldt, 1812)	Macaco-araúca-de-cara-preta	VU
33	* <i>Ateles marginatus</i> (E. Geoffroy, 1809)	Cará-de-toda-branca	EN
34	<i>Brachyteles arachnoides</i> (E. Geoffroy, 1806)	Maricá-do-sul	EN
35	* <i>Brachyteles hypoxanthus</i> (Kuhl, 1820)	Muriqui-do-norte	CR
36	<i>Leontideus rosalia</i> (E. Geoffroy in Humboldt, 1812)	Macaco-burguês	VU
37	<i>Leontideus leucochrysus</i> (Humboldt, 1812)	Macaco-burguês	VU
38	<i>Leontideus poeppigii</i> Schinz, 1844	Macaco-burguês	VU
	Callitrichidae		
39	* <i>Callithrix aurita</i> (E. Geoffroy in Humboldt, 1812)	Saguá-da-serra-escura	EN
40	* <i>Callithrix flavipes</i> (Thomas, 1903)	Saguá-da-serra-clara	EN
41	<i>Leontopithecus rosalia</i> Linares & Pearson, 1990	Mico-leão-da-cara-preta	EN
42	<i>Leontopithecus chrysomelas</i> (Kuhl, 1820)	Mico-leão-da-cara-dourada	EN
43	* <i>Leontopithecus chrysomelas</i> (Kuhl, 1820)	Mico-leão-preto	EN
44	<i>Leontopithecus rosalia</i> (Linnaeus, 1766)	Mico-leão-dourado	EN
45	<i>Mico rondoni</i> Ferrari, Soria, Schneider & Silva Jr., 2010	Mico-de-rondonia	VU
46	* <i>Saguinus bicolor</i> (Spix, 1823)	Saimiri-de-cadorna	CR
	<i>Saguinus niger</i> (E. Geoffroy, 1803)	Saguá-nua	VU
	Cebidae		
48	* <i>Cebus kapposi</i> Queiroz, 1992	Cabara	CR
49	<i>Saimiri vanzolinii</i> Ayres, 1985	Macaco-de-chito	VU
50	<i>Saguinus cay</i> (Hilger, 1915)	Macaco-negro	VU
51	<i>Saguinus flavus</i> (Schöcher, 1774)	Macaco-negro-griego	EN
52	<i>Saguinus robustus</i> (Lahm, 1920)	Macaco-negro-de-creta	EN
53	<i>Saguinus oedipus</i> (Wied-Neuwied, 1826)	Macaco-negro-do-pico-amarelo	EN
	Platyrrhini		
54	<i>Cacajao hosomi</i> Boubli, da Silva, Amado, Herik, Pontieri & Estiva, 2008	Uacari	EN
55	* <i>Callicebus barbarabromus</i> Herkowitz, 1990	Carão-de-catinga	CR
56	* <i>Callicebus corumbae</i> Kobayashi & Langenhove, 1999	Carão	EN
57	<i>Callicebus melanochor</i> Wied-Neuwied, 1820	Carão	VU
58	* <i>Callicebus personatus</i> (E. Geoffroy, 1812)	Nova-de-cara-preta	VU
59	<i>Callicebus satanas</i> (Hoffmannsseg, 1907)	Carão-preto	CR
60	<i>Chiropterus nathaei</i> Herkowitz, 1985	Carão	VU
	Chiroptera		
	Cynidae		
61	<i>Aciocynus microps</i> (Schäfer, 1883)	Cachorro-do-mato-de-orelhas-curtas	VU
62	* <i>Chrysocyon brachyurus</i> (Hilger, 1815)	Leão-guaçu	VU
63	<i>Urocyon vesterus</i> (Lund, 1842)	Mopos-do-campo	VU
64	* <i>Speotyus venustus</i> (Lund, 1842)	Cachorro-vimagra	VU
	Felidae		
65	<i>Leopardus colocolo</i> (Blarina, 1782)	Gato-palmeiro	VU
66	<i>Leopardus geoffroyi</i> (d'Orbigny & Gervais, 1844)	Gato-do-mato-guaçu	VU
67	<i>Leopardus eurasius</i> (Hesse, 1872)	Gato-do-mato	VU
68	<i>Leopardus tigris</i> (Schreber, 1775)	Gato-do-mato	EN
69	<i>Leopardus wiedii</i> (Schwarz, 1812)	Gato-manchado	VU
70	<i>Panthera onca</i> (Linnaeus, 1758)	Onça-pintada	VU
71	<i>Puma concolor</i> (Linnaeus, 1771)	Onça-parda	VU
72	<i>Puma yagouaroundi</i> (E. Geoffroy, 1803)	Jaçarandi	VU
	Mustelidae		
73			
	<i>Pteronura brasiliensis</i> (Linnaeus, 1788)	Ariranha	VU
	Chiroptera		
	Phyllostomidae		
74	<i>Myotis torresii</i> (P. Carver, 1828)	Moreço	VU
	Natalidae		
75	<i>Natalus macrotis</i> (Gervais, 1856)	Moreço	VU
	Phyllostomidae		
76	<i>Glyptotriton behni</i> (Peters, 1865)	Moreço	VU
77	<i>Lonchophylla dolosorum</i> Taddei, Vizotto & Szirmai, 1983	Moreço-gumbo-do-cerrado	EN
78	<i>Lonchorhina acrita</i> James, 1863	Moreço	VU
79	<i>Xeronycteris vicinai</i> Gervais & Dufschield, 2005	Moreço	VU
	Vespertilionidae		
	<i>Eptesicus talpini</i> Miranda, Bernardi & Passos, 2006	Moreço	VU
	Rodentia		
	Caviidae		
81	<i>Cavia intermedia</i> Chapuis, Ohlmann & Ximenez, 1999	Preá	CR
82	<i>Kerodon acineta</i> Moquin, Locks & Langguth, 1997	Moco	VU
83	<i>Kerodon rogersi</i> (Wied-Neuwied, 1820)	Moco	VU

EM BRANCO



122

ISSN 1677-7043

Diário Oficial da União - Seção 1

Nº 245, quinta-feira, 18 de dezembro de 2014

SUPES/BA

Fl. 179

Rub. Carol

84	<i>Akodon mystax</i> Hershkovitz, 1998	Rato-do-chão	IVU
85	<i>Ctenomys garyana</i> Tavares, Pessoa & Gonçalves, 2011	Rato-do-chão	EN
86	<i>Barroetomys lania</i> Thomas, 1901	Rato-do-mato	EN
87	<i>Cydonomys planaltensis</i> (Avala-Pires, 1972)	Rato-do-mato	EN
88	<i>Isoclinomys candango</i> Mojon, 1965	Rato-do-mato	CR(PEX)
89	<i>Microdromomys transiens</i> Hershkovitz, 1993	Rato-do-mato	EN
90	<i>Oligoryzomys rufescens</i> Weksler & Bonvicino, 2005	Rato-do-mato	EN
91	<i>Rhipidomys carini</i> Turbe, 2005	Rato-do-mato	EN
92	<i>Rhipidomys tibi</i> E.M.A. Costa, Ojeda, Pereira & L.P. Costa, 2011	Rato-do-mato	EN
93	<i>Thalpomys ceradensis</i> Hershkovitz, 1998	Rato-do-chão	EN
94	<i>Thalpomys lanius</i> Thomas, 1916	Rato-do-chão	EN
95	<i>Wilfredomys conzatti</i> Thomas, 1928	Rato-do-mato	EN
96	<i>Ctenomys</i>		
97	<i>Ctenomys beccarii</i> Waterhouse, 1848	Tuco-tuco	EN
98	<i>Ctenomys damianoi</i> Travi, 1981	Tuco-tuco	EN
99	<i>Ctenomys lami</i> Freitas, 2000	Tuco-tuco	EN
100	<i>Ctenomys minutus</i> Nehring, 1887	Tuco-tuco	EN
101	<i>Echimyidae</i>		
102	<i>Callosomys pictus</i> Pictet, 1841	Rato-do-cacau	EN
103	<i>Phyllomys brasiliensis</i> Lund, 1840	Rato-da-árvore	EN
104	<i>Phyllomys lundii</i> Leite, 2003	Rato-da-árvore	EN
105	<i>Phyllomys dumasi</i> (Hering, 1871)	Rato-da-árvore	EN
106	<i>Phyllomys unicolor</i> (Wagner, 1842)	Rato-da-árvore	EN
107	<i>Trinomys eliasi</i> (Pessoa & Reis, 1993)	Rato-da-árvore	EN
108	<i>Trinomys moorei</i> (Pessoa, Oliveira & Reis, 1993)	Rato-da-árvore	EN
109	<i>Trinomys mirapitanga</i> Lara, Páfon & Ringst-Zaher, 2002	Rato-da-árvore	EN
110	<i>Tanomys yonacensis</i> (Rocha, 1995)	Rato-da-árvore	EN
111	<i>Echimyidae</i>		
112	<i>Chaetomys subpersonatus</i> (Olfers, 1818)	Ouriço-peludo	EN
113	<i>Coccyzus species</i> Pontes et al., 2013	Ouriço-peludo	EN
114	<i>Aves</i>		
115	<i>Amniotiformes</i>		
116	<i>Amniotiformes</i>		
117	<i>Amniotiformes</i>		
118	<i>Amniotiformes</i>		
119	<i>Amniotiformes</i>		
120	<i>Amniotiformes</i>		
121	<i>Amniotiformes</i>		
122	<i>Amniotiformes</i>		
123	<i>Amniotiformes</i>		
124	<i>Amniotiformes</i>		
125	<i>Amniotiformes</i>		
126	<i>Amniotiformes</i>		
127	<i>Amniotiformes</i>		
128	<i>Amniotiformes</i>		
129	<i>Amniotiformes</i>		
130	<i>Amniotiformes</i>		
131	<i>Amniotiformes</i>		
132	<i>Amniotiformes</i>		
133	<i>Amniotiformes</i>		
134	<i>Amniotiformes</i>		
135	<i>Amniotiformes</i>		
136	<i>Amniotiformes</i>		
137	<i>Amniotiformes</i>		
138	<i>Amniotiformes</i>		
139	<i>Amniotiformes</i>		
140	<i>Amniotiformes</i>		
141	<i>Amniotiformes</i>		
142	<i>Amniotiformes</i>		
143	<i>Amniotiformes</i>		
144	<i>Amniotiformes</i>		
145	<i>Amniotiformes</i>		
146	<i>Amniotiformes</i>		
147	<i>Amniotiformes</i>		
148	<i>Amniotiformes</i>		
149	<i>Amniotiformes</i>		
150	<i>Amniotiformes</i>		
151	<i>Amniotiformes</i>		
152	<i>Amniotiformes</i>		
153	<i>Amniotiformes</i>		
154	<i>Amniotiformes</i>		
155	<i>Amniotiformes</i>		
156	<i>Charadriidae</i>		
157	<i>Charadrius wilsonia</i> Ord, 1814	Batuta-bicuda	IVU
158	<i>Limnodromus griseus</i> (Gmelin, 1789)	Moçambo-de-costas-brancas	CR
159	<i>Calidris canutus</i> (Linnaeus, 1758)	Moçambo-de-papo-vermelho	CR
160	<i>Calidris pusilla</i> (Linnaeus, 1766)	Moçambo-rasturinha	EN
161	<i>Calidris subruficollis</i> (Vieillot, 1819)	Moçambo-rasturinha	EN
162	<i>Sterna</i>		
163	<i>Sterna bergii</i> Montagu, 1813	Trinta-réis-rufo	IVU
164	<i>Sterna bergii</i> Montagu, 1813	Trinta-réis-rufo	IVU
165	<i>Sterna bergii</i> Montagu, 1813	Trinta-réis-rufo	IVU
166	<i>Neomorphus geoffroyi</i> (Temminck, 1811)	Jacu-estilo	IVU
167	<i>Neomorphus geoffroyi</i> (Temminck, 1811)	Jacu-estilo	IVU
168	<i>Neomorphus geoffroyi</i> (Temminck, 1811)	Jacu-estilo	IVU
169	<i>Neomorphus geoffroyi</i> (Temminck, 1811)	Jacu-estilo	IVU
170	<i>Neomorphus geoffroyi</i> (Temminck, 1811)	Jacu-estilo	IVU
171	<i>Neomorphus geoffroyi</i> (Temminck, 1811)	Jacu-estilo	IVU
172	<i>Neomorphus geoffroyi</i> (Temminck, 1811)	Jacu-estilo	IVU
173	<i>Neomorphus geoffroyi</i> (Temminck, 1811)	Jacu-estilo	IVU
174	<i>Neomorphus geoffroyi</i> (Temminck, 1811)	Jacu-estilo	IVU
175	<i>Neomorphus geoffroyi</i> (Temminck, 1811)	Jacu-estilo	IVU
176	<i>Phaethon aethiops</i> (Linnaeus, 1758)	Rabo-branco-de-garganta	IVU
177	<i>Phaethon aethiops</i> (Linnaeus, 1758)	Rabo-branco-de-garganta	IVU
178	<i>Phaethon aethiops</i> (Linnaeus, 1758)	Rabo-branco-de-garganta	IVU
179	<i>Phaethon aethiops</i> (Linnaeus, 1758)	Rabo-branco-de-garganta	IVU
180	<i>Phaethon aethiops</i> (Linnaeus, 1758)	Rabo-branco-de-garganta	IVU
181	<i>Phaethon aethiops</i> (Linnaeus, 1758)	Rabo-branco-de-garganta	IVU
182	<i>Phaethon aethiops</i> (Linnaeus, 1758)	Rabo-branco-de-garganta	IVU
183	<i>Phaethon aethiops</i> (Linnaeus, 1758)	Rabo-branco-de-garganta	IVU
184	<i>Phaethon aethiops</i> (Linnaeus, 1758)	Rabo-branco-de-garganta	IVU
185	<i>Phaethon aethiops</i> (Linnaeus, 1758)	Rabo-branco-de-garganta	IVU
186	<i>Phaethon aethiops</i> (Linnaeus, 1758)	Rabo-branco-de-garganta	IVU
187	<i>Phaethon aethiops</i> (Linnaeus, 1758)	Rabo-branco-de-garganta	IVU
188	<i>Phaethon aethiops</i> (Linnaeus, 1758)	Rabo-branco-de-garganta	IVU
189	<i>Phaethon aethiops</i> (Linnaeus, 1758)	Rabo-branco-de-garganta	IVU
190	<i>Phaethon aethiops</i> (Linnaeus, 1758)	Rabo-branco-de-garganta	IVU
191	<i>Phaethon aethiops</i> (Linnaeus, 1758)	Rabo-branco-de-garganta	IVU
192	<i>Phaethon aethiops</i> (Linnaeus, 1758)	Rabo-branco-de-garganta	IVU
193	<i>Phaethon aethiops</i> (Linnaeus, 1758)	Rabo-branco-de-garganta	IVU
194	<i>Phaethon aethiops</i> (Linnaeus, 1758)	Rabo-branco-de-garganta	IVU
195	<i>Phaethon aethiops</i> (Linnaeus, 1758)	Rabo-branco-de-garganta	IVU
196	<i>Phaethon aethiops</i> (Linnaeus, 1758)	Rabo-branco-de-garganta	IVU
197	<i>Phaethon aethiops</i> (Linnaeus, 1758)	Rabo-branco-de-garganta	IVU
198	<i>Phaethon aethiops</i> (Linnaeus, 1758)	Rabo-branco-de-garganta	IVU
199	<i>Phaethon aethiops</i> (Linnaeus, 1758)	Rabo-branco-de-garganta	IVU
200	<i>Phaethon aethiops</i> (Linnaeus, 1758)	Rabo-branco-de-garganta	IVU
201	<i>Phaethon aethiops</i> (Linnaeus, 1758)	Rabo-branco-de-garganta	IVU
202	<i>Phaethon aethiops</i> (Linnaeus, 1758)	Rabo-branco-de-garganta	IVU
203	<i>Phaethon aethiops</i> (Linnaeus, 1758)	Rabo-branco-de-garganta	IVU
204	<i>Phaethon aethiops</i> (Linnaeus, 1758)	Rabo-branco-de-garganta	IVU
205	<i>Phaethon aethiops</i> (Linnaeus, 1758)	Rabo-branco-de-garganta	IVU
206	<i>Phaethon aethiops</i> (Linnaeus, 1758)	Rabo-branco-de-garganta	IVU
207	<i>Phaethon aethiops</i> (Linnaeus, 1758)	Rabo-branco-de-garganta	IVU
208	<i>Phaethon aethiops</i> (Linnaeus, 1758)	Rabo-branco-de-garganta	IVU
209	<i>Phaethon aethiops</i> (Linnaeus, 1758)	Rabo-branco-de-garganta	IVU
210	<i>Phaethon aethiops</i> (Linnaeus, 1758)	Rabo-branco-de-garganta	IVU
211	<i>Phaethon aethiops</i> (Linnaeus, 1758)	Rabo-branco-de-garganta	IVU
212	<i>Phaethon aethiops</i> (Linnaeus, 1758)	Rabo-branco-de-garganta	IVU
213	<i>Phaethon aethiops</i> (Linnaeus, 1758)	Rabo-branco-de-garganta	IVU
214	<i>Phaethon aethiops</i> (Linnaeus, 1758)	Rabo-branco-de-garganta	IVU
215	<i>Phaethon aethiops</i> (Linnaeus, 1758)	Rabo-branco-de-garganta	IVU
216	<i>Phaethon aethiops</i> (Linnaeus, 1758)	Rabo-branco-de-garganta	IVU
217	<i>Phaethon aethiops</i> (Linnaeus, 1758)	Rabo-branco-de-garganta	IVU
218	<i>Phaethon aethiops</i> (Linnaeus, 1758)	Rabo-branco-de-garganta	IVU
219	<i>Phaethon aethiops</i> (Linnaeus, 1758)	Rabo-branco-de-garganta	IVU
220	<i>Phaethon aethiops</i> (Linnaeus, 1758)	Rabo-branco-de-garganta	IVU

EM BRANCO



221	Myrmotherula usticeta (Sclater, 1857)	Choquinha-de-rabo-cin-	VU
222	Formicivora erythronotos Hartlaub, 1832	Farmigueiro-de-cabeça-	CR
223	Formicivora grantiaui Gonzaga, Carvalhães & Buzzetti, 2007	Papa-formiga-do-sinco-	EN
224	Formicivora litoralis Gonzaga & Pacheco, 1990	Farmigueiro-do-litoral	EN
225	Formicivora paludicola Buzzetti, Belmontes-Lopes, Reinert, Silveira & Bornschein, 2013	Bicudinho-do-brejo-	CR
226	Thamnomorphus caesus caesus (Lichtenstein, 1820)	Ipecuá	VI
227	Thamnomorphus nictatus (Lichtenstein, 1823)	Chocorinho-de-boné	VI
228	Thamnomorphus aethiops distans Pinto, 1954	Choca-lisa	EN
229	Thamnomorphus caeruleus caeruleus (Cory, 1919)	Choca-da-mata	VI
230	Thamnomorphus caeruleus peruanuscaensis Naumburg, 1937	Choca-da-mata	VI
231	Thamnomorphus nigrocaeruleus tschudi Petzel, 1868	Choca-preta-e-cinza	EN
232	Myrmocorax rubicundus (Wied, 1831)	Farmigueiro-de-cauda-	EN
233	Phapitreron ardeus (Wied, 1831)	Gravatazeiro	EN
234	Cercomacra forficata Szepligeti, 1918	Chocoré-de-azul	VI
235	Stymphalornis acutirostris Bornschein, Reinert & Teixeira, 1995	Bicudinho-do-brejo	EN
236	Hypocnemus ochraceus Zimmer, 1932	Canalador-pretinho	VI
237	Pyrrhuloxia nematocarpa Zimmer, 1931	Papa-boca	VI
238	Pyrrhuloxia alba (Swainson, 1825)	Papa-boca-da-bahia	EN
239	Philepitta nigromaculata confinis Zimmer, 1932	Mãe-de-tuaca	VI
240	Philepitta nigromaculata parvula Hellmayr, 1904	Mãe-de-tuaca	VI
241	Rhegmatorhina gymnops Ridgway, 1883	Mãe-de-tuaca-de-cara-	VI
242	Scenophaea sicksi Teixeira & Gonzaga, 1983	Zilóculo-do-nordeste	CR
243	Conopophaga lineata capaei Cory, 1916	Chupa-dente	EN
244	Conopophaga lineata lineata Wied, 1831	Chupa-dente	VI
245	Conopophaga melanops nigrifrons Pinto, 1954	Cuspideiro-de-mascara-	VI
246	Grallariidae		
247	Grallaria varia diuturna Todd, 1927	Tovacucu	VI
248	Grallaria varia intercedens Berlepsch & Lavenberg, 1890	Tovacucu	VI
249	Hypocnemus paracensis Szepligeti, 1910	Norão-do-pará	VI
250	Macropygia tenuirostris (Lichtenstein, 1823)	Macuquinhão-batato	EN
251	Macropygia tenuirostris (Lichtenstein, 1823)	Macuquinhão-batato	EN
252	Macropygia tenuirostris (Lichtenstein, 1823)	Macuquinhão-batato	EN
253	Macropygia tenuirostris (Lichtenstein, 1823)	Macuquinhão-batato	EN
254	Macropygia tenuirostris (Lichtenstein, 1823)	Macuquinhão-batato	EN
255	Macropygia tenuirostris (Lichtenstein, 1823)	Macuquinhão-batato	EN
256	Macropygia tenuirostris (Lichtenstein, 1823)	Macuquinhão-batato	EN
257	Macropygia tenuirostris (Lichtenstein, 1823)	Macuquinhão-batato	EN
258	Macropygia tenuirostris (Lichtenstein, 1823)	Macuquinhão-batato	EN
259	Macropygia tenuirostris (Lichtenstein, 1823)	Macuquinhão-batato	EN
260	Macropygia tenuirostris (Lichtenstein, 1823)	Macuquinhão-batato	EN
261	Macropygia tenuirostris (Lichtenstein, 1823)	Macuquinhão-batato	EN
262	Macropygia tenuirostris (Lichtenstein, 1823)	Macuquinhão-batato	EN
263	Macropygia tenuirostris (Lichtenstein, 1823)	Macuquinhão-batato	EN
264	Macropygia tenuirostris (Lichtenstein, 1823)	Macuquinhão-batato	EN
265	Macropygia tenuirostris (Lichtenstein, 1823)	Macuquinhão-batato	EN
266	Macropygia tenuirostris (Lichtenstein, 1823)	Macuquinhão-batato	EN
267	Macropygia tenuirostris (Lichtenstein, 1823)	Macuquinhão-batato	EN
268	Macropygia tenuirostris (Lichtenstein, 1823)	Macuquinhão-batato	EN
269	Macropygia tenuirostris (Lichtenstein, 1823)	Macuquinhão-batato	EN
270	Macropygia tenuirostris (Lichtenstein, 1823)	Macuquinhão-batato	EN
271	Macropygia tenuirostris (Lichtenstein, 1823)	Macuquinhão-batato	EN
272	Macropygia tenuirostris (Lichtenstein, 1823)	Macuquinhão-batato	EN
273	Macropygia tenuirostris (Lichtenstein, 1823)	Macuquinhão-batato	EN
274	Macropygia tenuirostris (Lichtenstein, 1823)	Macuquinhão-batato	EN
275	Macropygia tenuirostris (Lichtenstein, 1823)	Macuquinhão-batato	EN
276	Macropygia tenuirostris (Lichtenstein, 1823)	Macuquinhão-batato	EN
277	Macropygia tenuirostris (Lichtenstein, 1823)	Macuquinhão-batato	EN
278	Macropygia tenuirostris (Lichtenstein, 1823)	Macuquinhão-batato	EN
279	Macropygia tenuirostris (Lichtenstein, 1823)	Macuquinhão-batato	EN
280	Macropygia tenuirostris (Lichtenstein, 1823)	Macuquinhão-batato	EN
281	Macropygia tenuirostris (Lichtenstein, 1823)	Macuquinhão-batato	EN
282	Macropygia tenuirostris (Lichtenstein, 1823)	Macuquinhão-batato	EN
283	Macropygia tenuirostris (Lichtenstein, 1823)	Macuquinhão-batato	EN
284	Macropygia tenuirostris (Lichtenstein, 1823)	Macuquinhão-batato	EN
285	Macropygia tenuirostris (Lichtenstein, 1823)	Macuquinhão-batato	EN
286	Macropygia tenuirostris (Lichtenstein, 1823)	Macuquinhão-batato	EN
287	Macropygia tenuirostris (Lichtenstein, 1823)	Macuquinhão-batato	EN
288	Macropygia tenuirostris (Lichtenstein, 1823)	Macuquinhão-batato	EN
289	Macropygia tenuirostris (Lichtenstein, 1823)	Macuquinhão-batato	EN
290	Macropygia tenuirostris (Lichtenstein, 1823)	Macuquinhão-batato	EN
291	Macropygia tenuirostris (Lichtenstein, 1823)	Macuquinhão-batato	EN
292	Macropygia tenuirostris (Lichtenstein, 1823)	Macuquinhão-batato	EN
293	Macropygia tenuirostris (Lichtenstein, 1823)	Macuquinhão-batato	EN
294	Macropygia tenuirostris (Lichtenstein, 1823)	Macuquinhão-batato	EN

2018-03

2018-03

EM BRANCO

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a
Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

10

10

10

10



491	Metagaster diamentina Machado, Ferreira & Brescovit, 2011	Aranha-de-pemas-lon- gas	CR	549	Trogolaphysa aelleni Yosi, 1988	Colêmbolo	VU
492	Metagaster potiguar Ferreira, Souza, Machado & Brescovit, 2011	Aranha-de-pemas-lon- gas	CR	550	Trogolaphysa hauseri Yosi, 1988	Colêmbolo	VU
493	Proctotrupidae			551	Paranthopales papaveri (Zeppelini & Palacios-Vargas, 1995)	Colêmbolo	EN
494	Brasiliomma enigmatica Brescovit, Ferreira, Silva & Rheims, 2012	Desconhecido	EN	552	Paranthopales wallacei (Palacios-Vargas & Zeppelini, 1995)	Colêmbolo	CR
495	Lygomyia vhyguera Rheims & Brescovit, 2004	Desconhecido	CR		Eutomobryomorpha		
496	Metagaster chromatopus Ruiz, Brescovit & Freitas, 2007	Aranha-papa-moça	VU		Isotomidae		
497	Avicula diversipes (C.L. Koch, 1842)	Aranha-caranguejeira	EN	553	Isotomella um Mendonça, Abrantes & Neves, 2012	Colêmbolo	VU
498	Avicula pamba Bertani & Fukushima, 2009	Aranha-caranguejeira	CR		Poduromorpha		
499	Orsomyia diamantensis Bertani, Santos & Righi, 2009	Aranha-caranguejeira	EN		Hypogastruridae		
500	Pteronopelma sazimai Bertani, Nagabara & Fukushima, 2011	Aranha-caranguejeira	VU	554	Acherontides eiconora Palacios-Vargas & Gnaspini-Neto, 1992	Colêmbolo	EN
501	Tineaphantes hypogaeus Bertani, Bichucete & Pedroso, 2013	Aranha-caranguejeira	CR		Symphyla		
502	Typhochlacia curatini Bertani, 2013	Aranha-caranguejeira	CR	555	Arthropalates albertensis Zeppelini, 2006	Colêmbolo	CR
503	Typhochlacia seladonia C. L. Koch, 1841	Aranha-caranguejeira	EN	556	Arthropalates amorini Palacios-Vargas & Zeppelini, 1993	Colêmbolo	CR
	Onthodes			557	Arthropalates heterotarsus Zeppelini, 2006	Colêmbolo	CR
	Cryptosiphidae			558	Arthropalates guspinii (Palacios-Vargas & Zeppelini, 1995)	Colêmbolo	CR
504	Spinopar moria Kury & Pérez-González, 2008	Opilão	CR	559	Arthropalates heterotarsus Zeppelini, 2006	Colêmbolo	CR
	Escabidae			560	Arthropalates lawrencei Palacios-Vargas & Zeppelini, 1993	Colêmbolo	CR
505	Speleolentia spoliata (H. Soares, 1966)	Opilão	EN	561	Arthropalates parvulus Zeppelini, 2006	Colêmbolo	CR
506	Eutarsus eliae Kury, 2008	Opilão	EN		Insecta		
507	Guppoma chagasi Pérez & Kury, 2002	Opilão	EN		Olonea		
508	Isodromus setimanus Hara & Pinto-da-Rocha, 2008	Opilão	EN	562	Aceratobasis prunus (Hagen, 1967)	Libélula	VU
509	Isodromus vai Pinto-da-Rocha, 1996	Opilão	CR	563	Rhionaschna eduardo Machado, 1984	Libélula	EN
510	Pachysiphon strinati (Silhavy, 1974)	Opilão	EN		Gomphidae		
	Palmidae			564	Phyllocyba hirtica Calvert, 1988	Libélula	VU
	Eukoenia			565	Eukoenia schubert (Santos, 1945)	Libélula	EN
511	Eukoenia magnum Souza & Ferreira, 2010	Palpigrado	CR	566	Eukoenia tessellata (Burmeister, 1839)	Libélula	VU
512	Eukoenia potiguar Ferreira, Souza, Machado & Brescovit, 2011	Palpigrado	VU	567	Micrathya bozingeri Santos, 1947	Libélula	VU
513	Eukoenia sagittaria Souza & Ferreira, 2012	Palpigrado	CR	568	Micrathya divergens Westall, 1912	Libélula	VU
514	Eukoenia spumosa Souza & Ferreira, 2011	Palpigrado	CR		Coenagrionidae		
515	Eukoenia viridulata Souza & Ferreira, 2012	Palpigrado	EN	569	Aceratobasis comitatus (Calvert, 1909)	Libélula	VU
516	Eukoenia pelada Souza & Ferreira, 2013	Palpigrado	CR	570	Aceratobasis mourei (Santos, 1970)	Libélula	EN
517	Eukoenia thalassophoba Souza & Ferreira, 2013	Palpigrado	EN	571	Humagrion testaceum (Santos, 1965)	Libélula	CR(PKX)
	Pseudoscorpiones			572	Humagrion juniperi (Ric, 1925)	Libélula	VU
	Rhynchidae			573	Leptagrion acutum Santos, 1961	Libélula	CR
518	Speleobolus albidus Mahrer, 2001	Pseudoscorpion	CR	574	Leptagrion bogotense Santos, 1979	Libélula	VU
519	Speleobolus um Ratten, Mahrer & Ferreira, 2012	Pseudoscorpion	CR	575	Leptagrion capatae Santos, 1965	Libélula	VU
520	Speleobolus machonei Andrade & Mahrer, 2001	Pseudoscorpion	EN	576	Leptagrion potterium Setys, 1985	Libélula	EN
	Chelonidae			577	Leptagrion viciatum Santos, 1978	Libélula	VU
521	Matchemys iporanga Mahrer & Andrade, 1998	Pseudoscorpion	CR	578	Mezocentrus prouti Sassi, 1918	Libélula	CR(PKX)
522	Matchemys gracilipalpis Mahrer, 2001	Pseudoscorpion	EN		Heteroceridae		
523	Pseudoscorpionini insularis Mahrer, 2001	Pseudoscorpion	CR	579	Heteroceris petiolaris Machado, 1988	Libélula	EN
	Heteroceridae				Ephemeroptera		
524	Heteroceris carvata Mahrer, 2001	Pseudoscorpion	VU	580	Adephus lugens Salles, 2010	Sírinxa	VU
	Opilidae			581	Baetis carvata de Souza, Salles & Nesemann, 2011	Sírinxa	VU
525	Progrus nigritarsis Mahrer, 2001	Pseudoscorpion	CR	582	Baetis carvata de Souza, Salles & Nesemann, 2011	Sírinxa	VU
	Schizomidae			583	Camelobactia magnifica Salles & Setys, 2005	Sírinxa	VU
	Hubbardiidae			584	Camelobactia spinosa Bolani & Salles, 2012	Sírinxa	VU
526	Rovianella ubajara Santos, Ferreira & Baratto, 2013	Escorpião-chicote-de- cauda-corta	CR	585	Camelobactia vacutina Nieto, 2003	Sírinxa	VU
	Scorpiones				Leptobolidae		
	Buthidae			586	Hermantella aurea Nascimento & Salles, 2011	Sírinxa	EN
527	Ananteris infusca Lourenço, Guimaraes & Lourenço, 2013	Escorpião	EN	587	Hermantella mazima (Nascimento, Mariano & Salles, 2012)	Sírinxa	EN
528	Rhopalurus lacini Lourenço & Pinto-da-Rocha, 1997	Escorpião	EN	588	Hermantella nigra Nascimento & Salles, 2011	Sírinxa	VU
529	Trogolophus transiendus Lourenço, Baptista & Guimaraes, 2004	Escorpião	EN		Collembola		
	Chactidae			589	Corazaphium bozingeri (Gussakov, Vinn & Godov, 1998)	Besouro	VU
530	Hadrachia araripe Lourenço, 2010	Escorpião	CR	590	Corazaphium castana Peliccioli & Ferreira, 2014	Besouro	EN
531	Hadrachia brevis Lourenço, 1983	Escorpião	CR	591	Corazaphium cessaria Gussakov, Vinn & Godov, 1998	Besouro	CR
	Myriapoda			592	Corazaphium formosa Peliccioli & Ferreira, 2011	Besouro	VU
	Chilopoda			593	Corazaphium pinto Alvares & Ferreira, 2002	Besouro	EN
	Scolopendromorpha			594	Corazaphium ricardi Beni & Vinn, 2014	Besouro	CR
	Cryptida			595	Corazaphium rufipes Peliccioli & Ferreira, 2011	Besouro	CR
532	Cryptops (Cryptops) spelaeoraptus Azara & Ferreira, 2013	Centopéia	VU	596	Corazaphium tessal (Godov & Vinn, 1998)	Besouro	CR
	Scolopendridae			597	Schizogenus ocellatus Whitehead, 1972	Besouro	EN
533	Cryptops (Trigonocryptops) iporagensis Azara & Ferreira, 2013	Centopéia	EN		Cadea		
	Scolopendridae			598	Caracis caesumensis Antunes-Carvalho & Lopes-Andrade, 2011	Desconhecido	EN
534	Scolopendrops duplicata Chagas-Jr, Edgcombe & Mitchell, 2008	Centopéia	CR		Ditellidae		
	Diplopoda			599	Capellatus exsiccatus Cactano, Beni & Vinn, 2013	Besouro-mergulhador	CR
	Gnathostomatidae				Lamproidea		
535	Gnathostoma spoliata Iniesta, Ferreira & Wesener, 2012	Piolho-de-cobra	CR	600	Amyletes bellorum Silveira & Mendes, 2014	Vagalume	EN
	Polysphindidae				Lacandae		
	Chelodermidae			601	Altitarsus campoi Grossi & Koike, 2011	Besouro-tesouro	VU
536	Diplosiphon salicis Hoffman, 2005	Piolho-de-cobra	VU	602	Altitarsus dufrenoyi (Bonnans & Arnaud, 2002)	Besouro-tesouro	VU
537	Diplosiphon spumosa (Schubert, 1946)	Piolho-de-cobra	CR	603	Altitarsus eulachin (Bonnans & Arnaud, 1996)	Besouro-tesouro	VU
538	Diplosiphon ruficornis (Schubert, 1949)	Piolho-de-cobra	VU	604	Altitarsus Koike Grossi, 2010	Besouro-tesouro	VU
539	Diplosiphon stramineus (Schubert, 1956)	Piolho-de-cobra	VU	605	Altitarsus rotundus (Boulet, 1902)	Besouro-tesouro	VU
	Cryptosiphidae			606	Altitarsus ruficornis (Luederwaldt, 1931)	Besouro-tesouro	VU
540	Pendulodesella alba Schubert, 1957	Piolho-de-cobra	EN	607	Altitarsus ruficornis (Grossi & Rucchi-Chito, 2014)	Besouro-tesouro	VU
	Pygostomatidae			608	Lycomorphon apria Nascimento & Bocakova, 2009	Besouro	CR
541	Yponomeuta stygus Schubert, 1946	Piolho-de-cobra	VU	609	Lycomorphon brasiliense Nascimento & Bocakova, 2009	Besouro	CR
	Smicropodidae				Scutellariidae		
	Smicropodidae			610	Atacus squallidus (Fabricius, 1775)	Desconhecido	VU
542	Pseudomolone ambigua Iniesta & Ferreira, 2013	Piolho-de-cobra	EN	611	Canthon corpulentus Harold, 1848	Besouro-rola-bosta	VU
543	Pseudomolone gora Iniesta & Ferreira, 2013	Piolho-de-cobra	VU	612	Canthon quadripunctatus Redtenbacher, 1867	Besouro-rola-bosta	VU
544	Pseudomolone imbricatus Fontaine, 1996	Piolho-de-cobra	EN	613	Dichotomus maculatus (Pezomachus & Angitia, 1955)	Besouro-rola-bosta	EN
545	Pseudomolone spoliata Iniesta & Ferreira, 2013	Piolho-de-cobra	CR	614	Dichotomus niger (Luederwaldt, 1931)	Besouro-rola-bosta	EN
546	Pseudomolone roseni Fontaine, 1996	Piolho-de-cobra	CR	615	Dichotomus schiffen Vaz de Melo, Louzada & Gavino, 2001	Besouro-rola-bosta	EN
	Entomobryidae				Vespa		
	Collembola			616	Pedicularius bisulatus (Harold, 1859)	Besouro-rola-bosta	VU
	Paronellidae				Vespa		
547	Troglobius brasiliensis Palacios-Vargas & Zeppelini, 1993	Colêmbolo	CR	617	Hymenophyllum armatus Desmarest, 1832	Caraca	VU
548	Troglobius ferreus Zeppelini, Silva & Palacios-Vargas, 2014	Colêmbolo	CR		Hymenoptera		
					Formicidae		
				618	Anachetus oris Kempf, 1964	Formiga	VU
				619	Ata robusta Borgmeier, 1930	Formiga	VU
				620	Brachymyrmex micronegus Emery, 1923	Formiga	EN

ADMS-11C

EM BRANCO



621	<i>Diaphoromyia sofiae</i> Fernández, Delahie & Nascimento, 2009	Formiga	EN
622	<i>Distocera brevis</i> Emery, 1901	Formiga	EN
623	<i>Graptomyia wilsoni</i> Latke, 2007	Formiga	EN
624	<i>Laschomyia nordostium</i> Freitas & Brandão, 2008	Formiga	VU
625	<i>Monomorium delahiei</i> Fernández, 2007	Formiga	VU
626	<i>Mycetophylax urbanus</i> Brando & Mayhew, 2001	Formiga	CR(PEX)
627	<i>Myctophylax simplex</i> (Emery, 1888)	Formiga	VU
628	<i>Rhacothrips plumbeus</i> Brown & Kempf, 1960	Formiga	EN
629	<i>Sagmatomyia elata</i> (Lacau & Delahie, 2002)	Formiga	CR
630	<i>Trachymyia atlantica</i> Mayhew-Nunes & Brandão, 2007	Formiga	VU
631	<i>Achyrocline satureioides</i> Moench, 1992	Desconhecida	VU
632	<i>Meipona (Micheleia) capixaba</i> Moura & Camargo, 1994	Uruçu-preto	EN
633	<i>Meipona (Micheleia) rufiventris</i> Lepelletier, 1836	Uruçu	EN
634	<i>Meipona (Micheleia) scutellaris</i> Latreille, 1811	Uruçu	EN
635	<i>Partanona minoris</i> Pedro & Camargo, 2003	Desconhecida	EN
636	<i>Oenobrya miersi</i> Mielke, 1968	Borboleta	EN
637	<i>Oenobrya miersi</i> Mielke, 1968	Borboleta	CR
638	<i>Olfia rosae</i> infimosa (Pier, 1826)	VU	EN
639	<i>Pachylia polyzona</i> (Latreille, 1824)	Draconina	EN
640	<i>Pachylia polyzona</i> (Latreille, 1824)	Borboleta	CR
641	<i>Parasitica campata</i> (Pier, 1826)	Borboleta	EN
642	<i>Parasitica campata</i> (Pier, 1826)	Borboleta	EN
643	<i>Parasitica campata</i> (Pier, 1826)	Borboleta	EN
644	<i>Parasitica campata</i> (Pier, 1826)	Borboleta	EN
645	<i>Parasitica campata</i> (Pier, 1826)	Borboleta	EN
646	<i>Parasitica campata</i> (Pier, 1826)	Borboleta	EN
647	<i>Parasitica campata</i> (Pier, 1826)	Borboleta	EN
648	<i>Parasitica campata</i> (Pier, 1826)	Borboleta	EN
649	<i>Parasitica campata</i> (Pier, 1826)	Borboleta	EN
650	<i>Parasitica campata</i> (Pier, 1826)	Borboleta	EN
651	<i>Parasitica campata</i> (Pier, 1826)	Borboleta	EN
652	<i>Parasitica campata</i> (Pier, 1826)	Borboleta	EN
653	<i>Parasitica campata</i> (Pier, 1826)	Borboleta	EN
654	<i>Parasitica campata</i> (Pier, 1826)	Borboleta	EN
655	<i>Parasitica campata</i> (Pier, 1826)	Borboleta	EN
656	<i>Parasitica campata</i> (Pier, 1826)	Borboleta	EN
657	<i>Parasitica campata</i> (Pier, 1826)	Borboleta	EN
658	<i>Parasitica campata</i> (Pier, 1826)	Borboleta	EN
659	<i>Parasitica campata</i> (Pier, 1826)	Borboleta	EN
660	<i>Parasitica campata</i> (Pier, 1826)	Borboleta	EN
661	<i>Parasitica campata</i> (Pier, 1826)	Borboleta	EN
662	<i>Parasitica campata</i> (Pier, 1826)	Borboleta	EN
663	<i>Parasitica campata</i> (Pier, 1826)	Borboleta	EN
664	<i>Parasitica campata</i> (Pier, 1826)	Borboleta	EN
665	<i>Parasitica campata</i> (Pier, 1826)	Borboleta	EN
666	<i>Parasitica campata</i> (Pier, 1826)	Borboleta	EN
667	<i>Parasitica campata</i> (Pier, 1826)	Borboleta	EN
668	<i>Parasitica campata</i> (Pier, 1826)	Borboleta	EN
669	<i>Parasitica campata</i> (Pier, 1826)	Borboleta	EN
670	<i>Parasitica campata</i> (Pier, 1826)	Borboleta	EN
671	<i>Parasitica campata</i> (Pier, 1826)	Borboleta	EN
672	<i>Parasitica campata</i> (Pier, 1826)	Borboleta	EN
673	<i>Parasitica campata</i> (Pier, 1826)	Borboleta	EN
674	<i>Parasitica campata</i> (Pier, 1826)	Borboleta	EN
675	<i>Parasitica campata</i> (Pier, 1826)	Borboleta	EN
676	<i>Parasitica campata</i> (Pier, 1826)	Borboleta	EN
677	<i>Parasitica campata</i> (Pier, 1826)	Borboleta	EN
678	<i>Parasitica campata</i> (Pier, 1826)	Borboleta	EN
679	<i>Parasitica campata</i> (Pier, 1826)	Borboleta	EN
680	<i>Parasitica campata</i> (Pier, 1826)	Borboleta	EN
681	<i>Parasitica campata</i> (Pier, 1826)	Borboleta	EN
682	<i>Parasitica campata</i> (Pier, 1826)	Borboleta	EN
683	<i>Parasitica campata</i> (Pier, 1826)	Borboleta	EN
684	<i>Parasitica campata</i> (Pier, 1826)	Borboleta	EN
685	<i>Parasitica campata</i> (Pier, 1826)	Borboleta	EN
686	<i>Parasitica campata</i> (Pier, 1826)	Borboleta	EN
687	<i>Parasitica campata</i> (Pier, 1826)	Borboleta	EN
688	<i>Parasitica campata</i> (Pier, 1826)	Borboleta	EN
689	<i>Parasitica campata</i> (Pier, 1826)	Borboleta	EN
690	<i>Parasitica campata</i> (Pier, 1826)	Borboleta	EN
691	<i>Parasitica campata</i> (Pier, 1826)	Borboleta	EN
692	<i>Parasitica campata</i> (Pier, 1826)	Borboleta	EN
693	<i>Parasitica campata</i> (Pier, 1826)	Borboleta	EN
694	<i>Parasitica campata</i> (Pier, 1826)	Borboleta	EN
695	<i>Parasitica campata</i> (Pier, 1826)	Borboleta	EN
696	<i>Parasitica campata</i> (Pier, 1826)	Borboleta	EN
697	<i>Parasitica campata</i> (Pier, 1826)	Borboleta	EN
698	<i>Parasitica campata</i> (Pier, 1826)	Borboleta	EN

*Espécies constantes na IN 03/2003

EW - Extinta na Natureza

CR - Criticamente em Perigo

CR (PEX) - Criticamente em Perigo, Possivelmente Extinta

CR (PEW) - Criticamente em Perigo, Possivelmente Extinta na Natureza

EN - Em Perigo

VU - Vulnerável

ANEXO II

LISTA NACIONAL OFICIAL DE ESPÉCIES DA FAUNA EXTINTAS		
Nº	Nome comum	Categoria
1	<i>Arara-azul-pequena</i>	EX
2	<i>Arara-azul-pequena</i>	EX(BR)
3	<i>Arara-azul-pequena</i>	EX(BR)
4	<i>Arara-azul-pequena</i>	EX(BR)
5	<i>Arara-azul-pequena</i>	EX
6	<i>Arara-azul-pequena</i>	EX
7	<i>Arara-azul-pequena</i>	EX(BR)
8	<i>Arara-azul-pequena</i>	EX

EX - Extinta

EX (BR) - Extinta no Brasil, presente em outros países

PORTARIA Nº 445, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014

A MINISTRA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto na Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, nos Decretos nº 6.101, de 26 de abril de 2007, e na Portaria nº 43, de 31 de janeiro de 2014, resolve:

Art. 1º Reconhecer como espécies de peixes e invertebrados aquáticos da fauna brasileira ameaçadas de extinção aquelas constantes da "Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção - Peixes e Invertebrados Aquáticos" - Lista, conforme Anexo I desta Portaria, em observância aos arts. 6º e 7º, da Portaria nº 43, de 31 de janeiro de 2014.

Art. 2º As espécies constantes da Lista, conforme Anexo I desta Portaria, classificadas nas categorias Extinta na Natureza (EW), Criticamente em Perigo (CR), Em Perigo (EN) e Vulnerável (VU) ficam protegidas de modo integral, incluindo, entre outras medidas, a proibição de captura, transporte, armazenamento, guarda, manejo, beneficiamento e comercialização.

§ 1º A captura, transporte, armazenamento, guarda e manejo de exemplares das espécies de que trata o caput somente poderá ser permitida para fins de pesquisa ou para a conservação da espécie, mediante autorização do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes.

§ 2º As restrições estabelecidas no caput não se aplicam a exemplares reproduzidos em cativeiro, devidamente licenciados por órgão ambiental competente, em conformidade com Planos de Ação Nacionais para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção - PAN aprovados, quando existentes.

§ 3º As restrições estabelecidas no caput não se aplicam a exemplares capturados incidentalmente, desde que liberados vivos ou descartados no ato da captura, devendo ser registrados a captura e a liberação ou o descarte, conforme regulamentação específica.

Art. 3º Para as espécies ameaçadas classificadas na categoria Vulnerável (VU) do Anexo I desta Portaria, poderá ser permitida o uso sustentável, desde que regulamentado e autorizado pelos órgãos federais competentes e atendendo minimamente aos seguintes critérios:

I - não ter sido classificada como ameaçada de extinção desde a avaliação anterior, publicada pela Instrução Normativa nº 05, de 2004, ou não ser objeto de proibição em normas específicas;

II - estar em conformidade com a avaliação de risco de extinção de espécies;

III - existência de dados de pesquisa ou monitoramento que subsidiem tomada de decisão sobre o uso e conservação da espécie na área a ser autorizada;

IV - adoção de medidas de preservação das espécies e de mitigação de ameaças, incluindo aquelas decorrentes de recomendações internacionais; e

V - adoção de medidas indicadas nos PAN aprovados, quando existentes.

§ 1º O Ministério do Meio Ambiente, em articulação com o Instituto Chico Mendes e com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA, será responsável pela comprovação quanto ao atendimento dos critérios de que trata este artigo, podendo realizar consulta a especialistas para essa finalidade.

§ 2º No caso de Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável federais, a autorização de que trata o caput será de responsabilidade do Instituto Chico Mendes, observando o plano de manejo da unidade, nos termos dos arts. 18 e 20, da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

Art. 4º Será admitido por 180 (cento e oitenta) dias corridos, a partir da publicação desta Portaria, a captura, o desembarque e a respectiva comercialização de exemplares de espécies constantes do Anexo I desta Portaria e que não tenham sido classificadas como ameaçadas de extinção desde a avaliação anterior, publicada pela Instrução Normativa nº 05, de 2004, ou que não tenham sido objeto de proibição em normas específicas.

§ 1º Decorrido o prazo estabelecido no caput, os estoques ou plantéis existentes deverão ser declarados, em até 30 dias, em qualquer unidade do IBAMA.

§ 2º Os espécimes, partes, produtos e subprodutos constantes dos estoques declarados conforme o parágrafo anterior poderão ser comercializados em até um ano após a publicação desta Portaria.

Art. 5º Os critérios utilizados e as avaliações técnico-científicas do estado de conservação das espécies constantes da Lista serão divulgados no sítio eletrônico do Ministério do Meio Ambiente <www.mma.gov.br> e do Instituto Chico Mendes <www.icmbio.gov.br>.

Art. 6º Poderão ser realizadas atualizações específicas na Lista a partir de dados atualizados de monitoramento ou mediante o aporte de conhecimento científico sobre o estado de conservação da espécie de acordo com o disposto no § 4º, art. 6º, da Portaria nº 43, de 2014.

§ 1º O Ministério do Meio Ambiente instituirá Grupo de Trabalho com o objetivo de assessorar atualizações anuais da lista referentes às espécies de interesse social e econômico, podendo convidar representantes de outros órgãos da administração pública, especialmente do Ministério da Pesca e Aquicultura, bem como representantes de universidades e instituições científicas e de pesquisa.

§ 2º Enquanto não expirado o prazo do caput do art. 4º, o Grupo de Trabalho indicado no parágrafo anterior poderá propor alterações no Anexo I desta Portaria.

§ 3º O Ministério do Meio Ambiente poderá, a seu critério, em caso de impasse, constituir Painel Independente de Especialistas para elaborar parecer técnico-científico que subsidie a tomada de decisão por este Ministério.

EM BRANCO



SIGEP

AVISO DE RECEBIMENTO

CONTRATO 9912359518

DESTINATÁRIO:

Braskem S/A

Rua Oxigênio, 765

COPEC Polo Petroquímico

42810000 Camaçari-BA

AR138360363JS



REMETENTE: AJG/BAMA

ENDERECO PARA DEVOLUÇÃO DO OBJETO:

Avenida Manoel Dias da Silva, 111

Amaralina

41900325 Salvador-BA

DECLARACIÓN DE CONTEIDO DE 02060007053/15-16- PROC 02006000358/09-54- DIVERSOS

ASSINATURA DO RECEBEDOR

NOME LEGÍVEL DO RECEDEDOR

RECEBEDOR Luciano Almeida

DATA DE ENTREGA

29.09.2015

Nº DOC. DE IDENTIDADE

74843-41

CARIMBO
UNIDADE DE ENTREGA

15:52 29/09/15 003568

RUBRICA E MATRÍCULA DO GARTEIRO

OPEN INS-BASICOS

DUPE/BA

Fl. 180

Rub

EM BRANCO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

DUPEC/BA
Fl. 185
Rub. eanol

Decisão Administrativa Eletrônica de 1ª Instância - Auto de Infração
Nº 373/2015 - SSA/NUIP

Nº. Auto: 476534/D
Nº. Processo: 02006.000358/2009-54
Interessado: BRASKEM S.A.
CPF/CNPJ: 42.150.391/0018-19

Trata-se de processo de auto de infração com impugnação regular.

Houve notificação regular para apresentação de alegações finais com manifestação do(a) autuado(a) no prazo estipulado.

Não há indicativo de agravamento por reincidência nos presentes autos.

Não houve caracterização de circunstância(s) atenuante(s).

Não houve caracterização de circunstância(s) agravante(s).

Houve apreensão de animal(is).

Não houve destinação do(s) animal(is) apreendido(s).

O(s) animal(is) apreendido(s) encontra(m)-se com o infrator.

O(a) autuado(a) deverá ser notificado(a) para entregar o(s) animal(is) que está(ão) sob sua guarda (fiel depositário). Após, proceda-se destinação de acordo com a sua natureza, conforme previsão do art. 134 do Decreto n.º 6.514/2008 e de seu regulamento.

Da infração não decorre dano ambiental.

Nos termos do art. 50, § 1º da Lei n.º 9.784/1999 e art. 125, Parágrafo único do Decreto n.º 6.514/2008, adoto também como fundamento de decidir, o contido na(s) folha(s) (45) e (48) - Contradita e (72/73) - Parecer nº 02006.000022/2015-30 NUBIO/BA/IBAMA, especificamente no que tange ao processo principal nº 02006.000358/2009-54.

a. Trata-se de sanção pecuniária prevista no art. 24 do Decreto Federal nº 6.514/2008 que se perfila ao tipo fechado o que, em tese, não existe variação estabelecida a ser aplicada sobre o que já existe cominado em lei.

b. Verifica-se, em termos gerais, o descritivo do Auto de Infração nº 476534/D, por ter em cativeiro um jacaré do papa amarelo, um geranospiza caerulescens, dezseis jabutis, seis cágados, um cebus flavus e quatro saguinus mydas sem a origem declarada, de acordo com o despacho às folhas 401/402 do processo nº 02006.000693/94-60 e o enquadramento legal, Inciso I, II, § 3º, Inciso III, art. 24 do Decreto Federal nº 6.514/2008.

c. Destaca-se o disposto no art. 90 da Instrução Normativa IBAMA nº 10/2012, a saber: "Caso a

EM BRANCO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

OUPEC/BA

Fl. 186

Rub. *carel*

autoridade julgadora decida por aplicar a penalidade de multa em substituição à sanção de advertência, majorar a multa ou agravar por qualquer motivo a situação do autuado, nas hipóteses em que estas situações só sejam detectadas no momento do julgamento, o autuado poderá sobre elas manifestar-se em preliminar do recurso eventualmente apresentado em face do julgamento."

d. Com base no Memo Circular nº 036/2010 – CGFAP/DBFLO/IBAMA, emitido em 05 de março de 2010, há de se destacar o que concluiu o Parecer nº 1607/2009/COEP/CMJC no sentido "[...] que o disposto no art. 24, Inciso II, do Decreto nº 6.514/2008, aplica-se a todos os casos de animais que estejam em perigo de extinção, independente se fazem parte do Anexo I ou do Anexo II da Cites, pois o objetivo do legislador foi proteger qualquer situação de ameaça de extinção dos animais".

e. Conforme o disposto no art. 5º e seu respectivo § 1º do Decreto Federal nº 6.514/2008, a saber: i) "A sanção de advertência poderá ser aplicada, mediante a lavratura de auto de infração, para as infrações administrativas de menor lesividade ao meio ambiente, garantidos a ampla defesa e o contraditório."; e, ii) "Consideram-se infrações administrativas de menor lesividade ao meio ambiente aquelas em que a multa máxima cominada não ultrapasse o valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), ou que, no caso de multa por unidade de medida, a multa aplicável não exceda o valor referido."

f. Registra-se que houve pagamento no valor de R\$ 16.095,00 (dezesesseis mil, noventa e cinco reais) em 14/04/2009, conforme documento Pagamentos efetuados em anexo.

g. Conforme robustamente comprovado nos autos às fl. 61/73 por meio das manifestações técnicas, notadamente, o Parecer nº 02006.000022/2015-30 NUBIO/BA/IBAMA e documentos às fl. 85/88 depreende-se que das espécies apreendidas três se encontram classificadas como ameaçadas de extinção (Caiman latirostris, Chelonoidis carbonaria e Saguinus midas) e as demais espécies não.

Diante do exposto, DECIDO:

Pela homologação do auto de infração e confirmação das demais sanções aplicadas, visto que, assegurados o contraditório e ampla defesa, autoria e materialidade restaram devidamente configuradas, conforme auto de infração epigrafado e relatório de fiscalização. O enquadramento legal e dosimetria foram adequadamente tratados nos referidos instrumentos, à luz da conduta praticada. Portanto, haja vista a análise das peças documentais constantes nos autos, julgo subsistente o Auto de Infração nº 476534/D e o Termo de Apreensão nº 526975/C.

Julgo ainda pela manutenção do valor da sanção pecuniária em R\$ 108.500,00 (cento e oito mil e quinhentos reais).

Tendo em vista o exposto acima, necessário:

Notificar o interessado para apresentação, na unidade administrativa do Ibama e no prazo de 20 dias, do(s) aniaml(is) que está(ão) sob sua guarda, sob pena de, não o fazendo, sofrer ação judicial cabível.

Notificar o interessado desta decisão, para que pague o débito ou interponha recurso no prazo de 20 (vinte) dias, sob pena de, não o fazendo, ter o nome inscrito no CADIN e o débito inscrito em dívida ativa com posterior execução fiscal.

ELR
ELCIO DE ALMEIDA RIBEIRO
Analista Ambiental
IBAMA/SUPES-BA
2673953

EM BRANCO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

OUPEC/BA
Fl. 187
Rub. Carol

Bahia, 11 de dezembro de 2015.



3168 3248 4422 1676

EM BRANCO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA



Pagamentos efetuados

Filtros: PROCESSO: 0200600035809
NOME: BRASKEM S.A.

CPF/CNPJ: 42150391001819

Débito	Nosso Número Bto	Nosso Número Pgto	Num Pgto	Data Pgto	Valor	Receita
2462638	00000000015250309	00930404200476534	20673445	14/04/2009	16.095,00	Penalidade pecuniária - Fauna

DUPEC/BA

Fl. 188

Rub. earol

EM BRANCO



MEMÓRIA DE CÁLCULO

Auto de Infração

Identificação do Débito
: BRASKEM S.A.

CPF/CNPJ: 42.150.391/0018-19

Unid. Controle: BA/SUPES

Nº Auto Infração/Série: /

débito: 2462638

05/90 - Crédito vencido na data de: Sem Data

avratura: 16/03/2009

Data Julgamento Principal: Sem Data

ciência Autuação: 16/03/2009

Data Ciência Julgamento Recurso: Sem Data

Data Início Multa: Sem Data

Data Julgamento Recurso: Sem Data
Data Ciência Julgamento Recurso: Sem Data
Data Início Juros: Sem Data

Valor Nominal: R\$ 108.500,00

Valor Crédito: R\$ 0,00

Original:

Localização do Processo: Núcleo Téc. Setorial Descentralizado de

Instrução Processual de Autos de Infração - BA

movimentação do Processo: 11/06/2015

ção:

Pagamento / Parcelamento

Parcela			Pagamento							GRU				
Tipo	Número	Vencimento	Data	Valor	Desconto	Multa	Juros	SELIC	Amortização	Número de Pagamento	Valor	Vencimento	Status	Observação
Parcelado	1	05/04/2009	14/04/2009	16.095,00	0,00	1.450,00	0,00	145,00	14.500,00	20673445	14.500,00	05/04/2009	Amortizado	
TOTAL R\$				16.095,00					14.500,00		14.500,00			

Atualização do débito em:

		R\$:
Principal		108.500,00
Jóro da amortização		14.500,00
nto		
Parcial	(30,00%)	28.200,00
ção Monetária		65.800,00
Atualizado		65.800,00
	(0,00%)	0,00
	(0,00%)	0,00
	(68,22 %)	44.887,07
De: 05/04/2009 até 06/02/2016		110.687,07
Parcial		
gos Legais	(0,00%)	0,00
Consolidado		110.687,07

Situação:

Atual: Notificado e aguardando pagamento/recurso

Dívida Ativa: Não

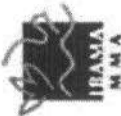
Inscr. Cadin: Devedor não incluído no Cadin.

Cobr. Judicial: Não

Conversão de Multa:

Anexo - Composição do Débito

Componente	%	UFIR		IPCA-E		Saldo Atualizado	Amortização		Desconto		Multa		Juros		SELIC		Honorários	
		Valor	Data	R\$	%		%	R\$	Data	R\$	%	Data	%	R\$	Data	%	R\$	Consolidado



MEMÓRIA DE CÁLCULO

consolidado = Valor Principal - Desconto + Correção Monetária + Multa + Juros + Juros SELIC + Juros Legais.

Nominal: Valor original + Majoração - Minoração + Agravamento.

Crédito: Soma da Amortização - Valor Original.



CONSULTA GERAL - PESSOA (AUTO, TAD, NOTIFICAÇÃO)

NPJ: 42.150.391/0018-19

DO INFRATOR: BRASKEM S.A.

AUTO DE INFRAÇÃO

Nº Auto	Série	Data de Autuação	Data de Vencimento	Valor(R\$)	Tipo	Status do Auto	Processo - IBAMA	Status Processo
476534	D	16/03/2009	05/04/2009	108.500,00	Multa	Lavrado	02006.000358/2009-54	Notificado e aguardando pagamento/recurso
476551	D	16/03/2009	05/04/2009	5.000,00	Multa	Lavrado	02006.000357/2009-45	Quitado. Baixa automática

TAD

Nº TAD	Série	Data	Valor(R\$)	Status do TAD	Situação	Processo - IBAMA	Tipo de Termo
526975	C	16/03/2008		Lavrado		02006.000358/2009-54	Aprensão
526976	C	16/03/2009		Lavrado		02006.000358/2009-54	Depósito

NOTIFICAÇÃO

Não foi encontrada nenhuma NOTIFICAÇÃO para esta pessoa!

DUPLICATA
Fl. 190
Rub. 190

EM BRANCO



Relação dos Débitos - Todos os débitos da Pessoa

da Pessoa: BRASKEM S.A.

Endereço: RUA OXIGÊNIO, 765 Bairro: COPEC - CAMACARI - BA CEP: 42.810-000

Número da Pessoa: 510524

CPF/CNPJ: 42.150.391/0018-19

GEREX	Nº Débito	Documento	Vencimento	Moeda	Valor Original	Saldo Atual(UFIR)	Processo	Status Atual
BA/SUPES	2462638	476534/D	05/04/2009	R\$	108.500,00	94.000,00	02006.000358/2009-54	Notificado e aguardando pagamento/recurso
BA/SUPES	2462656	476561/D	05/04/2009	R\$	5.000,00	0,00	02006.000367/2009-45	Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	290000067795	2004 / 1	07/04/2004	R\$	2.250,00	0,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	290000075329	2004 / 2	07/07/2004	R\$	2.250,00	0,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	290000075330	2004 / 3	07/10/2004	R\$	2.250,00	0,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	290000075331	2004 / 4	07/01/2005	R\$	2.250,00	0,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	290000081122	2005 / 1	07/04/2005	R\$	2.250,00	0,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	290000091123	2005 / 2	07/07/2005	R\$	2.250,00	0,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	290000093974	2005 / 3	07/10/2005	R\$	2.250,00	0,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	290000094117	2005 / 4	06/01/2006	R\$	2.250,00	0,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	290000096378	2006 / 1	07/04/2006	R\$	2.250,00	0,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	566865	2006 / 2	07/07/2006	R\$	2.250,00	0,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	566866	2006 / 3	06/10/2006	R\$	2.250,00	0,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	566867	2006 / 4	08/01/2007	R\$	2.250,00	0,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	1125851	2007 / 1	08/04/2007	R\$	2.250,00	0,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	1125852	2007 / 2	06/07/2007	R\$	2.250,00	0,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	1125853	2007 / 3	05/10/2007	R\$	2.250,00	0,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	1125854	2007 / 4	08/01/2008	R\$	2.250,00	0,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	1595146	2008 / 1	07/04/2008	R\$	2.250,00	0,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	1595147	2008 / 2	07/07/2008	R\$	2.250,00	0,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	1595148	2008 / 3	07/10/2008	R\$	2.250,00	0,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	1595149	2008 / 4	08/01/2009	R\$	2.250,00	0,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	2010995	2009 / 1	07/04/2009	R\$	2.250,00	0,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	2010996	2009 / 2	07/07/2009	R\$	2.250,00	0,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	2010997	2009 / 3	07/10/2009	R\$	2.250,00	0,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	2010998	2009 / 4	08/01/2010	R\$	2.250,00	0,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	2804201	2010 / 1	08/04/2010	R\$	2.250,00	0,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	2804202	2010 / 2	07/07/2010	R\$	2.250,00	0,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	2804203	2010 / 3	07/10/2010	R\$	2.250,00	0,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	2804204	2010 / 4	07/01/2011	R\$	2.250,00	0,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	3523271	2011 / 1	07/04/2011	R\$	2.250,00	0,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	3523272	2011 / 2	07/07/2011	R\$	2.250,00	0,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	3523273	2011 / 3	07/10/2011	R\$	2.250,00	0,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	3523274	2011 / 4	06/01/2012	R\$	2.250,00	0,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	4469044	2012 / 1	10/04/2012	R\$	2.250,00	0,00	02006.000372/2012-53	Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	4469045	2012 / 2	06/07/2012	R\$	2.250,00	0,00	02006.001963/2012-48	Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	4469046	2012 / 3	05/10/2012	R\$	2.250,00	2.250,00		Notificado do lançamento de crédito tributário

CUPEJ/BA
Fl. 191
Rub. parcel

EM BRANCO

Relação dos Débitos - Todos os débitos da Pessoa

CPF/CNPJ: 42.150.391/0018-19

Número da Pessoa: 510524

da Pessoa: BRASKEM S.A.
Bairro: COPEC - CAMACARI - BA CEP: 42.810-000

GEREX	Nº Débito	Documento	Vencimento	Moeda	Valor Original	Saldo Atual(UFIR)	Processo	Status Atual
BA/SUPES	4469047	2012 / 4	08/01/2013	R\$	2.250,00	0,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	5119742	2013 / 1	05/04/2013	R\$	2.250,00	0,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	5119743	2013 / 2	05/07/2013	R\$	2.250,00	0,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	5119744	2013 / 3	07/10/2013	R\$	2.250,00	0,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	5119745	2013 / 4	08/01/2014	R\$	2.250,00	0,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	5994840	2014 / 1	07/04/2014	R\$	2.250,00	0,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	5994841	2014 / 2	07/07/2014	R\$	2.250,00	0,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	5994842	2014 / 3	07/10/2014	R\$	2.250,00	0,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	5994843	2014 / 4	08/01/2015	R\$	2.250,00	0,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	6818809	2015 / 1	09/04/2015	R\$	2.250,00	0,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	6818810	2015 / 2	07/07/2015	R\$	2.250,00	0,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	6818811	2015 / 3	07/10/2015	R\$	2.250,00	0,00		Quitado. Baixa automática
BA/SUPES	6818812	2015 / 4	08/01/2016	R\$	5.796,73	5.796,73		Aguardando pagamento ou notificação

DUPEL/BA
Fl. 192
Rub. Carol

EM BRANCO



NOTIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA - Pedido de defesa indeferido

SUPER/BA
Fl. 193
Rub. Parcel

1ª via - Interessado
2ª via - Processo

Prezado(a) Senhor(a),

Cumpre-nos notificar V. S^a do INDEFERIMENTO DA DEFESA apresentada contra o auto de infração em referência, com a consequente homologação da autuação pela Autoridade Julgadora de 1ª instância.

Face ao exposto, fica V. S^a. intimada a recolher a importância expressa no boleto bancário, anexo, em qualquer instituição bancária, com desconto de 30% (trinta por cento), até a data constante do campo vencimento. Para pagamento após o prazo, procurar o Ibama para obtenção de novo boleto sem desconto e com os acréscimos legais: correção monetária, multa de mora e juros.

Notificamos ainda, que, caso haja embargo de atividade/área, permanecem os efeitos do Termo de Embargo e Interdição até a comprovação da regularização da atividade/área embargada.

Da decisão proferida cabe recurso, no prazo de 20 (vinte dias) do recebimento desta Notificação, que deverá ser dirigido à autoridade julgadora que proferiu a decisão na defesa.

Cumpre-nos informar, ainda, que o não pagamento, nem a apresentação do recurso no prazo estipulado, implica em:

- Inclusão do devedor no Cadin (Cadastro Informativo dos créditos não quitados do setor público federal) após 75 (setenta e cinco) dias, nos termos da Lei n.º 10.522, de 19 de julho de 2002, o que automaticamente impedirá a obtenção de créditos que envolvam recursos públicos, celebração de contratos e convênios.

- Inscrição do débito em Dívida Ativa e ajuizamento da Ação de Execução Fiscal, nos termos da Lei n.º 6.830/80.

- Atualização monetária, juros, multa moratória e encargos legais, além de despesas judiciais.

- Apresentação do título para protesto, junto ao Tabelionato de Protesto de Títulos, podendo gerar implicações em outras centrais restritivas de crédito.

Para parcelamento do débito ou demais esclarecimentos procurar a Área de Arrecadação desta unidade do Ibama.

Já tendo efetuado o devido recolhimento, entrar em contato urgente com esta Unidade do Ibama para regularização da pendência.

Informamos que o processo encontra-se disponível para vistas e/ou pedido de cópias nesta Unidade do Ibama.

Atenciosamente,


Elcio de Almeida Ribeiro
Autoridade Julgadora



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

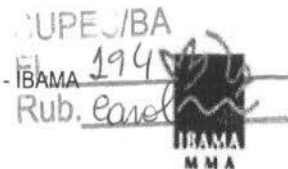


Nome: BRASKEM S.A.
CPF/CNPJ: 42.150.391/0018-19
Processo: 02006.000358/2009-54
Documento: 476534/D (Auto de Infração)
Nº do débito: 2462638
Valor original: R\$ 108.500,00
Vencimento original: 05/04/2009 **Decisão final não proferida.**

Observações: Não consta acréscimo de reincidência sobre o valor original.
Não consta majoração nem redução sobre o valor original.
Não consta compensação sobre o valor original.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

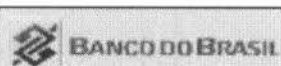


GUIA DE RECOLHIMENTO DA UNIÃO - GRU

Data do documento 07/01/2016	Nº do documento AI 476534/D	Nosso Número 00000000024501837	Banco 001	Data do Processamento 07/01/2016	Vencimento 06/02/2016
(=) Valor do documento 94.000,00	(-) Desconto / Abatimento 28.200,00	(-) Outras deduções *****	(+) Mora / Multa / Correção 44.887,07	(+) Outros Acréscimos *****	(=) Valor cobrado 110.687,07
BRASKEM S.A. CPF/CNPJ: 42.150.391/0018-19 Endereço: RUA OXIGÊNIO, 765 CAMACARI - BA CEP:			Informações: Débito Nº 2462638 - Auto de Infração - - AI 476534/D		

LD: 00199.58412 30000.000007 24501.837215 4 66960011068707

Autenticação mecânica

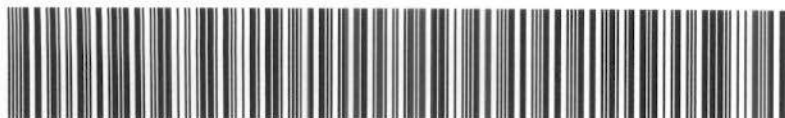


[001] 00199.58412 30000.000007 24501.837215 4 66960011068707

Local de pagamento PAGÁVEL EM QUALQUER BANCO ATÉ O VENCIMENTO					Vencimento 06/02/2016
Cedente INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA					Agência / Código do cedente 1607-1 333118-0
Data do documento 07/01/2016	Nº do documento AI 476534/D	Espécie DOC	Aceite	Data de processamento 07/01/2016	Nosso Número 00000000024501837
Nº da conta / Respons.	Carteira 18	Espécie R\$	Quantidade	Valor	(=) Valor do documento 94.000,00
Instruções Após o vencimento emitir uma nova GUIA DE RECOLHIMENTO. Documento válido para pagamento somente até a data de vencimento. ATENÇÃO: Nosso Número distinto p/ cada pagamento. Não faça cópia do boleto. Nº Débito: 2462638 - Auto de Infração - AI 476534/D					(-) Desconto / Abatimento 28.200,00
					(-) Outras deduções *****
					(+) Mora / Multa / Correção 44.887,07
					(+) Outros Acréscimos *****
					(=) Valor cobrado 110.687,07
Governo Federal - Guia de Recolhimento da União - GRU - Cobrança					
Sacado BRASKEM S.A. Endereço: RUA OXIGÊNIO, 765 CAMACARI - BA CEP:					
Sacado / Avalista			CPF/CNPJ: 42.150.391/0018-19		
			Código de baixa		

Autenticação mecânica

FICHA DE COMPENSAÇÃO



EM BRANCO



AR

Aviso de Recebimento

Agência: AGENCIA PITUBA

CONTRATO: 9912368964

DESTINATÁRIO:

BRASKEM S.A.

CPF/CNPJ: 42.150.391/0018-19

RUA OXIGÊNIO - 765 - COPEC -

42810-000 CAMACARI - BA

Processo: 02006.000358/2009-54

TENTATIVAS DE ENTREGA

1º Data / / : h
2º Data / / : h
3º Data / / : h

JS182976795BR



ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO A.R.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

Avenida Manoel Dias da Silva, nº 111, Ed. Spazio Montalto - Amaralina

41900-325 SALVADOR - BA

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (OPCIONAL)

NOT NUIP - ELCIO

ASSINATURA DO RECEBEDOR

NOME LIGÍVEL DO RECEBEDOR

Luciano Almeida

DATA DE ENTREGA

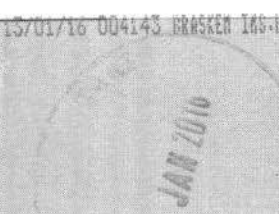
13.01.2016

Nº DOCUMENTO DE IDENTIDADE

07486713-41

Carimbo

Unidade de Entrega



Rubrica e Matrícula

do Carteiro

195

SUPES/BA

Fl. 195

Rub. 195

EM BRANCO



SUPES/BA
Fl. 196
Rub. Carol

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Núcleo Téc. Setorial Descentralizado de Instrução Processual de Autos de Infração - Ba

DESP. ENC. ABERT. 02006.000017/2016-16 NUIP/BA/IBAMA

Salvador, 04 de fevereiro de 2016

Ao Arquivo Setorial do SETORIAL GABIN/BA

Solicitamos o encerramento e abertura de volume do processo nº 02006.000358/2009-54. Após o encerramento e abertura do volume tramite o processo para o Núcleo Téc. Setorial Descentralizado de Instrução Processual de Autos de Infração - Ba.

Atenciosamente,


JOSEVALDO COSTA RAMOS
Analista Ambiental do NUIP/BA/IBAMA

EMERAL CO



DUPES/BA
Fl. 197
Rub. earel

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Unidade Setorial do Gabinete-BA

TERMO DE ENCERRAMENTO DE VOLUME

Aos 04 dias do mês de fevereiro de 2016, procedemos ao encerramento deste volume nº I do processo de nº 02006.000358/2009-54, contendo 197 folhas. Abrindo-se em seguida o volume nº II. Assim sendo subscrevo e assino.


JOSEVALDO COSTA RAMOS
Analista Ambiental do(a) SETORIAL GABIN/BA/IBAMA

EM BRANCO